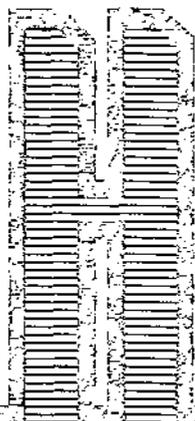




DIÁRIO



República Federativa do Brasil
DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 161

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 27

Altera dispositivos da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto Constitucional:

Art. 1º O art. 21 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 21.

VII — serviços de comunicações, salvo os de natureza estritamente municipal;

X — transportes, salvo os de natureza estritamente municipal.

§ 7º A União divulgará, pelo Diário Oficial, até o último dia do mês subsequente, os montantes de cada um dos impostos e contribuições, englobando os acréscimos arrecadados, bem como os valores transferidos aos Estados e Municípios.”

Art. 2º O art. 23 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos:

“Art. 23.

III — propriedade de veículos automotores, vedada a cobrança de impostos ou taxas incidentes sobre a utilização de veículos.

§ 13. Do produto da arrecadação do imposto mencionado no item III, 50% (cinquenta por cento), constituirá receita do Estado e 50% (cinquenta por cento), do Município onde estiver licenciado o veículo; as parcelas pertencentes aos Municípios serão creditadas em contas especiais, abertas em estabelecimentos oficiais de crédito, na forma e nos prazos estabelecidos em lei federal.

§ 14. O Estado divulgará, pelo Diário Oficial, até o último dia do mês subsequente, os montantes de cada um dos impostos, englobando os acréscimos arrecadados, bem como os valores transferidos aos Municípios.”

Art. 3º O art. 25 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 25. Do produto da arrecadação dos impostos mencionados nos itens IV e V do art. 21, a União distribuirá 33% (trinta e três por cento) na forma seguinte:

I — 14% (quatorze por cento) ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

II — 17% (dezessete por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios;

III — 2,0% (dois por cento) ao Fundo Especial que terá sua aplicação regulada em lei.

§ 4º Os Municípios aplicarão, em programas de saúde, 6,0% (seis por cento) do valor que lhes for creditado por força do disposto no item II.”

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Art. 4º O art. 26 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“Art. 26.

IV — 70% (setenta por cento) do imposto sobre transportes, mencionado no item X do art. 21, sendo 50% (cinquenta por cento) para os Estados, Distrito Federal e Territórios e 20% (vinte por cento) para os Municípios.”

Art. 5º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se o disposto em seu art. 3º, a partir de 1º de dezembro de 1985, e as demais disposições, a partir de 1º de janeiro de 1986.

Brasília, 28 de novembro de 1985.

A MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ulysses Guimarães

Presidente

Carlos Wilson

1º-Vice-Presidente, em exercício

Haroldo Sanford

2º-Vice-Presidente, em exercício

Epitácio Cafeteira

1º-Secretário, em exercício

José Frejat

2º-Secretário, em exercício

José Ribamar Machado

3º-Secretário, em exercício

Orestes Muniz

4º-Secretário, em exercício

A MESA DO SENADO FEDERAL

José Fragelli

Presidente

Guilherme Palmeira

1º-Vice-Presidente

Passos Pôrto

2º-Vice-Presidente

Enéas Faria

1º-Secretário

João Lobo

2º-Secretário

Marcondes Gadelha

3º-Secretário

Eunice Michiles

4º-Secretário

SUMÁRIO

1 — ATA DA 377ª SESSÃO CONJUNTA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1985

Sessão solene destinada à promulgação da emenda constitucional que altera dispositivos da Constituição Federal.

2 — ATA DA 378ª SESSÃO CONJUNTA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO MARCONDES PEREIRA — Apelo ao Presidente da Câmara dos Deputados em favor da melhoria de serviços e condições de trabalho em setores daquela Casa.

DEPUTADA IRMA PASSONI — Situação de agricultores sem terra acampados em Birigüi — SP.

DEPUTADO RAUL BERNARDO — Artigo do jornal Estado de Minas, edição do último dia 23, intitulado “Crise moral”.

DEPUTADO BONIFÁCIO DE ANDRADA — O problema eleitoral do Distrito Federal.

DEPUTADO ADAIL VETTORAZZO — Observações sobre a mudança determinada pelo Ministro Dilson Funaro no cálculo da correção monetária.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Requerimento aprovado pela Câmara Municipal de Araçatuba — SP, relatando a situação precária das famílias de trabalhadores rurais acampadas no Bairro de Brejo Alegre, Birigüi-SP.

DEPUTADO LUIZ GUEDES — Censura imposta pela Mesa do Congresso Nacional, em 1980, a pronunciamento do Deputado Modesto da Silveira, denunciando torturas sofridas pelo Deputado Dimas Perrin, naquela ocasião.

DEPUTADO DEL BOSCO AMARAL — Observações sobre o discurso proferido na presente sessão pelo Sr. Adail Vettorazzo.

DEPUTADO OSVALDO NASCIMENTO — Necessidade da rejeição do Decreto-lei nº 2.159/84, que transforma em cargos finais de carreira os atuais cargos em comissão de Subprocurador-Geral da República, Subprocurador-Geral Militar e Subprocurador-Geral do Trabalho, e dá outras providências.

DEPUTADO OSWALDO LIMA FILHO — Solicitando à Presidência, juntamente com outros parlamentares, a inclusão em Ordem do Dia da Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 1985, que trata de restabelecimento das prerrogativas do Congresso Nacional.

DEPUTADO PAULO NOGUEIRA, como Líder — Eleição municipal de Cuiabá — MT.

DEPUTADO DJALMA BOM, como Líder — Presença nas galerias da Casa de Trabalhadores nas telecomunicações, reivindicando melhores salários.

DEPUTADO RAUL BERNARDO, como Líder — Movimento reivindicatório de funcionários das telecomunicações. Apelo de trabalhadores securitários dos Grupos Comind e Maisonnave em favor da manutenção de seus empregos. Reivindicações dos servidores da ECT.

DEPUTADO ALBERTO GOLDMAN, como Líder — Apoio de S. Ex^a às reivindicações das classes trabalhadoras

DEPUTADO JOSÉ LOURENÇO, como Líder — Compromissos assumidos pela Aliança Democrática com os trabalhadores brasileiros.

DEPUTADO SÉRGIO LOMBA, como Líder — Demissões ocorridas na ECT.

2.3 — ORDEM DO DIA

Redação final do Projeto de Lei nº 6/85-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1986. **Aprovada.** À sanção.

2.3.1 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 21 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.4 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 379ª SESSÃO CONJUNTA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1985

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Considerações sobre a palestra feita recentemente pelo Sr. Ministro Roberto Gusmão no Senado Federal, referente ao papel desempenhado pelo Ministério da Indústria e do Comércio na Nova República.

DEPUTADO DEL BOSCO AMARAL — Defesa da instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, detinada a apuração de possíveis irregularidades ocorridas na COBAL.

DEPUTADO JOSÉ FERNANDES — Observações sobre o índice de inflação no País.

DEPUTADO RAUL BERNARDO — “Carta de Poços de Caldas”, apresentada pela Associação Brasileira de Cidades Mineradoras, no I Encontro Nacional de Estâncias Hidrominerais e Climáticas e no III Encontro de Cidades Mineradoras realizadas em agosto passado naquela cidade.

DEPUTADO GERSON PERES — Dia de Ação de Graças

DE. DO BONIFÁCIO DE ANDRADA — Críticas a política econômica da Nova República.

DEPUTADA CRISTINA TAVARES — Reparos ao discurso pronunciado pelo Sr. Bonifácio de Andrada na presente sessão. Críticas ao comportamento que teria sido adotado pelo Sr. Ministro das Comunicações, com relação aos trabalhadores da rede de telecomunicações.

DEPUTADO SIEGFRIED HEUSER — Apoio às modificações na política econômica introduzidas pelo Governo.

DEPUTADO JOSÉ FERNANDES, como Líder — Reparos ao discurso pronunciado pelo Sr. Siegfried Heuser na presente sessão.

3.2.2. — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

3.3 — ORDEM DO DIA

3.3.1 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Raul Bernardo e não acolhida pela Presidência, atinente à observância de preceito constitucional que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, de matérias em regime de urgência.

3.3.2 — ORDEM DO DIA (continuação)

Projeto de Decreto Legislativo nº 28/85-CN, que rejeita o texto do Decreto-lei nº 2.159, de 30 de agosto de 1984, que transforma em cargos finais de carreira os atuais cargos em comissão de Subprocurador-Geral da República, Subprocurador-Geral Militar e Subprocurador-Geral do Trabalho, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

3.4 — ENCERRAMENTO

4. — ATAS DE COMISSÃO

Ata da 377ª Sessão, Conjunta, em 28 de novembro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli,

ÀS 19 HORAS E 33 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Alcides Paio — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Roberto Wypych — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randoifo Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rorônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Otiavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedito Monteiro —

PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PFL; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Victor Trovão — PFL; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; César Cals Neto — PDS;

Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marçílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Assunção de Macêdo — PMDB; Vingí Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Jocaíl Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Burity — PTB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; Jarbas Vasconcelos — PSB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Coelho — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PCB; Thales Ramalho — PFL.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Fernando Collor — PMDB; Geraldo Buihães — PMDB; José Thomaz Nonô — PFL; Manoel Affonso — PMDB; Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Batalha Góis — PMDB; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PTB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PCB; França Teixeira — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PFL; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PFL; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDC; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas —

PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PSB; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PFL; Salamago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sebastião Nery — PS; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sesim — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Aítair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Castejon Branco — PFL; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Dimas Petrini — PMDB; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Morais — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luis Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cicero de Vasconcelos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Roseburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PCB; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PC do B; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Doreto Campanari — PMDB; Estevam Galvão — PFL; Farabulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novas — PMDB; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Edison Garcia — PFL; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Rosário Congo Neto — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kífuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Italo Conti — PFL; José Carlos Martinez — PMDB; José Tavares — PMDB; Leo de Almeida Neves — PDT; Luiz Antônio Fayet — PFL; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PFL; Oscar Alves — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnson — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PFL; Ivo Vanderlinda — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aido Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Baithazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Harry Sauer — PMDB; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Declaro aberta a sessão solene do Congresso Nacional destinada à promulgação da emenda constitucional que altera dispositivos da Constituição Federal referentes ao sistema tributário.

A emenda constitucional, cujo curso ora chega a termo, originou-se da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 1985, de autoria do Sr. Deputado Luiz Leal e outros Srs. Parlamentares, e que tramitou em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 58, 59, 60 e 61, de 1985, de iniciativa, respectivamente, dos Srs. Deputados Siegfried Heuser, Santinho Furtado, Paulo Zarzur, e do Senhor Senador Álvaro Dias.

Para estudo da proposta, foi designada Comissão Mista composta dos Srs. Senadores Marcelo Miranda, Alberto Silva, Severo Gomes, Mário Maia, Gabriel Hermes, Cesar Cals, Lomanto Júnior, Jorge Kalume, Jorge Bornhausen, Alcides Paio e Aderbal Jurema e dos Srs. Deputados Olavo Pires, Irajá Rodrigues, Airton Sandoval, Renato Vianna, Marcelo Cordeiro, Hugo Mardini, Cunha Bueno, José Fernandes, Celso Peçanha, Stélio Dias e Osvaldo Nascimento.

Coube a Presidência da Comissão ao Sr. Senador Lomanto Júnior, a Vice-Presidência, ao Sr. Deputado Stélio Dias e a função de Relator ao Sr. Deputado Irajá Rodrigues.

Não tendo o órgão técnico apresentado parecer no prazo regimental, a matéria foi submetida ao plenário instruída com parecer proferido, em plenário, pelo Senhor Deputado Irajá Rodrigues, que a aprovou nos termos do substitutivo, conclusão esta ratificada pelo plenário, em dois turnos de discussão e votação, pelo sufrá-

gio de 2/3 dos membros de cada uma das duas Casas do Congresso Nacional, conforme estabelece o artigo 48 da Lei Maior

Os autógrafos da emenda constitucional, que tomará o número 27, acham-se sobre a mesa.

Deles foram preparados cinco exemplares, destinados, respectivamente, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ao Supremo Tribunal Federal, à Presidência da República e ao Arquivo Nacional.

O Sr. Primeiro-Secretário fará a leitura da Emenda Constitucional número 27 e, em seguida, proceder-se-á à assinatura dos autógrafos

E lida a seguinte

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 27

Altera dispositivos da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional

Art. 1º O Art. 21 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações

"Art. 21

VII — serviços de comunicações, salvo os de natureza estritamente municipal,

X — transportes, salvo os de natureza estritamente municipal

§ 7º A União divulgará, pelo Diário Oficial, até o último dia do mês subsequente, os montantes de cada um dos impostos e contribuições, englobando os acréscimos arrecadados, bem como os valores transferidos aos Estados e Municípios."

Art. 2º O art. 23 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes dispositivos

"Art. 23.

III — propriedades de veículos automotores, vedada a cobrança de impostos ou taxas incidentes sobre a utilização de veículos

§ 13 Do produto da arrecadação do imposto mencionado no item III, 50% (cinquenta por cento) constituirá receita do Estado e 50% (cinquenta por cento) do Município onde estiver licenciado o veículo, as parcelas pertencentes aos Municípios serão creditadas em contas especiais, abertas em estabelecimentos oficiais de crédito, na forma e nos prazos estabelecidos em lei federal

§ 14 O Estado divulgará, pelo Diário Oficial, até o último dia do mês subsequente, os montantes de cada um dos impostos, englobando os acréscimos arrecadados, bem como os valores transferidos aos Municípios."

Art. 3º O art. 25 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações.

"Art. 25 Do produto da arrecadação dos impostos mencionados nos itens IV e V do art. 21, a União distribuirá 33% (trinta e três por cento) na forma seguinte

I — 14% (quatorze por cento) ao Fundo de Participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

II — 17% (dezessete por cento) ao Fundo de Participação dos Municípios.

III — 2,0% (dois por cento) ao Fundo Especial, que terá sua aplicação regulada em lei

§ 4º Os Municípios aplicarão, em programas de saúde, 6,0% (seis por cento) do valor que lhes for creditado por força do disposto no item II."

Art. 4º O art. 26 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo.

"Art. 26

IV — 70% (setenta por cento) do imposto sobre transporte, mencionado no item X do art. 21, sendo 50% (cinquenta por cento) para os Estados, Distrito Federal e Territórios e 20% (vinte por cento) para os Municípios "

Art. 5º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se o disposto em seu art. 3º, a partir de 1º de dezembro de 1985, e as demais disposições, a partir de 1º de janeiro de 1986 Brasília, 28 de novembro de 1985.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Convido o nobre Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados, a apor sua assinatura, em primeiro lugar, na Emenda Constitucional.

(ASSINAM A EMENDA CONSTITUCIONAL O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL) (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Convido os demais membros das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a aporem suas assinaturas na Emenda.

(PROCEDE-SE AO ATO DAS ASSINATURAS)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Nos termos do artigo 49 da Constituição, declaro promulgada a Emenda Constitucional nº 27. (Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência encerra a sessão, agradecendo as autoridades que nos honraram com sua presença

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 40 minutos.)

Ata da 378ª Sessão Conjunta, em 28 de novembro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 19 HORAS E 42 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Alcides Paio — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignacio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Roberto Wypych — Enéas Faria — Jason Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS DEPUTADOS

Acre

Aluízio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza

— PDS, Mário Frota — PMDB; Randolfo Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB, Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curtó — PFL, Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS, Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB, Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL, João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS, José Ribamar Machado — PDS; Magno Baccelar — PFL; Victor Trovão — PFL; Vieira da Silva — PDS, Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL, Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; César Cals Neto — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL, Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manuel Vianna — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB, Antônio Florência — PFL; Assunção de Macêdo — PMDB, Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS

Paraíba

Adauto Pereira — PDS; Aluízio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcisio Burity — PTB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; Jarbas Vasconcelos — PSB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavor — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Ar-

raes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PCB; Thales Ramalho — PFL.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Fernando Collor — PMDB; Geraldo Bulhões — PMDB; José Thomaz Nonô — PFL; Manoel Affonso — PMDB; Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Batalha Góis — PMDB; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Félix Mendonça — PTB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PCB; França Teixeira — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genobaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PFL; João Alves — PDS; Jorge Medunar — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PFL; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgíldias de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espirito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDC; Daso Coimbra — PMDB; Dêlio dos Santos — PDT; Dentar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PSB; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Leo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Lentão — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PFL; Salamago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sebastião Nery — PS; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Abécio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Dimas Perin — PMDB; Emilio Gallo — PFL; Emilio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cicero de Vasconcellos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul

Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PCB; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PC do B; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Doreto Campanari — PMDB; Estevam Galvão — PFL; Farabulum Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Brasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salvador Julianelli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goias

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Edison Garcia — PFL; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Rosário Congro Neto — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB; Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Carlos Martinez — PMDB; José Tavares — PMDB; Leo de Almeida Neves — PDT; Luiz Antônio Fayet — PFL; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PFL; Oscar Alves — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnson — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Dirceu Carneiro — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Evaldo Amaral — PFL; Ivo Vanderlunde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Cunto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Harry Sauer — PMDB; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini —

PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélcio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Oswaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — As listas de presença acusam o comparecimento de 60 Srs. Senadores e 395 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Pereira.

O SR. MARCONDES PEREIRA (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Falo hoje de assunto de interesse da Casa. Durante esse período em que sou Deputado apreendi três coisas importantes que precisam ser corrigidas: a primeira é que o Serviço Médico desta Casa precisa ser melhorado, porque recebo constantemente reclamações de funcionários que vão ao Serviço Médico da Casa e não são atendidos convenientemente; a segunda, é com relação ao Serviço de Restaurantes da Casa, que deve melhorar o padrão e manter um preço razoável, porque, na realidade, o preço está elevado para os nossos funcionários, para os servidores desta Casa, e não é uma alimentação à altura dos nossos funcionários.

E, finalmente, Sr. Presidente, é um apelo que formulo mais ao Presidente da Câmara dos Deputados, para que seja estudada uma forma de ventilar o local onde as taquígrafas se localizam. Aquele ambiente está sem ventilação suficiente, num sacrifício muito grande para aquelas funcionárias que, constantemente, pedem o nosso apoio para que registrem aqui a necessidade de uma transformação, a fim de que haja um ambiente mais salutar, um ambiente mais satisfatório para exercerem o seu trabalho.

Estas as reclamações que vinha anotando há muito tempo e que prometi que antes do fim do ano as faria, deixando-as registradas nos Anais desta Casa.

Assim, faço um apelo para que no próximo ano tenhamos o Serviço Médico e o serviço de alimentação melhorados, e que o Serviço de Taquígrafia tenha o seu ambiente de trabalho melhor adaptado, para que suas funcionárias possam exercer com mais dignidade o seu trabalho. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra à nobre Deputada Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Gostaria de registrar hoje, nesta Casa, um relatório de problemas de agricultores de São Paulo, da região de Capão Bonito, Birigui, General Salgado, Planalto do Sul e também Nova Odessa, Porto Euclides, Botucatu, que são problemas gravíssimos de acampamento de trabalhadores rurais que sofrem, além do problema, hoje, da falta de terra, de acomodações familiares, sofrem problemas gravíssimos com a intermediação do corte de cana porque ficam sem emprego nos meses de dezembro a maio.

Portanto, são vários meses sem nenhum vencimento e não é possível haver o mínimo de equidade, de justiça se essas famílias também não tiverem o mínimo de terra para plantar e sobreviver durante o período que não é utilizada a mão-de-obra do bóia-fria.

Por outro lado, sabemos que está comprovado que a questão de produção de alimento na propriedade, e então apelamos ao INCRA, desafiamos o INCRA para que, realmente, resolva e encaminhe os problemas dos acampados de São Paulo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. IRMA PASSONI EM SEU PRONUNCIAMENTO

COMUNICADO

Andradina, 1º de novembro de 1985.

Neste ano várias lutas foram travadas envolvendo até a presente data 1 119 famílias de lavradores sem terra, que com sua força e organização vão furando os bloqueios apresentados. A luta pela reforma agrária se dá na prática e é em cima disso temos que nos organizar para dar o nosso total apoio aos companheiros.

Queremos neste comunicado informar a todos os nossos amigos como anda a situação no Estado neste momento

1 — **Acampamento — Capão bonito.** No dia 23 de março de 1985, 28 famílias de trabalhadores rurais sem terra, herdeiros de uma gleba de 480 ha. Eles resolveram ocupar esta área para protestar e exigir do Estado uma solução. Depois da ocupação foram despejados e estão acampados na beira da terra no Bairro Pinhalzinho.

2 — **Birigüi** — No dia 17 de maio de 1985, 54 famílias de lavradores sem terra ocuparam parte da Fazenda São José, pertencente ao suposto J. J. Abdalla no Município de Birigüi.

Depois de 6 dias de ocupação, foram despejados e acamparam na margem da estrada, dentro da fazenda, onde se encontram até hoje. Hoje eles reivindicam do Governo Federal e Estadual a desapropriação da área de 8 mil ha.

3 — **General Salgado** — No dia 18 de maio de 1985, 28 famílias — herdeiros da família Venâncio, ocuparam pela 13ª vez a área que lhes pertence por direito (eles possuem escritura registrada em cartório desde 1932). Foram despejados 5 dias depois e acamparam ao lado da terra, onde reivindicam solução definitiva deste despejo.

4 — **Planalto do Sul** — No dia 27 de setembro de 1985, 435 famílias ocuparam parte da Fazenda Água Sumida, pertencente ao Sr. Abreu Sodré. Foram despejados e se encontram acampados numa área de 3 ha da Prefeitura de Teodoro Sampaio. Reivindicam a desapropriação da área ocupada.

5 — **Maracá** — 54 famílias de trabalhadores sem terra ocuparam por 2 vezes uma área de 1.870 ha de terra, abandonada no dia 10 de setembro. Depois de 4 dias foram despejados e vieram para a cidade, não desanimaram, continuam a luta para ter esta terra. A terra pertencia a um suíço, que faleceu alguns anos atrás e não deixou herdeiro, porém o administrador está reivindicando na justiça essa área.

6 — **Andradina** — No dia 24 de outubro, 250 famílias de 23 municípios vindas das regiões Noroeste, Paulista e Araraquarense, ocuparam uma área de 230 ha da CESP, que foi desapropriada em 1978 para fins da construção da barragem de Três Irmãos. Essa área foi arrendada para o grupo Grandene. Depois da ocupação, o Grupo entrou na Justiça com uma ação de manutenção de posse e foram despejados logo depois. Acamparam na beira da estrada e 2 dias depois decidiram ocupar nova área de CESP. Onde estão até hoje. A Grandene possui na área 8 mil ha.

Reivindicação

1 — O rompimento do contrato existente entre a CESP e o grupo Grandene, para que possam montar as barracas com mais tranquilidade.

2 — Lutam para desapropriar uma área de latifúndio improdutivo na região.

7 — **Santa Rita do Pontal** — A luta deste povo dura 15 anos: de um lado, 100 famílias de posseiros e, do outro, o grileiro, Sr. Justino de Andrade. No início do ano passado, o Governo Estadual decretou a desapropriação da área, porém perdeu na Justiça o ato. Diante deste fato, 80 famílias de posseiros sem terra decidiram no dia 26 de outubro ocupar esta área.

Reivindicação: Desapropriação definitiva pelo Incra e Governo Federal:

Além destas ocupações, existiram aquelas que no decorrer deste ano já encontraram uma solução, são elas:

1 — **Sumaré — II** — ocupada no dia 17 de maio — solução 26/7 — 38 famílias.

2 — **Promissão — II** — ocupada no dia 9 de maio — solução — 5/9 — 28 famílias.

3 — **Porto Feliz** — ocupada no dia 23 de junho — solução 5/8 — 22 famílias.

4 — **Araraquara** — ocupada no dia 23 de abril — solução 22/8 — 28 famílias.

5 — **Pradópolis** — ocupada 4 de outubro — solução 31/10 — 54 famílias.

Para qualquer dúvida ou informação, escreva ou, ligue para M.S.T., de SP, ou Comissão Pastoral da Terra. Lúcia ou Conceição — Fone (0187)223-911 Cx. Postal 261 — Andradina — SP.

São Paulo — (011) 262-3654, de 3ª a 5ª-feira, falar com Lúcia.

Comunicado nº 2 de 1º de novembro à 8 —

Há pouco mais de uma semana, o quadro no Estado de São Paulo mudou. São agora mais de 1.943 famílias de trabalhadores rurais sem terra, acampados em terras do Estado ou particular e até mesmo na beira da estrada.

Neste segundo comunicado, seguem as três últimas ocupações.

1 — **Nova Odessa** — No dia 1º de novembro de 1985, 120 famílias de trabalhadores rurais sem terra dos municípios de Campinas, Sumaré, Americana e Nova Odessa, ocuparam uma área de terra de 900 ha, pertencente ao Instituto de Zootecnia da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. O Estado entrou com uma ação de manutenção de posse, e o Juiz da Comarca deu a liminar e o despejo, que deveria ter acontecido no dia 6 ficou para o dia 12 de novembro. Esse acordo foi feito com o Secretário da Agricultura que se comprometeu em procurar uma solução para o grupo.

Reivindicação — Querem a desapropriação de um latifúndio na região, para serem assentados definitivamente.

2 — **Porto Euclides** — No dia 1º de novembro, os trabalhadores que ocuparam a Fazenda Santa Rita do Pontal foram despejados e decidiram acampar nas margens da Rodovia SP-613, que liga Teodoro Sampaio a Rosana. No início eram 130 famílias, e hoje (8 de novembro) o número cresceu para 830 famílias. Estão firmes na luta, e reivindicam do Governo uma solução definitiva para o seu assentamento.

Querem a desapropriação de um latifúndio na região.

3 — **Botucatu** — No dia 3 de novembro de 1985, 50 famílias ocuparam uma área de terra da UNESP. Eles estão acampados e aguardam providência do Estado.

obs. Em Planalto do Sul, o número de famílias cresceu para 514 (antes eram 430 famílias).

A situação deste pessoal está difícil, falta alimentos, lonas, remédios para poderem se manter firmes na luta. Se você puder colaborar com alguma coisa, favor entrar em contato com a Secretaria Estadual neste endereço: Rua Ministro Godoi, 1484 — 05015 — Perdizes—SP — Fone: 262-3654, c/ Lúcia.

Pedimos, também, que enviem telegramas e cartas aos órgãos do Governo, pressionando para que tomem as providências necessárias e urgentes, a fim de resolver o problema.

Pedimos também que escrevam para os grupos e visitem o pessoal.

Atenciosamente — Lúcia Espicaski, p/ Secretaria Estadual do Movimento do Sem Terra—SP.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG.) — Inicia o seguinte discurso. Sem revisão do orador. Presidente. Srs. Congressistas:

O renomado jornal Estado de Minas, Sr. Presidente, publicou um artigo de fundo, cujo teor irei ler para que conste dos Anais do Congresso Nacional, intitulado "Crise Moral".

Estado de Minas,

23 de novembro de 1985

CRISE MORAL

Lutando contra adversidades conjunturais, o Brasil não conseguiu ainda concluir uma reflexão abrangente a respeito dos seus problemas mais graves, sobretudo os de ordem moral. No entanto, o que mais está devorando a integridade nacional é exatamente a assustadora baixa de qualificação moral dos princípios sociais. Cada qual inventa a sua própria norma de moralidade ou então a fabrica para logo depois descumpri-la. Pior ainda é a inexistência total dos padrões éticos em várias situações. A pretexto da crise econômica, as limitações ditadas pelo escrúpulo e pela necessidade de não transgredir conceitos basicamente morais são simplesmente ignoradas.

Vejamos uma situação: o orçamento de Belo Horizonte, aprovado há pouco pela Câmara Municipal dos Vereadores, é da ordem de 2 trilhões e 600 bilhões. Seja, mais de dois milhões de habitantes, agregados à cidade grande, vão aos guichês da Prefeitura levar a sua contribuição compulsória direta ou indireta para os cofres municipais, a fim de garantir recursos que irão melhorar a vida urbana. É o máximo que se pode arrancar de uma cidade notoriamente empobrecida. Para muitos, uma fortuna, para outros, quase nada, se olhados os problemas da Capital.

Na mesma hora, o Banco Central, pelo seu diretor da Área de Fiscalização, admitia que os três bancos paulistas liquidados por insolvência cometeram várias irregularidades operacionais. Foram citadas: aprovação de créditos a empresas quase insolventes, autorização de transações monetárias sem garantias compatíveis, de empréstimos a juros favorecidos, transações meramente escriturais entre empresas coligadas e várias outras fraudações.

Ora, o Banco Central, com recursos obtidos do povo brasileiro, injetou nos três aglomerados exatamente 3 trilhões, 548 bilhões de cruzeiros, a pretexto de socorrê-los, já sabendo, obviamente, das irregularidades, pois que não é de hoje que o Governo acompanha, de dentro, a deterioração dos sistemas.

Vale dizer, quase duas vezes o total dos impostos pagos à Prefeitura pelo povo de Belo Horizonte. Não dá para entender, se olhadas as duas situações do ponto de vista moral, ético e da autêntica preservação do interesse público.

O Brasil está vivendo realmente momentos difíceis, em que a crise econômica, além de encurralar a maioria das pessoas de encontro ao desconforto, à insegurança e à desfiguração da vida, privilegiando outras poucas, vai minando a ordem moral. Os golpes e as maquinações são perpetrados à luz do dia e chega a ser motivo de zombaria que, na mesma hora em que o Banco Central divulgava as irregularidades nos bancos liquidados, um chamado Conselho Nacional dos Consumidores decidia proibir os supermercados de remarcarem preços à vista do consumidor — apenas à vista do pobre consumidor, nada mais do que isto, como se dessa forma estivesse preservado o interesse social.

Dai, então, ser necessária uma reflexão séria sobre o comportamento em sociedade. A crise é pretexto para os golpes e os insucessos propositais. Muitos querem arrancar um pouco de alguém, raramente se vê alguém pensando em todos e menos no próprio interesse. A crise brasileira autêntica é de ordem moral, de caráter, de princípios, de fé. Reconhecê-la é o começo da restauração, se é que estamos mesmo interessados em identificar a causa real dos problemas que tanto entristecem uma nação rica, privilegiada e, sobretudo, boa em sua enorme credulidade.

Sr. Presidente, este o artigo de fundo do Estado de Minas, que retrata a hora que vivemos em nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Amaral. (Pausa.) S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Bonifácio de Andrada

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Fui procurado, ontem, por uma delegação de representantes comunitários de Brasília, no sentido de apoiar as manifestações que vêm se realizando nesta Capital, em favor de uma reorganização administrativa do centro governamental do País.

Os grupos que nos trouxeram a sua mensagem defendem, com insistência, que o Governador desta cidade deva ser eleito pelo povo e não nomeado pelo Presidente da República. Mas também defendem a tese de que as diversas cidades satélites como Taguatinga, Sobradinho, Gama e outras mais devam ter uma entidade administrativa autônoma, para que possam resolver os seus problemas.

De fato, Sr. Presidente, esta é uma questão importante. Nesta fase em que nos encontramos, quando estamos nos preparando para os debates políticos em torno da futura Assembléia Constituinte, devemos ter nossa atenção e nossa preocupação voltadas para tais questões.

Realmente, Sr. Presidente, o problema do Governo de Brasília vem atormentando os homens públicos, não só neste momentoso instante da vida nacional, mas também, em outras épocas e em outros instantes.

Sr. Presidente, sabemos que a Capital do País passou primeiro por um estatuto municipal igual aos demais municípios e foi convertido em município neutro em 1834 para, durante a República, passar a ser diretamente dirigido pelo Governo Central, através da nomeação do seu dirigente.

Hoje, a questão aí está posta; ela foi, digamos assim, motivo de debates dos primeiros fundadores desta cidade, entre os quais se destaca a figura do velho Israel Pinheiro, cujo filho honra esta Casa com sua presença. Verificamos que o plano inicial de Brasília não foi, de fato, seguido e nem obedecido pelos Governos que aqui se instalaram. A posição que temos defendido em relação a esta questão é daquela que o Plano Piloto, a circunscrição urbana central de Brasília deve ter um regime político-administrativo enquanto que as cidades satélites devam ter outro e, realmente, com maior soma de autonomia, com maior poder autônomo para resolver seus problemas.

Seria o caso de adotarmos para Taguatinga, para Sobradinho, para o Guarã, para o Gama e outras cidades satélites o modelo republicano, em que o intendente era nomeado pelo Governo Central, mas em que existia, ao lado dele, promovendo as atividades legislativas, normativas, posturas locais, um conselho eleito pelo povo? Embora no Plano Piloto o Governo deva ficar com um delegado da Presidência da República, também no Plano Piloto seria realmente muito útil que se criasse um conselho com essas competências, com essas peculiaridades, para que o povo do Plano Piloto também exercitasse, assim, as suas atividades políticas através dos seus representantes numa Câmara desse tipo.

É uma questão, Sr. Presidente, de alta significação, no instante em que se procuram novas linhas para a reforma da vida político-administrativa do País, para que se possa de fato alcançá-las através de medidas concretas, de medidas evidentes, em prol de uma maior participação do nosso povo

Brasília, como outras cidades do País, já está sofrendo o problema demográfico da inchação, do crescimento anárquico, enfim, do excesso populacional, sobretudo dessas cidades vizinhas que rodeiam o Plano Piloto. E é esta uma das questões fundamentais, também, nos seus aspectos econômicos e sociais, que os governantes de Brasília não podem, de forma alguma, abandonar e nem esquecer. Um planejamento voltado, assim, para o crescimento de Brasília, dentro de parâmetros modernos e mais condizentes com o bem-estar social é outro ângulo que não se pode, neste instante, abandonar, na hora em que se pretende uma reestruturação da vida política brasileira.

É por estas razões, Sr. Presidente, que queremos, através destas observações, levar de público às lideranças comunitárias que nos procuram, nossa posição, que é, de modo geral, a posição programática do nosso Partido, voltada para um desenvolvimento da vida urbana desta cidade, desta capital, que seja condizente com os grandes patamares de progresso da vida urbana moderna.

Eram estas, Sr. Presidente, as palavras que devia trazer a esta Casa, registrando o pedido que me fez uma Comissão de Lideranças comunitárias, vinculadas ao nosso Partido que, já há alguns dias, procurou-nos e solicitou-nos a palavra a respeito desta matéria que consideramos da mais alta significação. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Adail Vettorazzo.

O SR. ADAIL VETTORAZZO (PDS — SP. Pronuncia o seguinte discurso — Sem revisão do Orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Abordarei um tema da mais alta gravidade. Desde já, aviso aos Srs. que irei comprovar que o Governo Federal está cometendo estelionato!... (Manifestações das galerias)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Solicito às galerias que se mantenham em silêncio.

O SR. ADAIL VETTORAZZO — Está cometendo um verdadeiro estelionato contra o povo brasileiro.

Pois bem, Sr. Presidente, os jornais de hoje, e vou ler textualmente, dizem o seguinte:

“A inflação deste mês já será equivalente ao índice nacional de preços ao consumidor — anunciou ontem o Ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

Com isso a correção monetária e rendimentos da caderneta de poupança, que seriam corrigidos em 13, 14% em novembro, se fosse considerado o índice geral de preços computado pela Fundação Getúlio Vargas, ficarão apenas entre 11, e 11, 5%.”

Em outras palavras, Sr. Presidente, o Governo mete a mão em 3% do dinheiro do trabalhador humilde deste País, que com sacrifício enorme retira do seu salário mensal uma irrisória quantidade para poder prover o seu futuro e o de sua família. E que fez o Governo, o Governo que manda o povo depositar, o Governo que paga, através de seus órgãos de captação, propaganda em todos os veículos de comunicação, chamando o povo para depositar a sua economia, o que faz este mesmo governo, que assumiu o compromisso de pagar ao povo dos seus depósitos a inflação mais meio por cento, este mesmo Governo, insensível, este mesmo Governo da Nova República que não atende ao povo? Este Governo num ato inclusive discutível, sob o aspecto legal, este Governo agora avança em 3% de todos os depósitos de poupança deste País, que significam bilhões e bilhões de cruzeiros, Sr. Presidente, e avança também no Fundo de Garantia dos Trabalhadores, que é remunerado até agora o que era pelos índices da Fundação Getúlio Vargas, e tudo isso se faz ao arripio das leis, e o que é pior, sem que outras vozes, principalmente as da situação de hoje, se levantem para censurar o Governo que agora defendem.

Na realidade, eu disse que era um ato de estelionato. Segundo os professores, estelionato tem origem grega, vem de stelios, à semelhança do camaleão. E à semelhança do camaleão, este Governo, que diz querer atender ao povo, massacra este mesmo povo, com suas medidas tomadas pelo Ministério da Fazenda. (Manifestações das galerias.)

E este Governo, que assumiu o compromisso das diretas, nega-se a dar as diretas tanto para o Presidente da República como aqui, também, para o Distrito Federal. (Palmas.)

É preciso pois, Sr. Presidente, que se denunciem esses fatos, porque a Nova República até agora não disse pafá que veio.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O tempo de V. Ex^a já se esgotou. Peço a V. Ex^a que conclua o seu pronunciamento.

O SR. ADAIL VETTORAZZO — Faltam dois minutos, Sr. Presidente. Nós começamos a falar às oito horas da noite.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Não. Eu anotei muito bem dois minutos. (Manifestações das galerias)

Eu peço silêncio à platéia, senão mandarei esvaziar as galerias. Admito aplausos, mas não admito, absolutamente, falta de respeito à Mesa e à Casa.

O SR. ADAIL VETTORAZZO — Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente, e peço que me conceda mais um minuto para concluir

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — V. Ex^a tem mais um minuto para concluir o seu discurso.

O SR. ADAIL VETTORAZZO — E este minuto será necessário para que possamos, de alguma forma, sensibilizar as Lideranças do Governo, que até agora permanecem insensíveis, para que não se tomem mais essas medidas contra o povo brasileiro. Para que, realmente, este Parlamento, este Congresso Nacional denuncie este fato, e faça com que o Governo Federal não implante tal medida, ainda agora, pois estamos já no dia 28, e a maioria dos depósitos são feitos no dia 1^o, no instante de se pagar a poupança.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Peço a V. Ex^a para concluir, pois já esgotou o minuto solicitado por V. Ex^a

O SR. ADAIL VETTORAZZO — No instante exatamente de pagar a poupança, vem uma medida como essa, que só beneficia os grandes grupos banqueiros.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Vou ser obrigado a cortar a palavra de V. Ex^a

O SR. ADAIL VETTORAZZO — Eu agradeço a V. Ex^a V. Ex^a pode cortar a palavra. Eu estou defendendo o trabalhador, e V. Ex^a aja como quiser. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — V. Ex^a já foi advertido várias vezes.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores

A Câmara Municipal de Araçatuba, no Estado de São Paulo, acolhendo proposição de autoria do Senhor Vereador Hêlio Consolaro, houve por bem comunicar às autoridades competentes o apoio daquela Casa à pretensão das 48 famílias de trabalhadores rurais acampadas na estrada do bairro rural de Brejo Alegre, no município de Birigüi, que foram despejadas das terras em que trabalhavam e estão a pleitear a desapropriação da Fazenda São José, naquela área, onde seriam assentadas, juntamente com os demais trabalhadores expulsos da propriedade de J. J. Abdala.

Na certeza de que o assunto, por sua indiscutível dimensão social e humana, está a exigir providências urgentes por parte dos órgãos responsáveis, permito-me, ao hipotecar integral solidariedade aos trabalhadores rurais expulsos das terras em que trabalharam, naquela área do oeste paulista, encarecer a transcrição, nos Anais desta Casa, do Requerimento nº 417/85, aprovado pela referida Câmara de Vereadores sobre o assunto, cujo texto é o seguinte:

“Requeremos, após ouvir o Plenário na forma regimental, que se oficie às seguintes autoridades:

Presidente da República
Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário

Governador do Estado
Presidente do INCRA — Brasília
Diretor Regional do INCRA — São Paulo
Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo

Parlamentares paulistas no Congresso Nacional
Líderes da bancada da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

Presidente da FETAESP (Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo)

Presidente de Câmaras Municipais da 9^a Região Administrativa,

Manifestando o apoio desta Casa à reivindicação das famílias de trabalhadores rurais acampados na estrada municipal do bairro de Brejo Alegre, Birigüi-SP, por efeito de despejo das terras de J. J. Abdala, que é a desapropriação da Fazenda São José para assentamento das 48 famílias acampadas e mais aquelas que estão para serem despejadas das mesmas

Justificativa

A resistência daquelas famílias, que praticamente foram constituídas naquelas terras, demonstram a vontade de trabalhar e de viver do suor de seus rostos. Elas não querem engrossar as periferias dos grandes centros e a legião dos desempregados urbanos, nem mesmo querem ver seus filhos caírem na vida marginal.

Não estamos falando apenas de ouvir, mas esta comissão de Vereadores visitou o próprio local, conversou, viu, constatou a legião de crianças que moram nos barracos de acampados. O que será do futuro daquelas crianças, perguntamos.

Há uma família nissei, prestes a ser despejada, que vive naquelas terras há quase 40 anos. São pessoas que desbravaram o sertão do oeste paulista e se vêm jogadas, despejadas, como se nada tivessem construído.

Não é mais uma questão política, apenas. É uma questão de solidariedade humana, de amor fraterno. O Governador Franco Montoro, nosso companheiro de partido, deu belíssimo exemplo na solução dos acampados do Pontal do Paranapanema. Faz-se necessário que o Governador repita, reproduza o exemplo.

Todos nós sabemos que o inchaço das grandes cidades advém do êxodo rural, que permite a cada dia a concentração de terras em mãos de poucos. Todos nós sabemos que em nosso interior paulista milhões de bóias-frias engrossam as periferias da cidade mas trabalham na zona rural, principalmente no corte de cana. Eles constituem a legião dos sem-terra.

Os partidários da cessão de terras, via desapropriação, citam como exemplo negativo a Fazenda Primavera, em Andradina. Porém, nós não podemos esquecer de que toda a assistência naquela desapropriação foi individualizada, sem a formação de nenhuma unidade associativa. O financiamento no Banco do Brasil foi realizado nos mesmos parâmetros de qualquer outro financiamento agrícola. E o processo de concentração de terras voltou a funcionar, pois foi por ele que os pequenos proprietários perderam suas terras. Faz-se necessário a criação de cooperativas; linhas de crédito com juros subsidiados, trabalho de promoção humana e de organização dos assentados.

Fundamentalmente, o nosso modelo econômico, a nossa política agrícola (ou ausência dela) produz os sem-terra. Os assentados da Fazenda Primavera acabaram sendo vítimas desta mesma política, pela segunda vez. Por isso, defendemos o assentamento com acompanhamento técnico, organizativo e de promoção humana.

Exemplos como de Brejo Alegre são edificantes, porque mostra a bravura do trabalhador brasileiro, mostra a resistência a um modelo econômico desumano, onde uma pessoa, ou empresa, tem 5 mil alqueires, praticamente com pastagens primitivas, coloca nas estradas 50 famílias, com a promessa de despejar outras tantas. Eles merecem o apoio de nossas autoridades. Isto demonstra a eternidade das palavras de Euclides da Cunha: "O sertanejo é um forte".

Sala das Sessões, 21 de outubro de 1985. — Prof. Hélio Consolaro — Vereador PMDB — Eduardo Pinheiro Lóis — Vereador PMDB — Valtenir Pereira Dias Tuta — Vereador PMDB."

Era o que tinha dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Guedes.

O SR. LUIZ GUEDES (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Trago a esta Casa uma questão da maior importância. O Deputado Modesto da Silveira, em 1980, fez um pronunciamento desta tribuna, no Congresso Nacional, quando presidia a sessão do Congresso o Senador Passos Pôrto, na ocasião o Deputado Modesto da Silveira denunciava as torturas sofridas pelo nobre Deputado Dimas Perrin, que naquela oportunidade publicava o seu livro "Depoimento de um Torturado".

Esse pronunciamento foi censurado pela Mesa do Congresso Nacional, não tendo sido publicado no *Diário do Congresso Nacional*. O Senador Passos Pôrto, segundo conhecimento que tomei, confirmou ao Deputado Dimas Perrin que isso havia ocorrido em 1980. E, faço aqui, nesta oportunidade, um paralelo.

Enquanto em 1980, no tempo da Velha República, censuravam-se denúncias da importância dessa que levantamos aqui, na Nova República, tenho hoje a oportunidade de trazer à Câmara dos Deputados e ao Congresso Nacional um projeto de lei que considerará o crime de tortura como um crime contra a humanidade, contra a pessoa humana.

Por isso, venho a esta tribuna, hoje, para dizer que aqueles que nos momentos da Nova República aparecem como os que se sintonizam com a sociedade, como os que se sintonizam com as galerias, não passam de elementos que, no passado, configuraram a ordem vigente no período da Velha República, e que nesse período, ao invés de virem à tribuna com pronunciamentos corajosos, muitas vezes estavam aqui para permitir a censura de denúncias como aquela que foi feita pelo Deputado Modesto da Silveira. E por essa razão, a coerência daqueles que foram opositores de ontem e que são os construtores da Nova República, indica a continuidade da luta, a continuidade do mesmo comportamento que enfrentou nos cárceres da diadura, a tortura, a morte, o exílio, e hoje trazem de volta a este País a liberdade e a possibilidade de construir um novo Brasil.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O Sr. Del Bosco Amaral — Sr. Presidente, peço a palavra para uma reclamação que, inclusive, consubstanciará um elogio a V. Exª pela forma democrática com que conduz os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Del Bosco Amaral, para uma reclamação.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quando agora há pouco V. Exª disse democraticamente que permitia aplausos das galerias, e, no momento, falava o Deputado Adail Vettorazzo, defensor da tortura do tempo Médici, em São Paulo, eu quero dizer a V. Exª que, por reclamação e num artifício que, logicamente, também é parlamentar, só a democracia da Nova República tem um democrata como V. Exª, que permite manifestações legalistas das galerias, mesmo quando fala um fascista de antigamente, que defendia a tortura do Governo Médici.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Osvaldo Nascimento.

O SR. OSVALDO NASCIMENTO (PDT — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Estamos na tribuna mais para solicitar a presença dos colegas, Deputados e Senadores, a este plenário, tendo em vista que constatamos, a grosso modo, que não há o *quorum* suficiente para derrubarmos o Decreto-lei do Governo autoritário. E um dos maiores crimes é o da omissão. À medida que ratificarmos novamente a falta de *quorum*, neste plenário, estaremos ratificando todos os atos espúrios, todo o sistema de corrupção, todo o massacre que o autoritarismo implantou nesta Nação. Daí por que, o nosso chamamento aos colegas Deputados, no sentido de que possamos derrubar esse decreto Executivo, essa figura espúria que depõe contra a dignidade e contra a grandeza desta Casa.

Srs. Congressistas

A Nação reclama de todos, neste momento tão difícil, atitudes firmes e coerentes, que sirvam para clarear horizontes tão sombrios, marcados por 20 anos de autoritarismo.

Cabe a cada um de nós, parlamentares, dar dignidade a esta Casa Legislativa, contribuindo, juntamente com o sacrifício que vem sendo exigido dos trabalhadores e de todas as camadas sociais, para a tarefa de organização institucional do País, que passa, necessariamente, pela revogação dos atos de arbítrio.

Por isso, compete-nos olhar percuciente, crítico e cuidadoso sobre os inúmeros decretos-leis, que, já lidos, estão com seus dias contados para aprovação, mediante o malsinado expediente do decurso de prazo, que manietta e vilipendia qualquer Poder Legislativo.

Um dos decretos-leis em questão é o que "Transforma em cargos finais de carreira os atuais cargos em comissão de Subprocurador-Geral da República, Subprocurador-Geral Militar e Subprocurador-Geral do Trabalho". Refiro-me ao Decreto-lei nº 2.159, de 30 de agosto de 1984.

Tal decreto-lei, aparentemente oportuno — porque veio atender, em parte, a antiga reivindicação dos membros do Ministério Público Federal — representa afronta à própria classe beneficiária e é um diploma inconstitucional, já que macula o art. 94 da Constituição, além de outros dispositivos e princípios nela estatuidos. Foi criado no final do Governo passado para manter um quisto de arbítrio junto à Procuradoria Geral da República e serviu, tão-somente, para assegurar cargos a alguns representantes desse arbítrio.

Os jornais estão aí a denunciar, dia a dia, o envolvimento dessas pessoas, mormente o antigo Procurador-Geral da República, Inocêncio Mártires Coelho, e o anterior Secretário-Geral do Ministério da Justiça, Arthur Pereira de Castilho Neto, com o ex-Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, na prática de arquivar processos e sustar o andamento de inquéritos, visando garantir impiedade de amigos e dos detentores do poder econômico.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli. Fazendo soar a campanha) — Solicito a V. Exª concluir a oração, nobre Deputado Osvaldo Nascimento

O SR. OSVALDO NASCIMENTO — Vamos pedir, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, novamente, que os Srs. Deputados compareçam ao plenário da Câmara dos Deputados, porque estamos fazendo este discurso numa hora em que muitos dos Senhores já estão cansados, com os tímpanos agredidos, talvez, em virtude de muitos discursos. Mas, nós verificamos que o *quorum* ainda não é suficiente para derrubar o malsinado decreto que iremos apreciar dentro em breve.

Portanto, queremos que este pronunciamento faça parte dos Anais da Casa, para que não paguemos pelo erro criminoso da omissão, e que derrubemos o decreto legislativo que, mais do que imoral, é ilegal, é espúrio e é contra os ditames e os princípios legais que norteiam esta Casa. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. OSVALDO NASCIMENTO EM SEU DISCURSO:

Senhores Deputados e Senadores

A Nação reclama de todos, neste momento tão difícil, atitudes firmes e coerentes, que sirvam para clarear horizontes tão sombrios, marcados por 20 anos de autoritarismo

Cabe a cada um de nós, parlamentares, dar dignidade a esta Casa Legislativa, contribuindo, juntamente com o sacrifício que vem sendo exigido dos trabalhadores e de todas as camadas sociais, para a tarefa de organização institucional do País, que passa, necessariamente, pela revogação dos atos de arbítrio.

Por isso, compete-nos olhar percuciente, crítico e cuidadoso sobre os inúmeros decretos-leis, que, já lidos, estão com seus dias contados para aprovação, mediante o malsinado expediente do decurso de prazo, que manietta e vilipendia qualquer Poder Legislativo.

Um dos decretos-leis em questão é o que "transforma em cargos finais de carreira os atuais cargos em comissão de Subprocurador-Geral da República, Subprocurador-Geral Militar e Subprocurador-Geral do Trabalho".

Refiro-me ao Decreto-lei nº 2.159, de 30 de agosto de 1984.

Tal decreto-lei, aparentemente oportuno — porque veio atender, em parte, a antiga reivindicação dos membros do Ministério Público Federal — representa afronta à própria classe beneficiária e é um diploma inconstitucional, já que macula o art. 94 da Constituição, além de outros dispositivos e princípios nela estatuídos. Foi criado no final do Governo passado para manter um quisto de arbítrio junto à Procuradoria Geral da República e serviu, tão-somente, para assegurar cargos a alguns representantes desse arbítrio.

Os jornais estão aí a denunciar, dia a dia, o envolvimento dessas pessoas, mormente o antigo Procurador-Geral da República, Inocêncio Mártires Coelho, e o anterior Secretário-Geral do Ministério da Justiça, Arthur Pereira de Castilho Neto, com o ex-Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, na prática de arquivar processos e sustar o andamento de inquéritos, visando garantir impunidade de amigos e dos detentores do poder econômico.

Esses são os beneficiários diretos do Decreto-lei nº 2.159/84, que mereceu o repúdio, desde quando veio a lume, de todos os membros do Ministério Público Federal, aqui reunidos em Brasília, na Assembléia Geral da categoria, realizada em 30-8-84.

Tentando ludibriar a própria classe, essas pessoas formam o aludido decreto-lei, transformando o cargo de Subprocurador-Geral da República em cargo de carreira — aspiração da classe —, ao mesmo tempo em que preenchem os aludidos cargos “a dedo”, através de nomes aceitos pelo chamado “Governo Revolucionário”.

Se a cabeça não funciona, os membros agem desordenados, sem a unicidade própria de todo o organismo. Foi isso o que ocorreu no seio do Ministério Público Federal.

Hoje, bem se vê a dignificação da Instituição através da atuação firme e serena do atual Procurador-Geral da República que, por isso mesmo, tem tido o total apoio da classe.

Em contrapartida, no âmago de tão importante Organismo, para o aprimoramento democrático da Nação, há um cancro do passado, autoritário, continuamente a minar as bases do Ministério Público Federal e esperando a primeira oportunidade para deflagrar “a antiga orientação”.

Assim, é fundamental que cada um de nós, membros desta Casa, tenhamos em mente que é preciso estar vigilante para evitar a aprovação (por decurso de prazo) do malsinado Decreto-lei nº 2.159/84.

A tarefa de reconstrução democrática do País passa, necessariamente, pela revisão de tais atos que, aparentemente inofensivos, são símbolos da prepotência, da impunidade e da imoralidade.

Além da inconstitucionalidade flagrante frente ao art. 94, da Constituição — já que só a lei poderá organizar a carreira dos membros do Ministério Público Federal e dispor sobre seu provimento — o aludido Decreto-lei, no dia seguinte à sua publicação, foi republicado para que o Sr. Inocêncio Mártires Coelho, então Procurador-Geral da República, pudesse ser incluído na lista de merecimento.

Não havia erro a ser corrigido, como fora mencionado na republicação no *Diário Oficial*, de 3-9-84, mas tão-somente fora esquecido que, a vigor o texto primitivo, seu idealizador, o próprio Procurador-Geral, deixaria de ser alçado ao cargo de Subprocurador-Geral da República.

Feita a republicação, o Conselho Superior do Ministério Público, também idealizado pelo então Procurador-Geral em rápida reunião (duas horas e meia) escolheu os nomes daqueles que foram beneficiados com o cargo de Subprocurador-Geral.

Assim, dirigindo a malsinada reunião do Conselho, o próprio Inocêncio Mártires Coelho se escolheu para ser promovido juntamente com seus amigos diretos, que tão bem contribuíram para manietar a atuação dos membros do Ministério Público Federal.

Quistos como estes são violências que não podem permanecer, frente aos reclamos maiores da sociedade e das aspirações da Nova República.

Compete-nos, pois, estar atentos para que o Decreto-lei nº 2.159/84 não seja aprovado. Se assim não agirmos e dermos o exemplo, teremos de prestar contas à nossa consciência e a todos aqueles que nos permitiram estar aqui em seu nome.

Obrigado

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Oswaldo Lima Filho, último orador inscrito para o período de breves comunicações.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A iniciativa das Mesas do Congresso, criando uma Comissão Suprapartidária para estudar o restabelecimento das prerrogativas do Legislativo, instalada solenemente em 19-9-85, está condenada a elaborar emenda, que assumindo indevida feição constituinte, não concluirá seus trabalhos nesta Sessão Legislativa.

Por esse motivo reivindicamos de V. Ex^a, por requerimento assinado pelos Srs. Senadores e Deputados, constituindo a maioria daquela comissão, fazer incluir na pauta dos trabalhos do Congresso, nesta ou na próxima semana, a votação da Emenda Constitucional com o parecer Substitutivo nº 37/85, do Senador Fábio Lucena. Isto, até agora, não foi feito.

Peco a transcrição do requerimento, Sr. Presidente, e ao mesmo tempo concluo reclamando que o Congresso Nacional, que vem de convocar a Constituinte que realizou tantas transformações fundamentais na vida institucional da Nação, vai encerrar esta Sessão Legislativa, sem restabelecer as suas prerrogativas essenciais. E lamento dizer que para essa omissão concorreram, data Venia, as Mesas da Câmara e do Senado e as lideranças desta Casa. (Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. OSWALDO LIMA FILHO EM SEU DISCURSO.

Brasília, 7 de novembro de 1985

Conhece V. Ex^a a justa aspiração do Congresso Nacional em retomar suas atribuições mutiladas pelo regime autoritário.

Nesse sentido são expressivas as diversas emendas Constitucionais, propostas pelos Srs. Deputados Djalma Marinho e Flávio Marçílio na legislatura passada e pelos Congressistas Oswaldo Lima Filho, Hélio Duque e Cid Sampaio na atual legislatura.

Dentre as referidas emendas, a de nº 45, de 1985, de autoria do Deputado Oswaldo Lima Filho, apresentada em 8-8-85, que renovou iniciativa do PMDB no curso da Emenda nº 11 do Presidente João Figueiredo, obteve apoio de dois terços e de todos os líderes do Congresso Nacional.

A iniciativa das Mesas do Congresso, criando uma Comissão Suprapartidária para estudar o restabelecimento das prerrogativas do Legislativo, instalada solenemente em 19-9-85, está condenada a elaborar emenda, que assumindo indevida feição constituinte, não concluirá seus trabalhos nesta sessão legislativa.

Por esse motivo reivindicamos de V. Ex^a a decisão de fazer incluir na pauta dos trabalhos do Congresso na semana de votação da emenda de convocação da Constituinte, de 19 a 30 do corrente, o Parecer Substitutivo nº 37/85-CN, do Senador Fábio Lucena, aprovado unanimemente em 9-10-1985 pela Comissão Mista, incumbida de emitir parecer sobre a referida Emenda nº 45.

Certo da compreensão de V. Ex^a para o dever primordial do Congresso Nacional de revogar trechos da Emenda nº 1, de 1969, atentatórios das atribuições do Legislativo, que não podem conviver com o restabelecimento do regime democrático até 1988, data provável da nova Constituição.

Com protestos de consideração, nos subscrevemos.

Cordialmente, Oswaldo Lima Filho, Flávio Marçílio, Ihsen Pinheiro, Brabo de Carvalho, Thales Ramalho, Roberto Rollenberg, Fábio Lucena, Gastone Righi, Hugo Mardini, Bacayua Cunha, Aécio Cunha, Salvador Julhaneli, Raul Belém, Gonzaga Vasconcelos, Oswaldo Melo, Plínio Arruda Sampaio, Benedito Ferreira, Cid Sampaio.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Nogueira, que falará como Líder.

O SR. PAULO NOGUEIRA (PMDB — MT. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, funcionários do Congresso, a imprensa de um modo geral, homens e mulheres que nos prestigiam nesta noite:

O que nos traz à tribuna, Sr. Presidente, é para dizer da importância da eleição da capital do meu Estado. E eu, aqui, ao iniciar as minhas palavras gostaria de parabenizar toda a comunidade do Município de Cuiabá, capital de Mato Grosso, pela sua inteligência, pela sua coragem e, acima de tudo, pela sua sabedoria. O povo do Município de Cuiabá escolheu, dia 15 de novembro passado, para administrar Cuiabá a partir do dia 1º de janeiro de 1986, duas figuras ilustres: uma é o vice Estevão Torquato, a outra, o prefeito eleito, é desnecessário dizer aqui da competência, da sabedoria, da inteligência, da coragem, enfim, da honestidade desse jovem, um jovem que empolgou toda a Nação brasileira, através da sua inteligência, quando apresentou aqui, nesta Casa, nesta tribuna, a Emenda pelas Diretas-já.

Cuiabá está de parabéns, e não apenas o povo daquele município, está de parabéns o PMDB, está de parabéns Dante de Oliveira, está de parabéns o Brasil e, acima de tudo, está de parabéns o Mato Grosso.

A eleição de Dante de Oliveira não significa apenas a eleição do Prefeito de Cuiabá, ela vai muito mais além, pois o Brasil passa por uma transformação e Mato Grosso ajudará, em todos os pontos, a fazer essa transformação no Brasil. E a eleição de Dante de Oliveira é decisiva para a reconstrução desta Nação. Eu digo isto porque nós temos certeza de que a eleição de Dante de Oliveira é decisiva para que o PMDB eleja o próximo Governo, a partir do ano de 1986. Temos certeza na eleição de Dante de Oliveira e temos certeza de que a eleição do futuro Governador de Mato Grosso é decisiva também para a eleição do futuro Presidente da República. Portanto, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é necessário dizer aqui que foi uma das eleições mais importantes, no meu entender, em todo o Brasil, no dia 15 de novembro passado, pois lá, em Mato Grosso, ainda reina o malufismo. Lá, em Mato Grosso, infelizmente, temos um Governo que não foi eleito pelo povo, mas sim pela fraude; um Governador que, talvez, nenhum dos Estados do Brasil tenha um Governo mais violento, mais corrupto, mais antipovo do que o Governo de Mato Grosso.

O Sr. Márcio Santilli — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO NOGUEIRA — É com muita satisfação, nobre Deputado Márcio Santilli, que concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Márcio Santilli — Deputado Paulo Nogueira, a todos nós o resultado das eleições em Cuiabá trouxe muita alegria, não apenas porque ali se sagrou uma vitória contra o PDS malufista, no seu último bastião, em território nacional, mas também porque ali se resgatou a luta, a combatividade, a coerência, a definição de posições políticas de um companheiro do quilate, da grandeza e da importância nacional do Deputado Dante de Oliveira. Se há algum motivo de constrangimento ou de tristeza para nós, é tão apenas pelo fato de não podermos mais, nesta Casa, nos beneficiarmos do convívio amigável, companheiro e solidário do Deputado Dante de Oliveira. Mas temos a certeza de que V. Ex^a aqui o substituiu, e de que V. Ex^a traz para cá, não apenas os anseios mais caros do povo de Mato Grosso, não apenas o espírito mais combativo do PMDB de Mato Grosso, mas o calor da sua companhia, o calor de sua pessoa, que certamente foi morar na trincheira mais avançada deste Parlamento. Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO NOGUEIRA — Nós é que agradecemos o aparte do nobre Deputado Márcio Santilli.

O SR. ARTUR VIRGILIO NETO — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Deputado Paulo Nogueira?

O SR. PAULO NOGUEIRA — É com muita satisfação que concedo o aparte ao nobre Deputado Artur Virgílio Neto.

O Sr. Artur Virgílio Neto — Nobre Deputado Paulo Nogueira, V. Exª não desconhece, ao contrário, até conhece bem a amizade fraterna, e eu diria inquebrantável, que me liga ao Deputado Dante de Oliveira. A eleição de Dante de Oliveira significou a eleição da minha geração e da geração de Dante; significou nós homenagearmos o autor da emenda das diretas e significou, sobretudo, nós termos consagrado, em Mato Grosso, o espírito daquela mobilização incrível que, neste País, serviu para quebrar o último bastião da ditadura militar. Com Dante, eu me sinto eleito também; com Dante, elegeram-se o que há de melhor e mais democrático em toda a Amazônia e o meu Estado se sente vencedor e homenageado também. Tenho a certeza de que, durante a profícua, a incrível, a imensa administração popular que Dante de Oliveira haverá de realizar em Cuiabá, aquele Estado não sofrerá solução de continuidade aqui, na Câmara, nos mesmos termos, porque já vejo que V. Exª é um Deputado inteiramente comprometido com as melhores causas de Mato Grosso e do povo brasileiro. Muito obrigado.

O SR. PAULO NOGUEIRA — Não tem nada que agradecer, Deputado Artur Virgílio Neto.

Prossequindo, Sr. Presidente, gostaríamos de dizer que foi uma luta das mais importantes para Mato Grosso, foi uma luta do povo contra o poder econômico...

Lá, em Mato Grosso, o Governo Júlio Campos, conhecido como "Malufista pantaneiro", usou todos os recursos dos cofres econômicos do Estado, e não foi apenas o Governador, também o Prefeito de Cuiabá, prefeito não eleito, mas sim nomeado, usou todas as artimanhas, usou todas as mutretas, usou todos os artifícios, para tentar ganhar as eleições da forma como ele foi eleito. Mas, com a sabedoria e com a inteligência do povo do Município de Cuiabá, foi dado o troco necessário. Lá, felizmente, o eleitor votou espontaneamente, foi às urnas e depositou livremente o seu voto em favor de Dante de Oliveira para prefeito de Cuiabá.

O Sr. Fernando Santana — Permite V. Exª um aparte?

O SR. PAULO NOGUEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Fernando Santana — Nobre colega, não valeram as mutretas, não valeram as malandragens, não valeu o milhão contra tostão porque, realmente, o povo de sua cidade soube escolher o melhor. Dante de Oliveira não pertence a Mato Grosso, S. Exª hoje é um cidadão brasileiro, na medida em que a sua proposta de eleições diretas levou todo este País a discutir, a rediscutir e a repensar a sua posição política. Por este motivo, Sr. Deputado... (Tumulto.) Eu gostaria de dizer a V. Exª que tenho o direito de apartear. Não sou chato e nem ocupo a tribuna desnecessariamente (Palmas.) Concluindo, quero dizer a V. Exª que leve a Dante de Oliveira o nosso abraço e a nossa solidariedade pela sua grande vitória.

O Sr. PAULO NOGUEIRA — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estávamos falando sobre a corrupção do Governo, que tentou ganhar as eleições de qualquer forma e, para testemunhar, toda a Nação brasileira assistiu, através do *Jornal Nacional*, quando o Governo usava a gráfica da Imprensa Oficial do Estado para fazer a propaganda do seu candidato. Mas o povo do Mato Grosso está consciente de que era necessário mudar, precisava mudar, e graças a Deus mudou, porque nós entendemos que Dante de Oliveira tem toda a competência, toda a sabedoria, toda a inteligência, para fazer uma grande administração e moralizar, acima de tudo, a administração do Município de Cuiabá. Para nós não foi surpresa quando um colega nosso, o Deputado Federal de Mato Grosso usou esta Tribuna, no dia 12 passado, para dizer ao Brasil inteiro que a Nova República não tem prestado, não tem cumprido com os seus compromissos. E, aqui, S. Exª tentou desvirtuar as decisões já tomadas pelos eleitores de Cuiabá. Mas não ficou só através dos seus discursos aqui nesta Tribuna; S. Exª, teve a coragem de, no dia 14, às vésperas das eleições, usar um canal de televisão do Governo do Estado, e não usou apenas uma hora ou duas, mas quase três horas, numa tentativa de convencer o eleitorado de Cuiabá a não votar em Dante de Oliveira. E nós, aqui, queremos protestar, queremos deixar registrado o nosso repúdio. Não sabemos a razão

e nem a porquê que o Deputado Gilson de Barros, que falava tanto da Velha República, e agora estamos vendo - o ajoitado com um dos homens mais corruptos que o sol já cobriu no Estado do Mato Grosso, que é Júlio Campos; não entendemos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, por que o nobre Deputado tentou desvirtuar o eleitor para que este não votasse no candidato do PMDB, no município de Cuiabá. Assistimos isso com muita tristeza e com grande preocupação. Queremos repetir que, para nós, não foi surpresa, pois não foi apenas nas eleições do Município de Cuiabá, do dia 15 de novembro passado, que o Deputado tentou desvirtuar a opinião dos eleitores sobre o candidato do PMDB. Mas recordamos também que, em 1982, quando o companheiro Carlos Gomes Bezerra, Deputado Federal, foi candidato à Prefeitura de Rondonópolis — sendo hoje Prefeito — naquela época também o nobre companheiro Gilson de Barros escreveu várias cartinhas na tentativa de desvirtuar uma eleição da maior importância para Mato Grosso, que era a eleição de Carlos Bezerra para a prefeitura. Mas a comunidade de Rondonópolis, consciente da necessidade de mudança e de moralização da administração pública daquele município, votou em Carlos Gomes Bezerra e, para nossa felicidade, para felicidade de Mato Grosso, para a felicidade até do Brasil, Carlos Bezerra, hoje, faz uma das melhores administrações, talvez de todos os municípios do Brasil. E temos certeza de que Dante de Oliveira fará uma administração modelo, porque entendemos que ele tem todo o necessário para isto.

Entendemos que há três coisas essenciais: a primeira, contar com o apoio da sua comunidade. E as provas aí estão, mostrando que a comunidade do Município de Cuiabá está com Dante de Oliveira no coração.

Outro ponto que entendemos de grande importância são os recursos, pois para se fazer uma boa administração é necessário ter dinheiro. E Dante de Oliveira tem trânsito livre em todos os Ministérios. Ele não precisa pedir homenagem a Senador ou Deputado Federal para conseguir uma audiência com qualquer dos Ministros, pois as portas de todos os Ministérios, temos certeza, estão abertas para ele. E o mais importante é que Dante de Oliveira tem o mesmo trânsito livre no Palácio. Tenho certeza de que o Presidente da República, Dr. José Sarney, está com os olhos voltados para o Brasil, mas acredito que atenderá a todos os pedidos de Dante de Oliveira, para que se faça uma boa administração no Município de Cuiabá, porque a eleição de Dante de Oliveira, vamos repetir, não fica apenas em Cuiabá ou Mato Grosso, mas sim em todo o Brasil.

Outra coisa a registrar é que Dante de Oliveira não tem rabo preso, é um jovem honesto que toda Cuiabá conhece e sabe que é um homem que realmente, vai administrar com o dinheiro público e fazer tudo aquilo que é necessário para Cuiabá. (O Sr. Presidente faz soar a campanha.) É um homem honesto, sério e tenho certeza que contará com o apoio não apenas dos Ministérios, não apenas do Presidente da República, mas de todo o Congresso Nacional, dos Senadores e dos Deputados, porque todos conhecem Dante de Oliveira.

Era apenas isto, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Deputado Djalma Bom.

O SR. DJALMA BOM (PT — SP. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Gostaria somente de anunciar a presença, aqui nesta Casa, dessa laboriosa categoria dos trabalhadores nas telecomunicações, em campanha salarial pela trimestralidade, 8% de produtividade e 30% de reposição. Nossa satisfação e nossa alegria por ter esses companheiros aqui, junto a nós.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Inicialmente, a nossa saudação fraterna a esses brasileiros que se encontram nas galerias da Casa do povo,

para manifestar, Sr. Presidente, a inteira solidariedade da Bancada do PDS, nesta Casa, vale dizer, da Bancada da Oposição ao Governo, solidariedade aos bravos e operosos funcionários do Ministério das Comunicações, com as suas justas reivindicações que vêm trazer a estes representantes do povo que aqui se encontram, e que estão, naturalmente, a merecer o respeito e o acatamento dos meus nobres colegas do Congresso Nacional.

Sr. Presidente e Srs. Congressistas, o que desejam esses bravos funcionários que aqui se encontram? Nada mais, nada menos, que as negociações com as empresas...

O Sr. Marcondes Pereira — Permite V. Exª um aparte?

O SR. RAUL BERNARDO — Dentro em breve, com muito prazer, darei o aparte a V. Exª. Apenas um minuto para concluir o meu pensamento.

Desejam, apenas, Sr. Presidente, que as negociações com as empresas de telecomunicações do Governo sejam abertas, sejam democráticas, permitindo a eles, funcionários, essa justa concessão da reposição salarial de 30%. Reposição salarial essa que desejam, Sr. Presidente, a exemplo do que já ocorreu. Portanto, há um precedente com as empresas estatais de energia do atual Governo.

Concedo o aparte, com muita satisfação, ao nobre colega

O SR. MARCONDES PEREIRA — Nobre Deputado, sabe V. Exª o respeito que nutro por V. Exª, mas devo declarar que não aceito determinadas posições, principalmente aquelas que exploram as galerias, porque o Ministro que V. Exª está pedindo para atendê-lo é do Partido de V. Exª. Mais ainda, não vou permitir aqui que Deputados que ontem fizeram toda sorte de pressão em cima do povo, hoje, queiram tirar aplausos da assistência. Não vou permitir. Nesta Nova República, ou nos damos as mãos para levar avante uma reconstituição deste País, pacificamente, ou estaremos mentindo ao povo brasileiro. Chega de mentir à nossa gente, chega de inventar coisas para tirar aplausos do povo, que não sabe mas em quem acreditar. V. Exª pede ao Governo, mas o Ministro que V. Exª representa é do seu Partido, portanto, não há razão de vir aqui fazer média em cima do Governo que defendemos com tanto ardor. Portanto, nobre Deputado, com os meus respetos, peço a V. Exª que não explore mais esse povo, que não peça mais aplausos dessa gente que não sabe por que está aplaudindo.

O SR. RAUL BERNARDO — Nobre Colega...

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Eu já disse que não permito nenhuma manifestação de desrespeito a Deputado ou à Mesa, Aplausos eu permito, não admito desrespeito a nenhum Sr. Congressista.

O SR. RAUL BERNARDO — Nobre colega, V. Exª até nos ajuda com seus falsos argumentos. Em primeiro lugar, causa-me espanto V. Exª trazer a alegação de que o Ministro das Comunicações é do meu Partido, porque a continua ainda inscrito, mas pertence ao governo que V. Exª defende e nunca ninguém da Bancada do PDS esteve a defender a posição política adotada falsamente pelo atual Ministro das Comunicações.

Em segundo lugar, os erros do passado, e V. Exª nunca me viu, na tribuna da Câmara ou do Congresso Nacional, a defender erros dos governos passados; eu os censurei até aqui, porque sou homem independente, nunca estive atrelado a nenhum líder maior do PDS, e hoje continuo ainda não atrelado, porque devo apenas respeito e liderança ao povo que, desde 1966, me conduziu às Casas do povo, à Assembleia de Minas e, já por três mandatos consecutivos, à Câmara Federal, V. Exª, sim, é que parece querer justificar o erro da Nova República em não beneficiar esses pobres funcionários que aí estão, justificando que isso constitui também erro igual de governos passados. Não, nobre Deputado, V. Exª sim se equivoca e a tal ponto que eu agora o desafio a voltar ao microfone para dizer se é contra ou a favor de 30% de reposição salarial. Venha aqui dizer isso, e se o fizer é dizendo que a favor, V. Exª é um demagogo.

O Sr. Marcondes Pereira — V. Exª me permite dizer a este povo, não 30% mas 50%.

O SR. RAUL BERNARDO — Então, V. Exª é um demagogo, porque V. Exª vem à presença de seus colegas com hipocrisia e com inverdades. V. Exª tenha mais res-

peito aos seus colegas e ao Parlamento. Não venha me fazer perder meu precioso tempo com V. Ex*.

O Sr. Marcódes Pereira — São todos malufistas que queriam destruir este País.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — V. Ex* já teve o aparte permitido, solicito a V. Ex* que não insista.

O SR. RAUL BERNARDO — Sr. Presidente, neste instante, solicito a V. Ex* que mande consignar nos Anais do Congresso Nacional a manifestação do nobre Deputado que me aparteu pela segunda vez. Vale aqui como um voto de que ele é a favor de 50% de reposição salarial, e não apenas 30% como essa gente quer, e nós estamos solidários com eles.

Seria o caso até de pedir, neste instante, pela nossa constância, pela nossa defesa intransigente em favor desses funcionários, que a liderança do Governo viesse também dizer aqui, para pôr um basta nessa questão, que também toda a Bancada do Governo é solidária com a reposição salarial, pelo menos de 30%. E quem sabe eles virão dizer que é de 50%?

Sr. Presidente, dentro do tempo que me resta vou prosseguir...

O Sr. Roman Tito — Permite V. Ex* um aparte, nobre Deputado?

O SR. RAUL BERNARDO — Vou prosseguir sem mais apartes, para evitar que eu tenha que dar respostas à altura a manifestações, como aqui me cercearam a palavra num aparte.

O Sr. Ronan Tito — V. Ex* me permite um aparte, nobre Deputado?

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O orador não quer permitir mais apartes; peço a V. Ex* para não insistir.

O SR. BERNARDO — Para dizer, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que a Liderança do PDS nesta Casa recebeu ainda duas outras solicitações, partidas de duas outras entidades de classe. A primeira, consubstanciada no telegrama cujo teor passo a ler:

Telegrama
Deputado Prisco Viana
Camara dos Deputados
Praça dos Três Poderes
Brasília/DF

Agradecemos interferência Vossência junto Governo Federal sentido sejam mantidos empregos todos trabalhadores securitários grupos COMIND e MAISONNAVE, considerando-se não serem eles responsáveis desmandos resultados decretação falência referidas empresas, fato que é consequência direta ausência fiscalização do Banco Central junto instituições setor financeiro. Cordiais saudações, Júlio Menando de Carvalho — Presidente

E ainda, Sr. Presidente, dois outros telex, cujo teor é o seguinte:

Telegrama
Deputado Prisco Viana
Líder Bancada do PDS
Camara dos Deputados
Brasília/DF
NR 45/85-GS-I de 24-10-85.

Temos satisfação comunicar ilustre Deputado este Poder, em sessão ordinária ontem, aprovou proposição autoria Deputado Albérico Filho, subscrito quinze parlamentares, solicitando Vossência gentileza fazer pronunciamento em favor reivindicações empregados correios e telégrafos inseridas documento intitulado carta de Brasília, assim como a reintegração nos quadros da empresa dos funcionários demitidos última greve. Saudações atenciosas José Elouf

Primeiro-Secretário Assembléia Legislativa de São Luiz, no Maranhão

Exmo. Sr.
Dr. Prisco Viana
A/C Liderança do PDS na Câmara dos Deputados.
Telex

Aguardamos posicionamento de V. Ex* quanto à demissão em massa que vem ocorrendo nos correios.

Aguardamos essa manifestação até o dia 4-11-85, prazo também dado ao Ministro das Comunicações, Sr. Antônio Carlos Magalhães, para o atendimento de nossas reivindicações, cujos itens principais são:

- 1 — readmissão dos funcionários demitidos desde maio/85.
- 2 — incorporação dos 30% aos salários;
- 3 — manutenção do Monopólio Postal;
- 4 — estabilidade no emprego

Hoje fala-se muito em democracia. Enquanto tivermos um Ministro que siga na prática as teorias da ditadura, criando um verdadeiro campo de concentração dentro de uma empresa estatal, essa palavra "Democracia" será para nós mera demagogia.

E a nossa resposta a todos aqueles que fungiram ao compromisso com o povo será dada nas urnas, em 15 de novembro

Irede Cardoso — (A pedido da ACETESP-ASS. Func. de Emp. Bras. de Correios e Telégrafos do Est. de SP)

Esta, Sr. Presidente, é, neste momento, a palavra de Liderança do PDS; vale dizer, de uma falange de bravos parlamentares da Oposição, para que fique aqui consignado, mais uma vez, que esta Casa não vai se entregar ao poder de governo, porque esta Casa tem homens independentes, tem homens criteriosos, tem homens honrados e tem homens operosos a serviço do nosso povo. (Muito bem!)

O Sr. Alberto Goldman (PCB — SP) — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. ALBERTO GOLDMAN (PCB — SP. Para uma comunicação Como Líder. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em rápidas palavras, Sr. Presidente, em nome do Partido Comunista Brasileiro, eu quero dizer que se hoje os trabalhadores deste País estão lutando por uma reposição salarial, esse é um direito indiscutível, estão lutando por uma reposição porque lhes foi tirado um determinado valor durante todos esses últimos anos pela política salarial da ditadura. E a política salarial da ditadura foi, nesta Casa, sustentada por diversas vezes pela Bancada do PDS. Essa é a responsabilidade real. Eu não faço acusações individuais, não se trata de citar nominalmente ninguém, se trata, sim, de colocá-los nos seus devidos termos, na realidade histórica, a responsabilidade pelo arrocho salarial, contra o qual todos nós democratas aqui lutamos: comunistas, membros do PMDB, e alguns poucos membros democratas, inclusive do próprio PDS, nós lutamos contra a política de arrocho salarial. E se hoje os trabalhadores estão buscando a reposição, é porque querem ter em seu bojo, em seu salário, aquilo que a ditadura lhes arrancou. E, nesse sentido, podem contar com os democratas, porque nós faremos todo o empenho possível para que, no mais breve espaço de tempo, aquilo que a ditadura arrancou lhes seja devolvido como é de justiça.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O Sr. Airton Soares — Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Não posso conceder, porque a Liderança do PMDB já usou da palavra.

O Sr. Airton Soares — Nem um minuto a mais, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Infelizmente, não, nobre Deputado.

O Sr. José Lourenço — Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Partido da Frente Liberal

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Lourenço, que falará pela Liderança do Partido da Frente Liberal.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PFL — BA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

— Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Vimos com a maior alegria as respeitadas manifestações das galerias desta Casa. Mas as vimos mais, porque nos permitimos que elas chegassem aqui. Se nós não tivéssemos, com a nossa decisão, com a Maioria que constituímos a Aliança Democrática, mudado o curso dos acontecimentos no Brasil, certamente essas galerias que aí estão, aqui não estariam, porque não seriam livres para essa manifestação.

Nós mudamos, porque nós ouvimos o povo antes que ele aqui chegasse. E hoje que aqui chegou, nós o respeitamos. Nós o respeitamos, o saudamos e lhe dizemos: Nós, do Partido do Governo, nós da Aliança Democrática, nós da Frente Liberal estamos sempre atentos às maiores reivindicações populares do País. E porque estivemos atentos aos maiores anseios da Nação, nós votamos em Tancredo Neves e votamos em Sarney. Nós ficamos ao lado da Nação para podermos continuar de cabeça erguida, dizendo sim à vontade popular.

Nós sabemos as dificuldades que vive o Governo; o Ministro das Comunicações não é do meu Partido, não é do PMDB, mas o Presidente José Sarney é o Presidente da República que nós apoiamos. Defendemos aqui a política do Presidente, que é um homem sensível a todas as reivindicações populares; é um homem sensível a todas as reivindicações salariais, e se não fosse assim, os ganhos reais de salários, neste País, não teriam atingido os índices que atingiram, em 1985. E se não fosse assim, a economia brasileira não teria crescido, durante este ano, cerca de 7%, o que permitiu que 1 milhão e meio de brasileiros voltassem a ter empregos, pois que estavam desempregados em função da recessão que pairou neste País por longa data e por um longo período.

É esta a política do Governo, que nós não nos acovardamos em defender, é esta a política do Governo que nós, com decisão e apoio de todos os brasileiros, inclusive daqueles que estão nas galerias, iremos implantar no Brasil, porque a Aliança Democrática é, sem dúvida alguma, o espírito maior da Nação brasileira. (Muito bem!)

O SR. SÉRGIO LOMBA — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Sérgio Lomba, que falará como Líder do PDT.

O SR. SÉRGIO LOMBA (PDT — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o PDT, Partido Democrático Trabalhista, não quer ter a supremacia de dizer que fala, somente ele, em nome do povo, principalmente da classe trabalhadora brasileira. Gostaríamos, nós do PDT, nesta hora, de ter a certeza que a Aliança Democrática, também fala em nome do povo brasileiro, principalmente dos trabalhadores brasileiros, da classe menos favorecida.

Gostaríamos muito, Sr. Presidente, de ter a certeza que a Aliança Democrática, no poder atualmente, efetivamente estivesse falando em nome do povo brasileiro e dos trabalhadores brasileiros. Mas, temos as nossas dúvidas. Lamentavelmente, temos as nossas dúvidas e vou dar aqui uma razão, apenas uma, que é a maior mácula da Nova República, mácula que tem que ser apagada, porque enquanto ela persistir não há nada que faça a Nova República pelo povo brasileiro que possa suplantar o que foi feito contra os trabalhadores da Empresa dos Correios e Telégrafos, demitidos que foram injustamente, porque reivindicaram melhores salários, porque buscaram defender a sua categoria numa greve justa, e o Ministro das Comunicações da Nova República — eu não sei de que Partido ele é, só sei que é o Ministro da Nova República — continua impune no seu Ministério, quando já de muito deveria ser demitido. (Palmas das galerias.)

O Senhor José Sarney é culpado, eu culpo o Presidente José Sarney, eu culpo o PMDB, eu culpo a Frente Libe-

ral e a Nova República pela permanência do Sr. Antônio Carlos Magalhães à frente do Ministério das Comunicações. (Palmas das galerias.) Já deveria ter sido demitido, se ele não é demitido o Senhor Presidente José Sarney tem culpa; se ele não é demitido o PMDB tem culpa; se ele não é demitido o PFL tem culpa. Não me venham dizer que não têm culpa. Existem milhares de chefes de família demitidos da Empresa do Correios e Telégrafos. Enquanto este fato não for corrigido, essa mácula não for apagada nada, absolutamente nada, que a dita Nova República pública fizer pelo povo brasileiro irá superar essa mácula, essa mancha que pesa sobre a Nova República, o Governo José Sarney, o PMDB, a Frente Liberal e, principalmente, enquanto reinair altaneiro, imperial, o Sr. Antônio Carlos Magalhães, neste Governo, a Nova República não pode falar em povo.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

(*) Votação em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão Mista de Orçamento em seu parecer nº 80, de-1985-CN), do Projeto de Lei nº 6, de 1985-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 1986.

Nos termos do art. 101, parágrafo único, do Regimento Comum, a redação final independente de discussão. Em votação.

(*) A redação final acha-se publicada no Suplemento "A" e "B" ao DCN de 27-11-85

Os Senhores Deputados que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Os Senhores Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

O Projeto vai à sanção.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Nos termos do art. 55, § 1º, in fine, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 21 horas, neste plenário destinada à votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1985-CN (8ª Sessão).

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a 8ª sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas.)

Ata da 379ª Sessão Conjunta, em 28 de novembro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 21 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES.

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Alcides Pato — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — João Calmon — José Ignácio Ferreira — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Murilo Badaró — Alfredo Campos — Amaral Furlan — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Gastão Müller — Roberto Campos — José Fragelli — Marcelo Miranda — Roberto Wypych — Enéas Faria — Jaison Barreto — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Aluizio Bezerra — PMDB; Amílcar de Queiroz — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Melo — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Randolpho Bittencourt — PMDB; Ubaldino Meirelles — PFL; Vivaldo Frota — PFL.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Sales — PMDB; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PFL.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Arnaldo Moraes — PMDB; Benedito Monteiro — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Carlos Vinagre — PMDB; Gerson Peres — PDS; João Marques — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Sebastião Curió — PFL; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Enoc Vieira — PFL; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Magno Bacelar — PFL; Victor Trovão — PFL; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PFL; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jônathas Nunes — PFL; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PFL.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Alfredo Marques — PMDB; Antônio Moraes — PMDB; César Cals Neto — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PFL; Gomes da Silva — PFL; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PFL; Manuel Viana — PMDB; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Orlando Bezerra — PFL; Ossian Araripe — PFL.

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB; Antônio Câmara — PMDB; Antônio Florêncio — PFL; Assunção de Macêdo — PMDB; Vingt Rosado — PDS; Wanderley Mariz — PDS.

Paraíba

Adauro Pereira — PDS; Aluizio Campos — PMDB; Álvaro Gaudêncio — PFL; Carneiro Arnaud — PMDB; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PFL; João Agripino — PMDB; José Maranhão — PMDB; Raymundo Asfóra — PMDB; Tarcísio Burity — PTB.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Geraldo Melo — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PFL; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; Jarbas Vasconcelos — PSB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PFL; José Moura — PFL; Josias Leite — PDS; Mansueto de Lavour — PMDB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PMDB; Nilson Gibson — PFL; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Pedro Corrêa — PDS; Roberto Freire — PCB; Thales Ramalho — PFL.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS; Fernando Collor — PMDB; Geraldo Bulhões — PMDB; José Thomaz Nonó — PFL; Manoel Affonso — PMDB; Renan Calheiros — PMDB; Sérgio Moreira — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Augusto Franco — PDS; Batalha Góis — PMDB; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PFL; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PTB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Eraldo Tinoco — PDS; Etelvir Dantas — PDS; Felix Mendonça — PTB; Fernando Gomes — PMDB; Fernando Magalhães — PDS; Fernando Santana — PCB; França Teixeira — PFL; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PC do B; Hélio Correia — PDS; Horácio Matos — PDS; Jairo Azi — PFL; João Alves — PDS; Jorge Medauar — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PFL; Marcelo Cordeiro — PMDB; Mário Lima — PMDB; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Ruy Bacelar — PFL; Virgildásio de Senna — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Max Mauro — PMDB; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS; Stélio Dias — PFL; Theodorico Ferraço — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDS; Aloysio Teixeira — PMDB; Álvaro Valle — PL; Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Carlos Peçanha — PMDB; Celso Peçanha — PFL; Clemir Ramos — PDC; Daso Coimbra — PMDB; Délio dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PFL; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; JG de Araújo Jorge — PDT; Jorge Leite — PMDB; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PSB; José Frejat — PDT; Lázaro Carvalho — PFL; Léo Simões — PFL; Márcio Braga — PMDB; Márcio Macedo — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS;

Roberto Jefferson — PTB; Rubem Medina — PFL; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PFL; Sebastião Nery — PS; Sérgio Lomba — PDT; Simão Sessim — PFL; Walter Casanova — PFL; Wilmar Palis — PDS

Minas Gerais

Áccio Cunha — PFL; Altair Chagas — PFL; Antônio Dias — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Eloy — PFL; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Dario Tavares — PMDB; Dimas Perin — PMDB; Emílio Gallo — PFL; Emílio Haddad — PFL; Fued Dib — PMDB; Gerardo Renault — PDS; Israel Pinheiro — PFL; Jairo Magalhães — PFL; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; Jorge Vargas — PMDB; José Carlos Fagundes — PFL; José Machado — PFL; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Júnia Marise — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Baccarini — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PFL; Mário de Oliveira — PMDB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Navarro Vieira Filho — PFL; Nylton Velloso — PFL; Oswaldo Murta — PMDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PFL; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronaldo Canedo — PFL; Ronan Tito — PMDB; Rondon Pacheco — PDS; Roseburgo Romano — PMDB; Vicente Guabiroba — PDS; Wilson Vaz — PMDB.

São Paulo

Adal Vettorazzo — PDS; Airton Sandoval — PMDB; Airton Soares — PMDB; Alberto Goldman — PCB; Armando Pinheiro — PDS; Aurélio Peres — PC do B; Bete Mendes — PT; Cardoso Alves — PMDB; Cunha Bueno — PDS; Darcy Passos — PMDB; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PFL; Djalma Bom — PT; Doreto Campanari — PMDB; Estevam Galvão — PFL; Farahulini Júnior — PTB; Ferreira Martins — PDS; Flávio Bierrenbach — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Diâs — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Gastone Righi — PTB; Herbert Levy — PFL; Horácio Ortiz — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novais — PMDB; João Bastos — PMDB; João Herrmann Neto — PMDB; Maluly Neto — PFL; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Natal Gale — PFL; Nelson do Carmo — PTB; Octacílio de Almeida — PMDB; Pacheco Chaves — PMDB; Paulo Zarzur — PMDB; Plínio Arruda Sampaio — PT; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Ricardo Ribeiro — PFL; Roberto Rollemberg — PMDB; Salvador Juhaneli — PDS; Samir Achôa — PMDB; Sólton Borges — PTB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Joaquim Roriz — PMDB; José Freire — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Márcio Lacerda — PMDB; Milton Figueiredo — PMDB; Paulo Nogueira — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Edison Garcia — PFL; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Rosário Congo Neto — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alceni Guerra — PFL; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Geara — PMDB; Anselmo Peraro — PMDB;

Antônio Mazurek — PDS; Aroldo Moletta — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Ítalo Conti — PFL; José Carlos Martinez — PMDB; José Tavares — PMDB; Léo de Almeida Neves — PDT; Luiz Antônio Fayet — PFL; Mattos Leão — PMDB; Norton Macedo — PFL; Oscar Alves — PFL; Oswaldo Trevisan — PMDB; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Pedro Sampaio — PMDB; Reinhold Stephanes — PFL; Renato Bernardi — PMDB; Renato Johnsson — PDS; Renato Loures Bueno — PMDB; Santinho Furtado — PMDB; Santos Filho — PDS; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Artenr Werner — PDS; Dirceu Carneiro — PMDB; Eptácio Britencourt — PDS; Evaldo Amaral — PFL; Ivo Vanderlind — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Renato Vianna — PMDB; Walmor de Luca — PMDB.

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT; Amaury Müller — PDT; Augusto Trein — PDS; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Darcy Pozza — PDS; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Harry Sauer — PMDB; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; Jorge Ueque — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Léo Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Oswaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PFL; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PFL; Paulo Guerra — PMDB.

Roraima

Alcides Lima — PFL; João Batista Fagundes — PMDB; Júlio Martins — PMDB; Mozarildo Cavalcanti — PFL

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — As listas de presença acusam o comparecimento de 60 Senhores Senadores e 395 Senhores Deputados.

Há número regimental

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Em recente palestra no Senado Federal, o Ministro Roberto Gusmão, assinalando o papel desempenhado pelo Ministério da Indústria e do Comércio na Nova República, para atender às mudanças econômicas, sociais e administrativas exigíveis, salientou que a primeira prioridade é a busca de solução para os problemas sociais, o que exige a retomada imediata do crescimento, principalmente pela melhoria da qualidade, obrigando a redefinição das diretrizes gerais e setoriais.

Advertiu o Ministro sobre a necessidade, no plano da gestão dos órgãos e entidades do Estado, melhorada a sua eficácia, impondo-se a austeridade no cumprimento de suas responsabilidades.

Mas tais mudanças não podem ser impostas pelo Governo, devendo ser precedidas de consultas e debates junto à sociedade, envolvendo mais diretamente empresários e trabalhadores, pois a empresa é o agente preponderante na atividade econômica, exigindo-se dela três atributos: melhoria da produção física, aumento da produtividade pelo avanço tecnológico e o compromisso de

melhorar a qualidade de vida das populações, pelo incremento da produtividade.

Referindo-se ao desempenho do MIC, salientou que é o Ministério cujas despesas menos cresceram, em termos percentuais, entre 1984 e 1985, enquanto busca restabelecer a credibilidade e a confiança no governo, fortalecendo sua competência no levantamento de novas questões e no encaminhamento com a iniciativa privada.

Referindo-se à coordenação da política industrial, prometeu o Ministro, para antes do fim do ano, uma definição em torno do assunto, "que servirá de balizamento para todas as ações públicas no setor, atendidos os reclamos da iniciativa privada, para uma verdadeira retomada do crescimento".

Advertiu que a retomada do crescimento industrial depende de medidas de ordem geral, a cargo de outros Ministérios, destacando-se as que conduzem à redução das taxas de juros, ao controle da inflação e à elevação dos salários reais.

Salientando que o crescimento quantitativo atingiu seu limite, necessário apelar-se para a eficiência, sem adiar-se a elevação dos salários reais, o que implicaria a incorporação de massa ponderável de brasileiros aos benefícios do progresso.

A crescente participação do empresariado nos setores tecnicamente mais elevados, mostra que ele assumiu capacidade financeira, tecnológica e industrial, seja no campo da petroquímica, da informática e da produção de bens de capital.

Depois de salientar que o novo padrão de industrialização exige a descentralização regional na conformação do modelo, concluiu salientando a necessidade de se estabelecer formas de coesão capazes de desencadear ações efetivamente conjugadas, nos mercados interno e externo.

Aproveitamos o ensejo para congratular-nos com essa brilhante exposição, que nos convence de que o MIC tem um homem ao leme.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Del Bosco Amaral.

O SR. DEL BOSCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Somente para informar que hoje mantive uma reunião de duas horas com o Sr. Presidente da COBAL e alguns dos seus auxiliares e, como Parlamentar, recebi dados estruturadores das sindicâncias que já foram efetuadas e terminadas, sem prejuízo de outras que somam 165 inquéritos administrativos aonde a mais nefanda corrupção foi praticada, desviando alimentos da população carente. Estou aqui, do lado da minha liderança, para dizer que ainda até o final dos trabalhos vamos tentar constituir uma CPI, porque nós teremos novidades e surpresas a respeito dos beneficiários da corrupção. A nova COBAL está trabalhando seriamente; moralizando administrativamente, mas vai mostrar ao País o que se fez naquele órgão nos últimos três anos. O que assisti hoje, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, é estupeficante.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fernandes.

O SR. JOSÉ FERNANDES (PDS — AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

As louvações e pedidos de desistência me levam a falar pouco, e apenas anunciar o assunto que espero abordar no dia de amanhã, que diz respeito à mais escabrosa manipulação que se tem conhecimento em 44 anos de mensuração dos índices de inflação. Nem mesmo o Sr. Delfim Netto, nos anos do Governo Médici, conseguiu a prática imoral que deseja impor agora aos brasileiros, o Sr. Funaro, ao tentar trocar o índice geral de preços pelo índice de preços ao consumidor amplíavel, que nada mais é do que colocar no mesmo galinheiro, a galinha e a raposa, a fim de burlar o trabalhador brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo.

O SR. RAUL BERNARDO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Airton Soares. (Pausa.)

O SR. AIRTON SOARES — Desisto da palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gerson Peres.

O SR. GERSON PERES PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina. S.Exª desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Bonifácio de Andrada.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

São poucos os momentos que temos para mostrar as mentiras e, sobretudo, os desvirtuamentos da política governamental atualmente instalada no Palácio do Planalto. (Não apoiados!)

A última mentira, Sr. Presidente, é o problema do índice da nossa inflação. O Ministro da Fazenda, numa boa orientação. — boa orientação entre aspas — para mentir ao povo brasileiro, (Não apoiados!) abandonou a Fundação Getúlio Vargas, porque a referida entidade é um centro de estudos científicos e diz a verdade. E, em abandonando a Fundação Getúlio Vargas, que diz a verdade, que é uma entidade autônoma, abraçou o IBGE, que é subordinado ao Governo, que recebe ordens do Governo, como sempre o foi, vai, neste momento, indicar ao povo brasileiro, índices inflacionários mentirosos.

Sr. Presidente, o tal do IPCA — Índice de Preço ao Consumidor Ampliado — é que vai definir a inflação brasileira e não mais o Índice Geral de Preços da Fundação Getúlio Vargas.

O que significa isso? Significa que a inflação vai ficar ao bel-prazer do Governo, que vai mentir ao povo, dizendo que a inflação está caindo, que está diminuindo, que a inflação dia a dia está perdendo a sua dinâmica.

Mas mentiras no campo financeiro, Sr. Presidente, custam caro ao País; são mentiras com repercussões danosas na vida econômica. E na hora em que aqueles que depositam seu pecúlio na poupança verificarem que os índices, no fim do mês, são mentirosos, e que não terão um resultado de acordo com os níveis que deveriam ter, segundo os patamares da inflação, o que vai acontecer? A poupança vai cair neste País e, a poupança caindo, repercussões gravíssimas ocorrerão na área financeira e na área econômica.

O Governo já sabe disso. E para tapar esse buraco que aí virá, e para cobrir esse déficit que necessariamente vai surgir, acaba de mandar a esta Casa um enorme aumento de impostos, um terrível aumento nos tributos que, na realidade, recairá sobre o povo brasileiro, de maneira global.

Essa história, Sr. Presidente, de falar que os impostos só vão recair nos empresários que ganham muito e que não vão recair nos setores financeiramente menores da população, é outra balela. Por quê? Porque, na hora em que o empresário, que ganha muito mais que as camadas mais pobres, receber o impacto de uma alta tributação, o empresário vai aumentar o preço do seu produto e vai também despedir os empregados de sua empresa, e é o povo, portanto, que vai sofrer contra essa medida governamental.

Sr. Presidente, é preciso então registrar aqui, neste final de nossas palavras, mais um engodo da política financeira.

Sr. Presidente, a verdade é uma só, o dólar já está a 13 mil cruzeiros, cresceu duas vezes de março até esta data, esta é a grande verdade! (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra à nobre Deputada Cristina Tavares.

A SRA. CRISTINA TAVARES (PMDB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Que estranha metamorfose se assiste hoje, no Congresso Nacional! Uma bancada, que durante 20 anos apoiou o arrocho salarial, a tortura e todas as indignidades que se praticaram nos anos da ditadura, apresenta-se, hoje, como defensora de trabalhadores e até reclamando sobre supostas falcatruas.

O Deputado Bonifácio de Andrada tem conhecimento do que é manipulação; foi Vice-Líder do Governo quando Delfim Netto era Ministro e defendeu-o. E, por certo, o ex-Ministro entendia de manipulação de índices, até porque, através do IBGE, conseguiu abaixar o salário dos trabalhadores. No entanto, Sr. Presidente, temos a segurança de que o Ministro Dilson Funaro tem razões para rever os índices que, agora, apresenta à Nação e o fará de forma transparente, através da televisão.

De forma que, em nome da dignidade e da memória nacional, não podemos receber cobranças de quem não tem, politicamente, credenciais para fazê-las e, no entanto, as manifestações das galerias, estas sim, mostram credenciais para cobrar do PMDB e da Aliança Democrática uma postura de coerência. A manifestação dos trabalhadores da telecomunicação é coberta de razões. O Ministro Antônio Carlos Magalhães comprometeu-se com os salários e não cumpriu; o Ministro Antônio Carlos Magalhães demitiu trabalhadores pelo simples fato de estarem defendendo os seus direitos. Esta advertência que faço, como membro do PMDB, é uma solicitação, um apelo ao Presidente José Sarney; demita o Ministro Antônio Carlos Magalhães e terá salvo a Nova República de vexames como este que estamos assistindo nas galerias do Congresso Nacional.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Bastos.

S. Exª desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Manoel Viana.

S. Exª desiste da palavra.

Concedo a palavra ao último orador inscrito, Deputado Siegfried Heuser.

O SR. SIEGFRIED HEUSER (PMDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas.

Ninguém mais interessado do que nós para procedermos à votação esperada.

Mas, Sr. Presidente, da tribuna, ali naquele outro lado, desde a sessão da tarde até este momento, nós ouvimos observações, ouvimos referências, ouvimos alguma coisa que se deseja apresentar perante a Nação brasileira como uma Oposição.

Ora, Sr. Presidente, ninguém mais do que nós, que lutamos por duas décadas por um Governo lúcido, transparente, sério, popular e responsável, para que se estabelecesse no Congresso Nacional, um diálogo, uma troca de idéias, a apresentação de projetos e a necessária crítica.

Mas o que verificamos, Sr. Presidente e Srs. Congressistas? Frases ocas, sem sentido, sem substância, sem origem e sem conteúdo. E vou citar apenas um exemplo: toda a Nação brasileira lutou, durante todo esse tempo, contra a chamada indexação e era questionada a indexação do IGP, do INPC, dos índices da inflação que são três dados que mostram à Nação brasileira o estado em que vive, relativamente ao aumento do custo de vida, a defasagem do poder aquisitivo, um aspecto que eu diria dos mais meritórios do chamado pacto fiscal, em que a Nova República modifica os critérios de avaliação do Índice Nacional de Preços, o IGP; e reúne em um único índice a indexação que há de orientar, daqui para adiante, a remuneração mensal de cadernetas de poupança e outros papéis a título de correção monetária. Mas o que é IPCA, Sr. Presidente? É um dado mais ampliado; ve-

jam, o IGP, é o Índice Geral de Preços originário da Fundação Getúlio Vargas, colhido no Rio de Janeiro, e inclui desde o material de construção até a banana que se compra no mercado e, seguramente, não é um índice fiel para avaliar, para medir, para dimensionar a perda do poder aquisitivo do consumidor brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Solicito a V. Exª que conclua o seu discurso.

O SR. SIEGFRIED HEUSER — E também não é, Sr. Presidente, o índice fiel, o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística nos moldes em que estava sendo concebido. Pois bem, a Nova República teve a inspiração de insistir apenas com um índice, que é o Índice Nacional de Preços Ampliado abrangente, que se há de colher todas as semanas em todas as capitais do País.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Peço a V. Exª para concluir seu discurso, pois seu tempo está esgotado.

O SR. SIEGFRIED HEUSER — Já vou concluir, Sr. Presidente.

E para que fosse transparente esse novo índice, Sr. Presidente, não elaborado entre quatro paredes do IBGE, tampouco da Fundação Getúlio Vargas, foi criado um conselho composto pela classe trabalhadora, pela classe empresarial e por técnicos, foi instalado e está funcionando no Rio de Janeiro...

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Peço a V. Exª para concluir.

O SR. SIEGFRIED HEUSER — Sr. Presidente já vou concluir.

... para que fosse transparente, lúcido e ao alcance do povo e da fiscalização. Portanto uma das coisas mais acertadas que se fez e que se está fazendo, sofre uma crítica sem fundamento, sem base, eu diria não digna, de um grupo de Deputados que dizem fazer oposição consciente a um Governo que está dando a Nação brasileira o que lhe foi sonogado nos últimos 20 anos. (Muito bem!)

O Sr. José Fernandes — Sr. Presidente, peço a palavra, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fernandes, como Líder do PDS.

O SR. JOSÉ FERNANDES (PDS — AM. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Ocupo pela segunda vez esta tribuna, porque aqui não estamos com interesse de fazer oposição, mas é dever não só da Bancada do PDS, mas de todos os Partidos aqui, inclusive do PMDB que pleiteou seriedade em relação aos condutores da política econômica, se pronunciarem pela verdade.

A verdade, Sr. Presidente, não é aquela que viveu apenas quando era Ministro o Sr. Delfim Netto. A verdade também, por mais que seja dura, tem que estar presente na condução dos assuntos por parte do Sr. Dilson Funaro.

Eu não pretendia ocupar a tribuna, mas quando ouvi, agora, o Deputado Siegfried Heuser, vim, inclusive, acusar aqui, de que o que falaram sobre alteração de índice, estavam falando sem substância, e ofereço, inclusive, o microfone de aparte ao Deputado Siegfried Heuser e a qualquer outro que queira discutir o assunto, para dizer com que substância é a defesa que se faz sem olhar, realmente, o interesse do povo brasileiro?

O que acontece, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares? Acontece que o Sr. Dilson Funaro, que inclusive alterou índices, retirou a instituição, pela Fundação Getúlio Vargas; que tem credibilidade, que na única vez que foi afastado, e foi pelo Sr. Delfim Netto e deu resultados no ano de 1973, de 12% corrigidos em seguida, pelo retorno que o Presidente Ernesto Geisel fez aos índices da Fundação Getúlio Vargas, e que representaram uma correção de 3%, em relação aos índices encontrados pelo IBGE sob o comando do Sr. Delfim Netto, no ano de 1973.

O Sr. Siegfried Heuser — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ FERNANDES — Vou lhe conceder já o aparte.

Se é verdade isso Deputado, V. Exª não sabe — e antes que V. Exª faça o aparte — que isto aqui, embute na intenção do Sr. Funaro, é a cesta básica ou o perfil de consumo, seja do consumidor, que tenha até cinco salários mínimos, para alcançar o consumidor que tenha até trinta salários mínimos.

Meus companheiros, isso significa colocar junto ao tomate, alface, feijão, ao leite, ao pão, também o carro para ser medido no índice de preços. Significa, também, pegar aqueles bens supérfluos, os bens duráveis industriais e, penalizar o trabalhador que, na sua estrutura de consumo, destina 80 ou 90% da sua receita para os bens primários, para aqueles que dizem respeito a sua própria sobrevivência.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Siegfried Heuser.

O Sr. Siegfried Heuser — Um dado que V. Exª, como os demais que abordaram a mesma matéria, traz de que, neste mês, o IPCA é menor do que o Índice Geral de Preços, querendo demonstrar, com isso, que se está burlando, que se está retirando, que se está subtraindo, por exemplo, das cadernetas de poupança o rendimento, é completamente equivocado. Basta que V. Exª examine, durante o ano em curso, os índices ampliados e os índices do IGP, para que verifique que o índice ampliado é de rendimento e de nível muito superior ao IGP. De modo que, se no mês de dezembro, houver uma defasagem de 1%, esteja V. Exª seguro de que, nos próximos meses, haverá uma compensação por uma eventual defasagem. Portanto, nada mais correto, nada mais certo do que um índice controlado pelo povo, pela sociedade brasileira, colhido não apenas em materiais de construção e outros índices da Fundação Getúlio Vargas, mas em todas as capitais do País, quatro vezes ao mês, ou seja, uma vez por semana, controle pelos trabalhadores.

O SR. JOSÉ FERNANDES — V. Exª tropeça em muitas coisas. Em primeiro lugar, mesmo o índice do IBGE não é coletado em todas as capitais do País. O índice do IBGE era coletado, até recentemente, em seis capitais. O Índice Nacional de Preços por Atacado era coletado só em seis capitais do País, hoje o índice passou a ser coletado em dez capitais do País. Isso faz com que V. Exª desconheça, e os que não querem ouvir, também devem desconhecer que, por exemplo, na cidade de Manaus o índice de custo de vida, o índice da mesa do trabalhador foi de 118%, de 1º de maio a 1º de novembro, enquanto o Governo se ufana de dizer que recuperou salários, como hoje foi dito no microfone, aqui, e lá concedeu um aumento de salário mínimo de apenas 80,2%. Veja V. Exª que esse é o primeiro tropeço, porque não são em todas as capitais. Segundo, quero dizer a V. Exª que o índice que coleta a Fundação Getúlio Vargas não é índice de construção. A Fundação Getúlio Vargas dá exatamente ao Índice Nacional de Preço por Atacado o peso de 60%. A Fundação Getúlio Vargas dá, igualmente, ao índice do custo de vida no Rio de Janeiro 30%, e somente o peso de 10% ao índice de construção civil.

Então, veja, V. Exª que as coisas são bem diferentes do que talvez V. Exª pense, as coisas não são assim. Segundo a indexação que V. Exª fala, também não é bem como pensa; a indexação que se faz ainda continuará, só que agora sob a égide do IBGE, no índice nacional de preços por atacado, que está em 200 itens que dizem respeito ao limitado universo de consumo do trabalhador brasileiro, para atingir as classes superiores, as classes que ganham até 18 milhões.

São essas então as alterações. Mas, se V. Exª quer saber também se o índice nacional de preços ampliados, realmente, superaram o índice geral de preços, resultantes de três outros itens. V. Exª pode ler inclusive o **Jornal do Brasil** de hoje e vai ver que não é real o que V. Exª fala. A área sombreada significa o índice do IBGE, a área não sombreada, essa linha não sombreada significa o índice que corrigia a inflação anteriormente. Saiba V. Exª que o que deve estar movendo o Ministro Funaro é exatamente a necessidade de expurgar dos futuros índices, talvez, os fenômenos climáticos que estão a ocorrer no Paraná, em São Paulo e, seguramente, vai influir nos preços e nos bens alimentícios de primeira necessidade.

Seguramente se previne o seu Funaro contra os anos e ainda contra os meses que aí virão.

Agora, também, saiba V. Exª que quanto ao problema de cadernetas de poupança, embora ela atinja a classe também pobre, não nos preocupa, o que nos preocupa é o preço do pão, o preço do leite, o preço dos hortigranjeiros que não vão acompanhar por este índice, condignamente, o aumento dos salários no Brasil.

O Sr. Siegfried Heuser — Permita-me um aparte para dizer que eu lerei o discurso de V. Exª e a propósito mesmo, eu voltarei a falar. Muito grato pela sua atenção.

O Sr. Fernando Santana — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ FERNANDES — Muito obrigado, Deputado Siegfried Heuser.

Com muita honra, nobre Deputado Fernando Santana, ouço V. Exª

O Sr. Fernando Santana — Nobre colega, e duplamente colega, Deputado e Engenheiro. Como sabe V. Exª há um livro aí que estuda a inflação brasileira, de Oliver Ottoni, não é inglês não, é brasileiro. E ele estuda desde a Colônia até os tempos atuais. A inflação no Brasil é uma endemia permanente. E como se explica isso? A nosso ver, tudo isso que o povo brasileiro hoje paga, essa inflação cada vez mais crescente, a nosso ver resulta de um defeito nosso; isto é, nós temos uma economia escravizada, nós temos uma economia dependente. Nós trabalhamos para os outros, e nenhum sistema capitalista pode se desenvolver sem acumulação de capital. Enquanto nós trabalhamos e exportamos o capital para o exterior, enquanto a maioria das empresas são de controle internacional, nós vamos nos empobrecer cada dia mais. O problema, eu creio que nós devemos passar a discutir a inflação para passar a discutir como libertar o Brasil.

O SR. JOSÉ FERNANDES — Não deixa de ter razão o nobre Deputado Fernando Santana. Acho até que o nobre Deputado Fernando Santana, com muita razão, define a tese do autor Celso Furtado no livro: "A nova dependência". O que é, evidentemente, um apanhado de verdades.

Mas, nobre Deputado Fernando Santana, nós não poderemos libertar o Brasil matando de fome o brasileiro mais pobre. Ou nós criamos condições de o salário acompanhar, realmente, a inflação dos bens de consumo, principalmente, os bens de consumo primário, aqueles indispensáveis à vida do sujeito, à alimentação, por exemplo, ou nós vamos permitir que os bens e os lucros industriais, com um peso maior, passem a comandar, exatamente, os produtos de origem primária.

O Sr. Fernando Santana — Devemos fazer o combate simultâneo.

O Sr. Celso Sabóia — Permite V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ FERNANDES — Concedo o aparte ao nobre Deputado Celso Sabóia, com muito prazer.

O Sr. Celso Sabóia — Nobre Deputado José Fernandes, V. Exª critica o IPCA ampliado. Pois bem, tínhamos até aqui não um, mas diversos índices, entre os quais se ressaltam o IGP, que quase sempre é mais elevado, e que servia para corrigir os capitais e os preços, e o INPC sempre calculado abaixo, que servia para corrigir salários. Logo, aí é que os salários não acompanhavam a inflação, ainda mais quando esse INPC era indexado em 80%. Portanto, o índice único faz com que os salários, preços e rendimentos de capitais sejam todos elevados por um mesmo índice, e eu acredito que isso é muito mais justo e muito mais correto.

O SR. JOSÉ FERNANDES — V. Exª elabora em erro. Não era isso que ocorria e nem é isso que vai ocorrer. As coisas são bem diferentes. Existe a diferença fundamental, além de outras, apenas no fato de o Sr. Funaro querer que agora a inflação seja medida até pelo cloro das piscinas brasileiras; porque quer que o índice que era relativo ao perfil de consumo até cinco salários, que seja elevado até trinta salários.

Há mais que isso: não era o INPC que corrigia a inflação, e o índice que corrigia a inflação, o Índice Geral de Preços, já incluía o INPC, que é o índice do custo de

vida, mas incluía também o índice de preço por atacado, que é correto, e incluía o índice de construção. A grande diferença diz respeito ao Ministro Dilson Funaro querer agora fazer com que o teto dos produtos industriais comande o índice nacional de inflação, desprezando o índice resultante dos produtos agrícolas, que dizem respeito mais às camadas de baixa renda, porque a sua estrutura de consumo é de destinação maior, em termos percentuais à área bens primários, notadamente os alimentícios. Muito obrigado àqueles que desejaram me ouvir e àqueles que não me desejavam ouvir (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à apreciação da Mensagem nº 64, de 1985-CN (nº 343/85, na origem), referente ao Decreto-lei nº 2.162, de 1984, e à declaração de prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 89 e 90, de 1985, em virtude da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 43, de 1985, que convoca a Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

O Sr. Raul Bernardo — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Peço a V. Exª fundamentar a questão de ordem.

O Sr. Raul Bernardo — Solicito a V. Exª que para exposição da minha questão de ordem, conforme consta do referido artigo,...

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — V. Exª tem que dizer qual é o artigo.

O Sr. Raul Bernardo — É o art. 131 do Regimento Comum, pelo espaço de cinco minutos, para que eu faça a exposição da questão de ordem, como consta do referido artigo. Eu desejo propor uma questão de ordem e, da forma estabelecida no art. 131, eu requeiro a V. Exª o espaço de cinco minutos, que me é permitido pelo Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Tem V. Exª a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Para uma questão de ordem) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas

Entre perplexos e estarecidos, assistimos a mais uma tentativa de se prosseguir na votação do Decreto-Lei nº 2.159/84, mesmo sabendo-se que essa matéria já está fora de alcance de qualquer deliberação do Congresso Nacional, a teor do artigo 55, § 1º, combinado com o artigo 51, § 3º, ambos da Constituição da República, como amplamente demonstramos no pronunciamento e na questão de ordem que ontem formulamos perante este Plenário.

Esgotadas, sem deliberação, 10 sessões regularmente convocadas — como atestam os 10 avulsos que ora exibimos para comentários dos ilustres pares aqui presentes —, operou-se, inexoravelmente, a aprovação daquele texto legislativo por decurso de prazo, sem que nos seja dado insistir na sua apreciação, porque se assim o fizermos estaremos violando, às escâncaras, a letra e o espírito da Constituição.

Não constitui novidade para nenhum de nós, congressistas, que tanto lutamos contra o mecanismo da aprovação de leis por decurso de prazo, que as modificações introduzidas no texto da Constituição, pela Emenda nº 22, de 1982, se por um lado abrandaram aquele mecanismo rígido, de inspiração autoritária, por outro impuseram ao Congresso Nacional o dever de deliberar sempre sobre a matéria submetida a seu exame — seja projeto de lei, em regime de urgência, seja decreto-lei expedido pelo Presidente da República.

Jamais, em momento algum, entrou nas cogitações dos autores daquela Emenda se pretendesse substituir o mecanismo de aprovação compulsória e sem voto, pelo da obstrução sistemática, que a tanto equivaleria o poder de não votar jamais, qualquer matéria, apelando-se para o expediente esdrúxulo de Não Realizar as Sessões Regularmente Convocadas, a despeito de se publicarem as

respectivas ordens do dia, com indicação do assunto a ser objeto de deliberação da Casa.

Podéssemos nós adiar ou suspender indefinidamente as sessões, mesmo com matéria incluída automaticamente da Ordem do Dia, e essa inclusão automática corresponderia a disposição inócua da Constituição, que deseja ver decidida a matéria sob exame e não relegada a perpétua indefinição, gerando um estado de paralisia legislativa, semelhante em tudo ao regime anteriormente vigente, e causa imediata da implantação, entre nós, do indesejável sistema de votação negativa ou de aprovação silenciosa.

Não podemos, Senhor Presidente e Senhores Congressistas, expor o Congresso Nacional aos riscos de uma eventual censura do Poder Judiciário, caso nosso procedimento flagrantemente atentatório da Constituição, venha a ser objeto de qualquer medida, de iniciativa de interessados prejudicados, tendente a obter, do Supremo Tribunal Federal, decisão determinativa de que o Poder Legislativo, também participe do mecanismo de freios e contrapesos, se envolva em práticas contrárias ao equilíbrio que o constituinte deseja imperante entre os Poderes da República.

Obstruir, sistematicamente, a deliberação da Casa sobre o texto de um decreto-lei, norma que a própria Constituição declara de vigência imediata e de efeitos insuscetíveis de anulação, na hipótese de vir a ser rejeitado pelo Congresso, é procedimento manifestamente errôneo, de inspiração equivocada, eis que gera estado de insegurança a todos os cidadãos, que ficam à mercê de decisões aleatórias, precisamente sobre a mais importante das funções do Estado, que é a de legislar e regular as relações sociais, sob formas e critérios o mais objetivos possíveis.

Negando-se a decidir sobre a vigência e a sobrevivência das normas legais: obstruindo, sem apoio na Constituição, o processo legislativo estabelecido pela Lei Maior — e processo significa movimento e não estagnação —, estando incorrendo em grave erro de avaliação política e em gravíssimo erro sobre os nossos deveres e responsabilidades, dando margem aos inimigos do Parlamento para que recrudescam em suas críticas à instituição parlamentar, via de regra acusada de insensível aos reclamos do Estado Moderno, cada vez mais ávido de intervenção em todos os domínios da vida social.

Legislar, Senhor Presidente, Senhores Congressistas, é a mais importante e a mais nobre de nossas funções. Por isso, negar-se a fazê-lo, pela obstrução sistemática, pela autodesconvocação ao cumprimento dos nossos deveres, é pôr em risco a credibilidade desta Casa, que não pode se socorrer de expedientes menores, para burlar a Constituição, e dizer não onde ela impõe que se diga sim.

Se a Constituição determina, como o faz taxativamente, seja a matéria incluída automaticamente na ordem do dia, para votação nas dez sessões subsequentes em dias sucessivos, ofende a Constituição procedimento que implique contornar esse mandamento, que a tanto equivale o de pôr e tirar de votação as matérias pelo recurso à fórmula de não realizar as sessões, mesmo estando elas regularmente convocadas.

Por tudo isso, Senhor Presidente e Senhores Congressistas, queremos alertar a Casa para o grave, gravíssimo equívoco em que está incorrendo a honrada Presidência, trazendo mais uma vez à votação, como se ainda pudesse ser votado, o Decreto-Lei nº 2.159/84, que já está aprovado, porque decorridos todos os prazos e sessões em que deveria ter sido apreciado pelo Congresso Nacional.

Para finalizar, Senhor Presidente, nos precisos termos da questão de ordem que ontem levantamos, e que Vossa Excelência encaminhou à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, renovamos o apelo ao bom senso da Casa, no sentido de que declare e reconheça encerrado o processo de apreciação do Decreto-Lei nº 2.159/84, declarando-o aprovado nos termos do § 1º, do artigo 55, da Constituição.

Diante disso, espera-se seja dirimida a questão de ordem, que faço no tempo que me é permitido pelo Regimento Comum na forma do entendimento aduzido: deve ser considerado definitivamente aprovado o Decreto-Lei nº 2.159, de 1984.

É a questão de ordem que formulo, no exercício da Liderança do PDS nesta Casa.

O Sr. Valmor Giavarina — Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Tem a palavra o nobre Deputado Valmor Giavarina para contraditar.

O SR. VALMOR GIVARINA (PMDB — PR. Para contraditar questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Apenas para dizer Sr. Presidente, que V. Exª ontem já decidiu essa questão de ordem, não semelhante, mas essa questão de ordem.

Estranho que a Liderança do PDS volte com a mesma questão de ordem já decidida.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Data vênua, o nobre Deputado representando a Liderança do PDS não fez senão renovar a mesma questão de ordem de ontem que foi indeferida e, cujo recurso nós aceitamos sem efeito suspensivo.

Tenho que indeferir, V. Exª apenas renovou a mesma questão levantada ontem.

O Sr. Raul Bernardo — Já que V. Exª a indefere, apresento outra questão de ordem nesta sessão.

“Nos termos do que dispõe o artigo 132, do Regimento Comum, não concordando, data vênua, com a respeitável decisão de Vossa Excelência, na questão de ordem por mim suscitada, dela recorro para a Colenda Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados.

Em razão da matéria, requiro a Vossa Excelência a concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, para que fique sobrestada a sua decisão, na forma do que prevê o artigo 449, do Regimento Interno do Senado Federal, aplicável à espécie, no entendimento do recorrente.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1985. — **Deputado Raul Bernardo.**

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Data vênua, mais uma vez, o invocado artigo do Regimento Interno do Senado Federal não pode ser aplicado, porque só o seria no caso de omissão, e o Regimento Comum não é omissão. Dessa maneira, eu só posso indeferir, mais uma vez, a questão de ordem de V. Exª recebendo-a como recurso sem efeito dos vencidos. A questão já foi decidida ontem.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bonifácio de Andrada, para uma questão de ordem.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Esta questão de ordem é com base no art. 177, § 3º, do Regimento da Câmara, combinado com os arts. 151 e 44 do Regimento Comum, sobre o sistema eletrônico.

Sr. Presidente, no momento em que V. Exª pára a votação passa a adotar o sistema eletrônico, terá que ter como regimento subsidiário, não o do Senado, mas o da Câmara dos Deputados. E, o Regimento da Câmara dos Deputados no § 3º do art. 137, ele afirma que “proclamado o resultado nem Deputado poderá ser mais admitido a votar”.

Nas reuniões anteriores, V. Exª estava admitindo os votos dos Deputados depois de proclamado o resultado pelo sistema eletrônico. E, assim agindo, não só estará contra os dispositivos regimentais que regulamentam o sistema eletrônico, mas estará contra também as decisões e a orientação tomada pela Presidência da Câmara dos Deputados, razão pela qual eu pediria a V. Exª que respeitasse e aplicasse o § 3º do art. 137 do Regimento da Câmara dos Deputados, não admitindo votos após a proclamação do resultado do sistema eletrônico.

O Sr. João Gilberto - Sr. Presidente peço a palavra para contestar.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado João Gilberto para contestar.

O SR. JOÃO GILBERTO (PMDB — RS, Para contraditar questão de ordem, sem revisão do orador.) —

Sr. Presidente, acertada é a reiterada decisão da Mesa do Congresso Nacional, de vez que o dispositivo regimental, tem o impeditivo físico de aplicação, de que não existe o número suficiente de cadeiras para todos os Srs. Senadores e Deputados. E as sessões do Congresso são sessões conjuntas. Não havendo número físico não se pode aplicar o dispositivo regimental, porque inclusive nós não faríamos mais emenda à Constituição neste plenário se tal dispositivo fosse rigidamente aplicado. Daí considerar a decisão de V. Exª sábia. Inclusive, através de questão de ordem em sessão da Câmara, perante a Mesa da Câmara, já levantei essa questão. Equivocada é a Mesa da Câmara em não aceitar a complementação de votação porque não tivemos jamais uma só votação eletrônica que não fosse necessária completar os votos. Portanto, sábia e acertada a decisão da Mesa do Congresso Nacional.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Bonifácio de Andrada, pela ordem.

O SR. BONIFÁCIO DE ANDRADA (PDS — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, há riscos na decisão de admitir votos após a proclamação do sistema eletrônico. V. Exª como a Casa inteira sabem que há riscos.

O Sr. Valmor Giavarina — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina, pela ordem.

O SR. VALMOR GIVARINA (PMDB — PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, apenas duas palavras. O painel não proclama coisa alguma nenhuma, apenas registra. Quem proclama o resultado é o Presidente, ao final dos trabalhos.

O Sr. Bonifácio de Andrada — Proclama com base no painel, o painel não fala.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Diante das reclamações que me foram apresentadas, diante da decisão da Mesa da Câmara dos Deputados e, hoje, nesta sessão, diante da evidência de que há número muito menor de Deputados do que de cadeiras, eu vou acatar a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Bonifácio de Andrada. De sorte que os votos que forem dados após a votação, pelo sistema eletrônico, serão anotados em Ata, mas não alterarão o resultado do placar eletrônico. Vamos proceder desta maneira.

O Sr. Darcy Passos — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Darcy Passos, para uma questão de ordem.

O SR. DARCY PASSOS (PMDB — SP. Para uma questão de ordem, sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas.

Quanto ao processo de votação, sei que V. Exª está invocando subsidiariamente, levado pelo nobre Deputado Bonifácio de Andrada, o Regimento da Câmara. Os argumentos aqui expendidos são argumentos expressos no Regimento da Câmara. O art. 177, § 2º, diz expressamente o que disse, deste microfone, o Deputado Valmor Giavarina: “terminada a votação o Presidente proclamará o resultado”. O próprio nobre Deputado Bonifácio de Andrada reconheceu que o painel não fala. Quem não fala não proclama, quem proclama é a Presidência. Enquanto os Srs. Deputados não votarem, complementando a votação do Painel, aliás de uso discutível, V. Exª não poderá proclamar e V. Exª proclamará após o último Deputado proferir o seu voto.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Vou acatar a questão de ordem para esta votação. Não são só estas razões. Se a Câmara já adotou, então, há boas razões para tanto. Ou, senão, eu farei nominal (palmas), sem o processo eletrônico. Com as reclamações já apresentadas,

com os fatos já apresentados, não posso confiar no sistema eletrônico da Cusa.

Vamos proceder primeiramente à votação simbólica.

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1985-CN (apresentado como conclusão do Parecer proferido em Plenário pelo Senhor Senador Hélio Gueiros), rejeitando o texto do Decreto-lei nº 2.159, de 30 de agosto de 1984, que transforma em cargos finais de carreira os atuais cargos em comissão de Subprocurador-Geral da República, Subprocurador-Geral Militar e Subprocurador-Geral do Trabalho, e dá outras providências.

Vamos proceder à votação do projeto. Na forma regimental, a votação será nominal.

Como vota, na Câmara, o Líder do PMDB?

O Sr. Pimenta da Veiga (PMDB — MG.) — Pela aprovação do Decreto-legislativo que rejeita o Decreto-lei. Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Como vota o nobre Líder do PDS?

O Sr. Raul Bernardo (PDS — MG.) — O PDS vota não!

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Como vota o Líder do PFL?

O Sr. José Lourenço (PFL — BA.) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Como vota o Líder do PDT?

O Sr. Nadyr Rossetti — (PDT — RS.) — Sim!

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) Como vota o Líder do PTB?

O Sr. Gastone Righi (PTB — SP.) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Como vota o Líder do PT?

O Sr. Djalma Bom (PT — SP.) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Como vota o Líder do PCB?

O Sr. Alberto Goldman — (PCB — SP.) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Como vota o Líder do PC do B?

O Sr. Haroldo Lima — (PC do B — BA.) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Como vota o Líder do PSB?

O Sr. José Eudes — (PSB — RJ.) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Como vota o Líder do PL?

O Sr. Álvaro Valle (PL — RJ.) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Como vota o Líder do PS?

S. Exª está ausente.

Aprovado na Câmara dos Deputados.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG.) — Sr. Presidente, peço verificação de votação, como Líder do PDS, de acordo com o art. 45, § 1, do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Vai-se proceder à votação nominal.

Solicito aos Srs. Deputados Harold Sanford e Orestes Muniz que funcionem como escrutinadores.

O Sr. ALCIDES LIMA (PDS — RO.) — Sr. Presidente, uma questão de ordem. A última votação feita pelo processo nominal foi do Norte para o Sul. De forma que peço a V. Exª que consigne e faça a chamada a partir do Sul para o Norte.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está sendo verificada e confirmada a informação de V. Exª. Proceder-se-á assim. (Palmas.)

A verificação feita dá um resultado contrário. De sorte que, conforme a informação que recebemos, a votação será feita do Norte para o Sul.

Solicito aos Srs. Congressistas que ocupem os seus lugares e façam silêncio para que se proceda à chamada.

Como vota o Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro?

O Sr. Pimenta da Veiga — Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Como vota o Líder do Partido Democrático Social?

O Sr. Raul Bernardo — Não.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — como vota o Líder do Partido da Frente Liberal?

O Sr. José Lourenço — Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Como vota o Líder do Partido Democrático Trabalhista?

O Sr. Nadyr Rossetti — Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — como vota o Líder do Partido dos Trabalhadores?

O Sr. Djalma Bom — Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Como vota o Líder do Partido Comunista Brasileiro?

O Sr. Alberto Goldman (PCB — SP.) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Como vota o Líder do PC do B?

O Sr. Haroldo Lima (PC do B — RJ.) — sim.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Como vota o Líder do PSB?

O Sr. José Eudes (PSB — RJ.) — Ausente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Como vota o Líder do PDC?

O Sr. Clemir Ramos (PDC — RJ.) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Como vota o Líder do PL?

O Sr. Álvaro Valle (PL — RJ.) — Sim.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Como vota o Líder do PS? (Pausa.)

O Sr. Gastone Righi — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Gastone Righi, para uma questão de ordem.

O Sr. Gastone Righi (PTB — SP. Para uma questão de ordem.) — Sr. Presidente:

Sabemos que o Deputado Haroldo Sanford já passou para o PMDB, mas não precisava levar a idiosincrasia com S. Exª, poderia ter convocado para votar o PTB.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O Partido Trabalhista Brasileiro foi chamado, nobre Deputado.

O Sr. Gastone Righi — Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O Sr. Deputado Haroldo Sanford irá proceder à chamada.

(Procede-se à chamada)

RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM "SIM" OS SRS. DEPUTADOS

Pimenta da Veiga, Líder do PMDB
José Lourenço, Líder do PDS
Nadyr Rossetti, Líder do PDT
Gastone Righi, Líder do PTB
Djalma Bom, Líder do PT
Alberto Goldman, Líder do PCB
Haroldo Lima, Líder do PC do B
José Eudes, Líder do PSB
Alvaro Vale, Líder do PL
Cleimir Ramos, Líder do PDC

Acre

José Melo — PMDB

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB
Carlos Alberto de Carli — PMDB
José Fernandes — PDS
Mário Frota — PMDB
Randolfo Bittencourt — PMDB
Ubaldo Meirelles — PFL

Rondônia

Assis Canuto — PDS
Francisco Sales — PMDB
Leônidas Rachid — PDS
Orestes Muniz — PMDB

Pará

Ademir Andrade — PMDB
Arnaldo Moraes — PMDB
Benedicto Monteiro — PMDB
Brabo de Carvalho — PMDB
Carlos Vinagre — PMDB
João Marques — PMDB
Vicente Queiroz — PMDB

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB
Magno Bacelar — PFL

Piauí

Ciro Nogueira — PMDB
Jônathas Nunes — PFL

Ceará

Alfredo Marques — PMDB
Chagas Vasconcelos — PMDB
Evandro Ayres de Moura — PFL
Furtado Leite — PFL
Haroldo Sanford — PDS
Leone Belém — PDS
Manuel Viana — PMDB
Moysés Pimentel — PMDB
Ossian Araripe — PFL

Rio Grande do Norte

Agenor Maria — PMDB
Antônio Câmara — PMDB
Assunção de Macêdo — PMDB

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB
Álvaro Gaudêncio — PFL
Carneiro Arnaud — PMDB
João Agripino — PMDB
Raymundo Asfora — PMDB

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB
Cristina Tavares — PMDB
Egídio Ferreira Lima — PMDB
Inocêncio Oliveira — PFL
Mansueto de Lavor — PMDB
Maurílio Ferreira Lima — PMDB
Miguel Arraés — PMDB
Oswaldo Lima Filho — PMDB
Roberto Freire — PCB

Alagoas

Albérico Cordeiro — PFL
Geraldo Bulhões — PMDB

Sergipe

Batalha Góis — PMDB
Walter Baptista — PMDB

Bahia

Antônio Osório — PTB
Domingos Leonelli — PMDB
Elquisson Soares — PMDB
Fernando Santana — PCB
França Teixeira — PFL
Francisco Pinto — PMDB

Genebaldo Correia — PMDB
 Horácio Matos — PDS
 Jairo Azi — PFL
 Mário Lima — PMDB
 Raul Ferraz — PMDB
 Raymundo Urbano — PMDB
 Virgildásio de Senna — PMDB

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB
 Max Mauro — PMDB
 Myrthes Bevilacqua — PMDB
 Nyder Barbosa — PMDB
 Stélio Dias — PFL
 Wilson Haese — PMDB

Rio de Janeiro

Aloysio Teixeira — PMDB
 Bocayuva Cunha — PDT
 Carlos Peçanha — PMDB
 Celso Peçanha — PFL
 Daso Coimbra — PMDB
 Denisar Arneiro — PMDB
 Figueiredo Filho — PDS
 Gustavo Faria — PMDB
 Jacques D'Ornellas — PDT
 JG de Araújo Jorge — PDT
 José Frejat — PDT
 Márcio Braga — PMDB
 Roberto Jefferson — PTB
 Sérgio Lomba — PDT
 Wilmar Palis — PDS

Minas Gerais

Antônio Villaça — PDS
 Cássio Gonçalves — PMDB
 Dimas Perrin — PMDB
 Emílio Haddad — PFL
 Gerardo Renault — PDS
 Israel Pinheiro — PFL
 João Herculino — PMDB
 Jorge Carone — PMDB
 Jorge Vargas — PMDB
 José Carlos Fagundes — PFL
 José Maria Magalhães — PMDB
 José Mendonça de Moraes — PMDB
 José Ulisses — PMDB
 Juarez Batista — PMDB
 Júnia Marise — PMDB
 Luiz Guedes — PMDB

São Paulo

Airton Soares — PMDB
 Aurélio Peres — PC do B
 Bete Mendes — PT
 Cardoso Alves — PMDB
 Darcy Passos — PMDB
 Del Bosco Amaral — PMDB
 Flávio Bierrenbach — PMDB
 Francisco Amaral — PMDB
 Francisco Dias — PMDB
 Horácio Ortiz — PMDB
 Irma Passoni — PT
 Israel Dias-Novais — PMDB
 João Bastos — PMDB
 João Hermann Neto — PMDB
 Márcio Santilli — PMDB
 Marcondes Pereira — PMDB
 Nelson do Carmo — PTB
 Pacheco Chaves — PMDB
 Paulo Zarzur — PMDB
 Raimundo Leite — PMDB
 Ralph Biasi — PMDB
 Renato Cordeiro — PDS
 Ulysses Guimarães — PMDB

Goiás

Adhemar Santillo — PMDB
 Brasílio Caiado — PDS
 Iram Saraiva — PMDB
 Iturival Nascimento — PMDB

Joaquim Roriz — PMDB
 José Freire — PMDB
 Juarez Bernardes — PMDB

Mato Grosso

Jonas Pinheiro — PDS
 Maçao Tadano — PDS
 Márcio Lacerda — PMDB
 Paulo Nogueira — PMDB

Mato Grosso do Sul

Edison Garcia — PFL
 Plínio Martins — PMDB
 Rosário Congo Neto — PMDB
 Ruben Figueiró — PMDB

Paraná

Alceni Guerra — PFL
 Alencar Furtado — PMDB
 Amadeu Geara — PMDB
 Anselmo Peraro — PMDB
 Antônio Mazurek — PDS
 Aroldo Moletta — PMDB
 Celso Sabóia — PMDB
 Hélio Duque — PMDB
 Ítalo Conti — PFL
 José Carlos Martinez — PMDB
 Leo de Almeida Neves — PDT
 Mattos Leão — PMDB
 Norton Macedo — PFL
 Oswaldo Trevisan — PMDB
 Paulo Marques — PMDB
 Reinhold Stephanes — PFL
 Renato Bernardi — PMDB
 Renato Loures Bueno — PMDB
 Valmor Giavarina — PMDB

Santa Catarina

Evaldo Amaral — PFL
 Ivo Vanderlinde — PMDB
 Luiz Henrique — PMDB
 Nelson Wedekin — PMDB
 Odilon Salmoria — PMDB
 Pedro Colin — PFL
 Walmor de Luca — PMDB

Rio Grande do Sul

Aldo Pinto — PDT
 Amaury Müller — PDT
 Emídio Perondi — PDS
 Guido Moesch — PDS
 Hermes Zaneti — PMDB
 Ibsen Pinheiro — PMDB
 Irajá Rodrigues — PMDB
 João Gilberto — PMDB
 Jorge Uequed — PMDB
 José Fogaça — PMDB
 Júlio Costamilan — PMDB
 Nilton Alves — PDT
 Osvaldo Nascimento — PDT
 Rosa Flores — PMDB
 Rubens Ardenghi — PDS

Roraima

Alcides Lima — PFL
 João Batista Fagundes — PMDB
 Mozarildo Cavalcanti — PFL

**RESPONDEM À CHAMADA E VOTAM
 "NÃO" OS SRs. DEPUTADOS:**

Raul Bernardo, Líder do PDS
 Ludgero Raulino

ABSTEM-SE DE VOTAR O SR. DEPUTADO

Adail Vettorazzo

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Vou proclamar o resultado.
 Votaram SIM 215 Srs. Congressistas e NÃO 2.
 Houve uma abstenção.

Não houve quorum.
 A votação fica adiada.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 22 horas e 45 minutos.)

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 296, DE 1984, DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS ACERCA DA FABRICAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO PAÍS:

5ª Reunião, realizada em 20 de agosto de 1985.

Às dezesseis horas do dia vinte de agosto de mil novecentos e oitenta e cinco na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores, presentes os Senhores Senadores Amaral Peixoto, Jorge Kalume, Benedito Ferreira, Roberto Wypych e Deputados Saramago Pinheiro, Oswaldo Lima Filho e José Frejat, reúne-se a Comissão Especial Mista, criada pelo Requerimento nº 296, de 1984, destinada a realizar estudos acerca da fabricação, comercialização e utilização de agrotóxicos no País.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Galvão Modesto, Martins Filho, Mauro Borges, Álvaro Dias, Alcides Paio, Marcondes Gadelha e Carlos Lyra e Deputados Augusto Trein, Octávio Cesário, Pacheco Chaves, Raul Belém, Borges da Silveira, Oscar Alves e Lúcio Alcântara.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Amaral Peixoto, declara abertos os trabalhos da Comissão.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada.

Dando continuidade aos trabalhos da Comissão, o Senhor Presidente, após discurso de abertura concede a palavra aos depoentes, Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA, e ao pesquisador Dr. Flávio Moscardi, ambos apresentaram as alternativas ao uso de produtos químicos na forma de controle biológico, manejo integrado e variedades resistentes.

Finalizando, o Senhor Presidente agradece a presença dos depoentes e demais membros da Comissão e determina que as notas taquigráficas, tão logo sejam traduzidas e revisadas, sejam publicadas em anexo à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Clayton Zanlorenzi, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 296, DE 1984, DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS ACERCA DA FABRICAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO PAÍS, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR AMARAL PEIXOTO.

Presidente: Senador Amaral Peixoto
 Relator: Deputado Oswaldo Lima Filho
 (Integra do apanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Inicialmente concedo a palavra ao nobre depoente Flávio Moscardi, Agrônomo, MSC, Phd em entomologia pela Universidade da Flórida, Presidente da Organização Internacional de Controle Biológico, seção tropical, funcionário da EMBRAPA, no Centro Nacional de Pesquisa da soja em Londrina.

Tem a palavra o ilustre Professor.

O SR. JORGE KALUME — Nobre Presidente, para uma questão de ordem. Eu gostaria que V. Exª convidasse o Depoente para sentar-se à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Ele, talvez, queira falar junto à máquina.

O senhor prefere falar daqui ou da máquina?

O SR. FLÁVIO MOSCARDIN — Não, eu vou para a Mesa.

Excelentíssimo Srs. Senadores, Excelentíssimos Srs. Deputados, digníssimo companheiro, Professor Luiz Carlos Pinheiro Machado, Presidente da EMBRAPA, e demais presentes:

Eu gostaria, inicialmente, de dizer que é uma honra podermos apresentar a tão ilustres representantes um pouco da nossa modesta experiência na área de controle biológico de pragas.

Vamos procurar, através de apresentação de slides, demonstrar a importância do controle biológico, bem como a sua viabilidade técnica e econômica, como tática alternativa ao uso de pragicidas químicos em nossos agroecossistemas.

Eu gostaria de ter o primeiro slide, por favor.

O controle biológico pode ser entendido como a ação de fatores biológicos naturais, que exercem mortalidades sobre populações de outros organismos. Ao contrário de fatores abióticos, como clima, temperatura, umidade, por exemplo, os agentes de controle biológico exercem a regulação sobre populações de organismos, ou seja, se tem a capacidade a um aumento na população de um determinado organismo, a que nós vamos nos referir sobre pragas, e também aumentar em número, de forma a regular aquela população de pragas.

Pode-se comentar também, inicialmente, que o controle biológico pode ser entendido, na forma natural, que é extremamente importante, e eu vou procurar mostrar aqui, como também na forma aplicada, onde se procura manipular esses agentes de controle biológico, para reduzir ou regular populações de pragas em nossos agroecossistemas.

Próximo slide, por favor.

Antes de abordarmos especificamente o assunto de controle biológico, é interessante que tentemos fazer uma reflexão sobre quais são as causas da ocorrência frequente de pragas em nossos agroecossistemas. Sem dúvida, existem várias causas, mas a principal delas é o desenvolvimento de sistemas agrícolas muito simplificados, extremamente simplificados como é o caso de áreas extensas de monoculturas, onde há fatalmente um desequilíbrio biológico — ou seja, não há a possibilidade de uma manutenção de equilíbrio, seja de inimigos naturais com pragas, seja de outros organismos que interagem em determinado agroecossistema. Essa situação é agravada ainda mais, quando nós consideramos a necessidade de se aplicar produtos químicos para conter as populações de pragas nesse sistema desequilibrado. A introdução, portanto, de produtos químicos nesse sistema vai provocar ainda um maior desequilíbrio.

Nós temos uma realidade que, infelizmente, é a prática generalizada de monocultura no país, bem como em outros países. Visando esse ponto, eu faria a seguinte pergunta: qual seria o melhor caminho para se eliminar, ou reduzir a utilização de produtos químicos em agroecossistemas e os problemas decorrentes do seu uso? É lógico que nós temos que encarar que o uso de produtos químicos para o controle de pragas, é um problema que nós temos que enfrentar. E como enfrentar este problema, nós vamos tentar mostrar daqui para a frente na nossa explanação, tentando abordar, principalmente o aspecto de controle biológico.

A melhor maneira, o melhor caminho, a nosso ver, é o desenvolvimento de programas que chamamos de manejo integrado de pragas ou controle de pragas, que visa na realidade, a introdução gradativa de táticas alternativas de controle, que proporcionem maior equilíbrio em agroecossistemas. Nós temos um ambiente, um agroecossistema desequilibrado, então nós procuramos desenvolver táticas alternativas ou meios que promovam um aumento no equilíbrio e, conseqüentemente, que se haja necessidade, cada vez menos, de utilização de produtos químicos nesses ambientes, até que, possivelmente, se possa chegar a uma situação, que nós desejamos, que é a total independência de produtos químicos em algumas situações.

O manejo integrado de pragas envolve, na realidade, o uso, a compatibilização de um conjunto de táticas disponíveis ou desenvolvidas pela pesquisa. Nada mais é do que o uso inteligente de táticas disponíveis para o controle de praga, sem que se utilize uma das práticas ou das táticas unilateralmente, como é o caso do uso excessivo de produtos químicos. Então, dessa forma, vai se procurar desenvolver num determinado sistema, um maior nível de equilíbrio e uma menor dependência de produtos químicos.

Dentro do programa de manejo de pragas, por exemplo, é importante que se conheça, ou que se desenvolvam estudos sobre a biologia, ecologia, dinâmica populacional de pragas; somente com o entendimento profundo desses aspectos, é que se vai conseguir detectar na biologia, na ecologia ou na dinâmica de um determinado inseto, pontos fracos onde possivelmente vai se conseguir desenvolver ou se criar uma determinada estratégia para reduzir a população daquelas pragas.

O nível de dano econômico é outro conceito que envolve o estabelecimento de níveis acima dos quais há dano, há prejuízo econômico à cultura, uma vez que se estabeleçam esses níveis, isso indica que há a possibilidade de se eliminar, pelo menos, os excessos que se cometem com produtos químicos dentro de um determinado sistema, vão se eliminar as aplicações, a aplicação preventiva, por exemplo. E, obviamente, para que se possa utilizar adequadamente os níveis de dano econômico, devem ser desenvolvidos métodos de amostragem que permitam o uso simples a nível de agricultor.

Por outro lado, existem várias práticas culturais, que incluem, inclusive, a diversificação de culturas no espaço da propriedade e no tempo, rotação de culturas e outras práticas que permitam evitar populações prejudiciais de pragas na cultura. A resistência varietal é uma outra prática totalmente desejável, uma vez que, à medida que se consegue desenvolver, através do melhoramento genético, variedades que sejam tolerantes ou resistentes às pragas, e essas variedades possam se tornar disponíveis, a nível do agricultor, este vai contar com o método de controle de pragas que dispensa qualquer cuidado posterior ou qualquer aplicação de recursos para o controle daquela determinada praga.

Vou comentar o controle biológico, o controle físico, o controle por atrativos, e mesmo o uso de produtos químicos da maneira mais inteligente possível. Desde que no sistema, ainda se tenha um determinado nível de desequilíbrio, que impeça o não uso desses produtos, dentro da filosofia do manejo, esses produtos têm que ser utilizados da maneira mais racional possível, ou seja, em doses mínimas eficientes, e se aumente quando realmente necessários, a nível do agricultor.

Obviamente, esse uso de produto químico, com o passar do tempo, e com introdução das diferentes táticas mencionadas, pode propiciar até a eliminação do uso desses produtos, em determinadas situações.

O controle biológico é, na realidade, uma das táticas possíveis alternativas para o controle de pragas. Mas ela se insere, obviamente, num contexto geral que se chama "manejo integrado de pragas".

Como exemplo de manejo de pragas, podemos citar o caso da soja. Há cerca de 11 ou 12 anos, o agricultor brasileiro, mais especificamente, o agricultor paranaense de soja aplicava, em média, mais de 5 aplicações de inseticidas para o controle de insetos, pragas da cultura. Hoje, essa média já é inferior a 2 aplicações.

Voltamos ao controle biológico mais especificamente. Embora vários pesquisadores considerem todas as outras táticas, ou a maioria das táticas mencionadas anteriormente, como resistência, práticas culturais e outras, também como prática de controle biológico, nós preferimos nos ater ao controle biológico, num sentido mais restrito, ou seja, o uso de agentes predadores, parasitários, patógenos e microorganismos que atuam ou que possam ser manipulados para o controle de populações de pragas.

É importante que se comente, que se mostre aqui, pelo menos de maneira geral, a importância do controle biológico natural, a importância, por exemplo, de se prestar mais atenção, a nível de agricultor, à contribuição que é dada em vários sistemas a esses agentes, essa contribuição natural.

Debach, em 1972, mencionou que somente cerca de 1% dos insetos, que tenham o potencial de causar grandes prejuízos às culturas, na realidade, se tornam pragas principais, ou seja, possuem esse potencial, ou atingem esse potencial. Os outros 99% são considerados pragas secundárias, embora tenham também o potencial de causar danos elevados, principalmente pelo elevado número, ou por um eficiente complexo de inimigos naturais que acompanham essas pragas ou esses insetos secundários.

Obviamente, quando se aplicam produtos químicos de amplo espectro em lavouras, onde esses inimigos naturais estão presentes, há a tendência de seus insetos secundários se tornarem insetos ou pragas principais.

Desde 1972, quando Debach fez essa afirmação, de que 1% apenas poderia ser considerado realmente praga, o número de pragas importantes aumentou, justamente pelo aumento do uso — não é a única razão — de produtos químicos para o controle de pragas, causando um desequilíbrio ainda maior sobre a população de inimigos naturais.

Isso vai ser fácil de ser entendido, daqui para frente, na minha explanação.

Todas as pragas, todos os insetos são acompanhados por um número significativo de predadores que podem provocar reduções naturais muito elevadas sobre populações de pragas. E eu vou exemplificar com um exemplo da soja, onde a população de ovos de percevejos, que são pragas importantes da soja, é naturalmente afetada por predadores, chegando ao nível de até 70%, em algumas localidades. E essa variação de contribuição natural, eliminação de ovos por predadores, é explicável, em função do desequilíbrio. Em alguns locais, há um menor desequilíbrio. Nesse caso, os predadores dão uma contribuição mais significativa.

Mesmo nos locais onde a contribuição foi aparentemente menor, ou seja, entre 20 a 40%, deve-se dizer que essa contribuição não pode ser negligenciada, ou seja, é um patrimônio à disposição do agricultor, que ele tem que preservar, pois é, até em termos extremos, uma contribuição gratuita ao agricultor, quanto a controle de pragas.

Da mesma forma, existem várias espécies de parasitoides que atacam as diferentes pragas, os diferentes insetos que conhecemos, em vários sistemas agrícolas. Aqui, no caso, apenas para exemplificar, temos uma vespinha que ataca ovos de percevejo também.

Essas vespinhas começaram a aumentar, em termos de parasitismo natural, sobre populações de ovos de percevejos, a partir de 1978, a primeira data que se teve. Embora eu saiba que não se possa enxergar muito bem, o que eu quero transmitir é que, a partir de 1978, verificou-se, no Paraná, um aumento natural no nível de parasitismo de percevejos. E é interessante que se observe que foi, a partir de 1978, que o programa de manejo de pragas alcançou um impacto maior, no Estado do Paraná. E, conseqüentemente, foi a partir de 1978 que se provocou, a nível de agricultura, uma redução drástica no número de aplicações de produtos químicos. Com essa redução de produtos químicos, os parasitas, outrora eliminados ou em grande parte eliminados por esses produtos químicos, tiveram a possibilidade de aumentar em número até atingir níveis de parasitismo sobre percevejo superiores a 70%, isto em termos de contribuição natural.

É justamente em área onde se realiza manejo de pragas, a nível de agricultor, que se fizeram essas observações, ou seja, como o agricultor deixou de aplicar excessivamente produtos químicos nessas áreas, o nível de parasitismo até 1982, como mostrado aqui, foi aumentando, o que não era o caso em áreas de produtores de soja, que não seguiam o programa de manejo de pragas. Então, a contribuição por parasitas era muito menor a nível, até, insignificante.

Aqui procuramos mostrar somente em ovos de percevejos, pragas da soja, o nível de predação e de parasitismo que pode ocorrer naturalmente. Em determinadas épocas da safra, o nível de predação mais parsitismo pode atingir cerca de 80%. Então, com isso gostaria de deixar claro que seria injustificável se dispensar esse tipo de ajuda que os agentes biológicos podem dar, a nível de agricultor, naturalmente.

Da mesma forma existem vários microorganismos que provocam doenças em insetos. Um exemplo típico da importância de doenças sobre insetos é um fungo chamado *nomuria vilae*, ou comumente de doença branca que, em anos úmidos, em lavouras de soja, por exemplo, chega a eliminar quase 100% das lagartas que desfolham as culturas, eliminando, inclusive, a necessidade de o agricultor aplicar qualquer produto químico para o controle de lagartas. Isso é muito comum em anos úmidos.

Essa figura mostra justamente qual a importância dos inimigos naturais em uma determinada área. Nesta área de soja foi aplicado produto químico, indicado pela seta, quando não havia necessidade de aplicação e em uma área em que os inimigos naturais, predadores e parasitos, principalmente, eram abundantes, e posteriormente se verificou o seguinte: na área que recebeu aplicação do produto químico, a população, como o caso de percevejo na soja, tendeu a aumentar desproporcionalmente em relação à área que não recebeu qualquer aplicação de produto químico. Ou seja, essa diferença mostra bem a importância dos inimigos naturais, isto é quando se eliminou a pressão exercida pelos inimigos naturais, que eram abundantes no momento da aplicação naquela área. A praga geralmente, como ocorre sempre, teve a tendência de se multiplicar livremente, pois havia ausência dos inimigos naturais, e aí o inseto geralmente atinge populações que exigem uma nova aplicação e até uma 3ª aplicação. Enquanto que, com o controle biológico, às vezes, se precisar, seria uma aplicação apenas e, em muitos casos, o agricultor poderia chegar a nem aplicar. Então, essa figura mostra claramente o que o produto químico provoca em termos de desequilíbrio pela eliminação de agentes de controle biológico, principalmente parasitas e predadores.

Gostaria de comentar, rapidamente, os tipos de programa de controle biológico que existem a nível mundial.

O primeiro tipo de programa muito comum e um dos mais importantes é denominado de importação de inimigos naturais, ou seja, uma determinada praga é introduzida em um país, por exemplo, o bicudo, e obviamente ela chega nesse novo ambiente sozinha, ou seja, sem a presença de inimigos naturais que ajudavam a combatê-la naturalmente no país de origem desse inseto ou dessa doença ou dessa planta invasora. Conseqüentemente a idéia da importação é justamente de trazer do país de origem da praga também de inimigos naturais que ocorram atacando esse inseto ou essa praga no país de origem na perspectiva de regulá-la ou de suprimi-la a níveis baixos no país onde ela foi introduzida.

Existem vários exemplos de importação, a nível mundial, exemplos, inclusive, que apresentaram sucesso tão grande a ponto de não se precisar mais de utilizar produtos químicos para o controle de uma determinada praga. Por exemplo a cochonilha dos citros na Califórnia chegou ao ponto de tamanha importância, em termos econômicos, que a indústria de citros, naquele Estado americano, estava seriamente ameaçada de falência, pois não havia meios viáveis de controlar esse inseto que, na realidade, havia sido introduzido no país. Então, com um programa de importação de predadores e parasitoides se conseguiu salvar a indústria de citros na Califórnia. Isso foi em 1890, foi o primeiro programa de controle biológico bem-sucedido e que deu origem a outros programas de controle biológico que, posteriormente, se sucederam, a maioria com sucesso absoluto em vários países.

Um outro tipo de programa é justamente o de procurar preservar o patrimônio existente em uma determinada região, patrimônio de controle biológico de pragas. Ou seja, se procura através de vários métodos, como o não uso de produtos químicos ou até a busca de ambientes mais favoráveis aos inimigos naturais, de preservá-los em uma determinada região, de forma que esses exerçam um controle, uma regulação sobre a população de um determinado inseto.

Uma outra tática, um outro tipo de programa é o de aumento de inimigos naturais, aí se busca justamente o controle de um determinado inseto através de liberações periódicas e maciças de inimigos naturais com intuito de reduzir populações de pragas. O aumento envolve a produção em laboratório e a liberação de parasitas ou predadores, no caso, ou aplicação de patógenos como vem ocorrendo em vários países.

Alguma coisa sobre a importação de inimigos naturais que vale a pena comentar. É estimado que a relação benefício-custo, no caso de inseticidas, é de 5 para 1 e, no caso de controle biológico, 30 para 1. Isso é em média. Então, existem programas de controle biológico, por exemplo, que o benefício em relação ao custo — a relação é bem maior do que isso — é estimado, também, que a razão de sucesso de estabelecimento de inimigos naturais importados para o controle de pragas é de uma introdução bem-sucedida para 4 introduções, que se faz para o controle de um determinado inseto.

Alguns resultados de importações, até 1970. Foram feitas, até essa data, tentativas de controle biológico de 223 espécies de pragas, e o número de casos de sucesso parcial a completo foi de 120, correspondendo a 54%. E isso desdobrando em controle parcial, substancial e total, verifica-se que o controle parcial, cerca de 30 casos, 3,4%; controle substancial, 48 casos, correspondendo a 21,5%; e casos de controle total, 42, ou seja, 19%.

Controle parcial significa o seguinte: quando o programa de controle proporciona reduções no número de aplicações de produtos químicos, que se faz com uma determinada praga na ordem de 50% ou menos. Controle substancial é quando se consegue com um determinado programa de controle biológico a redução de mais de 75% no número de aplicações de produtos químicos contra a praga. E controle total quando se consegue, por exemplo, introduzir um agente de controle biológico que provoca controle permanente do inseto; ou seja, a praga visada fica sob controle permanentemente, como aconteceu na Califórnia. A partir do momento em que os predadores e parasitos se estabeleceram não houve mais a necessidade, a partir daí, da aplicação de qualquer produto químico para o controle de inseto na Califórnia.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Essas experiências foram no Brasil?

O SR. FLÁVIO MOSCARDIM — Não. Vou falar sobre experiências no Brasil posteriormente. Vou dar 4 exemplos de programas no Brasil, inclusive com uma avaliação econômica, principalmente retorno e benefícios que essas tecnologias podem proporcionar ou proporcionam a nível prático, a nível de agricultor.

Então, o controle substancial mais total, através de programas de controle biológico, é estimado em 40%; ou seja, a redução no número de aplicações de produtos químicos de mais de 75% é conseguido em 40% dos casos. E só isso já justificaria que todo o País investisse maciçamente em programas de controle biológico, tendo em conta as diferentes pragas que atacam diferentes culturas.

Com relação ao aumento, envolvendo produção e liberação de inimigos naturais, teria os seguintes comentários: É o método de controle biológico que exige maiores investimentos, porque implica estrutura de produção de um determinado agente biológico, a sua produção maciça e, posteriormente, liberações ou aplicações a nível de agricultor. Mesmo assim, os exemplos que existem, a nível mundial, demonstram que este também é um método viável, tanto técnica como economicamente. Existem vários exemplos de uso no mundo dessa prática de aumento de inimigos naturais com vários patógenos, ou seja, fungos, bactérias e vírus. O melhor exemplo talvez que se tenha, com parasitos, é com tricograma-SP, que é um parasito de ovos de diversas pragas, principalmente lepidópteros, e o país que está mais avançado na utilização desse parasito é a Rússia, onde são controladas pragas em mais de oito milhões de hectares por ano neste país. Sendo que existem 10 fábricas, na Rússia, com produção de cerca de 50 bilhões de parasitos por ano, para esse fim. A Rússia, por exemplo, somando os outros programas desenvolvidos naquele país, eles abrangem mais de 11 milhões de hectares somente com controle biológico. Isso com parasitoides e predadores. Eles têm programas também com patógenos, no caso com um fungo chamado *boveria baciana*, onde são tratados milhões, ou se chegou pelo menos a tratar mais de um milhão de hectares por ano naquele país.

Verifica-se também um uso substancial, no caso do tricograma, na China, México, França, Peru, Colômbia e Estados Unidos, sendo que no Brasil já existem programas visando a explorar esses agentes biológicos para o

controle de pragas. E não vou me prender a outros exemplos, mas existem vários parasitos e predadores sendo produzidos inclusive comercialmente nos Estados Unidos e em outros países, sendo utilizados até em áreas significativas, em se tratando de controle biológico.

Essa tabela que estou apresentando é para mostrar um aspecto muito curioso com respeito à evolução de controle biológico no decorrer do tempo desde 1890, quando se verificou o primeiro programa — esse que citei do controle da cochonilha em citros, na Califórnia — até 1970. Foi interrompido em 70, porque a idéia é mostrar a tendência que se verificou desde 1890. Verifica-se que os casos de sucesso com o controle biológico, seja total, ou substancial ou parcial, de dois casos para onze na década de 1900/10; 14 para 28 na década seguinte, com um pico de 57 programas na década de 1930/40. Foi a partir da década de 1940 a 1950 que houve um decréscimo acentuado nos programas de controle biológico a nível mundial. Isso não foi por acaso. Foi justamente nesse período que ocorreu a Guerra Mundial, dificultando os programas de controle biológico, que envolviam principalmente, na época, importação de inimigos naturais de outros países e, obviamente, a Guerra dificultou a locomoção por avião desses materiais e também de cientistas; mas o outro agravante que aconteceu nessa década foi justamente o aparecimento dos inseticidas, no caso, o primeiro sintético, o DDT. Com o aparecimento desses produtos, momentaneamente se esqueceu não somente de práticas de controle biológico mas também de outras práticas que se vinham fazendo até então, em várias situações com sucesso total, para colocar o uso do produto químico de maneira até eufórica, como uma medida unilateral, ou seja, o produto químico não veio para complementar o que se fazia até então, mas sim para substituir, na realidade, o que se fazia até a década de 1940/50. Depois começou a haver uma recuperação nos programas de controle biológico, que aconteceu a partir de 1970.

Uma vez feita a explanação geral sobre alguns aspectos do controle biológico, a nível mundial, gostaria de enfatizar exemplos de controle biológico no Brasil, para mostrar principalmente que o controle biológico é viável técnica e economicamente e que representa uma das grandes saídas para o País e para o problema de uso de produtos químicos em muitos agroecossistemas que temos.

Existem vários programas em andamento no País, mas vou citar esses quatro, justamente porque eles abrangem já uma área considerável, no País, a nível de agricultores, e é possível, com esses programas, se obter inclusive informações econômicas.

Bem, vou citar, então, os programas: o controle da broca da cana, com *aplanteles flavipes*; o controle da cigarrinha da cana, ou cigarrinhas na cana, por *metarrhizium nesoplis*; o controle de pulgões do trigo, por parasitoides, e o controle da lagarta da soja, por *baculovirus anticarsa*.

O controle biológico da broca da cana se iniciou há cerca de 11 anos, através de *diatraea sacharalis* da introdução do parasitóide *aplanteles flavipes*, no Estado de Alagoas, parasitóide esse importado de Trinidad e Tobago. A diatraea é uma praga importada, então procurou-se importar parasitas, como mencionei anteriormente, para tentar resolver o problema do inseto no País.

Inicialmente se verificou que esse parasitóide, o *aplanteles*, se estabeleceu, se adaptou às diferentes regiões brasileiras, principalmente naquelas regiões de produção de cana-de-açúcar. Os círculos vermelhos mostram as regiões onde o parasita se adaptou e começou a atuar sobre populações da broca da cana.

Até 1982, havia sido produzido um número de cerca de 1 bilhão de parasitoides, em cerca de 32 a 33 laboratórios montados principalmente com o esforço da PLANAÇUCAR e outras instituições canavieiras do País, mais de 32 laboratórios produzindo esse parasitóide para liberação em áreas de cana-de-açúcar por controle do inseto.

Faltou um slide, mas me lembro justamente dos números. No período de 1974 até 1984, ou seja, 10 anos, foi possível, após a introdução desse parasitóide no Estado de Alagoas, se estabelecer os benefícios decorrentes desse programa de controle biológico. Então, somente em Alagoas, nesse período de 10 anos, foram liberados cerca de

350 a 400 milhões de *aplanteles flavipes* para o controle da broca da cana. Isso significou um benefício, no período, em valores atuais, de cerca de 600 milhões de cruzeiros, já descontado o custo do programa de controle biológico no Estado de cerca de 2 a 2 e meio bilhões de cruzeiros, em valores atuais. Então, é o primeiro exemplo que procuro mostrar, tentando enfatizar a grande possibilidade de retorno econômico que existe com programas de controle biológico.

Um outro programa, que pode ser citado como bem sucedido e que também envolve a importação de parasitoides para o controle biológico de uma praga, é o programa desenvolvido no Centro Nacional de Pesquisas de Trigo, da EMBRAPA, visando um controle biológico de pulgões de trigo.

Então, no trigo, existem várias espécies de pulgões, que são insetos diminutos que sugam as várias partes da planta, provocando perda na produção. E justamente este inseto tem uma capacidade muito grande de reprodução, mas ainda num ambiente desequilibrado, como é, ou era com maior intensidade há anos atrás, a cultura do trigo.

Então, as principais espécies de pulgões podem ser citadas como *metopolophium dirhodum*, *schizaphis graminum* e *citobium avenae*. Visando o controle principalmente dessas três espécies, foram introduzidas parasitoides, no Rio Grande do Sul inicialmente, de vários países do Mundo, a partir de 1978.

Mas, o Centro de Trigo, então, montou uma estrutura, um laboratório, quarentena, laboratórios de multiplicação dos parasitoides para a introdução no País de várias espécies de inimigos naturais, parasitoides, de várias partes do Mundo, países esses que tinham inclusive situações climáticas semelhantes às regiões onde se pretendia efetuar esse controle biológico. E várias dessas espécies, como mostram os asteriscos, se estabeleceram, se adaptaram ao novo ambiente, ou seja, o ambiente do Brasil nas regiões produtoras de trigo.

As introduções foram feitas, inicialmente, em maior quantidade no Estado do Rio Grande do Sul, justamente porque lá se situa o Centro Nacional de Pesquisa de Trigo da EMBRAPA e é justamente um grande produtor de trigo também. Então, esses vários pontos mostram os locais de introdução dos parasitoides de 1978 a 1982. Alguma coisa foi feita também em termos de introdução em Santa Catarina.

Até 1983 haviam sido liberados cerca de 5 e meio milhões de parasitas de pulgões de trigo, principalmente no Rio Grande do Sul.

E os parasitas de pulgões de trigo, na realidade, são bastante diminutos, como também são os pulgões, e colocam ovos dentro do corpo do pulgão e dentro do corpo do inseto se desenvolve uma larva do parasitóide que faz com que o pulgão morra e fique com esse aspecto mumificado em contraste com o aspecto verde e mais afilado do pulgão normal.

Posteriormente, o adulto do parasito sai do corpo do pulgão, deixando o orifício de saída.

É justamente nas áreas de introdução desses parasitoides no Brasil começou a se verificar um aumento do nível de parasitismo daqueles inimigos naturais introduzidos e adaptados, ao ponto de apenas alguns — aqui temos um pulgão normal esverdeado — escaparem da ação desses inimigos naturais na forma natural.

Esse gráfico mostra justamente o resultado desse programa, que se iniciou em 1978. Então, observa-se que, em 1977, ou seja, um ano antes do início do programa, cerca de 99% das lavouras de trigo do Rio Grande do Sul aplicavam produtos químicos, inseticidas para o controle do pulgão. Com o estabelecimento, colonização de pulgões a nível de lavoura, após as liberações, foi-se verificando um declínio acentuado na necessidade de controle de pulgões, até que se chegou a um ponto, a partir de 1981, onde menos de 5% apenas das lavouras necessitavam da utilização de produtos químicos para o controle de pulgões. No Paraná, não se verificou um declínio acentuado, justamente porque foram feitas menos introduções no Paraná, menos liberações — mas a partir de 82, no Paraná também se verificou um efeito bastante substancial, nós vamos verificar posteriormente.

O que significa o controle biológico de pulgões de trigo? No Rio Grande do Sul, nós verificamos que, em 1977, 99% das lavouras aplicavam inseticidas para pulgões. Como exercício para se avaliar a importância desse

programa, nós estimamos que no custo atual, 1985, a aplicação de produtos químicos em 99% das lavouras com inseticida custaria cerca de 82 bilhões de cruzeiros para o agricultor — para o triticultor. A partir de 81, quando se verificou uma redução drástica na necessidade de aplicação de produtos químicos para menos de 5% das lavouras com inseticida, pode-se estimar, considerando esse valor inicial, que o benefício do programa anual pode atingir cerca de 78 bilhões de cruzeiros por safra — esse o valor de 1985. É bom que se diga que não há só o benefício a nível de agricultor econômico e ecológico, e mesmo social, há um benefício para o País também, se nós considerarmos que mais de 90% dos produtos químicos, dos materiais componentes dos produtos químicos utilizados no País são importados. A medida que se consiga que um programa dessa natureza, uma redução acentuada na necessidade de uso de produtos químicos contra pragas, vai se deixar de importar uma quantidade também apreciável desses produtos químicos, que significa a economia de divisas para o País, e essa economia, se levado em conta o aspecto mais amplo de vários programas, é bastante substancial.

No Paraná, como o programa, as liberações começaram a se intensificar mais tardiamente; se verificava o seguinte: em 1977, se faziam 3 a 4 aplicações de produtos químicos para pulgões — isso informação do pessoal do IAPAR (Instituto Agronômico do Paraná).

Atualmente, já se conseguiu reduzir essas aplicações para uma a uma e meia em média, o que significa, a nível de Paraná, uma economia de 123 bilhões de cruzeiros por safra em termos atuais — isso porque o Paraná planta cerca de 1,2 milhão de hectares de trigo.

Existem várias possibilidades de uso dos mais variados agentes para o controle biológico de pragas — e eu vou dar dois exemplos, no Brasil, de uso de microorganismos, mas existe a possibilidade de uso dessa gama de, pelo menos, 6 tipos de patógenos, fungos, bactérias, vírus, protozoários, rickettsias e nematóides —, sendo que os três primeiros é que têm sido utilizados a nível mundial em maior escala.

Eu gostaria, então, de mencionar o programa de controle biológico da cigarrinha da cana-de-açúcar, com o fungo denominado *metarrhizium nosoplis*. Essa cigarrinha é atacada pelo fungo, que provoca essa massa verde, essa massa que, na realidade, se constitui dois esporos de fungos, que, uma vez espalhados no ambiente, pode proporcionar a infecção de outros insetos sadios e contaminá-los e conseqüentemente reduzir sua população.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Essa cigarrinha também ataca outras gramíneas?

O SR. FLÁVIO MOSCARDIN — Sim, ataca pastagens também.

E a nível de Brasil, existe um programa já há vários anos na cana-de-açúcar, onde principalmente o PLANALÇUCAR e outras instituições, aí no caso principalmente no Nordeste, vem multiplicando este fungo em arroz autoclavado, e esse material é preparado, é retirada a massa de esporos do fungo, e aplicado, inclusive por avião. E a área de cana atingida pela cigarrinha é estimada em cerca de 600 mil hectares no país. E esse fungo vem sendo utilizado em cerca de 180 mil hectares, ou cerca de 30% da área, sendo que o custo de utilização do *metarrhizium* é competitivo com o tratamento químico convencional.

É importante que se mencione também que os programas de pesquisa e de desenvolvimento de *metarrhizium* para utilização em outros agroecossistemas como no caso de pastagens. O Dr. Márcio está aqui presente, mas ele vem desenvolvendo no CENAGE um programa de pesquisa, voltado à utilização do *metarrhizium* para cigarrinha nas pastagens, bem como de outros fungos em outras culturas.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Qual é o órgão?

O SR. FLÁVIO MOSCARDIN — A CENAGE é da EMBRAPA também, no Centro de Recursos Genéticos.

E conversando há pouco — cerca de uma hora — com o Márcio, obtive a informação que esses estudos se encontram no porto tal, que vai permitir um avanço considerável no controle da cigarrinha e outras pragas por fungo, inclusive da própria cigarrinha da cana.

Bom, por último eu gostaria...

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Onde é a sede do CENAGE?

O SR. FLÁVIO MOSCARDIN — É aqui, em Brasília.

O último programa que eu gostaria de comentar com um pouco mais de detalhe, é o programa referente à utilização do *baculovirus anticarsa* para o controle biológico da lagarta da soja. Esse é um vírus que mata, se multiplica e mata a lagarta da soja, e foram desenvolvidos para o controle biológico desse inseto. Ele é extremamente importante, pois provoca a necessidade de várias aplicações para o seu controle numa área praticamente, quase que total, em termos já de soja do país, e esse vírus, então, foi desenvolvido no Centro Nacional de Pesquisas de Soja também na EMBRAPA, com o objetivo de amenizar essa situação de uso abusivo, às vezes, e excessivo de produtos químicos na soja.

Para se montar, ou para que se pudesse colocar em prática toda pesquisa feita até um determinado momento, foi montado um laboratório que visava a produção massal desse vírus em laboratório, uma vez que, e no próprio inseto, a lagarta, uma vez que esse vírus, além de ser específico, ele só é possível atualmente de se produzir no próprio inseto, então montamos um laboratório com a capacidade diária de obtenção de milhares de lagartas, com o intuito de inocular esses insetos com o vírus e extrair o vírus para a utilização a nível de produtor.

E todos os insetos, inoculados e mortos pelo vírus, são armazenados em freezers, onde o vírus se preserva até por vários anos, dentro do corpo dos insetos mortos.

Foi desenvolvido um programa, inicialmente, que visava levar esse tipo de tecnologia de uma maneira muito simples e econômica para o agricultor.

Nós, a partir daquele material distribuído, entregávamos, através da extensão e cooperação, ao agricultor, amostras para alguns hectares, variando de 1 até 20 hectares, de forma que o produtor pudesse extrair o vírus contido no corpo desses insetos, com um pouco de água, através de maceração e coagem do material, sendo esta suspensão ou caldo obtido, colocado no tanque de pulverização e aplicação da mesma forma como se aplica um produto químico.

O vírus proporciona, efetivamente, um controle adequado do inseto, desde que aplicado da maneira correta, como recomendado, um controle ao mesmo nível de proteção que oferece um produto químico.

Vemos, aqui, do lado esquerdo, plantas de uma lavoura, onde foi aplicado o vírus; e, do lado direito, plantas de uma lavoura ao lado, onde não foi aplicado nada. Inclusive, isso mostra a capacidade de destruição dessa lagarta.

O mais importante do programa é que este procura instruir os agricultores a coletar aquelas lagartas que morrem em decorrência da aplicação naquelas áreas iniciais, de forma a obter material suficiente para a aplicação, da mesma forma, em uma área bem maior da sua propriedade, e até em toda a sua área. Ou, ainda, a armazenar o vírus para a safra seguinte, em congelador ou freezer, onde o vírus se preserva, de maneira a, daí para a frente, ele proceder da mesma maneira, ano a ano, independentemente, assim, da utilização de produtos químicos, a um custo bastante baixo.

O vírus, hoje, vem sendo utilizado em uma área considerável, no País, abrangendo todas as áreas produtoras de soja, em maior ou menor nível mas, principalmente, no Paraná e no Rio Grande do Sul.

Vem-se fazendo, ou já se desenvolveu, no Centro Nacional de Soja, também, uma formulação do vírus, visando aprimorar ou resolver alguns problemas, como o transporte do material, conservação e até utilização, a nível de campo, tentando-se abranger uma outra faixa de agricultores que não se prestam ou não se interessam em utilizar o vírus, da forma mais simples.

Este quadro mostra, por exemplo, qual a vantagem da utilização, em termos econômicos, sem considerarmos as vantagens ecológicas e sociais, da aplicação do *baculovirus* e do inseticida.

Verifica-se que o custo, por hectare, da aplicação do vírus, é de, em valores atuais, 31,37 mil cruzeiros, aproximadamente. Ao passo que, já com a necessidade de apenas uma aplicação de inseticida para lagarta, essa aplicação já envolve um custo de cerca de 52 mil cruzeiros. Como, em anos de alta ocorrência do inseto, o agricultor chega a aplicar 2, 3 ou 4 vezes, como se chegou a aplicar

na safra passada, por exemplo, em alguns locais, de maneira excessiva, obviamente, o custo de aplicação do inseticida, em relação ao vírus, vai aumentando à medida em que há uma pressão maior do inseto, num determinado ano. Isso porque o vírus, com uma só aplicação, segura a população da praga por toda a safra, enquanto o mesmo não é verdadeiro para inseticida.

Foi muito comum se verificar, por exemplo, em vários locais onde se usa o vírus, que enquanto na área de utilização do patógeno foi feita apenas uma aplicação, ao lado, a aplicação do inseticida já havia sido feita 3 ou 4 vezes. Isso porque há uma ressurgência do inseto-praga na área, principalmente se essa área é abundante em inimigos naturais, como foi demonstrada anteriormente, em uma das figuras mostradas há pouco.

Em termos de economia para o produtor, esta pode chegar a 80% do que o normalmente gastaria com o produto químico. Além de promover, gradativamente, naquela área, um aumento no equilíbrio, de forma que, ano a ano, vá se precisar um menor número até da aplicação de vírus. Pode-se chegar a um ponto em que não se precise utilizar nada contra a lagarta, uma vez que se vai preservando, na área, aquela importante contribuição de parasitos e predadores de pragas.

Tem-se verificado, inclusive, em áreas onde se aplica o vírus, que a necessidade de aplicação de produtos químicos para percevejos, que é um outro grupo de pragas importantes da soja, e que ocorrem posteriormente à ocorrência da lagarta, geralmente é diminuída, uma vez que há a tendência de uma preservação dos inimigos na área, com a aplicação do vírus. Esses inimigos vão permanecer e exercer uma pressão, ou mortalidade natural sobre populações de outros tipos de praga, na cultura.

Então, essa prática — o controle biológico — geralmente leva ao equilíbrio.

Em termos nacionais, na safra 1983/84, foi utilizado o baculovirus em cerca de 20 mil hectares de soja. Já na safra posterior, 84/85, a área coberta com vírus chegou a 300 mil hectares. Verificou-se um aumento substancial em função do aumento do programa em várias regiões, coordenado pelo Centro da Soja, onde se colocou mais vírus disponível ao agricultor.

As outras 3 safras são projeções bastante viáveis, em função do que aconteceu até agora, demonstrando que o uso de vírus, no País, pode chegar a 2 milhões de hectares, em 3 anos, o que significaria uma economia, em valores atuais, por safra, de 141 bilhões de cruzeiros, somente com o uso de vírus, nessa área. Apenas como exercício, uma vez que isso não é possível, se o vírus fosse utilizado em toda a área de soja no País, ou seja, nos cerca de 9 milhões de hectares, a economia que se teria com o uso dessa prática seria de cerca de 650 bilhões de cruzeiros anuais, em valores atuais.

É importante que se diga, inclusive, que esses produtos a base de vírus vêm sendo utilizados, inclusive, em outros países como bioinseticidas formulados e registrados, etc. Então, já há vários anos esse tipo de material vem sendo utilizado em áreas, em alguns locais, até, em área considerável, principalmente nos Estados Unidos, Rússia, Japão, e no Canadá, também.

O mais importante ainda é que, no Brasil, existe um potencial enorme de utilização desse tipo de patógeno, ou seja, vírus, uma vez que uma série de pragas, consideradas temíveis em termos de capacidade de danos a várias de nossas culturas, possuem vírus que já foram isolados de suas populações. Então, é uma questão apenas de se montar programas visando o controle biológico a exemplo do que se fez com o uso do vírus em soja.

O controle biológico não se deve restringir somente a insetos. Deve abranger outras pragas como plantas invasoras ou mesmo fitopatógenas, embora de uso muito mais recente e de pesquisa mais recente, também, no Brasil vem se fazendo alguma coisa com respeito à tentativa de controle biológico de plantas invasoras. Em outros países já existem exemplos de completo sucesso, na Austrália e Estados Unidos, principalmente, onde se conseguiu o controle biológico de plantas invasoras total, ou seja, a partir do uso de inimigos naturais, se eliminou a necessidade de qualquer medida de controle dessas plantas invasoras visadas.

A esse respeito, embora bastante recentemente, o Centro de Soja da EMBRAPA vem tentando explorar, já há cerca de 3 a 4 anos, o uso de alguns agentes para o controle biológico de algumas plantas invasoras de soja.

Essa aqui, por exemplo, é chamada de Amendoim bravo, ou eufórbia, e é um exemplo de uma planta invasora que vem aumentando a sua área de abrangência ano a ano, em função do desequilíbrio causado pela monocultura da soja, e que vem exigindo um uso substancial, um uso elevado de herbicidas que além de onerosos provocam outros problemas.

Esse amendoim bravo, como é chamado, abrange hoje uma área de cerca de 200 mil hectares no País e vem aumentando. O custo de aplicação de herbicidas em valores atuais, para o controle dessa planta invasora nessa área, está estimado em cerca de 32 bilhões de cruzeiros ou cerca de 5 milhões de dólares.

Foi descoberto um fungo por um colega nosso do Centro de Soja, um pesquisador chamado José Tadashi Irianoi, um fungo que é específico para essa planta invasora, o fungo é chamado uma espécie de que foi utilizado ou foi produzido para tentativa de controle biológico dessa planta daninha.

Os resultados que se conseguiram até agora foram no mínimo animadores, ou seja, o fungo produziu o mesmo efeito que o herbicida sobre a população de ervas daninhas, inclusive em áreas de campo, em áreas experimentais com uma vantagem; o herbicida não afeta plantas já com portes elevados que podem chegar até quase um metro de altura. Já o fungo atinge, também, as plantas maiores e chega geralmente a dizimá-las na área e, obviamente, a tendência de se aumentar o inócuo do fungo em uma determinada área, de forma que este passe a exercer até um controle natural daí para frente a posteriori.

Esse quadro trouxe para tentar mostrar a vantagem de se utilizar controle biológico ou controle integrado, ou seja, mais uma prática alternativa para o controle de pragas e os benefícios, os retornos que esses tipos de programas trazem com relação a investimento e pesquisa nessas áreas. Então, colocamos nesse quadro e aliás esse quadro foi elaborado por Debach em 1982, onde é mostrado aqui apenas o controle integrado em soja e o controle integrado de trigo, que se baseia principalmente no controle biológico de pulgões do trigo, como foi mostrado anteriormente.

Os benefícios em milhões de cruzeiros são demonstrados de 1979 a 1981 apenas. Então, se verifica que o benefício total do controle integrado chegou a atingir, em 1981, 4,2 bilhões, isso em valores — não sei como foi calculado isso —, mas em valores relativos, inclusive, ao total de pesquisa investido na EMBRAPA com 48 alternativas, 48 linhas de pesquisa.

Os benefícios totais da EMBRAPA atingiram cerca de 30 bilhões de cruzeiros em 1981 com o uso das várias tecnologias. E o benefício estimado, devido ao controle biológico, chegou a atingir 30% do total de benefícios gerados por 48 tecnologias oriundas de pesquisa da EMBRAPA.

O custo total de todas essas tecnologias da EMBRAPA chegou a 13 bilhões, aproximadamente, não sei se esse valor está correto, sendo que a pesquisa em controle integrado, ou seja, o custo de pesquisa em controle integrado representou, em termos de porcentagem, no máximo 4% disso aí, de todo o custo dessas 48 tecnologias.

Aqui, nessas duas últimas linhas, são demonstradas a relação benefício/custo total para todas as tecnologias em relação ao benefício/custo do controle integrado, mostrando que o benefício/custo total somente foi superior a 1 ou quase 2 a partir de 1981, ao passo que por controle biológico, desde o início, houve um alto retorno ao investimento feito na pesquisa, nessas tecnologias, chegando a quase 9 a relação benefício/custo, demonstrando que além-de-se ter uma possibilidade a nível de pesquisa de se desenvolver, através do controle integrado, tecnologias que tenham impacto rápido, estas, também, podem trazer benefícios econômicos, altos retornos econômicos até curto prazo. Isso é fácil de se verificar inclusive por cada um dos 4 exemplos demonstrados anteriormente.

Estou quase no fim e gostaria, então, de comentar quais são as vantagens do controle biológico. Na realidade, ela se contrapõe ao controle químico, ou seja, geralmente essas vantagens eliminam problemas decorrentes do uso do produto químico. A primeira delas é bastante óbvia, os inimigos naturais, os agentes biológicos não causam qualquer tipo de poluição ambiental, não provocam desequilíbrio biológico, pelo menos a nível em que é causado por produtos químicos, não chegam nem perto,

pode haver um efeito indireto apenas, mas geralmente não provocam desequilíbrio biológico. Não representam risco ao homem, animais e a outros organismos que não à praga visada, geralmente; as pragas dificilmente desenvolvem resistências ao controle biológico; pelo menos é muito mais difícil desenvolver resistência para controle biológico do que para produtos químicos, onde o aparecimento de populações resistentes a produtos químicos tem se demonstrado até, de maneira bastante rápida e surpreendente. A produção e desenvolvimento de agentes de produtos biológicos geralmente é mais econômica do que para produtos químicos. Todos sabem que o desenvolvimento do mercado de produtos químicos exige investimentos de até 10 milhões de dólares, chegando a quase 20 milhões de dólares. E com o controle biológico alguns programas não chegaram a gastar alguns milhares de dólares, às vezes até menos, para se ter um controle até total.

Geralmente os programas de controle biológico proporcionam alto retorno a investimento na pesquisa e também podem proporcionar controle permanente da praga visada. Isso é possível e tem se verificado principalmente em programas onde se faz a importação de inimigos naturais para o controle de uma praga.

Rapidamente gostaria de comentar alguns aspectos ou algumas ações necessárias ou entraves ao uso de controle biológico ou mesmo outras práticas alternativas. Uma delas é que os produtores geralmente têm acesso limitado à extensão rural, ou mesmo à literatura. E isso geralmente tem dificultado a difusão e a adoção por parte dos agricultores de táticas viáveis.

Um outro aspecto que complica o uso de muitas alternativas é a presente situação de áreas extensas de monoculturas no País, que dificultam o acompanhamento de pragas na lavoura e até dificultam muito mais ainda, às vezes, a aplicação de uma prática alternativa, uma vez que em uma área maior geralmente há uma tendência de um desequilíbrio também maior. Em áreas menores, tem se observado que muitas das práticas alternativas têm gerado sucesso.

Um outro aspecto que deve ser ressaltado e comentado é a dificuldade de se mudar a mentalidade conservacionista de muitos agricultores, acostumados ao uso de técnicas convencionais. Essa é uma realidade que o agricultor vem fazendo há anos, ele tem uma certa atitude já decorrente de seus antepassados até, quanto ao controle de pragas, e muitos desses agricultores não são muito propensos a mudanças a curto prazo, principalmente. Isso é agravado, sem dúvida alguma, pela pressão de venda de produtos químicos por parte de fabricantes e distribuidores. Esse é um fator gravíssimo, que temos que enfrentar, uma vez que a pressão existe não só a nível de agricultor, mas também a nível de cooperativas, inclusive, procura se colocar os produtos, oferecendo, em muitas situações, vantagens econômicas ao departamento comercial de cooperativas e isso obviamente leva, inclusive, a uma utilização, às vezes, até indiscriminada, indesejável, de produtos, uma vez que muitas cooperativas têm interesse em vender o produto e obter lucro com ele. E a pressão a nível de agricultor diretamente pelo pessoal dos fabricantes do setor privado é tão grande que o produtor chega a cometer os mais variados absurdos.

Uma outra consideração importante, que se deve fazer, é que há óbvios interesses do setor privado, e devido a esses óbvios interesses, outros meios de informação, como a educação através de órgãos da extensão rural devem ser fortalecidos para promover as vantagens do que é chamado de controle integrado de pragas, que pode envolver qualquer tática alternativa que se tenha disponível. E mesmo o uso racional de produtos químicos que, às vezes, é necessário — às vezes o ambiente é tão desequilibrado que não se consegue passar sem a aplicação de pelo menos uma vez, quanto à determinada praga, de produtos químicos. Então, dentro de um programa como esse, pelo menos no início, se preconiza o uso de produto químico dentro de vários critérios, incluindo seletividade, dose mínima, etc. E nesse caso é muito comum que os próprios vendedores das firmas interessadas na venda dos produtos vão ao nível de produtor dizer que aquele produto, que ele está vendendo, se ele comprar e aplicar, ele estará fazendo um manejo de pragas. Na realidade há muita distorção, a nível de agricultor, que precisa ser corrigida, e isso só vai se corrigido através do fortalecimento da extensão; ou seja, através do

fornecimento de meios, tanto humanos como materiais, para que se possa efetivamente corrigir essas distorções que ocorrem e são uma realidade.

O aspecto fundamental em termos globais, para que se possa efetivamente fazer alguma coisa de maneira mais ampla no País, é que há a baixa disponibilidade humana e de recursos para a pesquisa e a extensão, para um adequado desenvolvimento de táticas alternativas e sua difusão. Não há a mínima dúvida, de nossa parte, que, se fossem colocados à disposição da pesquisa maiores recursos, tanto humanos como financeiros, os benefícios deste investimento seriam seguramente proporcionais ao investimento realizado, e isso se verifica em outros países. Os países que mais investem em táticas alternativas, como o controle biológico, são os que mais têm resultados e que mais têm retorno econômico e benefícios ecológicos e sociais decorrentes desses usos.

Infelizmente não há no Brasil uma disponibilidade desejável, tanto humana como financeira, para que se atinja de maneira mais ampla esses objetivos.

O SR. SARAMAGO PINHEIRO — E qual o país que mais aplica?

O SR. FLÁVIO MOSCARDIN — Temos os Estados Unidos, Canadá, a Rússia, a China e alguns países da Europa.

Com essa visão das Cataratas do Iguaçu, no Paraná, vou finalizar fazendo alguns comentários. Alguma coisa eu já comentei, mas gostaria de concluir com algumas observações.

Como conclusão da minha explanação poderia dizer o seguinte: é perfeitamente possível reverter a presente situação de uso massivo e, não raro, abusivo de praguicidas químicos em nossos agrossistemas, através do desenvolvimento e compatibilização de táticas de manejo integrado de pragas. O controle biológico é um dos meios viáveis, tanto técnica como economicamente para esse fim, mas não é o único meio.

Para cada sistema agrícola há a necessidade do desenvolvimento de programas de controle integrados simples e viáveis ao nível do agricultor. Não existem fórmulas preestabelecidas para os diferentes agroecossistemas, entretanto, todas as fórmulas devem incluir necessariamente os seguintes fatores fundamentais ao sucesso de qualquer programa:

- 1 — número adequado de pesquisadores qualificados.
- 2 — recursos satisfatórios.
- 3 — criatividade.

O resto da fórmula é consequência natural desses três fatores. Criatividade é o que não falta ao pesquisador brasileiro. Faltam sim recursos humanos e financeiros.

Embora se reconheça a impossibilidade de ser reverter, a curto prazo, de maneira ampla a utilização de produtos químicos, é obrigação da pesquisa do País dedicar maiores esforços no desenvolvimento de alternativas para o controle de pragas, bem como da extensão rural brasileira, buscar a superação dos problemas ou entaves que dificultam a adoção dessas tecnologias pelos agricultores.

É fundamental que os dirigentes da pesquisa e da extensão rural no Brasil, bem como a classe política também, produzam ações que sensibilizem o Governo para maior investimento na pesquisa e geração de tecnologias no País. Acreditamos que é somente dessa forma que poderemos produzir tecnologias adequadas ao País e amplo retorno econômico, ecológico e social.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Sr. Presidente, embora a palestra do Dr. Flávio Morcardin tenha sido do maior interesse e provocada inúmeras considerações, tendo em vista o adiantado da hora, pediria a V. Ex.^a que consultasse à Comissão sobre a possibilidade de o Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado falar imediatamente e deixarmos os debates para após a sua exposição.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — É exatamente o que ia propor. Eu farei chegar às mãos do Professor Flávio Morcardin as perguntas que têm sido formuladas pela nossa assistência técnica. E iria perguntar à Comissão se desejava debater, mas acho que devemos ouvir o Dr. Pinheiro Machado, que já aguarda aqui, pacientemente, há muito tempo, para não dizer hoje perturbado pelas votações na Câmara e no Senado.

Queremos agradecer ao Dr. Flávio Morcardin a sua brilhante exposição, que abriu novos campos para os nossos trabalhos vamos meditar sobre o que S. Sa. aqui disse e vamos procurar desenvolver a missão que o Congresso nos confiou, levando em consideração essa brilhante exposição que acada de ser feita. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Dr. Pinheiro Machado, Agrônomo, livre docente, Professor Catedrático da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Professor da Universidade de Santa Catarina, Presidente da Federação dos Engenheiros Agrônomo do Brasil, Presidente da EMBRAPA.

O SR. PINHEIRO MACHADO — Sr. Presidente desta importante Comissão do Congresso Nacional, Srs. Congressistas, minhas amigas, meus amigos:

Devo dizer-lhes que, em função do trabalho que o nosso companheiro Flávio Morcardin apresentou, resolvi alterar um pouco o roteiro que havia preparado, de vez que ele cobriu, com sabedoria e profundidade, alguns aspectos que eu desejava ferir.

Entretanto, devo iniciar a minha intervenção registrando a importância do trabalho desta Comissão, o significado que ela tem não apenas para a economia do nosso País, que foi tão bem registrado na intervenção anterior, mas principalmente pela importância que tem o trabalho desta Comissão para a defesa da qualidade da vida dos brasileiros.

Parece-me que esta é inquestionavelmente a questão decisiva das conclusões a que há de chegar esta Comissão neste trabalho tão oportuno. E não poderia deixar de registrar, mais uma vez o meu agradecimento pessoal aos parlamentares de nosso País, a quem decisivamente muito devo por ser hoje o Presidente da EMBRAPA. Portanto, esta convocação se reveste, para nós, como um compromisso dos mais importantes, e por isso mesmo aqui estamos à disposição.

Sr. Presidente e Srs. membros desta Comissão, esta talvez, seja a etapa de trabalho mais importante que temos à frente da EMBRAPA. Neste momento estou deixando de comparecer a uma reunião dos organismos de planejamento, onde se discute o orçamento da EMBRAPA para o ano que vem; para permanecer com V. Ex.^{as}, porque entendo que, se continuar contando com o apoio de V. Ex.^{as}, seguramente o nosso orçamento estará assegurado para que todos esses trabalhos possam ter prosseguimento.

Quero também dizer ao nosso companheiro Flávio, falando agora na nossa intimidade, que mesmo com os nossos precários recursos e de acordo com as prioridades que foram estabelecidas pelo Governo da Nova República na área da pesquisa agrícola, quero dizer que não faltarão nem recursos humanos nem recursos materiais, para que essas pesquisas possam alcançar os melhores resultados e possam, rapidamente, atingir a agricultura brasileira, que está, por todas as razões, carente desses resultados.

Para que possamos compreender a questão no seu aspecto político, de vez que o aspecto técnico foi exaustivamente debatido, vou me valer, inicialmente, de um documento apresentado pelo companheiro Flávio Moscardin, pediria a S. S.^a que apresentasse aquele slide sobre a evolução da...

Esse quadro nos mostra a evolução de todo o programa de controle biológico, além daquela análise feita pelo Sr. Flávio Moscardin na sua análise, gostaria de chamar a atenção para este dado que, de 1940 a 1950, precisamente durante o período de guerra, como foi mencionado, ocorreu uma sensível redução de um processo ascendente de sucesso completo ou substancial na área da pesquisa dos programas de controle biológico.

Em seguida, aqui ocorre exatamente esse fosso quantitativo, e que naturalmente se refletiu qualitativamente. É preciso que se diga alguma coisa a respeito desse período. Em primeiro lugar, como as condições dos ecossistemas agrícolas, ou dos ecoagrossistemas, como se pode chamar, eram ecoagrossistemas altamente equilibrados. Eram ecoagrossistemas compostos pela rotação cultural, pela multiplicidade de cultura, etc. Isto significou que os efeitos dos agrotóxicos neste momento, eram efeitos realmente fulminantes, dado precisamente ao equilíbrio existente na natureza — equilíbrio esse que, pela sucessão das aplicações, foi comprometido a ponto de hoje, nós termos alguns problemas gerados pela resistência ao próprio uso dos agrotóxicos que, muitas vezes,

são problemas muito mais graves do que os efeitos produzidos pelas pragas e pelas doenças.

Além desse detalhe, quero também registrar que a década de 60 e a década de 70 foram as décadas onde se produziu em nosso País, aquilo que se convencionou chamar a capitalização da agricultura brasileira. E exatamente essa capitalização se deu com a introdução massiva, com a introdução sistemática e cheia de estímulos, através do subsídio creditício, principalmente, aos agrotóxicos e outros chamados insumos modernos em fertilizantes químicos etc. Pois bem, nesse período nós vamos encontrar, desde 1950 até os dias atuais, uma ascensão do número de pragas da nossa lavoura que passou de cerca de 111 para perto de 500, o que significa um aumento de 5 vezes o número de pragas que atingiram e que hoje comprometem a nossa produção agrícola. Portanto, há inquestionavelmente — e são dados do CNPq divulgados na literatura especializada do nosso país — há inquestionavelmente esta relação entre o aumento ou a intensificação do uso dessas substâncias e o correspondente aumento de número de pragas da nossa lavoura.

Acho que nós devemos, nesta Comissão discutir algumas questões relacionadas com a própria política, no que diz respeito ao agrotóxico, a fim de que nós possamos fixar alguns parâmetros de ação que passou, inclusive, representar um modesto subsídio a um a contencimento da maior significação política, social, econômica e cultural do nosso país, que é a Constituinte, ou seja, este é um assunto que nos parece estar estreitamente vinculado com os aspectos constitucionais.

E eu poderia, para entrar nesta área, já que o Estado do Paraná tem nos dado exemplos muito sugestivos como acabamos de registrar, eu poderia iniciar uma avaliação dos efeitos que o uso do agrotóxico tem produzido sobre a saúde humana. Neste sentido, eu queria passar aqui alguns dados de um levantamento realizado pelo Governo do Estado do Paraná, sobre os óbitos no ano de 1983, identificados como intoxicação por agrotóxicos, nós verificamos que, num total de um mil oitocentos e doze casos, nós vamos encontrar 65,44% dentro da faixa etária de 15 a 30 anos. Quer dizer, realmente este é um dado esturreador. O que há de melhor na nossa juventude está sendo contaminado pelo uso dessas substâncias. Na plenitude da vida, na idade mais produtiva, os jovens são atingidos e quando se sabe como foi relevado na 32ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que alguns desses agrotóxicos têm, hoje, efeitos teratogênicos que se expressam na ação sobre o processo reprodutivo, produzindo efeitos a nível de célula germinal. Como se sabe, é precisamente nessa faixa etária, entre 20 e 30 anos, onde se dá o processo reprodutivo mais intenso na espécie humana, não precisamos dizer as consequências diretas que isso traz à saúde pública.

Pois bem, dizia eu que essas questões têm uma relação muito estreita com a Constituinte. Por quê? Porque nesses casos de intoxicação, que resultaram em cerca de 150 óbitos nesse levantamento, não existe, absolutamente, nenhum processo de responsabilidade ou de coresponsabilidade, melhor dito, dos fabricantes desses produtos. E como muito bem disse o nosso companheiro Flávio Moscardin, a principal causa — e é preciso que se registre isso da forma mais eloquente — a principal causa do uso indiscriminado dos agrotóxicos não é o desconhecimento, por parte dos agricultores das formas de proteção. É precisamente a pressão de uso exercida pelos vendedores, que tem cotas, e que são obrigados a cumpri-las, e nesse sentido fazem todos os artifícios possíveis para que o agricultor use esses produtos de alta periculosidade, de alta letalidade inclusive.

Há questão de um ano, em Porto Alegre, ocorreu a identificação de contaminação de moranginho por dióxido de carbamato. Uma comissão, composta por diferentes organismos estaduais e federais, se ocupou do assunto, de vez que não podia permitir a venda de uma fruta contaminada e resultou no seguinte: nós fizemos uma consulta aos fabricantes de agrotóxicos, que eram utilizados naquela cultura, pedindo, diretamente aos Diretores-Técnicos das empresas, que eles nos indicassem, primeiro as indicações de uso do produto para a cultura do moranginho, segundo, as quantidades e as técnicas de aplicação, terceiro: os períodos de carência; e quarto, a metodologia de avaliação de análises de resíduos na cultura. Primeira resposta, cerca de 50% dos fabricantes dos

produtos, que eram utilizados, responderam que o seu produto não era indicado para a cultura do moranguinho. Em função disso, realizamos um seminário fechado, do qual participaram técnicos, pesquisadores e cientistas de todo o País, relacionados com a área. Daquela reunião, eminentemente técnica, saiu um procedimento — porque estávamos em plena safra e o agricultor não podia sofrer os prejuízos financeiros do uso inadequado e induzido dos agrotóxicos — que foi levado ao campo, com o controle de uma assistência técnica agrônômica especializada.

Resultado, cerca de 22 dias após, o moranguinho que se consumia em Porto Alegre era um produto absolutamente sadio, sem nenhum resíduo. E identificamos, primeiro que, por indução dos vendedores, no momento da venda, quando havia necessidade de um período de carência entre a última aplicação e o consumo, para induzir o consumo do agrotóxico, os vendedores dizem que quando a cesta estivesse pronta, seria bom mergulhá-la na solução do agrotóxico. Até isso se fazia para o consumidor de Porto Alegre!

Isto quer dizer que é singelo: que mesmo com a tecnologia correta, mas correta não do ponto de vista do uso direito pelo agricultor, mas do ponto de vista da responsabilidade do fabricante, nós podemos utilizar desse produto de forma a não comprometer a saúde pública.

Como uma primeira indicação, podemos dizer que o agrotóxico é o último degrau de uma longa escada que deve ser trilhada para o combate e o controle das pragas diversas, e não aquela primeira e muitas vezes de forma preventiva.

Isto, acreditamos, pode ser inteiramente corrigido, se pudermos dispor de uma legislação que dê uma responsabilidade nos processos de acidentes que se verificam com o uso desses produtos.

Não se pode dizer que esse uso é errado, porque o nosso agricultor é ignorante. Temos acidentes, como o caso do nosso saudoso companheiro Antônio Reis, que no dia 8 de fevereiro de 1983 foi vitimado por uma descarga de um orgânico fosforado, em Guanambi, na Bahia. E a primeira indicação foi a de que ele o teria ingerido, num processo de suicídio. A autópsia, que levou 4 meses, no Instituto Médico Legal de Belo Horizonte, revelou, entre outras coisas, que o seu estômago estava completamente vazio. Conseqüentemente, foi realmente um processo de contaminação periférica.

É preciso, então, que esses conceitos sejam incorporados na nossa legislação, a fim de que possamos exercer, realmente, um controle efetivo sobre o mau uso desses produtos.

Algumas questões são levantadas em relação ao uso dos agrotóxicos. E se costuma dizer que a agricultura brasileira não pode sobreviver sem o seu uso. Como também se costuma atribuir a pessoas de responsabilidade, hoje, na Administração de nosso País, afirmações que jamais foram feitas.

Em primeiro lugar, não conheço qualquer técnico competente que tenha dito que possamos, amanhã, eliminar o uso do agrotóxico. Essa afirmação jamais foi feita. O que afirmamos é que existem caminhos alternativos que nos permitem, imediatamente, reduzir a quantidade do uso dessas substâncias. Porém, existem caminhos científicos que nos permitem pesquisar soluções chamadas alternativas, porque deixaram de ser as convencionais que, hoje, se constituem o uso dos agrotóxicos, que podem proteger as nossas culturas, em escala industrial, em escala empresarial, que independem do tamanho da cultura, de tal maneira, que se possa realizá-la de forma econômica. E isso foi suficientemente demonstrado na exposição anterior. Eu apenas desejo complementar, trazendo mais algumas considerações, a fim de que possamos compreender o problema de maneira mais ampla e global.

Uma outra questão que consideramos básica — e aqui envolve uma outra questão de legislação — é a que diz respeito a quem controla e quem deve realizar a assistência no uso desses elementos

Desde logo deve ser um profissional que tenha uma habilitação adequada; que tenha uma formação, que permita compreender não apenas aquelas fórmulas químicas que, às vezes, aparecem nas bulas mas, principalmente, compreenderem como se dá o intrincado processo fisiológico da ação dessas substâncias, bem como o

desdobramento dessa substância, seja no organismo vegetal, seja no consumidor final, que vem a ser o homem. E eu poderia me referir, quando digo organismo vegetal, também o organismo animal, porque, de certo modo, a questão da produção animal é muito próxima, hoje, da produção vegetal.

E nós nos encontramos, aí, com uma situação talvez de maior gravidade. Por uma legislação absolutamente inaceitável, editada no ano de 1968, e que só foi regulamentada nos últimos dias do Governo anterior, e regulamentada de forma atabalhoada, hoje, de certo modo, se dá a possibilidade de técnicos de nível médio, às vezes meninos de 16 e 17 anos, a atuarem na prescrição desses produtos. Ou seja, o receituário agrônômico, que é o caminho correto de coibir, que é o caminho correto de disciplinar o uso responsável dessas substâncias venenosas, como acontece na Medicina com aqueles medicamentos que necessitam de cuidados e prescrições especiais, hoje, em certas circunstâncias, o receituário agrônômico está sendo fraudulentamente exercido por profissionais de nível secundário.

Parece-me que esta é uma questão relevante, e que diz respeito especificamente aos nossos legisladores. E há necessidade de um reparo dessa legislação com a sua revogação plena. Não vemos como regulamentar um decreto-lei, que na sua essência é errado. É impossível uma regulamentação, no nosso entender. Há necessidade de uma revisão nessa área, sob pena também de riscos substantivos à saúde pública e à preservação do meio ambiente.

Ao analisarmos a questão, portanto, dos agrotóxicos, verificamos que os caminhos para o desenvolvimento de técnicas novas — não diria alternativas, mas técnicas novas — estão abertos. E gostaria de registrar que não é apenas o manejo integrado de pragas o único caminho para a superação do problema. Desde logo é uma das técnicas que podem ser utilizadas com grande eficiência. Embora havendo, num segundo momento, a possibilidade também de alguns riscos de ordem um pouco mais avançada, há necessidade da modificação de todo o modelo agrícola. Porque se nós não fizermos, paralelamente ao emprego do manejo integrado de pragas, outras técnicas agrícolas, como é o caso da rotação cultural, como é o caso da diversificação cultural, como é o caso do cultivo mínimo sem herbicida, como é o caso das associações alelopáticas que foram mencionados no aspecto de planta superior e planta inferior, mas que acontecem, também, a nível de plantas superiores em que nós devemos imediatamente entrar nessa área de pesquisa, a fim de fazer as identificações necessárias, e assim muitas outras técnicas que hoje a agronomia internacional nos oferece.

Nós temos recursos para realizar uma agricultura sadia, uma agricultura que seja capaz de produzir alimentos de alta qualidade biológica que, finalmente, é o objetivo maior da nossa atividade. Quando nós assumimos uma instituição de pesquisa, a nossa obrigação é, em primeiro lugar, oferecer solução aos problemas urgentes da nossa agricultura desde logo. Entretanto, essas soluções devem ser baseadas já em uma experiência dolorosa de vinte anos de agricultura, que se voltou quase que completamente para o uso de produtos químicos e reduzir custos, fazer com que esta agricultura seja exitosa do ponto de vista econômica-financeiro, ao mesmo tempo que seja exitosa do ponto de vista da qualidade biológica do alimento produzido, sob pena de estarmos utilizando, de forma errada, os recursos que são colocados à nossa disposição.

Como instituição de pesquisa, devemos ter a noção muito precisa, muito clara de que o nosso País não tem recursos financeiros abundantes. Conseqüentemente, são recursos que devem ter uma preocupação social na sua aplicação e, assim tivéssemos procedido na área de pesquisa há 10 ou 15 anos atrás, seguramente, teríamos um avanço muito maior nesta área, que foi apresentada e com alguns resultados de pesquisa que são evidentes por si mesmo, dispensando, portanto, qualquer comentário.

Pensamos que hoje existe uma preocupação e uma expectativa da sociedade brasileira em relação ao trabalho do Congresso Nacional naquilo que diz respeito à legislação sobre agrotóxicos. Sabemos da tramitação de numerosos projetos nesta Casa. Houve, num primeiro momento, um grande avanço ao ser retirado da Ordem do Dia do Congresso a proposta anterior que, de certo modo, inviabilizava qualquer ação por parte da comunidade

de na proteção, na sua autoproteção e na fiscalização do uso dessas substâncias, que são utilizadas para a proteção das plantas e dos animais e que devem ser, por isso mesmo, usadas de forma muito judiciosa. Entretanto, o próximo passo é exatamente uma nova legislação, que assegure à sociedade brasileira condições de proteção de sua saúde e para que isto aconteça, desde logo consideramos que a preocupação desta Comissão e o seu trabalho, que não é outra coisa senão uma discussão ampla a respeito do seu conteúdo, dos seus princípios, dos seus fundamentos, a de concluir por uma legislação que se adeque às condições atuais da realidade do nosso País.

Com muita atenção ouvimos o nosso companheiro que dizia ter usado um pouco demais do tempo: acho que não. Acho que S. Sa. usou pouco tempo porque trouxe uma sucessão de resultados, de números, que nos enriqueceram substantivamente. Entretanto, por outro lado, acho que não tenho o direito de submeter àqueles parlamentares e àquela pessoa, que aqui vieram para assistir e participar desse debate, não devo submetê-los a uma atenção exaustiva. Por isso me parece que podemos utilizar, quem sabe, um pouco de nosso tempo ficando à disposição das muitas coisas que temos a falar, porque este assunto, cada um de seus itens nos dá elementos de discussão durante várias horas, me parece que se nós utilizássemos um pouco do nosso tempo, ficando à disposição dos Srs. Senadores, dos Srs. Deputados, para responder algumas questões que, eventualmente, existam, podemos utilizar melhor esse resto de tempo desta tarde, agora já noite, e desde logo, o que é mais importante, estamos inteiramente à disposição desta Comissão. Para tudo que for necessário, estaremos aqui, a qualquer momento, para oferecer todas as informações que esta Comissão desejar, seja através da própria Presidência ou da Diretoria da EMBRAPA, seja através de qualquer um de seus pesquisadores que, desde logo, são assessores. Somos assessores voluntários desta Comissão, para que o seu trabalho possa representar um avanço substantivo nesta área muito delicada. Por quê? Hoje a rubrica custo de produção destinada ao pagamento dos agrotóxicos já é, em muitos casos, inviabilizadora de certas culturas.

Segundo, há necessidade de se fazer com que passemos a adotar, como parâmetro fundamental, a qualidade da vida, o que se expressa através da qualidade biológica dos alimentos produzidos. É preciso que essas duas condições, a qualidade da vida e a redução do custo das lavouras, e mesmo da produção animal, corram *pari passu* em todo processo produtivo, a fim de podermos viabilizar a agricultura brasileira como um todo, seja animal, seja vegetal e possamos responder a uma questão maior, que é a exigência que tem o nosso povo de um aumento, sobretudo da produção de grãos, a fim de que possamos minimizar essa chaga que existe na sociedade atual de nosso País, que é a presença de 40 milhões de brasileiros desnutridos. Sempre que falamos nesta questão de uso de agrotóxicos, nós temos presente que o objetivo maior é sempre o atendimento às necessidades daqueles mais carentes de toda a nossa população. Isso significa que são inteiramente descabidas de qualquer propósito sério aquelas afirmações, que nos imputam posições, de que queremos resolver problemas individuais e de pequena escala. Não, a nossa responsabilidade, temos consciência plena disso, é de resolver os problemas da agricultura brasileira como um todo.

Entretanto, como palavras finais, devo afirmar que hoje, felizmente, já dispomos de tecnologias capazes de oferecer aos nossos agricultores elementos de escala que permitam uma produção sadia. Aquele elo, que foi mencionado que está faltando, que é da transferência da tecnologia, estamos tratando de, imediatamente, resolver de forma efetiva, trabalhando irmanadamente com os nossos companheiros da extensão, de tal maneira que, quem faça a transferência de tecnologia ao agricultor, deixe de ser o vendedor de agrotóxico para ser aquele técnico capacitado e responsável, que levará as tecnologias capazes de assegurar esses objetivos maiores que estamos propondo. Na verdade hoje já dispomos de muitos recursos tecnológicos que permitem, a curto prazo, avançar substantivamente na nossa produção agrícola, seja animal, seja vegetal, no sentido de melhorá-la qualitativamente. E o que nos está faltando é, efetivamente, um processo de transferência de tecnologia mais ágil, mais rápido, mais efetivo e, nesse sentido, estamos, também, empenhados nesta ação, porque de nada adianta

desenvolvermos grandes avanços tecnológicos e termos essas informações guardadas nas nossas bibliotecas. É preciso que elas cheguem até o agricultor. Esta é, hoje, uma das preocupações maiores da nossa instituição junto, desde logo, com a nossa boa irmã EMBRATER, em um processo de integração que se realiza hoje em todo o Ministério da Agricultura.

Sr. Presidente, Srs. membros desta Comissão, estou, como o meu colega Flávio Moscardin, à disposição pelo tempo que for necessário para enriquecermos as informações que eventualmente V. Ex's desejem a respeito desse importante tema, mais uma vez trazendo toda a nossa colaboração, toda a nossa solidariedade, toda a nossa disposição em colaborar para que os resultados possam ser os melhores possíveis. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Passarei às mãos de V. Ex'as as perguntas formuladas pela Assistência Técnica, dado a escassez do tempo. Esperamos que elas sejam respondidas oportunamente, para não perdermos a oportunidade dos debates com os Srs. Senadores e Deputados presentes.

Antes disso, quero agradecer o brilho das exposições dos ilustres palestrantes e os conhecimentos tão interessantes que V. S's trouxeram para o trabalho dessa Comissão.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Dirceu Carneiro, primeiro debatedor.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Queremos cumprimentar o Dr. Flávio Moscardin e também o Prof. Luiz Carlos Pinheiro Machado pelas exposições que realizaram perante esta Comissão. Quero dizer que tenho toda a simpatia e todo o entusiasmo por esta proposta, principalmente na área da biotecnologia, dos controles biológicos, em substituição aos agrotóxicos e também dizer que compartilhamos de uma visão — em relação à questão agrícola — muito semelhante à que foi exposta aqui nesta Comissão. Gostaríamos de registrar o interesse que temos em que todos os documentos apresentados e expostos, quer sejam slides ou transparências, que fossem documentados pela Casa, por esta Comissão, especialmente porque eles não puderam ser apanhados, evidentemente, por terem sido feitos através de imagem no seu conteúdo mais global, e não através de som, que a Casa está registrando.

Gostaríamos também de observar que, dentro do relacionamento histórico onde a agricultura está ultraintensiva em capital e se transformou numa atividade de alto risco, portanto, com uma série de introdução de insumos modernos que, em grande conta, também desequilibram a natureza e introduzem distorções muito sérias dentro do nosso equilíbrio do solo e mesmo das plantas, que está sendo reduzido o trabalho ou a atividade agrícola a um verdadeiro clube de privilegiados, só aqueles que têm acesso a uma grande soma de capital é que podem praticar esse tipo de agricultura. Inclusive, os que não conseguem suportar qualquer atrapalho de produção, seja ele de qualquer ordem — normalmente são riscos incontroláveis, produtos da natureza também — cuem fora desse processo por absoluta impossibilidade de arcar com todos os riscos, já que também a nossa agricultura não tem cobertura de seguros, apenas seguro sobre o capital emprestado. Dentro desse universo, queria registrar aqui, com contundência, um apelo ao Prof. Luiz Carlos Pinheiro Machado, que hoje dirige a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, que é a empresa que detém em nosso país o maior número de pesquisadores, com uma enorme vantagem sobre qualquer outro órgão de pesquisa, que orientasse justamente a sua diretriz de pesquisa no sentido de reforçarmos, mas com destaque, com bastante ênfase, esse setor da biotecnologia, da pesquisa dos controles biológicos e não só a pesquisa mas também — o que me parece bastante falho em nosso país — que é divulgação desses materiais, das formas alternativas. Claro que dentro de uma certa segurança científica, dentro de uma certa cobertura científica, que estudasse formas de popularizar todo este universo que temos visto ser descortinado aqui, nesta Comissão, como na reunião passada nos expôs, de uma forma muito brilhante, o Prof. Adilson Paschoal e outros mestres e estudiosos dessa matéria.

De forma que gostaríamos também, de nossa parte, naquilo que possamos representar, oferecer maior

apoio e maior empenho, no sentido de apoiar essas iniciativas, tanto do Ministério da Agricultura como, particularmente, em razão da nossa Empresa de Pesquisa. Queríamos deixar registrado nesta Comissão esta visão e este interesse que tenho percebido, que é de toda esta Casa, não apenas da Câmara Alta, o Senado da República, mas também da Câmara dos Deputados, onde já se fez muitos seminários, estudos e muitos debates, inclusive com propostas de leis sobre este assunto e que vemos identificado perfeitamente o interesse que está despertando, mormente até por uma consciência das questões vitais do nosso País — questões ecológicas e outras — até por uma questão econômica. Como ficou bem demonstrado, esse controle biológico é muito mais econômico do que os controles através de agrotóxicos.

Gostaria de deixar esse apelo e solicitar o pronunciamento do Prof. Pinheiro Machado sobre o assunto e também hipotecar a minha inteira solidariedade a esse propósito e a essa visão da agricultura que foi aqui tão brilhantemente expressa pelos dois Professores.

O SR. LUÍZ CARLOS PINHEIRO MACHADO — Muito obrigado. Devemos registrar, com a maior satisfação, a intervenção do Deputado Dirceu Carneiro, cuja atuação é hoje nacionalmente conhecida e reconhecida pela sua competência e pela sua preocupação sobretudo com o social.

Em relação à primeira observação, gostaria de informar ao Deputado Dirceu Carneiro que, enquanto o nosso companheiro Flávio Moscardin fazia sua exposição, eu anotava uma das observações que ia fazer numa das reuniões que vamos ter amanhã, pedindo que ele transformasse esse material, junto com outros, numa publicação acessível, para que isso possa realmente se substanciar num precioso documento, porque ele tem condições, por seu acesso a bibliotecas, de enriquecer muito, com números muito substanciais, muito frios, mostrando todas as vantagens do trabalho que vem sendo desenvolvido não só pela EMBRAPA como por outras instituições, e mesmo fora de nosso País.

Ele fez algumas revelações que eram totalmente desconhecidas do público brasileiro e me parece que essas informações devem ser evidentemente encaminhadas ao Congresso como um subsídio, mas também devem chegar aos agricultores e aos técnicos para que seja estímulo de novas pesquisas.

No que diz respeito aos custos, que hoje a nossa agricultura enfrenta, esta é uma preocupação nossa e hoje estamos desenvolvendo, com muita prioridade, todas aquelas pesquisas que envolvam sistemas. Isso significa a maximização do uso de toda a potencialidade existente na área de produção, de tal maneira que os recursos externos que, em última análise, se traduzem em recursos financeiros, possam ser menores, possam ser reduzidos. Desde logo é impossível eliminarmos totalmente os custos, é óbvio, mas temos essa preocupação, ou seja, hoje a nossa preocupação é desenvolver um modelo agrícola capaz de maximizar os nossos recursos disponíveis e minimizar os nossos recursos escassos, no caso, o capital.

Quanto ao apelo que é feito para orientarmos uma área das nossas pesquisas para a biotecnologia e, paralelamente, para controle biológico e com a divulgação de todos esses resultados, devo informar ao Deputado Dirceu Carneiro que figura entre as nossas prioridades, para o ano de 1986, a implantação de uma estação específica de biotecnologia, com que pretendemos, inclusive quero informar mais ainda, estamos programando uma reunião para 11 e 12 de setembro, em Foz do Iguaçu, com os nossos colegas argentinos que trabalham nessa área, a fim de estabelecermos um acordo de cooperação, porque são áreas que demandam grandes investimentos financeiros, podemos trabalhar em cooperação. Como também a principal rubrica do nosso orçamento para 1986 é exatamente destinado para essa área, aqui vou pedir uma ajuda: é que estamos encontrando alguma dificuldade, por parte dos organismos que elaboram o orçamento, para alocar esses recursos que nos permitam uma pequena expansão.

Hoje vivemos uma situação muito crítica na EMBRAPA, que é a seguinte: houve até aqui investimentos maciços para produzir infra-estrutura de pesquisa, com recursos materiais e humanos que poderíamos chamar de muito grandes, muito altos; aceito até a sua observação de que hoje a EMBRAPA reúne um maior elenco de pesquisadores, realmente temos 1.640 pesquisadores, 360

dos quais com doutoramento e quase 1.300 ou 1.400 com nível de mestrado. Então, essa é uma massa crítica como não há outra em nosso País. Entretanto, toda essa massa crítica e toda aquela infra-estrutura podem entrar em obsolescência, se não tivermos recursos de orçamento para 1986, a fim de, de um lado, permitirmos um processo permanente de atualização de nossos pesquisadores e, de outro lado, se não tivermos condições de implementar a infra-estrutura já existente, para fazê-la funcionar.

Então, o problema de orçamento, para nós, é muito crítico, por essa razão. De outra maneira, se houver redução, cortes, isso significará perda de grandes investimentos feitos até aqui.

E, em relação à difusão, nós teremos uma reunião que se realizará depois de amanhã com os nossos companheiros da EMBRATER, que têm aqui, neste momento, todos os diretores das EMATER, exatamente para estabelecermos uma forma de cooperação estreita entre a EMBRAPA e a EMBRATER e estamos juntando neste esquema também a universidade.

Hoje já temos atuação concreta, ação comum concreta com várias escolas de Agronomia, temos em Cruz das Almas, temos em Juazeiro, mesmo em Lages já um início de entrosamento, para que os nossos pesquisadores vão até à Universidade, participando de cursos regulares. Em Londrina, temos trabalhos comuns, em Dourados, enfim, em todo o Brasil hoje estamos fazendo o entrosamento de nossos pesquisadores no seguinte sentido: temos dito aos nossos pesquisadores que, sem prejuízo da sua atividade de pesquisa, eles devem comparecer à Universidade, da mesma maneira que devemos receber os professores e estudantes, para que realizem, nas nossas unidades, os trabalhos normais de graduação.

Tenho feito a seguinte afirmação: ficarei muito satisfeito no dia em que receber um pedido de um conserto de 30 ou 40 mil dólares para um microscópio eletrônico, porque um estudante o danificou aprendendo o seu uso, mas vou ficar muito triste em saber que, no fim do ano, o microscópio permaneceu fechado numa sala e continua em condições de uso.

O SR. DIRCEU CARNEIRO — Sr. Presidente, só queria aproveitar a oportunidade, ainda, para encaminhar um requerimento, se couber, dentro dos termos regimentais, que esta Comissão dirigisse expediente aos órgãos formuladores do orçamento, para o próximo exercício em apoio a essa dificuldade que está encontrando o Sr. Pinheiro Machado.

O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Lima Filho) — Sabe o nosso colega que o procedimento terá que ser individual.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Saramago Pinheiro

O SR. SARAMAGO PINHEIRO — Sr. Presidente, quero congratular-me inicialmente com o Dr. Flávio Moscardin e com o Dr. Pinheiro Machado, Presidente da EMBRAPA, e manifestar a minha tranquilidade, porque depois de um grande Presidente, como foi o anterior, a gente fica pensando na continuidade dos trabalhos de um órgão como a EMBRAPA, e verifiquei, das duas exposições que aqui tivemos hoje, que nós, que ingressamos na vida pública e já estamos no nono mandato, sete vezes Deputado Estadual e duas vezes Deputado Federal, por causa da agricultura, nos sentimos tranquilos quando verificamos que, numa empresa da importância da EMBRAPA, há homens como os conferencistas de hoje, imbuídos da alta responsabilidade que a EMBRAPA possui. E dizer que fiquei muito satisfeito com a declaração de S. S' de que vai haver um entendimento e um convênio, uma aproximação com a EMBRATER, porque tive a oportunidade, em dois ou três discursos, de manifestar a minha contrariedade quando se pensou em fazer a fusão da EMBRAPA com a EMBRATER. Seria prejudicial, a meu ver, às duas entidades. Verifico, entretanto, que a aproximação, convênios serão sempre interessantes, para que a extensão rural possa levar ao campo as experiências da EMBRAPA.

Mas a minha pergunta, que é quase uma sugestão, nós Deputados e Senadores, que aqui puderam comparecer, porque hoje — é uma explicação que quero dar aos conferencistas — estamos em número muito pequeno, porque há uma convenção de vereadores aqui, em Brasília, e os vereadores estão na base da nossa pirâmide política e não há quem resista aos seus pedidos de acompanha-

mento a Ministérios e, ainda há pouco, o nosso Presidente estava preocupado porque deveríamos votar em regime de urgência para um projeto em plenário, mas preferimos ficar aqui, nesta Comissão, ouvindo esse debate, que para nós foi realmente muito importante. Mas o que desejava sugerir, já que a tramitação dos projetos que nós Congressistas apresentamos é muito lenta e o Presidente da EMBRAPA falou na necessidade urgente da revogação da legislação, que foi baixada nos últimos dias do Governo que passou, Deputado da Oposição, que sou hoje, faço uma sugestão de que a EMBRAPA, junto ao Ministério da Agricultura, sugira o envio pelo Governo de mensagem que consubstancie a sugestão feita pela EMBRAPA, porque tem uma tramitação muito mais rápida e seria muito mais interessante para a agricultura para o País.

Era a sugestão que desejava fazer.

O SR. PINHEIRO MACHADO — Muito obrigado, nobre Deputado, e quero informar a V. Ex^a que o Ministério da Agricultura já está trabalhando na elaboração de uma proposta, que será encaminhada ao Congresso, com a participação da EMBRAPA e de todas as demais organizações, a que está afeto esse assunto, promovendo, inclusive, uma participação muito ampla para que, quando o documento chegar ao Congresso, já seja uma proposta perfeitamente acabada do ponto de vista de toda a comunidade envolvida na questão.

Entretanto, tramita hoje, no Congresso, uma proposta, que é o projeto de lei apresentado pelo Senador Pedro Simon, na época, que de certo modo atende às preocupações que temos constantemente expressado.

Quero ainda informar a V. Ex^a que o seu Estado, o Rio de Janeiro, é hoje uma das unidades da Federação que está merecendo muita atenção por parte da pesquisa, porque temos a convicção de que o Estado do Rio de Janeiro tem todas as condições para ser auto-suficiente, sobretudo nos alimentos básicos da população. As áreas agrícolas do Estado do Rio são áreas disponíveis, que podem ser perfeitamente utilizadas.

Agradeço muito a V. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Luiz Oswaldo Lima) — Dr. Luiz Pinheiro Machado, quero felicitar V. S^a e o Dr. Flávio Moscardin pelas exposições exemplares que aqui fizeram.

Muitos de nós que fazemos parte dessa Comissão, que resultou na preocupação do Congresso em relação ao problema da poluição do meio ambiente, das intoxicações repetidas de trabalhadores rurais por agrotóxicos e do grau de contaminação dos alimentos por agrotóxico que tem sido salientado por sucessivas pesquisas de órgãos técnicos do Estado de São Paulo, do Estado do Rio de Janeiro, do Estado do Rio Grande do Sul e toda essa consciência nacional que se formou em torno do assunto, cada dia estamos a fortalecer a nossa convicção de limitar, por uma legislação cuidadosa, o uso de agrotóxicos no país, de definir, como V. S^a muito bem salientou, a responsabilidade dos fabricantes pelos acidentes, e ainda de estimular essa agricultura biológica que hoje se desenvolve no mundo civilizado.

A exposição hoje feita aqui por V. S^a, a do Professor Flávio Moscardin, como uma demonstração exuberante de dados, vêm completar uma exposição feita há poucos dias nesta Comissão, pelo Professor Adilson Pascoal Dias, da Universidade Luiz de Queiróz, em que aquele eminente Professor expunha o grau de desenvolvimento da agricultura biológica no mundo ocidental — as Universidades que se dedicam a essa atividade hoje na Alemanha, na Inglaterra, por toda a parte.

Mas feito esse primeiro Intróito, só para dar a V. S^a uma idéia das nossas preocupações no Congresso com a matéria, eu desejaria formular três ou quatro perguntas. É, ao fazê-las, quero deixar em suas mãos um projeto de minha autoria, que está sendo também estudado pela Comissão, que proíbe a fabricação, armazenamento, comercialização de agrotóxicos contendo substâncias organocloradas e mercuriais. E o projeto cuida também de oferecer estímulos fiscais, de isenções fiscais e outros estímulos à iniciativa privada que produzir exatamente organismos vivos destinados ao controle biológico. Fiquei muito estimulado por ouvir a exposição do Professor Flávio Moscardin por verificar a amplitude que o controle biológico já está tendo no Brasil.

Eu lhe faria algumas indagações que podem ser úteis na elaboração dos trabalhos como relator da Comissão; o Ministério da Agricultura tem, atualmente, condições para fiscalizar e controlar a aplicação de agrotóxicos; se há notícia de estabelecimentos da iniciativa privada, promovendo meios de controle biológico no Brasil. Nós verificamos aqui os notáveis trabalhos realizados pela EMBRAPA e pela PLANALÇUCAR já descritos; se também a EMBRAPA tem algum plano ou projeto de estudar alguma forma de controle biológico da praga que ataca o bicudo, que praticamente destruiu em grande parte a agricultura de algodão do Nordeste.

São essas as indagações que resumo, tendo em vista o adiantado da hora.

O SR. LUIZ CARLOS PINHEIRO MACHADO — O Deputado Oswaldo Lima Filho é hoje mais do que um Deputado, é uma legenda de nosso País, pelo seu trabalho, seja como Ministro da Agricultura, seja como Parlamentar, tem sido um dos esteios onde nós temos nos apoiado, justamente pela sua compreensão, em relação a todos que dizem respeito à sociedade brasileira.

Em relação a sua primeira pergunta, Deputado, consideramos que o Ministério da Agricultura, como nenhum outro Ministério, dispõe de uma estrutura de fiscalização capaz de exercer um controle rígido na utilização dos agrotóxicos. Daí por que, é ser pensamento — aí falando mais como residente da Federação dos Engenheiros Agrônomos do Brasil — ser pensamento nosso que essa atividade deve ser delegada aos Estados e, de certo modo, até aos municípios, porque os fatos acontecem sempre a nível estadual, onde existe uma participação direta da comunidade envolvida, seja do produtor, seja do consumidor, seja do trabalhador rural, seja dos técnicos e que pode também fiscalizar, através de atividade dos conselhos das respectivas profissões, por meio do receituário agrônomo, do receituário veterinário, do receituário isotéptico, se forem criados, têm condições de exercer uma fiscalização efetiva, e mais do que uma fiscalização, a indicação de uso com responsabilidade técnica que sempre é uma salvaguarda a mais para a saúde pública.

Em relação ao controle biológico do bicudo, esta hoje é a prioridade número um da EMBRAPA na área dessa praga do algodoeiro. Como é sabido, o bicudo é um inseto que tem características muito especiais, seja no seu processo reprodutivo, que se dá fundamentalmente dentro da flor do algodoeiro, fazendo com que seja muito difícil o acesso — mesmo de substâncias de controle de agrotóxicos, para seu combate, seja pela especificidade do processo reprodutivo, e ainda mais, nós temos algumas indicações no estudo da biologia deste inseto, que o seu comportamento no Brasil é um pouco diferenciado do comportamento em outras áreas onde ele foi exaustivamente estudado, sobretudo nos Estados Unidos da América do Norte.

Entretanto, nós, como eu disse, temos uma preocupação — é o hoje a nossa prioridade maior na área do algodão, e já estamos programando para a próxima semana além de outras ações que estão sendo realizadas em todo país, também em Foz do Iguaçu se realiza ainda essa semana uma reunião junto com os nossos companheiros da Argentina e do Paraguai, para estudar medidas de proteção naqueles países — nós estamos programando para a próxima semana, uma reunião aqui, em Brasília, como os melhores especialistas da área do nosso país, inclusive com assessoria internacional, a fim de delinearmos uma forma de ação comum que possa ser proposta ao Ministério da Agricultura, para ser, digamos, a política de ação em relação ao bicudo.

Nós conhecemos o problema do Nordeste, onde tem uma característica muito particular. Provavelmente, irá comprometer, de forma bastante séria e grave, o algodão perene, que é uma forma de subsistência de pequenos agricultores que têm, naquela árvore, quase que de forma extrativa, uma possibilidade de renda, às vezes, até a nível familiar.

Temos presente perfeitamente a responsabilidade desse problema. Estamos colocando toda a nossa possibilidade de trabalho, no sentido de desenvolvermos todas as técnicas capazes de controlar a praga.

Entretanto, hoje, pela extensão da mesma em nosso País, de vez que ela entrou no Brasil em 1973 — hoje, fala-se muito em bicudo, mas é uma herança que recebe-

mos — isso não quer dizer que não vamos atuar. Vamos atuar com toda intensidade. Mas dada a extensão da praga, as suas características e as características do nosso País, dificilmente poderíamos chegar à sua erradicação total. Praticamente, hoje, os melhores especialistas também têm essa opinião — a de que não é mais viável o controle, de tal forma a erradicá-la. Entretanto, estamos com uma preocupação muito séria, no sentido de poder criar condições para que os nossos agricultores, principalmente os pequenos agricultores, e particularmente os pequenos agricultores do Nordeste possam realizar cultura do algodão de forma econômica, mesmo com a existência do bicudo.

O SR. PRESIDENTE (Oswaldo Lima Filho) — Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado, Dr. Flávio Moscardin, mais uma vez, em nome da Comissão, eu renovo os agradecimentos já aqui expressos pelo Presidente Amaral Peixoto.

Declaro encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 296, DE 1984, DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS ACERCA DA FABRICAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO PAÍS.

6ª Reunião, realizada em 29 de agosto de 1985

Às dez horas do dia vinte e nove de agosto de mil novecentos e oitenta e cinco na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores, presentes os Senhores Senadores Amaral Peixoto, Jorge Kalume e Deputados Octávio Cesário, Saramago Pinheiro, Oswaldo Lima Filho, Pacheco Chaves e José Frejat, reúne-se a Comissão Especial Mista, criada pelo Requerimento nº 296, de 1984, destinada a realizar estudos acerca da fabricação, comercialização e utilização de agrotóxicos no País. Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Senhores Senadores Benedito Ferreira, Galvão Modesto, Roberto Wypych, Martins Filho, Mauro Borges, Álvaro Dias, Alcides Paio; Marcondes Gadelha, Carlos Lyra e Deputados Augusto Trein, Dirceu Carneiro, Raul Belém, Borges da Silveira, Oscar Alves e Lúcio Alcântara. Havendo número regimental, o senhor Presidente, Senador Amaral Peixoto, declara abertos os trabalhos da Comissão. É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, em seguida, é dada como aprovada. Dando continuidade aos trabalhos da Comissão, o Senhor Presidente, após discurso de abertura, concedo a palavra aos depoentes Prof. Sebastião Pinheiro, Dra. Ângela Aurvalle e Dra. Maria José Guazelli, todos pesquisadores do Rio Grande do Sul, que apresentaram resultados obtidos no País e no exterior em termos de controle biológico, de manejo de pragas, de adubação orgânica, bem como relataram os problemas decorrentes de utilização indevida de agrotóxicos, tanto em termos econômicos como ambientais. Finalizando, o Senhor Presidente agradece a presença de todos os depoentes e demais membros da Comissão e determina que as notas taquigráficas tão logo sejam traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Clayton Zanlorenzi, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 296, DE 1984, DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS ACERCA DA FABRICAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO PAÍS, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR AMARAL PEIXOTO.

Presidente: Senador Amaral Peixoto.
Relator: Deputado Oswaldo Lima Filho.
(Íntegra do apunhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Como as Comissões são gravadas, vamos abrir a reunião, designando o Deputado José Frejat para Relator, na ausência do Deputado Oswaldo Lima Filho, que está se encaminhando para esta reunião.

O objetivo de nossa reunião de hoje é ouvirmos a exposição de três técnicos do Rio Grande do Sul, que nos

honram com a sua presença, aceitaram nossos convites, e nós agradecemos. Vou conceder a palavra, em primeiro lugar, ao Dr. Sebastião Pinheiro, Engenheiro-Agrônomo da Faculdade de Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul, Engenheiro Florestal, Delegado brasileiro da CODEC, das Nações Unidas, Vice-Presidente do Recetário Agronômico da Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul. Atualmente trabalha na Secretaria do Rio Grande do Sul do Pará, provou o uso de desfolhante do reservatório de Tucuruí.

Concedo a palavra ao Dr. Sebastião Pinheiro.

O SR. SEBASTIÃO PINHEIRO — Sr. Presidente da Comissão Especial de Agrotóxicos, Senador Amaral Peixoto, Sr. Relator, Deputado José Frejat, é uma honra imensa estarmos nós aqui, nesta Comissão Mista da Câmara dos Deputados e Senado Federal. O convite que recebemos para falar a respeito de agrotóxicos e agricultura, nos leva a uma série de digressões e de questionamentos, para chegarmos a um raciocínio: O que é em si a agricultura? A agricultura é uma ciência, onde o homem está intimamente ligado ao ambiente. No momento em que o homem está intimamente ligado ao ambiente, ele está sob a influência direta do clima, da intemperie, então, nós podemos dizer, do ponto de vista econômico, que a agricultura é um investimento altamente aleatório. Nós, quando investimos na agricultura, não sabemos se vamos colher, pode haver uma seca no plantio, pode haver uma chuva de pedras, uma chuva de granizo, pode haver uma inundação, então, na agricultura os investimentos têm que ser totalmente comeditados, controlados, o que se deve investir na agricultura é o máximo de trabalho, deve haver o máximo de diversificação, por quê? Porque a possibilidade de perder algo é muito grande, é muito diferente da indústria. Na antiguidade, os homens temiam muito aos deuses, porque as pragas, as doenças, as catástrofes na agricultura estavam ligadas à ira dos deuses. E esta ira, então, o homem temia e tinha medo e, quando surgia uma praga, uma doença ou algo tenebroso, ele dizia: Isto são augúrios dos deuses. E assim, nós recorremos aos livros sagrados, e encontramos na Bíblia a interpretação dos sonhos de José, as 7 vacas magras, os 7 anos de perda de colheita, encontramos as 7 pragas bíblicas de Moisés, e o homem teme as pragas por desígnios de Deus.

Posteriormente, na evolução da humanidade, o homem chegou a um período chamado Revolução Industrial. Nesta Revolução Industrial, o homem deixou o campo e foi ocupar um lugar nas fábricas junto às tecelagens, e nesta época se procuravam corantes, se necessitava muito de corantes para pintar as tecelagens, que eram fabricadas principalmente na Inglaterra e na Alemanha. Aí o homem já começava a tentar dominar a natureza. O pau-brasil já não era mais importante, era importante que se sintetizasse o corante, produzir aquele corante também em fábrica. Posteriormente, surge a agroquímica nesta Revolução Industrial. Surgem os fertilizantes; então o homem vai procurar fertilizar a terra com fertilizantes saídos de fábricas, antes não existia isto. Então, as minas de guano do Peru vão ficar famosas, os nordestinos vão ter as minas de fosforita de Olinda, também muito famosas, fosfato Jacupiranga, em São Paulo, e isto será então uma nova meta. A agricultura necessitará de insumos externos, insumos exógenos, posteriormente virá a tecnologia, e esses insumos em guano já terão em cima de si tecnologia sofisticada que dá o direito de patente, o direito de exploração, e o monopólio sobre aquele invento. Nós vamos ter a síntese de uréia, a síntese de nitrogenados e a síntese de fosforados; dentro desta realidade, e que nós vamos encontrar os primeiros agrotóxicos como DDT; o DDT não foi inventado em 1945, o DDT na realidade, foi inventado em 1867, nesta época, Zidler (?), na Alemanha, inventou o DDT, mas não usou, porque não existia praga no conceito como é hoje, muito diferente daquele conceito bíblico, daquele conceito de antigamente. Dentro desta realidade, o BHC foi inventado por quem? Por Farabem, (?) um físico notório, um dos pais das físicas, mas também não foi descoberto que ele erra inseticida, famoso pó-de-gafanhoto; somente após a Segunda Guerra é que vai se descobrir que BHC, DDT são produtos.

Vou passar um slide a respeito desta realidade. Aqui nós temos um sobre a época dos faraós, a época antiga, e como eram vistas as pragas. Uma obra-prima de Dante, uma chuva dos céus como se fosse uma chuva de veneno.

E aqui o mais importante é isto, os Srs. todos devem ter quem lê a Revista Veja, quem lê Senhor, quem lê Status, quem lê Isto É, vê esta propaganda, muito interessante, onde está escrito: defensivo agrícola, e aparece um cachorrinho terno, meigo, olhar limpo, de olhos carinhosos, e deste lado de cá, nós vemos um cão vilão, de olhos agressivos, totalmente injetados: herói ou vilão? Esta página de Veja quanto custa? Esta página de Veja custa 80 milhões de cruzeiros. E eu pergunto aos Senhores, para quê? Esta propaganda na Revista Veja, não é propaganda, não está vendendo nenhum produto aqui. Eu se faço propaganda de um relógio, eu não digo use relógio, eu digo Seiko, ou qualquer outra marca de relógio, Suíço, alemão ou brasileiro. Mas aqui não, aqui está uma idéia: defensivo agrícola, herói ou vilão? Por que isto? Qual o fundamento? Será que ele é tão necessário assim? Se ele é tão necessário assim, ele é um herói, se ele é uma coisa desnecessária, então será um vilão. E quem faz esta propaganda? É a ANDEF — Associação Nacional dos Defensivos Agrícolas, representado por 30 empresas multinacionais, que fazem pressão junto ao Governo, junto à sociedade, através de propaganda, e é uma propaganda absurda porque não diz qual o produto que se deve usar. Nós temos que eliminar esta propaganda.

Eu pergunteria aos Senhores uma coisa: o Rio Grande do Sul é um Estado que tem uma sociedade bastante evoluída, bastante discutida, bastante politizada; é o Rio Grande do Sul uma sociedade inconseqüente, faria o Estado do Rio Grande do Sul uma lei contra si, contra a sua agricultura, se o Estado do Rio Grande do Sul é um Estado único e quase 100% agrícola? Não, o Rio Grande do Sul não poderia fazer uma lei contra a sua agricultura. Então, por que os gaúchos fizeram uma lei estadual de agrotóxicos? Baseado em quê? Procurando o quê? Os gaúchos procuraram fazer uma lei estadual de agrotóxicos contra um descalabro social, contra uma verdadeira destruição de toda natureza, de todo homem do Rio Grande do Sul.

E o Sr. sabe o que aconteceu quando todos os gaúchos se reuniram dentro de um Parlamento, desde as associações de bairros, de juventude, de clube de escoteiros, de associação de Sras., discutiram uma lei e prepararam um anteprojeto, que foi votado na Câmara, que foi aprovado por um Governador, que foi referendado por um Governador eleito pelo povo? Aconteceu o seguinte: esse grupo de empresas resolveu arguir que a lei gaúcha era inconstitucional. Esse grupo de empresas que eu vou ler: Bayer, Basf, Boehringer, Hoechst alemãs; C.N.D.A. francesa, Shell Química, Holanda-inglesa; ICI, inglesa; Ciba Geigy, Suíça; Sipsam Itália; Velsicol, Estados Unidos. Diamond-Shamrock, Dow Chemical Pfizer, Rohm and Haas, Stauffer, Union Carbide todas americanas. São essas as empresas que arguíram que os gaúchos não podiam fazer uma lei. Vamos ser racionais, não emocionais: Por que não podemos fazer uma lei? Baseado em quê? Baseado em que nós estamos indo contra o lucro fácil? Lucro que eles não podem ter na sua sociedade madura, democrática? É por isso que nós não podemos fazer uma lei? Então essa arguição de inconstitucionalidade nos agradeu bastante, nos ofendeu bastante.

Para responder se nós podemos fazer uma lei ou não, eu gostaria de pedir venia para que fosse, se possível, anexado o voto de S. Ex.^a o Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal, Francisco Rezek; o voto dele é uma resposta, se o Rio Grande do Sul pode ou não fazer uma lei estadual de agrotóxicos. É um voto que há alguma coisa que ... eu não o tenho porque não o consegui, mas esse é um voto que vale apenas se ler. Um voto que dá valor tremendo a gente, não como gaúcho somente, mas como cidadão livre em seus direitos.

Eu agora vou passar uma série de transparências a respeito desta problemática. Por que eles resolveram então dizer que nós não podemos fazer uma lei? Vamos ver as causas. É muito importante porque o lucro fácil ... Aqui nós temos uma transparência tirada da Revista ... *Agroanalise*. E nessa transparência os Srs. vejam o seguinte: o mercado mundial de agrotóxicos, em 1978, em milhões de dólares, era de 8,6 bilhões de dólares; em 80 se estimava um crescimento para 9,7 bilhões de dólares; e, 84 para 11,1 bilhões de dólares. Ora, o que quer dizer isso em crescimento? Esse crescimento quer dizer um aumento projetado a nível de mundo de 13%, 14%, 15%, 16%. Eu pergunto aos Srs. qual a economia mundial que cresce 14% aa.? O Japão não cresceu isso no seu milagre econô-

mico. O Brasil, no seu curto milagre econômico, também não cresceu isso. Então, como é que nós vamos colocar um crescimento de 14% aa. projetado para agrotóxico, por quê? Qual é essa finalidade? Vamos ver, então, por que

Projeção de consumo de venenos agrícolas para um País chamado Brasil, Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Agrícola. Essa faixa preta é o crescimento. Desde de 16 mil toneladas, sempre havendo incrementos. Aqui, chegamos ao máximo, em 1974, quando foi feito o II PND de 101 mil toneladas. Então, projeta-se esse crescimento para os próximos anos, com o crescimento anual ao redor de 14% a 15%, e vocês vão ver que quem vai fazer a indústria de agrotóxicos no mundo crescer serão os países do Terceiro Mundo, não os países do Primeiro Mundo. Esse crescimento vai ser bastante acentuado nos países do Terceiro Mundo. Não será na Europa esse crescimento, não será na América. E aqui, para que esse crescimento aconteça, é necessário que a gente faça uma observação técnica muito importante, que é uma observação política também: nessa época de 1970, 69/70, o que acontece na agricultura brasileira? Surgem, no Brasil, quatro pragas terrivelmente catastróficas, todas elas estrangeiras. No Rio Grande do Sul surge a flor roxa australiana nas pastagens dos pampas gaúchos.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Em que ano foi?

O SR. SEBASTIÃO PINHEIRO — Em 1969, 70, introduzida na Austrália. Em São Paulo surge a ferrugem do café; cruzou a África navegando pelo Atlântico ou superando o Atlântico e chega a São Paulo. Uma praga bastante perigosa. Nas pastagens do Centro do Brasil surge uma praga também bastante temida chamado *blizos*, o *percevejo das pastagens*. Então estava já disseminado. E a gente se pergunta: não foi de propósito que se disseminou isso? Quem foi que trouxe essas pragas, vieram sozinhas?

Então, nós vimos que se procurava alcançar esta meta. Para 1980, a meta final era de 230 mil toneladas de agrotóxicos. Isso é uma catástrofe! Evidentemente que o Brasil não conseguiu chegar à meta de 230 mil toneladas até hoje. O máximo consumido foi, até aqui, 101 mil toneladas. Depois caiu, caiu, caiu... segundo dados extra-oficiais, em 1982/83, o consumo foi de 61 mil toneladas. Uma coisa incrível!

Mas vamos ver dentro desse PND, havia um plano chamado PNDA (Plano Nacional do Veneno Agrícola). Dentro desse plano se vislumbrava uma industrialização acelerada do setor petroquímico específico de agrotóxicos para venenos. Então, vocês vão ver que, em 1974, se vai fazer essa projeção para o consumo de DDT. Essa é a projeção para o consumo de DDT no Brasil. Existia uma fábrica muito velha, arcaica que produzia isso aqui. Então, num país estrangeiro, é desativada uma fábrica, porque, em 74, já estava condenado o DDT. Já estava totalmente condenado na Europa. Então é transportada para o Brasil esta fábrica e faz essa projeção de venda, chegando ao máximo de 18.500 toneladas. Aí se estabilizaria a produção. Então, esta fábrica é montada, enquanto o DDT está proibido no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Isso chegou a ser efetivado?

O SR. SEBASTIÃO PINHEIRO — Já foi efetivado e quase proibido no Brasil; já está proibido no Rio Grande do Sul e no Paraná e em quatorze Estados brasileiros. E eu pergunto, não como economista, porque sou engenheiro-agrônomo, que amortizou isto? Quanto estamos devendo por uma fábrica obsoleta? E eu aproveito aqui para pegar um dado da própria ANDEF que fala que algumas fábricas foram instaladas.

BHC, condenando no mundo, o BHC está condenado; Panfenoclorato, condenado no mundo por cansinogênico; Didilcarbamatos, instalaram aqui fábrica de venenos totalmente obsoletas, criando em nós uma dependência de uma obsolescência programada, perdoem-me a expressão que é até meio técnica. Então, dentro desta realidade que nós perguntamos: quem, é que vai amortizar isto? É o povo? Como é que nós vamos pagar isto?

Essa é uma situação bastante grave que existe hoje. Fora a situação dessa lista, nós podemos colocar, em síntese, hoje a celuma que está, quando a gente fala que o veneno é perigoso. Sim, o veneno é perigoso. Ele é veneno, ele não é água com açúcar, ele é veneno e deve ser

tratado como veneno. Então é mudado o nome, não se diz: agrotóxico, não se diz pesticida, praguicida, diz-se defensivo, enganando alguém como se ele o defendesse.

Eu vou mostrar aqui uma transparência da Suíça, não que tenha alguma coisa contra os suíços ou pelos suíços. Mas é que os suíços são cidadãos que falam quatro idiomas. É um país pouco maior do que o Distrito Federal, onde geralmente todos os agricultores têm o nível secundário. Então, vocês vão ver aqui uma transparência a respeito de contaminação de alimentos na Suíça.

Aqui está, resíduos de fungicidas em alfaca de inverno, laboratório de investigação química do Cantão da Basileia. Ano 1977, 1978, 1979, 1980, 101 amostras, 21% delas acima de tolerância, 21% das amostras suíças contaminadas! Eles falam inglês, francês, italiano e românico.

Em 1978, 22%. Ai eu pergunto a vocês: Qual será a nossa realidade? Será menor do que esta? Nosso agricultor, infelizmente, não fala quase o nosso idioma. De Aritmética ele conhece muito pouco. O que é que diz a indústria química? Uso adequado? Não, o erro está no uso irracional. Tem que usar adequadamente. O que é usar adequadamente um veneno? A ELETROBRÁS, a ELETROSUL, a Companhia Estadual de Energia Elétrica, quando recebe um operário para trabalhar com alta voltagem, o que é que se faz? Ele recebe roupa especial, um treinamento especial para poder trabalhar com aquilo. E como é com o veneno agrícola? Se quisermos comprar aqui em Brasília, compramos 400 litros, agora. Qualquer criança pode comprar. Eles não recebem nenhuma explicação, nenhum medo. Porque não adianta explicação, ele é analfabeto. Não sabe ler. Essa, a realidade que existe em nosso País. E contra isso é que lutamos. Lógico, o lucro deles, o lucro fácil está no meio, como o marisco, mas não queremos envenenamento, queremos estatísticas?

No Paraná, no ano passado, 20 mortes — e o Paraná é um dos Estados mais organizados do ponto de vista de agricultura, do ponto de vista de educação e extensão rural. Mais de 2.000 intoxicados e 200 mortos. É uma realidade bastante triste.

Vamos ver sob um outro aspecto.

Ditilcarbonatos.

O que é isso? Vamos entrar aqui em outra parte.

Conteúdo de nitrato em saladas.

Alface de inverno. Laboratório de Controle Químico da mesma Suíça. Origem francesa, 99 amostras altíssima contaminadas por nitrato. Origem suíça, também, altíssima contaminada por nitrato. Excesso de adubos para se ter uma farta colheita. É uma realidade. Só que isto não leva a uma realidade mais séria. Nitrato e veneno. Aquela alface tinha um veneno em si e também tinha nitrato. A grande problemática, hoje, a problemática que entendemos, é que a indústria química não quer dizer nada para ninguém. É a conjugação de dois venenos criando uma molécula mais monstruosa ainda e muito mais perigosa. Essa fungicida vai para a hortaliça, esse nitrato vai para a hortaliça, esse nitrato e esses venenos agrícolas vão para o homem através do metabolismo e forma nitrato E.T.U., Nitroso Amino E.T.U., que é mutagênico e carcinogênico. Esse é o grande problema que existe hoje. Essa é a nossa realidade.

Então, temos qui rapidamente uma pequena lista de problemas advindos do uso do veneno agrícola.

Riscos para os consumidores.

Quando colocamos lá em cima: risco para os consumidores, como agrônomos, nós temos que nos preocupar também com o risco para quem trabalha com aquilo, que não está recebendo uma folhinha de alface na salada, está recebendo um milhão de vezes mais quantidades de veneno quando faz uma mistura ou quando o aplica.

Então, vejamos, lesões hepáticas: inseticidas clorados orgânicos, câncer no fígado, lesões renais: inseticidas clorados orgânicos e fungicidas mercuriais; diminuição da capacidade cerebral, inseticidas à base de carbufuran. Neurites periféricas: herbicidas do Tipo 24-D, 245-D, que são os famosos agentes laranjas. Ação neurótica retardada inseticidas fosforados orgânicos; tipo desfolhantes técnicos, nomes comerciais; atrofia testicular, tridemox fungicida, esterilidade masculina: hlogospermia, nemagon

Então, esses problemas hoje caros. Esta é uma situação concreta. Isso é reconhecido e discutido a nível de mundo. Então, o que acontece hoje, se nós pegarmos as legislações de todos os países do mundo? A japonesa, de

1972: a alemã é de 1968 mas já está mudando em 1984. A australiana é lindíssima, é de 1976, vale a pena estudar. A americana muda todos os dias, é dinâmica. Qualquer pessoa que desconfia de um veneno, abre um processo e começa a ser estudado. Por quê? Porque isso aí está num perigo que, daqui duas ou três gerações, poderemos realizar o perigo potencial disso.

Hiperglicemia, hipertremia: fibrose pulmonar irreversível. Esse é um produto que está proibido nos Estados Unidos, na Alemanha, em quase todos os países da Europa, porque as pessoas estão usando para se suicidar. Por quê? Porque ele não tem antidoto. A pessoa que o toma morre mesmo, não tem cura, não tem salvação. Nunca existiu salvação. Mas é vendido livremente a pessoas analfabetas. No Rio Grande do Sul, em certas regiões, está ocorrendo ondas de suicídio. Não são publicadas na imprensa pela razão do perigo que é, mas está ocorrendo. Nós vamos deixar que se comercialize isso livremente, por quê? Para que uma empresa tenha lucro lá na Inglaterra? Que falta de respeito é essa? Será que nós não temos um compromisso com os nossos concidadãos?

Então, teratogêneses e mutagênesis.

A colega Ângela vai falar sobre isso.

Carcinogêneses. Vocês têm aqui uma série de produtos: DDT: BHC-BETA BHC, GAMA-BHC, Aldrin, Dieldrin, Heptacloro, Endosulfan, Mirex, Canfeno Clorado — essa fábrica que transferiram para nós — Acaricidas: Clorobensilato.

Faço uma pausa aqui para dizer uma coisa incrível: a indústria química busca o lucro. Todo empresário busca o seu lucro. Evidentemente, um empresário que fabrica metralhadoras, que fabrica dinamite, ele não vai sair vendendo pelas esquinas: compre a minha metralhadora, leve a minha dinamite para casa. Não pode. Ele é proibido pelo Estado.

Agora, pergunto uma coisa: uma metralhadora ou uma granada de mão é proibido se utilizar? Mataria quantas pessoas? Trinta, cinquenta? Por acaso, um saco de 50 quilos de ALDICARBI colocado numa caixa d'água por um louco, um paranóico, quantas pessoas mataria? O que os palestinos fizeram com essas laranjas israelenses, em 1980, na Europa? Injetaram veneno agrícola. O que aconteceu com Israel? Entrou em parafuso, por quê? Porque há o terrorismo. E o mundo hoje é de terroristas. Esse trauma existe. Por que não vamos controlar isso? Um saco de 25 quilos de PENIC mata mais de 50 mil pessoas. Não é uma realidade grave esta, não é uma problemática que tem que ser encarada de frente com o máximo de energia do ponto de vista do Estado?

Eu queria colocar aqui a respeito de Chosmeforme. Eu falei na Suíça. Na Suíça existe um movimento fortíssimo, um movimento humanitário sensacional, fantástico. Os suíços não querem que se usem nas experiências de laboratórios aqueles ratinhos, porque aquilo é uma judiaria, dar injeção no ratinho, enchê-lo de remédio, e depois matá-lo. Os Srs. vejam uma coisa: esse produto que está aqui como Carcinogênico, chosmeforme, chamado dalcron, em 1980, foi utilizado em testes sobre crianças egípcias de 10 a 14 anos como voluntários. É possível que uma criança de 10 a 14 anos saiba o que é ser voluntário? Eu, depois que saí do Exército, não sabia ainda o que era ser voluntário. Na Suíça não se testa em rato, mas no Egito pode se testar em crianças! Onde é que está o valor moral dessas pessoas, dessas empresas? É possível que exista esta relação entre Primeiro Mundo e Terceiro Mundo, entre Primeiro Mundo e Segundo Mundo, entre os homens desta Terra? Isso é um problema bastante sério.

Então, vou passar alguns slides a respeito de como a gente pode evitar isso. Evitar isso do ponto de vista político, do ponto de vista técnico e do ponto de vista econômico e social.

Aqui, estão então, as empresas e as propagandas. Se a outra custou 80 milhões com uma página, essa aqui custa 160 milhões. A mesma ANDEF, num país carente de alimentos dá para perder até 50% da produção? Dr^a Ângela vai falar sobre isso.

Procurem ver essa propaganda. Senador, veja bem essa propaganda: Defensivo: Uma ajuda no Combate à Fome. O que parece essa propaganda? Não está vendendo um produto. São mais de 80 milhões gastos em cada revista. Aqui nós vemos uma paisagem. Um moreno que

tem aqui, não é do Rio de Janeiro. Conheço todo o Brasil, me parece o Nordeste, seco, árido. Essa mulher com o rosto marcado pela seca, pela fome, essa criança barrigudinha. Mas, nessa propaganda, o mais importante de tudo — ela não está vendendo o produto, o mais importante de tudo nela são as cores. Olhem bem as cores que existem nessa propaganda e digam o que quer dizer isso? Que cores estão mostrando nessa propaganda? Verde, amarelo, azul e branco. Isso é tripudiar, isso é enganar, isso é subliminar, isso é uma das coisas mais imorais que pode existir, esse tipo de propaganda! Então, uma pessoa olha assim e vê não, porque contra a fome, temos que usar o veneno.

Aqui são defesas naturais que a própria planta tem para se defender dos animais, tanto um tomate como um pé de arroz, como uma planta que o coelho não pode comer porque ela fica amarga.

Esse caramujo não pode atacar essa folha de espinafre porque essa variedade de espinafres tem cristais dentro do parênquema foliar, então ele fere a boca e não ataca. Então, essa praga não foi combatida, a própria planta se defendeu.

Plantas que contêm compostos químicos que atacam os insetos, são alimentos, como o rabanete, mas ela ataca os insetos, ela se auto-defende.

Veneno aplicado. Monocultura, Rio Grande do Sul. Morangos deformados, a colega vai ter fotos melhores desse morango

Trigo destruído, por excesso de veneno, foi aplicado no ano anterior. Excesso de fertilizante, trigo todo enfermo, todo doente. E aí mais veneno, entra uma cadeia. Quanto mais veneno — o Professor Adilson Pascoal deve ter dito bem claro isso — quanto mais veneno se usa, mais veneno se precisa, mais dependente se é.

Aquela curva de crescimento programado.

Isso é um livro bastante interessante. Agosto de 1985, é um livro muito sério, foi feito em 1980 pelo General Sir John Hackett. Ele é o comandante das tropas da OTAN estacionados na Alemanha. Ele e mais uma série de oficiais generais escreveram um livro de como será a III Guerra Mundial. Ele relata aqui coisas muito relacionadas com os agrotóxicos. Coisas que nos assustam. Ele relata a conquista dos aeroportos através do uso de gases tóxicos. Por que o gás tóxico? Porque é importantíssimo conquistar o aeroporto sem fazer um buraco na pista, sem destruir nada, destruir só as pessoas. Então, o gás seria a arma mais eficiente. Ele relata aqui gases que vocês se assustariam em ver os relatos. Os alemães sabem, porque uma multinacional alemã fabricou para o Exército americano um gás chamado VX. Um quilo é capaz de matar um milhão e duzentas mil pessoas. Essa é uma realidade.

Aqui vocês vêem uma revista alemã chamada Gas. Gas, na gíria alemã, é o veneno, o gás nervoso usado como arma bélica.

Revista Der Spiegel, muito séria.

Aqui são tropas britânicas aprisionadas, que foram cedidos pelo primeiro gás de guerra usado na I Guerra Mundial. Os alemães colocaram toda a sua química, todo o seu conhecimento em cima da arma bélica. Quando tinha vento, eles abriam os vaporizadores e soltavam o gás mostarda, que matava 20 a 30 mil soldados ao mesmo tempo. Que aconteceu? Houve a Convenção de Genebra proibindo que esses gases fossem usados numa II Guerra Mundial, tendo em vista a sua periculosidade.

Isso aqui é um míssil atômico. Essa é uma foto do lado de lá da Alemanha, um míssil atômico. Aqui são soldados com máscaras, soldados soviéticos. E aqui está uma nuvem de gás nervoso. Por que o gás é importante na guerra atômica? Porque a única maneira de se parar esse míssil é com gás nervoso. O gás entraria por toda uma região sem que ninguém ficasse sabendo de onde saiu, porque ele não tem cheiro, não tem cor, não queima e a pessoa quando ia apertar o botão para disparar o foguete ficaria paralisado, automaticamente, instantaneamente paralisado. Aí está, a arma mais eficiente, a arma química. E eu pergunto: as firmas que desenvolvem armas químicas não são as mesmas que desenvolvem agrotóxicos? Qual a correlação que existe entre a arma química e o agrotóxico utilizado na agricultura? São armas de guerra que foram desviadas para a agricultura, e aí foi criado um lobby, foi criada uma verdadeira loucura di-

zendo, que existia fome no mundo, que existia necessidade do uso desse produto. Por quê? Eu pergunto, para subsidiar a indústria bélica mundial?

Aqui está o primeiro laboratório onde foi feito o primeiro gás de guerra do mundo, 1900, Laboratório da Bayer alemã, a mesma que fez o VX.

Uma farmácia na Alemanha. Uma Apotheke. Coisa interessante. Eu gostaria de fazer uma comparação. Na Alemanha, para se ter uma farmácia, preciso ser o primeiro aluno de turma, farmacêutico, formado, primeiro aluno de turma. Lá não existe cadeias de farmácias. Lá, quando estava estudando, jogando futebol, tomei um pontapé no tornozelo e fui procurar uma farmácia para comprar ananace, a gente está acostumado aqui no Brasil a se auto-medicar, então ananace, mioflex, dorflex. E cheguei à farmácia e pedi um dorflex para a menina. Ela me olhou bem ruidosa e disse: "Não, o Sr. precisa de uma receita". Mas, minha filha, estou com o tornozelo fora do lugar, e tomo isso há muito tempo. Um colega levou-me ao hospital, tiraram três radiografias e passou a receita. ananace, um frasco e 1 comprimido de oito em oito horas. Fui à farmácia, entreguei a receita, a moça olhou e disse: "Agora está certo, toma o ananace. Eu perguntei quanto era. Ela disse: "Não, na Alemanha não se vendem remédios. Dá-me a sua carteira de identificação". Eu dei, ela anotou e disse: "Remédio se exporta".

Essa aqui é uma outra farmácia em outra cidade. É proibido fazer propaganda de remédios. Aqui está uma propaganda da Organização Mundial das Nações Unidas, da qual somos membros. E aqui diz o seguinte: Os melhores remédios para doenças de infecções da bexiga são os chás caseiros Organização Mundial das Nações Unidas, Campanha de Cura Através do Esclarecimento. Nunca vi, eu que viajo o Brasil todo e nunca vi isso. Essa é uma campanha na Alemanha, a pátria dos fármacos, a maior indústria farmacêutica do mundo, e como é que aqui no Brasil, que precisaria disso, não se tem. Essa é uma realidade.

Nas minhas andanças na selva amazônica, chegando às margens do rio Tapajós, lá bem para baixo de Jacundá, entrei para comprar umas garrafas de cachaça para o barqueiro, numa choça. Entrei e lá estava um garimpeiro comprando umas caixas grandes, de dois quilos, e eu olhei assim, garimpeiros de diamantes são desconfiados, e disse, "Oi, vizinho, bom dia!" Pedi 10 garrafas de cachaça para o barqueiro e para mim também. Disse: "Que é isso?" Ele olhou e disse: "Que o Sr. tem?" "Tenho tudo, tenho até caspa, nesse calor aqui". "O Sr. bebe?" "Bebo bastante." "Então o Sr. tem que tomar oito ou 10 por dia." "E se eu não bebo?" "Com cinco é suficiente." "Ampicilina 500 ml desse tamanho! Dois mil e quinhentos cruzeiros cada uma, caixas de dois quilos.

Rio Grande do Sul, Farmácia Spanvel (?), uma cadeia com 250 farmácias.

Essa aqui dá 10% de desconto em qualquer remédio. Alguns remédios. Hoechst, Bayer, as mesmas que fabricam agrotóxicos, é a mesma coisa.

Casa de um operário alemão médio, da indústria química.

Banco Europeu.

Banco de Boston.

Lloyds Bank International.

Uma propaganda, como todas as outras, essa é a realidade.

Por favor, estudem a dívida externa brasileira e procurem ver quais são os bancos credores do Brasil. Dentro os bancos credores do Brasil há um banco chamado Bank, em alemão, ou Chemical Bank, é um banco internacional, banco mundial internacional, que pertence à indústria de agroquímicos, à indústria química mundial. E eu pergunto a mim, como leigo, como simples agrônomo: será que quando eles nos davam os empréstimos, eles não exigiam de nós que aumentássemos a compra de veneno, compra de fármacos, compra de produtos deles? Será que essa cadeia não vem assim? Esse é o grande problema que a gente vê hoje.

Contaminação de alimentos: trigo brasileiro, analisado na Alemanha com os diferentes contaminantes, ausência de veneno, nesse trigo não foi passado o veneno. Esse veneno foi absorvido do solo de 20 anos atrás. Outro, trigo cultivado na Estação Experimental de Santo

Ângelo, no Rio Grande do Sul, também não foi passado o veneno. A gente pode ver que o nível de contaminação era dez vezes maior do que outro. Por quê? Nas áreas de experimentação se usava muito veneno antigamente. Então esse solo é muitíssimo mais contaminado. Outro: análise de frutas e vegetais com contaminação de alimentos, Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Rio, Belém, Santarém e Recife.

Outro: peixes da costa paulista e da costa fluminense. Tainha, 330 ppb de BHC. Não se passa BHC em tainha. Tubarão cação ou cabeça de martelo, 340; também, o nosso camarão, 144. Outra tainha, 707; o nosso robalo, 940. No peixe não se passa veneno mas está aí.

Um problema sério para finalizar. Uma colega examinando folhas de fumo. Esse fumo, inadvertidamente, foi pulverizado com veneno agrícola. Não se poderia passar, mas passou no vizinho, o vento levou e contaminou tudo. Então, nós tivemos que fazer análise desse fumo para ver se ele podia ser usado ou não, se estava contaminado ou não. E, foi feita a análise. Quanto custa cada análise? Perto de 600 mil cruzeiros. É importante, 600 mil cruzeiros não em dinheiro brasileiro, o equivalente a 600 mil cruzeiros em divisas. Divisas, porque todos os ingredientes aqui, inclusive essa vidraria são importados.

Outro: esse aparelho veio da Alemanha, 500 milhões de cruzeiros.

Outro: 91 milhões de cruzeiros e veio da Suíça.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Onde está esse aparelho?

O SR. SEBASTIÃO PINHEIRO — Em Porto Alegre, no laboratório. Todos os laboratórios brasileiros, há muitos.

Uma balança analítica. Outro: um fotômetro, nos laboratórios. 600 milhões de cruzeiros. Também importado da Suíça, esse.

Outro: dois tomatógrafos também importados, 500 milhões cada um.

Uma pergunta lógica para terminar: qual a melhor maneira de se evitar uma contaminação de alimentos? Fazendo análise através dessa aparelhagem, se cada análise custa 600 mil cruzeiros? E, eu pergunto: Mas, 600 mil cruzeiros uma análise? Ai eu entro num Município do Rio de Janeiro que produz muito tomate, o Município de Miguel Pereira. Eu chego lá e pego uma amostra no Ceasa, que eu não sei nem de quem é. Não vai representar nada aquela amostra. Pode ser que um de Miguel Pereira esteja com o passo certo e pode ser que um esteja com o passo errado. São 600 produtores de Miguel Pereira. Será que fazendo a análise de resíduo no tomate adianta? E eu pergunto aos Sr. Se eu encontrar veneno no tomate, o que vou fazer? Vou jogar fora? Vou queimar? Isso é crime. Estou estragando alimentos e alimentos caríssimos. Custou dinheiro ao Governo, custou trabalho e suor para produzi-lo. O que tenho que fazer a respeito da contaminação de alimentos? Evitar. Mas, evitar não pode porque a maneira de evitar seria através da lei e 14 Estados brasileiros fizeram essa lei e foi argüida de inconstitucional.

Eles querem que nós analisemos. Por que que eles querem que nós analisemos? Porque eles querem vender essas coisas. Então, nós encontramos isso em cada canto do Brasil, em tudo que é canto, não digo universidades, porque lá é obrigatório ter isso, mas em cada esquina tem esses aparelhos, custando caríssimo. Por quê? Eletrônica médica também componentes da eletrônica médica, orientadores de missões...

Quer dizer que essa é a grande realidade que a gente vê hoje na problemática do veneno agrícola e não só na problemática do veneno agrícola.

Para terminar, pediria que a colega Ângela colocasse que nós estamos dentro de um universo de agrotóxicos do qual nós não precisaríamos nem ter a preocupação de dar a importância a esse problema porque são problemas simples, fáceis de se resolverem através de uma fiscalização eficiente, descentralizada, através de uma legislação que fizesse aquela fiscalização agir. Mas se é tão simples, por que estamos fazendo estas denúncias? Existem tantas forças e tantos interesses no mercado mundial. 11 bilhões de dólares; no mercado nacional, quase um bilhão de dólares...

Era esse o meu depoimento, Ex^o

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Muito obrigado.

Professor, eu tenho umas perguntas que foram organizadas (falha na gravação) para o Sr., aqui, rapidamente, responder.

O SR. SEBASTIÃO PINHEIRO — A primeira pergunta é: "Quais as diferenças básicas entre as leis estaduais de agrotóxicos e a proposta pela SEPLAN, no Governo passado? Por que foi solicitado, a nível de Estado, a fórmula dos defensivos? Isso não fere o princípio do registro de patentes?"

Na verdade, existe, fundamentalmente, uma diferença entre as leis estaduais e a lei federal. A lei federal proposta pela SEPLAN é a lei que procurava tirar a autonomia dos Estados, total, plena e centralizar o poder em Brasília. Nós, então, temos que colocar uma situação: em todos os países do mundo a lei é descentralizada, seja nos Estados Unidos, seja na Alemanha, que é pequena, seja na Austrália. A necessidade de se descentralizar a aplicação da lei se faz porque nós somos um País-Continente; as condições da Paraíba são muito diferentes das condições do Rio Grande do Sul. Até o homem paraibano, mesmo sendo brasileiro como o gaúcho o é, também é diferente. Eu não posso plantar maçã na Paraíba e nem abacaxi no Rio Grande do Sul.

Então é necessário que as peculiaridades de cada região sejam respeitadas dentro de uma lei estadual. No Rio Grande do Sul nós temos muitas lagoas, muitos riachos e rios. Na Paraíba já são muito mais escassos. Então, dentro desse princípio federativo, é necessária uma legislação muito mais a nível estadual até a nível municipal, onde a gente tem o controle até dos estoques, dos depósitos.

Quanto aos Estados pedirem a fórmula dos defensivos, isso não fere o direito de patentes. Nós não queríamos saber como eles eram feitos, nós queríamos saber todos os dados toxicológicos a respeito dele, dados toxicológicos esses que deveriam ser publicados. Eles são publicados nos países de origem. Na Europa é publicado, e é obrigatório publicar nos Estados Unidos. Aqui eles não nos querem dar, por quê? Porque uma grande parcela deles são condenados naqueles países por esses problemas toxicológicos. Eles já estão proibidos lá.

Segundo. "Quais os casos concretos de propaganda indevida por parte das empresas que comercializam os defensivos? Alguma empresa já foi efetivamente condenada pelo CONAR?"

Nós vimos algumas propagandas, que não são propagandas de produtos, mas a colega Ângela vai mostrar alguns slides a respeito de como é feita a propaganda. E, não houve, pelo meu conhecimento, até o momento, nenhuma empresa condenada pelo CONAR. Nós já procuramos o CONAR várias vezes, no Rio Grande do Sul, até seminários, simpósios, congressos de propaganda em média e não conseguimos, porque é muito forte o lobby. Nós temos dois times de futebol, no Brasil, hoje, que entram em campo com o nome de venenos agrícolas escrito na camiseta. Um é o Campo Grande de Mato Grosso e outro é o Brasil de Pelotas.

Quatro: "Quais são os elementos que o País importa para a produção de defensivos agrícolas? Em que medida o Brasil depende das importações de componentes químicos para manter os defensivos?"

O Brasil importa quase que 70% dos componentes para os venenos agrícolas e, uma coisa muito importante: seria necessário fazer uma investigação profunda sobre as matérias-primas e os insumos básicos importados dos venenos agrícolas que recebem 30% de isenção de taxa. Eles são isentos de taxas porque vão ser transformados em insumos. Só que nós não temos o controle sobre a quantidade importada e a quantidade de veneno produzida.

Então, seria necessário que o Governo tivesse o controle do que entra e o que verdadeiramente é transformado em veneno agrícola e o que é desviado para a indústria petroquímica, para outros produtos. É uma forma de se lesar a União.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Muito obrigado, agradeço a sua exposição que abriu novas perspectivas para nossos trabalhos e estamos realmente

empenhados em orientar o Congresso em assunto tão importante para o País.

Concedo, agora, a palavra ao Deputado Oswaldo Lima Filho.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Prof. Sebastião Pinheiro, é desnecessário louvar o admirável trabalho de V. S^a, mas tendo em vista algumas perguntas que vou fazer, me vejo obrigado previamente, para permitir uma compreensão das perguntas, a expor a posição que me coloco na matéria como muitos brasileiros, hoje no Congresso há muitos representantes preocupados com o uso indiscriminado de agrotóxicos, a contaminação dos alimentos, a poluição ambiental, e com sucessivos casos de intoxicações no País e no Exterior. Desses casos repetidamente denunciados na imprensa, nas Catedras universitárias, me levaram a propor a organização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre agrotóxicos, da qual desisti, tendo em vista a organização de uma Comissão mais ampla, que foi aquela proposta pelo Senador Nelson Carneiro, que é a presente e de um projeto, cujo texto eu farei depois chegar às mãos de V. S^a, proibindo a fabricação, comercialização e uso de organodados no País, prevendo-se apenas algumas exceções e uma das que me vêm à mente, quando expus sobre as exceções é o caso das pragas de gafanhotos que são, como o Senhor sabe melhor do que nós, uma praga que vem dos tempos bíblicos, e de tal gravidade que levou a Organização das Nações Unidas a criar uma comissão mundial para fiscalização dessas pragas; portanto a minha posição é conhecida. Apenas eu desejava dizer que luto por uma lei federal, e compreendo a luta que se realizou no País pelas leis estaduais, porque o poder federal no Brasil, no governo passado, estava altamente comprometido com as grandes empresas produtoras e comercializadoras dos agrotóxicos, não sendo por acaso, que um dos antigos diretores da Bayer no Brasil, o Dr. Nestor Jost, chegou a Ministro da Agricultura. Mas, eu entendo que qualquer, e sempre entendi, por isto mesmo sou advogado, e obrigado a conhecer a lei, que qualquer legislação estadual iria enfrentar o problema da constitucionalidade, porque a Constituição limita a competência, e não podia ser de outra forma, para legislação de direito penal, sobre águas, e sobre outros assuntos que dizem respeito especificamente a uso de agrotóxicos e sua proibição. Ora, uma legislação estadual iria fatalmente ser considerada inconstitucional, como foi. Por isto é que considero da mais alta importância o funcionamento desta Comissão, para que dela resulte, e nisto temos o patrocínio e a compreensão de um grande estadista brasileiro, como é o Presidente Amaral Peixoto, para formulação de uma legislação rigorosa de controle de agrotóxicos. Mas a pergunta específica que tinha a fazer a V. S^a é a seguinte: alguns dos grandes especialistas que aqui depuseram, salientaram que, embora fosse altamente recomendado o uso da agricultura biológica, do controle biológico das pragas, no atual estágio da ciência brasileira, da agricultura brasileira, não seria possível dispensar o uso de algumas espécies de agrotóxicos em determinada medida. É esta pergunta que faço.

O SR. SEBASTIÃO PINHEIRO — Deputado Oswaldo Lima Filho, nós que propugnamos por legislações estaduais não somos contra uma legislação federal; nós podemos resumidamente dizer que somos favoráveis a uma lei federal, a uma lei estadual, a uma lei brasileira nacional, que seja como uma lei guarda-chuva, uma lei que crie a proteção ampla, e que, enfim, seja complementada por pequenas leis estaduais, inclusive leis municipais, se torna muito mais fácil, muito mais tranquilo para toda a população. Dentro desta realidade é que nós podemos dizer que já está se encaminhando aqui, creio, a elaboração de uma anteprojeto de lei federal, e nós gostaríamos que houvesse este princípio, que é o princípio da lei americana, da sul-africana, da australiana, da lei alemã, de que a lei nacional seja a lei guarda-chuva, e que as leis estaduais a complementem. A lei municipal há de ser a última garantia, o último baluarte em defesa do agricultor, porque o agricultor está no município, o cemitério também fica no município, o hospital fica no município. Esta é a coisa mais importante.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Talvez houvesse uma compatibilização se, por exemplo, fosse possível atribuir à lei estadual — e eu não acredito em leis municipais, a esse respeito — mas à lei estadual há competência para definir certos atos ou certas práticas agrícolas, embora as proibições, as punições tivessem de ser decididas na lei federal.

O SR. SEBASTIÃO PINHEIRO — Isto é exato. Inclusive nós fomos conversar com o Ministro Rezek, do Supremo Tribunal Federal, e ele mesmo disse que as proibições competem à União. É necessário que haja, e eu acredito que no Governo da Nova República vai haver um entrosamento bastante grande entre os Estados e os Municípios, hoje existem quatorze Estados com leis próprias, é possível que estas lei precisem até ser referidas.

Quanto à necessidade do veneno, eu vejo veneno agrícola como um arsenal militar; embora treinado para a guerra, o soldado tem que abominar a guerra, porque senão ele se torna um paranoico, doente; aquele arsenal tem que estar ali para uma emergência, seja emergência de gafanhotos, seja uma situação de extrema emergência. Não se deve anunciar no horário nobre da televisão todos os dias, para se ganhar dólar, os produtos tóxicos. Esta é uma realidade. Mas à medida que passa, nós como país não superpopuloso, mas um país territorialmente imenso, nós podemos conviver com certas pragas, e está provado isto, e partir para uma agricultura, como vão falar minhas duas colegas, onde esta praga deixa de existir naquela intensidade, porque ela, nada mais nada menos, é do que fruto da ação do homem, de uma ação não controlada, não racionalmente pensada, não tecnologicamente avaliada. Então, as pragas diminuíram bastante dentro desta realidade.

Nós podemos ver que o Paraná, o Rio Grande do Sul, o Paraná no caso, para citar, realizaram, no ano passado, uma campanha intensa a respeito de um controle biológico chamado baculovírus, um vírus que ataca lagarta. No momento em que o Secretário da Agricultura, Claus Germen (?), foi à televisão, com um pouquinho de verba que ele conseguiu do Estado para fazer uma propaganda de 5 minutos, para dizer ao agricultor como catar as lagartas doentes, como fazer um masserado com essas lagartas e aplicá-lo na lavoura, o anúncio seguinte dizia: "Não vá atrás de historinhas, não vá andar catando lagartas por aí, use Novacon, da Ciba-Geigy, é muito mais prático. Essa é a realidade. Não sei se respondi a V. Ex^a".

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Vamos ouvir, agora, a professora Ângela Aurvalle, que foi Coordenadora do I^o Simpósio Brasileiro sobre Receita Veterinária para Biocidas, promovido pela Sociedade Veterinária do Rio Grande do Sul.

A SRA. ÂNGELA AURVALLE — Digníssimo Senhor Senador Amaral Peixoto, Digníssimo Sr. Deputado Relator Oswaldo Lima Filho:

É com grande honra que estamos aqui presentes para tratar de assuntos tão importantes pelos quais há tanto tempo estamos lutando e que tanto nos preocupa. Eu vou procurar continuar o raciocínio do Sebastião Pinheiro, já que ele fez uma abordagem bastante ampla a nível internacional de como esta situação tem se comportado: Eu vou começar a fechar o leque e abordar a questão do ponto de vista do Brasil, como esta questão foi vista, como ela aconteceu aqui no Brasil. Posteriormente, então, a colega Maria José vai fechar ainda mais e chegar na parte de propostas nossas.

Nós vimos diversas propagandas a respeito da fome no mundo e esse é um argumento que tem sido muito usado pela indústria química. No início do século teve o famoso trabalho do Malthus, que dizia que a população aumentava em progressão geométrica e que os alimentos aumentavam em progressão aritmética e que, se essa tendência continuasse, provavelmente a fome estava fadada a atingir grande parte da humanidade. E esse trabalho que assustou e nos assusta a todos nós, tendo em vista que o crescimento demográfico não está controlado, serviu como mola mestra para impulsionar a chamada revolução verde, que é o uso de drogas químicas na agricultura para aumentar a colheita, para aumentar os ali-

mentos. E esse slogan, essa revolução verde, foi exportada pelos países ricos para todo o 3^o Mundo. Eu tive a oportunidade, ainda este ano, de participar em Londres, de um ciclo de conferências sobre pesticida no 3^o Mundo e tive contato lá com representantes dos países da Ásia e da África e parecíamos que nós todos éramos do mesmo país. Os problemas da agroquímica tinham atingido a todos os países do 3^o Mundo da mesma maneira. Primeiramente com promessas de final da fome, de colheitas abundantes e, na prática, com endividamento, com intoxicações do meio-ambiente, intoxicação de pessoas, morte, câncer e preocupações e endividamento do seus países, porque importaram enormes quantidades de drogas químicas derivadas do petróleo é, portanto, com preços sempre cada vez mais altos.

Então, por favor, Sebastião, a primeira transparência. É um trabalho da FAO. Boletim Mensal de Estatística da FAO, de 1981, em que são computados 4 maiores cereais produzidos no mundo: trigo, arroz, milho e cevada no ano de 1980. Somente esses quatro grandes cereais, somada a sua produção — está o número aqui, que eu não sei nem ler — teria, a população do planeta, naquele período, 4,3 bilhões de habitantes. E se encontrou o que? 320 kg por pessoa por ano. Isso é quase 1 kg por pessoa por dia. Só desses quatro: trigo, arroz, milho e cevada. Não foram computadas batatas, mandioca, hortaliças, frutas, grãos oleaginosos, açúcares, produtos de origem animal, carne, ovos, peixe, nada disso foi computado. Só com esses quatro, essa estatística demonstra que o planeta tem alimentos para todo mundo. A falta de alimento, a fome no mundo não é, pelo menos, no presente momento, acredito de 80 a 84 a situação ainda não mudou mais ou menos se manteve estável, a fome é por problema social, por problema político, é por problema de falta de condições de comprar os alimentos cada vez mais caros.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — O ano, por obsequio?

A SRA. ÂNGELA AURVALLE — O trabalho foi feito e publicado no Boletim Mensal de Estatística, de fevereiro de 1981, da FAO. Se V. Ex^a quiser depois eu posso dar um xerox dessa transparência. Acredito que vamos deixar todas à disposição da Comissão. Inclusive estão bem detalhados todas as outras safras, quanto elas somam. Eu acredito que seria enfadonho ficar lendo aqui números. E só a idéia que achei interessante colocar. Então, aqui mostra que o slogan da "fome no mundo" está sendo usado para exportar, para vender produtos. E depois nós vamos ver mais tarde com alguns gráficos, no caso do Brasil, como está esta situação de produção de alimentos e de fome.

Então, vamos fazer uma análise do Brasil: como esta revolução verde, esse modelo de agricultura industrial, como chama o Professor Adilson Pascoal, como esse modelo se comportou? Vamos analisar o ponto de vista econômico, depois o ponto de vista social, depois o ponto de vista toxicológico. Por favor, Sebastião.

O Professor Adilson Pascoal esteve aqui, acredito que ele deve ter apresentado esses dados, inclusive mais detalhados. Esses são todos dados tirados da publicação dele, da Revista Brasileira de Tecnologia, de fevereiro de 83. Mas acredito que seja interessante ver alguns deles. Ele fez uma análise do período de 64 a 79; consumo de fertilizantes inorgânicos aumentou 1.243%, de inseticidas aumentou 233%; fungicidas 584%; herbicidas 5.414%; tratores agrícolas 389% em quinze anos no Brasil. Apesar disso, a produtividade das 15 principais culturas aumentou 4,9%. Então aquela promessa de "use bastante, compre bastante que vai aumentar a produção" aumenta mais muito longe da proporção que nós estamos usando. Ele fez uma análise dos dados da CACEX de 1980: quanto custou para o Brasil importar esses produtos? Note-se bem, essa análise dele foi somente com produtos importados integralmente. Ele não computou os produtos que o Brasil importou a matéria-prima e formulou aqui. Só de produtos integralmente importados, no ano de 80, o Brasil gastou 1,6 bilhões de dólares com importação de insumos e combustível para a agricultura, sendo que 1,3 para insumos e o restante para combustíveis. E esse valor correspondeu a 50% dos encargos da dívida externa brasileira no primeiro trimestre de 83. Então, portanto, 50%

dos encargos da dívida externa do Brasil, no primeiro trimestre, foi para importações de insumos para a agricultura. E mesmo assim, em 81, ele foi obrigado a gastar outro tanto, 1,5 bilhões de dólares, importando alimentos. Então, mas como? Mas ele gastou 1,6 bilhões na agricultura e teve que importar alimentos? Se fosse uma empresa, qualquer um dizia isso: esse modelo está ridículo, está falho: eu gasto ouro e ainda tenho que botar alimento! No total, em 1980, dados da CACEX, o Brasil gastou 3,1 bilhões de dólares somente na agricultura. E ele conclui que a agricultura foi incapaz de atender às necessidades de alimentos baratos, abundantes e saudáveis. (Nós vamos ver) posteriormente, que a qualidade do nosso alimento, infelizmente, deixa muito a desejar. Ele conclui dizendo:

"Um absurdo, independente do petróleo importado, alimentos da pior qualidade devido à presença de resíduos tóxicos e alimentos cada vez mais caros". É lógico que o produtor se ele compra insumos caros, ele tem que repassar. Ele não pode arcar com aquele preço. Então, todo o preço do alimento vai se tornando cada vez mais caro. Quem paga é o consumidor. Não é à-toa que depois nós vamos ver como está a desnutrição no Brasil, galopantemente aumentando

Do ponto de vista de qualidade de alimentos, uma comparação entre alimentos de aves confinadas e de aves livres. Então, de vitamina A, aves confinadas — aquelas aves em gaiolas preconizadas por esse modelo — 4 mil e 200 unidades internacionais; aves livres, 7 mil 200, quase o dobro, vitamina A. Vitamina B: 0,43 na mesma unidade, aves confinadas, e aves livres: 1,14.

Então, pergunto: Será que vale a pena ter mais ovos numa porção de galinhas em gaiolas e tal? O ovo tem um terço a menos do valor nutricional, um terço a menos de vitamina. Isso não se fala. Ninguém sabe da qualidade do alimento produzido nessas condições. Há uma série de trabalhos comprovando que a carne está totalmente alterada, os animais estressados — a colega, depois, vai abordar esse sistema de criação que foi nos impostos também — a criação de suínos e de aves em o confinamento, levam os animais a ficarem totalmente estressados. Então, são obrigados a ter altas quantidades de antibióticos que nós compramos deles, de coxidiestáticos, de carrapaticídios, etc. etc.

Do ponto de vista social, como é que se comportou? Está provado que cada vez que usamos um trator agrícola, sete pessoas, sete produtores rurais perdem o emprego. Gostaria de saber se cada vez que usamos um herbicida quantos capinadores perdem o emprego.

Eu tenho uns slides, lá do Rio Grande do Sul, de descendentes imigrantes que perderam suas terras por endividamento. Eles foram levados, e até obrigados pelos financiamentos bancários — 15% do financiamento era, obrigatoriamente gasto sob forma de venenos — a usar produtos e se endividarem cada vez mais e acabarem perdendo suas terras.

Isso aqui está um pouco escuro. Esse slide é do censo de 1980, também do IBGE. E vejam — se isso dá para ver — o crescimento da agricultura brasileira, a partir de 1950 até 1979. Aqui, 50 a 59. Vejam o crescimento da agricultura e, em amarelo, o crescimento da população. É lógico que é a taxa de crescimento. 60 e 69, agricultura e população, 70/79, o que temos muito a quem se interessar, detalhados. De qualquer maneira, só olhando o gráfico é que percebemos que a agricultura brasileira tem crescido mais que a população. Taxa de crescimento que, provavelmente, não são números absolutos.

No entanto, aqui vemos o crescimento da desnutrição brasileira. Ora, se a agricultura tem crescido mais do que a população, como a desnutrição está crescendo assim? Então, o problema da fome não é somente um problema da produção de alimentos, tem outros fatores envolvidos que precisam ser debatidos. Período de 1961/1963, tínhamos 27 milhões de pessoas desnutridas, o que correspondia a 38% da população. 1974/1975 nós tínhamos 72 milhões de pessoas desnutridas correspondendo a 67% da população. Em 1984, tínhamos 86 milhões de pessoas desnutridas correspondendo a 85% da população. Então, mostra claramente que a fome, pelo menos no Brasil, não está ligada à produção de alimentos. Permite-me dizer que, talvez, uma das causas — é difícil dizer que será uma causa só — seja o alto custo dos alimentos produzidos nesse modelo, independente de insu-

mos caríssimos que tornam o alimento com preços cada vez mais altos e a população não pode comprar. Se, por um lado, o Brasil é o 6º país na desnutrição, é o 4º exportador de alimentos. Então, vejam, como um país consegue ser o 4º exportador de alimentos e o 6º que tem maior desnutrição! Aí mostra claramente que não existe no Brasil uma relação entre produção de alimentos e fome.

Aqui, uma pequena favela de Porto Alegre, passando o Beira Rio de uma população de imigrantes. Aqui temos um colono com seu chapuzinho típico, que vive da cata de lixo, perdeu sua terra, provavelmente se endividou pelo modelo adotado. Aqui são dois sacos de lixo. Eles catam o lixo, revendem o papel, o plástico, com o que talvez, coma alguma coisa.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — O problema de famílias que vivem do lixo, hoje, é tão grave, que, no Recife, acerca de dez quilômetros da cidade, já no Município do Cabo, há poucos dias a TV Globo fez um programa sobre essas famílias — são mais de 100 famílias que vivem de catar lixo. No segundo programa, essas famílias tentaram quebrar os aparelhos da TV Globo, porque imaginaram que iam perder aquele tipo de atividade.

A SR. ÂNGELA AURVALLE — É um absurdo.

E, aqui, são de todas as faces; eu fiz questão de mostrar: crianças loiras, de olhos azuis — não é uma questão de racismo, eu fiz questão de valorizar a raça ariana, mas para mostrar que são típicos descendentes europeus que chegaram aqui, receberam um pedaço de terra para cultivar e que estão nesse estado de marginalização, hoje. Aqui, no Brasil; não tem nenhum nativo nessas condições.

Aqui, há outra criança também loirinha. Assim como essa criança há outras muitas, principalmente, aqui, no Rio Grande do Sul, onde o clima e a topografia são semelhantes aos da Europa, então eles se dirigiram mais para lá.

Quanto às propagandas, parte do uso adequado, a indústria tem falado muito de que ocorrem intoxicações, mortes, contaminações porque a população não sabe usar. Acredito que não deva saber mesmo, pois a própria população é analfabeta, a maioria das vezes, ou semi-analfabeta com uma propaganda intensa, sem treinamento, sem equipamento de proteção. Quanto ao equipamento de proteção, gostaria de fazer um parêntese.

Gostaria que alguém da indústria colocasse bota de borracha, luva de macacão de borracha, máscara de fose para uma lavoura em janeiro com um tubo de 20 litros nas costas a caminhar o dia inteiro. Eu duvido que agüente mais de 15 minutos com aquele sistema de proteção. Talvez, isso aí funcione para a Europa, mas não para o clima tropical. É totalmente absurdo e inviável querer que uma pobre criatura coloque isso. Em segundo lugar, isso custa mais de 2 milhões de cruzeiros. Quero saber qual é o latifundiário que vai dar para cada empregado seu um equipamento desses. A máscara de proteção e o filtro duram seis meses. Eu sei porque nós os usamos em laboratórios. Tem que saber botar um cinto novo senão não funciona mais. Só esse filtro aí custa quase um milhão. Totalmente, inviável. Mesmo que alguém tenha a maior boa vontade ninguém agüenta colocar aquilo. Então, são argumentos que ele vem usando e que carecem de um pouquinho de bom senso, me parece. Uma análise: ponha aquela roupa e vá para o sol, aqui em Brasília. Quem é que agüenta? Não agüenta nem uma hora. Se agüentar, cai duro de insolação.

Então, temos a propaganda do MALATOL fosforado para a dona-de-casa, sem máscara, sem luvas, bem decorada, colocando alegremente nas suas plantas. O outro — ali dá para ver bem que não tem luva, não tem máscara. De fato não dá para ver quando está mais escuro. Então, quando a dona-de-casa compra usa e se intoxica, a culpa é dela, a culpa é do mau uso.

Esta aqui é uma aplicação de carrapaticida, mandando botar, no texto da Revista da Ciba-Geigy. Agroquímica o nome, mandando botar bem atrás da orelha. Então, está segurando a orelha ali com a mão e o jato está bem na mão dele. Lá, também, no focinho, todo o cuidado e pouco, fica atrás da orelha o carrapato, não sei que, não sei que. E se um pobre coitado vai fazer isso, dá um

chuveirinho na mão dele, absorve e se intoxica, é o mau uso, a culpa não é da indústria.

Esse aí foi me cedido — a maioria desses slides foram cedidos pelo pessoal do Paraná, pelo Reinaldo.

Então, aqui diz: "Para concorrer à televisão, camionete — não sei o que é aquilo — basta comprar nas lojas ou cooperativas, uma ou mais latas do graneotóxico", inseticida, não sei o que. Então, a pessoa vai lá, para concorrer, compra um monte de latas, envia o cupom, faz sei lá o que é; Concurso 74, inseticida que dá lucro!

Então, não se sabe se tem praga, se tem plantação, se tem onde botar. Para ganhar, é que ele compra.

Tordon DG, Herbicida, mandando aplicar com a mão

O Tordon C é aquele que tem dioxina. Então, isso aqui é um absurdo a propaganda da Dow Chemical. Mandando botar o veneno com a mão. Um dos maiores absurdos que eu já vi foi essa propaganda aqui.

Isso aí é um vermífugo para gado, não tem a toxicidade tão alta quanto a alguns pesticidas da área agrícola, mas, de qualquer maneira, ele é tóxico, e é totalmente um absurdo que se coloque uma criança manuseando os produtos inclusive, o dedinho dela está dentro da lata. Geralmente o usuário não sabe distinguir um produto do outro lá pelas tantas. Então, se a criança pode usar um, pode usar outro. É um absurdo também não se fazer nada contra isso

Quando falamos que herbicida dá desemprego, somos tachados de radicais. Eles estão dizendo aqui: a primeira, a maior invenção depois da enxada, mandando vender a enxada.

Essa aí é gazapaz Z, aposentou quantos capinadores? Então, nós é que somos radicais. Estamos assinando em baixo o desemprego causado. Talvez, para um país europeu, que tem falta de mão-de-obra, seja ótimo, mas não para o Brasil.

Problema ambiental, problema de peixe, agora temporariamente colaborando com a SUDEPE no Plano de Desenvolvimento da Pesca no Rio Grande do Sul. O número, infelizmente, não se tem computado, gostaria até de ter esse levantamento do número sem fim de famílias de pescadores que acabaram tendo que migrar, porque as áreas internas estavam totalmente poluídas com a mortalidade de peixes.

Aqui são latas soterradas. Isso é outro problema; onde botar as latas? Dizem: tenham cuidado com as latas. Queremos saber onde colocar as latas. Enterra num lugar, depois vem a enxurrada e leva tudo. Vai botar onde a lata? Não pode guardar em casa. Não tem onde incinerar, vaporiza e vai para a atmosfera. Não sei o que fazer com as latas.

Esse é o problema do morango que houve no Rio Grande do Sul no ano passado em que vieram totalmente deformados e nos preocupou bastante. Começamos a fazer uma campanha, exigindo as análises, que o Sebastião acabou fazendo, e as análises confirmaram a presença de fungicida dioxocarbamato em índices mais de dez vezes acima do permitido. Os fungicidas podem se transformar em ETU, que é um produto comprovadamente mutagênico. Então, na época foi aquele "bafafá": isso é assim mesmo, é variedade. Mas depois do escândalo, o pé de morango, o mesmo, teve outra floração e as deformações diminuíram em 80%. A variedade mudou de uma flor para outra, o mesmo pé.

Vou passar uma série de slides bastantes tristes de se ver, mas tem que ser vistos. Quando se fala em câncer, ou anencefalia, a palavra passa muito rápida. São slides de agricultores que consegui no Hospital da PUC, na Santa Casa de Porto Alegre, a maioria deles, de agricultores que moram em zona agrícola, zona que não tem nenhum outro tipo de poluição, porque se sabe que o câncer é causado por uma série de produtos, não é só por produto químico, até o sol pode causar câncer, uma indústria, uma série de agentes podem causar câncer, mas são slides de agricultores em uma zona totalmente agrícola, sem nenhum contato com outro tipo de contaminação

Esse é de rosto. Esse é da boca, foi tirado por uma dentista que está trabalhando conosco. Ela disse que atende, só no Hospital da PUC de Porto Alegre, cerca de 20 casos de agricultores por dia. São só os da região, porque ela é dentista e atende cerca de 20 casos por dia.

Outro câncer da boca. São pessoas isoladas, tem dificuldades para vir à cidade, não tem atendimento e acabam vindo quando a coisa está nesse pé.

Esse é o câncer de mama, aqui é o braço da pobre infeliz. É o ponto que fica.

Neste material provavelmente a mãe na fase de gestação teve algum contato com produto químico, não se sabe nem se é agrotóxico, alimento contaminado. Não se tem provas. Eis que a indústria sempre diz: qual é a prova? Primeiro a prova. Esse tumor aqui foi retirado mas, infelizmente, já tinha entrado no cérebro, já estava na quarta camada, como eles dizem, provavelmente, se não morreu ainda, já está no final.

Agricultor da Santa Casa de Misericórdia, também foi retirado o tumor, mas ele tinha metástase e provavelmente ele já deve ter morrido. Não sei nem como comia. São slides horríveis mas que estão acontecendo diariamente lá, e acredito que não é só no Rio Grande do Sul. Nascimento de crianças deformadas.

Tenho um trabalho do qual ainda não tenho os slides, mandei reproduzir e ainda não foram revelados, da Faculdade de Veterinária, de deformação que estão ocorrendo nos carrapatos devido aos carrapaticidas. Trabalho feito na Faculdade que vai ser publicado, se eles tiverem coragem, aumentando em 40% a deformações dos carrapatos.

Então, estamos conseguindo material, carrapato, morango, tem trabalhado feito com o peixe, vamos montar todo o ciclo e quero ver alguém contestar.

Cruzeira deformada de Ronda Alta, uma cidadezinha pequena, teve oito casos num ano. A estatística mundial é um por 300 mil.

Infelizmente essa é a nossa realidade que tem que ser mudada. Temos que fazer alguma coisa para acabar com isso. Realmente estou muito satisfeita de estar aqui e de poder colocar todo o nosso material à disposição desta Comissão. E a nossa proposta para produzir alimentos saudáveis, a colega Maria José vai falar agora de como produzi-los sem usar essas barbaridades que estão nos endividando e ocasionando este tipo de coisa. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Muito obrigado pela sua exposição e desejava passar as suas mãos algumas perguntas de nossa assessoria.

A SRA. ANGELA AURVALLE — Existem manifestações patológicas típicas na criação intensiva de animais? Qual a consequência para o consumidor urbano?

Acredito que esteja se referindo ao modelo atual de agricultura.

Existem uma série de manifestações patológicas que variam conforme o produto utilizado, lógico. Se é carrapaticida, se é antibiótico, se é vermífugo. Na área veterinária a gama é enorme, também. Tem produtos que são mais tóxicos, tem produtos que são menos tóxicos, tem produtos que são relativamente inócuos, assim como tem produtos que são eliminados pelo leite, outros não são. Então, realmente, é uma pergunta bastante abrangente, mas o que posso dizer é que existe uma série de produtos que são utilizados aqui, no Brasil, que já foram banidos em outros países pelos problemas que causam nos animais e pelos problemas que causam no consumidor de alimentos desses animais. Por exemplo, o antibiótico clorofenicol, que é um antibiótico que foi proibido nos Estados Unidos para animais produtores de alimentos, animais destinados a produzir alimentos, ele é totalmente proibido pelos problemas que pode causar de resíduos. E também em pessoas ele só é permitido, no caso, de febre tifóide, pelos problemas de anemia irreversível que ele causa. Estou dando um exemplo porque existe uma série de outros.

O aumento da vida produtiva de animais criados na forma extensiva compensa a baixa produtividade dos mesmos? Existem estudos econômicos que comparam a rentabilidade da criação intensiva com a extensiva?

Essa questão da produtividade é muito relativa, principalmente quando temos que importar os produtos que nós usamos nessa criação intensiva. Então me parece, do ponto de vista do lucro final líquido, a balança talvez não compense o aumento de produtividade gerado pela criação intensiva. Podemos ter mais alimentos, mas vamos gastar muito mais pelas mesmas condições, porque os animais ficam mais estressados, os animais comem comida artificial, os animais recebem luz artificial, os animais recebem água quase que esterilizada, muitas vezes, e eles são muito mais propensos a doenças. Então, eles têm que estar constantemente recebendo cargas de anti-

bióticos, cargas de produtos químicos. Então, encarece. Realmente se produz mais na criação intensiva, mas o custo é maior e a qualidade do alimento, como nós vimos, é inferior. Então, tem que ser também levado em consideração. Não é só questão de qualidade, do ponto de vista de quantidade, mas é qualidade do ponto de vista de valor nutritivo do alimento. Não adianta comer com ovos e não se alimentar. Prefiro ter uma dúzia de ovos, sabendo que aquele alimento vai suprir o organismo daquilo que ele precisa.

Quais os produtos químicos mais utilizados na produção animal? Qual a representação percentual em termos de custos médios na bovinicultura? Qual a incidência em outras criações?

Acredito que, em termos de bovinicultura, um dos mais utilizados é o carrapaticida. O próprio Professor Adilson Paschoal tem trabalhos, noutro dia conversei com ele sobre manejo; lá no Rio Grande do Sul nós temos o Professor João Carlos Gonzales, talvez fosse interessante fazer um contato, em que, com o manejo adequado das pastagens, o problema do carrapato fica totalmente sob controle ou se reduz para um ou dois banhos por ano, no máximo.

Infelizmente, quanto representa esse percentual, em termos de custo, eu não tenho esse dado, talvez ele tenha porque está mais na área.

Há incidência em outras criações? Bom, em avicultura e suinocultura, que são as criações mais intensivas, a utilização de vermífugos e de antibióticos, acredito que seja a maior, devido ao problema dos animais, que não têm capacidade de se defender sozinhos do stress das doenças.

Doenças tais como raiva, brucelose, aftoses e outras podem ser controladas sem uso dos produtos químicos? O problema da raiva, foi bom ter sido levantado aqui, o combate ao morcego era feito com zarparin que se passava nos morcegos porque tinha bastante poder adesivo e largava-o. Geralmente os morcegos moram em lugares bastantes inacessíveis, em tocas e furnas, esses morcegos voltavam para as suas tocas, que a gente não sabe nem onde era e nem tinha como chegar, e, eles têm o costume de se lambem. E, automaticamente, na toca deles morriam porque eles ficavam se lambendo e eliminava-se aquele foco. Esse é um método bastante simples e bastante utilizado para o combate da raiva.

Infelizmente, não sei quem, não imagino quem, achou que seria melhor injetar a varfarina no gado, para quando o morcego chupar o sangue, morrer envenenado. E, é isso o que está sendo feito, o que é um verdadeiro absurdo. Em primeiro lugar, então, deveria limitar, do ponto de vista do consumidor, para comercializar aquela carne. Mata só aquele morcego, que foi ali, e a toca continua gerando problemas. Em segundo lugar, se teria que colocar em todo o rebanho, porque não se saberia qual foi o atacado; em terceiro lugar com o trabalho se comprova porque a varfarina é anticoagulante. E, para que ela tenha o poder anticoagulante tem que estar com uma carga muito elevada. E, eles preconizam dar de 15 em 15 dias, se não me falha a memória. Obviamente tem um período máximo para absorção e depois declina, como todo produto toda droga no organismo. Então se o morcego já morde na etapa final, já não morre porque a dose está muito pequena.

Então isso realmente é um absurdo que está sendo preconizado, o pessoal do Paraná parece que lutou contra isso, contra essa metodologia de combate à raiva.

Mas, é lógico, para quem quer vender o produto é excelente. Há sempre para todo o rebanho, cada um levando uma injeçãozinha periodicamente. E o problema está sempre mantido porque não se elimina a toca do morcego.

Então, são problemas como esse que se nós formos analisar tem milhões de tecnologias que foram introduzidas aqui que carecem de bom senso.

A aftose, também não é especificamente a minha área, me parece que a vacina controla bastante a aftose. Eu acredito que cada um desses problemas poderiam ser analisados e nós não estamos aqui preconizando a abolição total dos produtos químicos, é mais uma análise crítica e quais, realmente, os que devem ser mantidos e quais os que podem ser eliminados e os que devem ser eliminados. E, não, simplesmente, aceitar tudo o que vem para cá como cobaias. E muitos produtos, que são

utilizados aqui, ainda não receberam registro ainda nos Estados Unidos e estão sendo testados aqui.

Eram essas as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Deputado Oswaldo Lima, deseja fazer mais alguma pergunta?

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Não, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Muito obrigado pela sua exposição.

Convido, agora, a Dr^a Maria José Guazelli, da Faculdade de Agronomia do Rio Grande do Sul, com o curso de alternativa de alimentação nos países do Terceiro Mundo. Participou da elaboração da Lei Estadual nº 7.748, do Rio Grande do Sul.

Com a palavra a Dr^a Maria José.

A SRA. MARIA JOSÉ GUAZELLI — Muito obrigada.

Eu acho que depois do que o Sebastião e Ângela colocaram, em termos de toda a problemática, resta muito pouco para falar nessa área e vou me deter, especificamente, na situação da nossa proposta de trabalho, na proposta de uma exploração agrícola e pecuária, muito mais dirigida à sobrevivência do produtor, não só em termos alimentares mas principalmente em termos econômicos e, partindo do princípio de que, a agricultura que nós chamamos ecológica ou biológica e que envolve também a produção pecuária, ela depende, basicamente, de dois insumos: do sol e do suor. É basicamente, uma agricultura que não usa a importação de produtos, na medida em que nós estamos fazendo. É uma agricultura que tem a capacidade ou a condição de produzir os seus insumos localmente num País grande como o Brasil a nível nacional. E, portanto, aí entra o primeiro aspecto sócio-econômico desse tipo de agricultura que é, a não dependência da importação de produtos, e no aumento da dívida externa, que nós já a temos muito grande; é uma agricultura que usa a sua tecnologia adequada ao nível de desenvolvimento econômico do nosso País e, infelizmente, um País ainda bastante pobre, com a dívida que vai aumentando muito mais nos próximos anos. Mas, é, justamente, uma agricultura que fixa o produtor à terra, na medida em que ela não depende do endividamento bancário e na medida em que ela tem uma grande absorção da mão-de-obra não-qualificada, e nós conseguimos estancar o êxodo rural que, também, é um dos grandes problemas brasileiros.

Um aspecto político importante que eu gostaria de salientar é a mecanização do Brasil e de qualquer país em termos de produção de alimentos. Não estamos dependentes dos grandes conglomerados e, isso tem um ponto importantíssimo que se chama soberania nacional. Mas, produzimos o que necessitamos na hora em que nós necessitamos. Nós temos de produzir, salvo, por exemplo, para alimentar gado na Holanda ou porco no Japão. Nós produzimos soja, milho, trigo, arroz para alimentar o nosso pessoal aqui.

Um outro aspecto importante a ser levantado é que um país que se propõe atualmente a realizar uma reforma agrária, se não usar um modelo tecnológico adequado, de daqui a 10 anos ou menos ainda, ele estará na mesma situação de agora, porque ele vai receber uma determinada gleba de terra, ele não terá condições de se manter nessa terra e a tecnologia que vai ser repassada para ele é a tecnologia do endividamento e da perda da terra.

A nível técnico, eu acredito que já houve a apresentação do Professor Adilson Paschoal e do Professor Pinheiro Machado, eu acho que não me resta muita coisa a dizer.

Mas, eu gostaria de ressaltar que a agricultura biológica, agricultura ecológica ou chamem do que quiser, a denominação não importa, nesse caso, é a parte fundamentalmente de que uma planta ou um animal em bom estado de saúde, em bom estado de equilíbrio metabólico, ela tem resistência suficiente ao ataque de doenças e pragas.

Caso haja problemas de desequilíbrio, tanto a nível animal como a nível vegetal, em que as doenças ou pragas apareçam, como é o caso citado pelo Deputado, de gafanhotos ou o problema de uma seca muito grande ou o problema de excesso de chuva ou fogo, se têm mecanismos de defesa muito mais inócuos do que os usados

atualmente, muito menos tóxicos. Então, entraríamos no esquema, que o Dr. Sebastião Pinheiro falou, de deixar desses produtos químicos como um arsenal de reserva. Num caso de emergência se usa, mas essas emergências são muito menos frequentes e se exige muito menores volumes de utilização. Isso é o ponto fundamental da agricultura ecológica. E, nós sabemos que um animal e uma planta saudáveis, a partir do momento em que nós fornecemos nutrientes saudáveis e isso se chama, principalmente de adubação orgânica, adubação mineralizada não tratada, nós conseguimos obter esse equilíbrio.

Eu gostaria de citar, rapidamente, alguns exemplos que aconteceram em termos de Brasil, em relação à agricultura biológica, como por exemplo um curso no Centro Nacional de pesquisa de Trópico Úmido em Belém, ministrado por um Professor alemão, talvez uma das maiores autoridades mundiais, o Professor Hofman (?) da Universidade de Kassel (?) da Alemanha. Um curso realizado por pesquisadores do Instituto de Pesquisas do Paraná, também, pelo mesmo professor, juntamente com o professor Richard, da Universidade de Manitoba, no Canadá e, justamente com o Professor Altieri, da Universidade de Berkeley, da Califórnia, um curso pelo mesmo Professor Hofman (?) em Porto Alegre, no Instituto Coethe, e outro evento muito importante que se chamou II Encontro Nacional de Agricultura Ecológica de Petrópolis no Rio, no ano retrasado, se não me falha a memória, mobilizando principalmente estudantes de Agronomia, nós que fizemos a faculdade, o nosso modelo era, o meu modelo, pelo menos em 1973 em 1976 era: se tem soja, a gente planta em outubro e pulveriza em 30 de novembro, em 30 de dezembro, tais e tais produtos.

Felizmente, essa mentalidade está mudando também a nível de universidade e, esse encontro foi precisamente realizado por pesquisadores que se formaram, mais recentemente, são os estudantes que estão se mobilizando mais.

Em termos de trabalhos práticos, nós temos um projeto em Panambi, no Rio Grande do Sul, um projeto em Feliz, no Rio Grande do Sul, financiado por dinheiro alemão; nós temos um projeto da Cotegiba, a cooperativa tritícola de Juiú; nós temos um projeto no Centro Agrícola Demonstrativa da Prefeitura de Porto Alegre, nós temos um projeto da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, financiado por dinheiro alemão, nós temos um projeto no Nordeste do Brasil, Pernambuco e Paraíba, através da Igreja Católica, nós temos um trabalho da FASE, no Rio de Janeiro, financiado por dinheiro francês; nós temos nosso projeto desenvolvido no Município de Vacaria, no Rio Grande do Sul, financiado por dinheiro sueco.

Um dos grandes problemas de realizar agricultura biológica e que todas as pessoas discutem, argumentam, questionam, criticam, ridicularizam, mas, na realidade, nós temos um modelo agrícola, há mais de 20 anos neste País, que recebeu absolutamente todos os financiamentos em termos de pesquisas, em termos de introdução de uma metodologia, em termos de assistência rural, de extensão rural, em termos de propagação, e o que nós esperamos, então, como ecologistas, mas antes disso, como agrônomos, como veterinários, como técnicos, é que a nossa proposta seja criticada, debatida, e discutida, depois nós temos também 20 anos de pesquisa integral, de extensão integral, de produção integral, porque, infelizmente, este modelo que foi proposto, que foi preconizado, todos nós sabemos que falou, e falou absolutamente. E não tem nenhum ponto de apoio para ter sucesso aqui.

Então, o que nós queríamos discutir é a agricultura biológica, a agricultura ecológica, discutir este modelo tecnológico, mas a partir do momento que nós tivermos também os mesmos níveis de trabalho que teve este modelo atual de desenvolvimento agrícola. Acho que, a partir daí, as pessoas podem dizer: funciona ou não funciona, é bom ou não é bom, mas antes disso nós estamos apenas "chutando". As pessoas que contestam, que discutem não têm conhecimento de causa do assunto. E sem ter conhecimento de causa não podem discutir. Nós discutimos porque nós conhecemos dois lados da moeda. Quem não conhece não pode discutir.

(Projetam-se slides.)

Isto aqui é uma reunião de técnicos brasileiros na propriedade de um agrônomo japonês, que se chama Susuki, que foi vendedor da indústria química, durante muitos anos, até que ele se deu conta de que, na realidade, o que ele preconizava não estava funcionando. Ele está em cima de um monte de adubo que se chama decomposto. Isto é em São Paulo.

Esta é uma produção de abudo decomposto em nosso projeto em Vacaria.

Isto é serragem com esterco de galinha, produzimos 20 toneladas, gastando 80 mil cruzeiros, e mais uma mão-de-obra, que infelizmente custa um salário mínimo, por mês, o que é nada, é irrisório.

Pretendemos brevemente tirar uma fotografia dessa do nosso projeto. Este é Emerson College (?), na Inglaterra, que trabalha com agricultura ecológica. É uma horta de repolho e couve, eles não usam absolutamente nada de veneno há dezenas de anos.

Este é Cotrijui, é o projeto em que trabalham com gado e estão sem problemas de carrapatos, extremamente reduzidos só no manejo do campo, trabalhando em campo limpo. Na mesma situação é Cotrijui.

Este é na Suíça, é uma pesquisa sobre suínos; anteriormente para evitar que a porca amassasse os leitões, e para dispender o mínimo de energia possível, ela era praticamente enjaulada. Esse é um teto de vidro em cima, onde se estuda o comportamento animal. E depois de diversas observações chegaram à conclusão de que abrindo um pouco mais o espaço, fazendo um lugar maior para os leitões, o comportamento e a produtividade do animal melhoravam. O stress foi reduzido bastante.

Um outro trabalho que foi feito na Suíça é que o porco é um animal fossador, ele tem essa necessidade e não pode ficar no cimento, e uma das formas que eles encontraram para conseguir adaptar todo o projeto de arquitetura de suínos todos os criatórios, foi colocar feno em uma parte das celas para que eles pudessem fossar.

São leitões do mesmo instituto de pesquisa.

Isto é Cotrijui, o projeto de suínos, criados extensivamente, é uma raça bastante rústica em relação à doença e de alta produtividade.

Este é o mesmo projeto e eles estão todos soltos, e cercados; essa é a baixa produtividade da agricultura biológica. Uma das contestações que se fazem é que ela não produz como a outra. São 9 leitões.

Isto é na Suíça, um país que proibiu a produção de galinhas em gaiolas, devido aos problemas de stress, excesso de medicamentos necessitados e a baixa qualidade de carne e ovo produzido no sistema, e que nós usamos no Brasil, eles aboliram isto, e uma das alternativas que eles fizeram foi abrir as gaiolas, utilizando a mesma construção, o mesmo galpão e deixar os animais em maior liberdade. Serve de poleiro, todo o transporte de alimentação, de água.

Este é o mesmo projeto, galpões abertos, agora com as galinhas soltas.

Este é o projeto da Cotrijui, de criação de galinha no campo, são cercados de telas, de um metro e meio de altura mais ou menos, as galinhas estão soltas.

Eu gostaria de agradecer o convite e me colocar à disposição para as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Antes de agradecer sua exposição, passo as perguntas formuladas pela Assessoria Técnica.

A SRA. MARIA JOSÉ — "Cite alguns exemplos de sucesso de agricultura alternativa que tenha comprovação econômica tanto no Brasil como no exterior."

Acho que citei vários e gostaria de citar mais um que é o relatório americano do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, publicado em 1980, onde ele fala em 35 mil propriedades rurais, usando a agricultura biológica, com uma área média de 700 hectares, isto significa que há propriedades de um ou dois hectares e propriedades muito maior para dar 700 hectares de média. Uma das alegações também de que a agricultura ecológica só é viável para fundos de quintal, para as pequenas hortas, ou pequenos jardins, é um absurdo.

"Qual é, em termos de agricultura alternativa, o papel da matéria orgânica? Por que é condenado o uso do nitrogênio solúvel?"

A matéria orgânica é fundamental porque, se pode dizer, é toda a fonte do equilíbrio metabólico, e justamente aí o nitrogênio solúvel é condenado, porque comprovadamente existem trabalhos científicos de mais de 30 anos, que atestam e comprovam, tecnicamente, que o nitrogênio solúvel desequilibra a planta e, portanto, vai necessitar de veneno. Realmente há uma causalidade muito grande: se usarmos nitrogênio solúvel quase que necessariamente nós vamos usar veneno.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Agora, uma indagação: alguns estudiosos, cuja realização em matéria de agronomia e agricultura tiveram renome mundial, salientam que no tipo de agricultura normal, sem haver rotatividade, há o empobrecimento gradual do solo, desses nutrientes sobretudo de cálcio, de fósforos, que são retirados através das colheitas. Qual a alternativa biológica para isto.

A SRA. MARIA JOSÉ — Acho que sobre diversos aspectos precisamos falar. Em primeiro lugar a agricultura biológica não diz que não devemos usar adubos minerais. O que nós não usamos é adubos químicos. Então, nós usamos fosfatos, usamos potássio, cálcio, só que com um tipo de agricultura em que a estrutura e a vida do solo estão numa tal atividade metabólica, que todos os minerais colocados eles são intensivamente aproveitados. Então, a quantidade que vai ao solo, é muito menor que a quantidade que a agricultura também usa. Porque eles não são, o que a gente chama de lixiviados, ou perdidos por chuvas ou por excesso de quantidade na hora ou por falta de aproveitamento. Segunda coisa, o nitrogênio, nós temos N fontes de nitrogênio e uma das mais baratas é a produzida por bactérias, por exemplo: através da adubação verde.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Mas o fósforo, o potássio?

A SRA. MARIA JOSÉ — Nós os usamos da mesma forma como na agricultura comum. Nós usamos o fosfato de Minas, usa o calcário, só que em quantidades muito menores e com maior durabilidade para a agricultura digamos assim. Como nós se utilizamos todos os restos dessa agricultura a nível de propriedade, a perda é muito menor. Porque V. Ex^a deve ter conhecimento de que quem faz uma horta, ou quem faz o cultivo de cenouras para vender, na realidade perde uma série de materiais que são simplesmente destruídos, simplesmente abandonados. O que nós fazemos é reaproveitá-los intensivamente, seja dando para animais e que depois vai nos fornecer abudo, ou seja fazendo abudo disso naturalmente. Eu acho que isso é um dos grandes erros que existe em termos de agricultura biológica pensar que não usamos adubos. Não é assim. Nós não usamos adubos solubilizados e o nitrogênio solúvel. Eventualmente até se usa, inclusive, há técnicos que o aceitam em casos de carências muito elevadas. Nesses casos, usamos uréia, porque nós sabemos que a amônia, por exemplo, destrói muito mais a vida do solo e, principalmente a minhoca, do que a uréia. Pode-se usar. Agora, é certo que a planta que o absorveu uréia ela vai ser desequilibrada. E aí nós entramos com problema de correção, depois a gente vai ter problemas de insetos, de doenças e por aí fora. Eu não sei se respondi a sua..

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — Muito bem obrigado.

A SRA. MARIA JOSÉ — Uma outra questão; "Em termos econômicos existem estudos comparativos entre a agricultura orgânica e a agricultura de caráter intensivo no que se refere à produtividade e a utilização de insumos"... Eu não poderia citar agora nenhum insumo, mas existe. Principalmente a nível de Europa e Estados Unidos, que é onde existem os institutos de pesquisa, infelizmente nós não temos nenhum por enquanto que disponha de verba para fazer este tipo de trabalho. Mas esses estudos existem a nível mundial, sem dúvida nenhuma.

"Quais são os defensivos agrícolas hoje utilizados no País que são proibidos no seu país de origem?"

A primeira correção que eu gostaria de fazer aqui é que em agricultura ecológica defensivo agrícola é outra coisa. Eu acredito que a pergunta aqui seja em relação a agrotóxicos. Têm diversos agrotóxicos que são proibidos.

dos; o DDT é um deles, BHC é outro, felizmente já está em fase de proibição.

Acredito que, nessa área, o Sebastião tem condição de responder muito melhor do que eu. Vou ter que fazer uma colocação com relação ao defensivo agrícola. Nós usamos, em agricultura ecológica, um adubo de altíssima qualidade e útil em nutrientes que é um defensivo agrícola, que se chama pó de basalto, pó de brita. Talvez um dos insumos mais baratos que se possa existir. O pessoal usa para fazer calçamento em cidades onde não tem areia. E ele é usado como defensivo agrícola justamente por conter todos os micronutrientes de que a planta necessita. E no solo onde existe vida, onde existe microvida por causa da adubação orgânica, ele funciona bem e a gente usa em polvilhamento. A gente polvilha com o pó, põe o pó por cima das plantas para controlar uma série de insetos, por exemplo: pulgões e uma série de doenças. E um defensivo agrícola, ele é um produto que dá condições da planta se defender contra as doenças. Não é um agrotóxico e essa infelizmente é uma confusão muito grande que existe entre defensivo agrotóxico e a gente tem que partir por aí. Defensivo é defensivo, e veneno é veneno. Eles não são sinônimos. Em questão de perguntas eu não sei se tem mais alguma.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Muito obrigado.

A SRA. MARIA JOSÉ — Eu é quem agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Eu quero, finalizando, confirmar aquilo que todos nós sabíamos: o alto nível que os técnicos do Rio Grande do Sul demonstraram hoje nas exposições que fizeram, a eficiência da sua Secretaria de Agricultura, uma das atividades tão necessárias ao desenvolvimento do Estado e do País. E quero informar que as exposições feitas serão encaminhadas a todos os membros da Comissão e devidamente consideradas no momento da redação do relatório da Comissão para o Plenário do Senado e da Câmara dos Deputados. Muito obrigado. Esta encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL MISTA; CRIADA ATRÁVEZ DO REQUERIMENTO Nº 296, DE 1984, DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS ACERCA DA FABRICAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICO NO PAÍS.

7ª Reunião, realizada em 12 de setembro DE 1985

Às dez horas, do dia doze de setembro de mil novecentos e oitenta e cinco na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores, presentes os Senhores Senadores Amaral Peixoto, Jorge Kalume, Roberto Wypych e Deputados Saramago Pinheiro, Oswaldo Lima Filho, Pacheco Chaves e José Frejat, reúne-se a Comissão Especial Mista, criada pelo Requerimento nº 296, de 1984, destinada a realizar estudos acerca da fabricação, comercialização e utilização de agrotóxicos no País.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Benedito Ferreira, Galvão Modesto, Martins Filho, Mauro Borges, Álvaro Dias, Alcides Paio, Marcondes Gadelha, Carlos Lyra e Deputados Augusto Treim, Octávio Cesário, Dirceu Carneiro, Raul Belém, Borges da Silveira, Oscar Alves e Lúcio Alcântara.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Amaral Peixoto, declara abertos os trabalhos da Comissão.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que em seguida, é dada como aprovada.

Dando continuidade aos trabalhos da Comissão, o Senhor Presidente, após discurso de abertura concede a palavra ao depoente Dr. Motoharu Somura, dirigente da Cooperativa de Cotia — São Paulo, que expôs, com clareza e equilíbrio o ponto de vista dos agricultores.

Finalizando, o Senhor Presidente, agradece a presença do depoente e demais membros da Comissão e determina, que as notas taquigráficas tão logo sejam traduzidas e revisadas sejam publicadas em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Clayton Zalorenci, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 7ª REUNIÃO, DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 296, DE 1984, DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS ACERCA DA FABRICAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO PAÍS, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR AMARAL PEIXOTO.

Presidente: Senador Amaral Peixoto
Relator: Deputado Oswaldo Lima Filho
(Integra do Apanhamento Taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Havendo número regimental, declaro aberta a reunião da Comissão Especial de Agrotóxicos.

O objetivo de nossa reunião de hoje é ouvirmos a exposição do Sr. Motoharu Sonomura, Engenheiro Agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, S. S.ª é Gerente Executivo da Divisão dos Insumos Agrícolas da Cooperativa Agrícola de Cotia.

Queremos agradecer ao Sr. Motoharu Sonomura, por ter acolhido o convite da Comissão para nos trazer esclarecimentos necessários aos nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Motoharu Sonomura.

O SR. MOTOHARU SONOMURA — Nós é que agradecemos esta oportunidade que estamos tendo, de poder contribuir com alguma coisa para os trabalhos da Comissão de Agrotóxicos.

Preparamos um trabalho a respeito de agrotóxico, que eu gostaria de passar à Comissão. Na qualidade de produtores, representando os agricultores, então, quero pronunciar algumas palavras que possam contribuir para os trabalhos desta Comissão.

Sabe-se de há muito, que um dos principais problemas não só do Brasil, mas de toda a humanidade é o da subnutrição. Assim, parte altamente significativa da população mundial sofre os efeitos da fome.

Nosso país, considerando sua extensa área cultivável e seu clima favorável, tem tudo para tornar realidade aquilo que dele se espera, isto é, tornar-se o celeiro do mundo.

É dentro deste contexto que a CAC, através dos seus 13.500 associados, atua, obedecendo um esquema de diversificação de culturas, no qual se apoia todo o seu trabalho junto ao mercado consumidor.

É grande a preocupação da CAC em dar sua contribuição para a produção de alimentos em quantidades crescentes para atender um número cada vez maior da nossa população. Assim, de um lado buscamos a sustentação de renda ao produtor e, de outro, a garantia de fornecimento de alimentos ao consumidor a um preço justo.

Sube-se porém, que sendo o Brasil um país de clima variável, sua agricultura é altamente susceptível ao ataque de doenças, pragas e ervas daninhas, razão pela qual somente com a utilização de defensivos agrícolas em muitas situações, é que se consegue evitar grandes perdas, por vezes, até totais das lavouras.

Outra das nossas preocupações se deve aos cuidados a serem tomados com as áreas cultivadas e com o meio ambiente, principalmente no que diz respeito a nossa disposição de levar ao consumidor final produtos de alta qualidade, o que conseguimos através dos cuidados tomados por nossa equipe composta por mais de trezentos agrônomos e técnicos agrícolas, os quais prestam toda assistência técnica, que compreende desde a escolha da área, variedades a plantar, tratamentos culturais, tratamento fitossanitário até a entrega final do produto ao consumidor.

A constante procura que encetamos de novas áreas agricultáveis, onde seja menor a incidência de pragas e doenças, e a permanente busca de defensivos agrícolas adequados, confirmam nossa decidida intenção de produzir mais a custos menores.

Dispondo de diversas estações experimentais localizadas em vários pontos do País, a CAC vem pesquisando as melhores alternativas quanto às variedades, épocas de plantio, espaçamentos, tratamento fitossanitário, e mantendo também diversos tipos de convênios com a EMBRAPA, com a Universidade Federal de Viçosa, com o Instituto Agronômico de Campinas, com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e outras entida-

des para garantir uma alta qualidade das informações científicas geradas, as quais serão posteriormente transmitidas e utilizadas por nossos associados.

Mesmo assim, e apesar de tudo isso, a utilização de defensivos agrícolas é indispensável. Desse modo, preconizamos que a agricultura alternativa ou biológica deva ser realizada sempre que possível, porém, a agricultura química não deverá deixar de ser praticada sempre que necessária, e dentro de padrões de uso e manuseio adequados. É dentro deste espírito que iniciamos a utilização do baculovirus anticarsia para o controle da lagarta da soja, um trabalho que estamos realizando em conjunto com a EMBRAPA.

Em resumo, a CAC é e sempre será a favor de todo decreto, portaria ou norma que vise a melhor utilização de defensivos, porque isto significa fornecer ao consumidor produtos saudáveis, sem esquecer porém os custos desses produtos para o agricultor.

Julgamos pois, muito oportuno que os agricultores sejam ouvidos quando da elaboração de quaisquer tipos de regulamentos que digam respeito à agricultura, pois sempre a classe produtora tem sido preterida, daí resulta enormes dificuldades quanto a sua implantação. Dessa forma, queremos ressaltar que as cooperativas, sociedades que têm por obrigação defender os interesses dos produtores, têm também o maior interesse em fornecer subsídios à elaboração de qualquer tipo de norma que diga respeito às atividades agrícolas, desde o início das lavouras, passando pela comercialização, transporte, armazenagem, até o uso de defensivos agrícolas.

Poderemos citar o caso de diversas portarias devidamente aprovadas que poderiam ser na prática bem mais eficientes se os agricultores tivessem sido ouvidos quando de sua elaboração. Por exemplo, a Portaria nº 007, de 13 de janeiro de 1981, do Ministério da Agricultura, que torna obrigatória a emissão de recibo por um engenheiro agrônomo, para a realização de toda a venda de defensivos agrícolas de classes I e II, visando principalmente ao seu melhor uso no campo. Sua obrigatoriedade, no caso das cooperativas, no entanto, prende o agrônomo atrás de um balcão, somente para preencher o aludido recibo, quando entendemos que a melhor forma de atender o agricultor seria manter o agrônomo no campo, onde poderia prestar assistência técnica eficiente, diretamente ligada ao agricultor, principalmente sobre o aplicador dos defensivos.

Outro exemplo é o do Decreto nº 88.821, de 6 de outubro de 1983, do Ministério dos Transportes, que normatiza o transporte de cargas consideradas perigosas no transporte. Subentende-se que qualquer tipo de transporte de defensivos agrícolas deva se enquadrar ao decreto. Como determinar a um agricultor que transporta determinados produtos em seu veículo, que nele coloque todos os rótulos de riscos, painel de segurança e tacógrafos preconizados pelo Decreto nº 88.821?

Num país como o Brasil, onde o clima permite que se realize simultaneamente uma enorme diversificação de culturas, as dificuldades do agricultor se multiplicam, principalmente no caso daqueles que praticam lavouras de hortaliças e frutas, nas quais pouquíssimos são os defensivos agrícolas permitidos, o que os obriga a utilizar produtos caros, que fazem aumentar bastante os custos de suas produções.

Diante do desinteresse das indústrias de defensivos agrícolas em desenvolver produtos para culturas realizadas em pequena escala, pensamos que o Governo, através de suas instituições de pesquisas, deva estimular a realização de estudos com produtos defensivos de baixo custo, já existentes no mercado, visando sua aplicação em culturas de pequenas áreas. As dificuldades prosseguem. Em recente deliberação do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), órgão do Ministério do Trabalho, foi baixada a Resolução nº 301, de 23 de novembro de 1984, que torna obrigatório ao engenheiro agrônomo o recolhimento de uma taxa referente à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), para cada receituário agrônomo emitido.

Para emitir o receituário agrônomo, é necessário comprar um talonário do receituário agrônomo no CREA. Isso, para nós, produtores, não traz nenhum benefício. A única coisa que acarreta é o encarecimento do processo de compras de defensivos agrícolas. É legal, porém é um custo adicional para o agricultor. A Cooperativa recentemente foi autuada por distribuir sementes de leguminosas inportadas da Holanda, com tratamento de

fungicida a base de mercúrio. Esse aí nós importamos, conforme obriga a Portaria nº 398, de 2 de junho de 1977, do Ministério da Agricultura.

Por essa portaria, com a importação de vagens, seria obrigatório o tratamento mercurial. Agora, só que no Estado do Paraná existe no rótulo dizendo que estava sendo tratado com mercúrio.

Agora, isso foi esclarecido. Mas como essas notícias saíram nos jornais e também na televisão, o prejuízo, vamos dizer, da imagem realmente para a gente poder recorrer é impossível. Então o mal já estava causado.

Completando o quadro, fomos colhidos de surpresa pela Portaria nº 329, de 2 de setembro de 1985, do Ministério da Agricultura, que proíbe a comercialização e o uso de diversos defensivos agrícolas sem nenhum prazo para quaisquer providências, isto é, sem se pensar antes em alternativas eficientes e de baixos custos para os recém-proibidos produtos, sem pensar-se nos estoques existentes com os agricultores, revendedores ou cooperativas e principalmente nos prejuízos que fatalmente os agricultores terão que suportar.

É muito comum se falar e mesmo se estabelecer proibições para a utilização de alguns grupos de produtos. Somos também favoráveis a elas, desde que se comprove sua agressão ao homem e ao meio ambiente em que vivemos, mas também é fato, com raríssimas exceções, que nunca se oferecem alternativas concretas para a substituição daqueles produtos.

Em virtude de tais fatos, que atingem diretamente o agricultor, é que gostaríamos de manifestar e reiterar nosso desejo, para que em todas as ocasiões em que se pretender elaborar alguma norma que diga respeito à agricultura, a classe mais interessada, é aquela que será atingida, deva ser ouvida. Se tal medida for adotada e concretizada, certamente conseguiremos estabelecer um ponto de equilíbrio dos mais desejáveis, fazendo-nos crer numa agricultura ainda mais desenvolvida, sem entraves, prática, cujo desiderato outro não é senão o de produzir alimentos de alta qualidade, suficiente para prover o abastecimento interno e ainda promover as exportações, fonte das mais importantes para o fornecimento de divisas tão necessárias à recuperação econômica de nosso País.

Agradecendo a acolhida, e a gentileza do convite formulado por esta Casa, o que muito nos honra, e desvanece, colocamo-nos, em nome da Diretoria da Cooperativa Agrícola de Cotia-Cooperativa Central sempre a disposição dos ilustres membros do Senado Federal, para quaisquer tipos de informação e esclarecimentos sobre nossas atividades, sempre voltadas para os mais altos interesses da agricultura de nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Antes de dar a palavra aos membros da Comissão que desejarem apresentar perguntas ao ilustre expositor, vou passar as suas mãos algumas questões formuladas pela nossa assistência técnica, que pediria que fossem respondidas.

O SR. MOTOHARU SONOMURA — A primeira seria: qual a sua opinião sobre a obrigatoriedade da adoção de receituário agrônomo?

Bom, como já tinha dito aqui, o receituário agrônomo nós entendemos que é um guia de compras, e isso não garante, vamos dizer, a boa aplicação. Porque normalmente quem compra é o agricultor, que nem sempre a aplicação é devidamente efetuada, e também tem o problema de estoque remanescente nas agriculturas. Eu acredito que o que realmente resolve a boa aplicação seria a assistência técnica no campo. Então, ao invés de dar um guia de compra, deveria ser feita uma assistência e um treinamento devido aos agricultores. Isso é que nós achamos.

Efetuar o controle de qualidade no que se refere à presença de resíduo tóxico nos produtos alimentícios comercializados pela cooperativa, especialmente hortigranjeiros.

Bom, quanto ao controle de qualidade para resíduos, eu acredito que realmente é uma das coisas que poderia melhorar a qualidade do alimento. E eu tenho alguns dados. O Instituto Biológico de São Paulo tem feito uma análise sistemática em produtos hortigranjeiros, certo? Em 83, houve, vamos dizer, alguns casos de resíduos defensivos, e pelo que consta aqui, não têm muitos casos onde seja acima da tolerância. Agora, esse controle de

qualidade dos alimentos, vamos dizer, eu acho que seria muito importante. Agora, nesse caso tem o seu custo de implantação disso. Nesse ponto eu acredito que tanto o Governo como a cooperativa deveriam, vamos dizer, cooperar para poder ter, vamos dizer, um controle efetivo disso.

Tenho dito que existem muitos resíduos de defensivos agrícolas em hortaliças e frutas. Por esse trabalho aqui do Instituto Biológico, não é tão freqüente quanto se diz na imprensa; a maior parte desses resíduos existentes estão dentro da tolerância. Isso em 83, ainda quando a exigência e também, vamos dizer, essa utilização não era tão falada. Acredito que hoje a incidência deve ser menor ainda.

Agora, este tipo de controle eu acho que é muito salutar, porque realmente além disso vai direto ao produtor. Esse trabalho seria, vamos dizer, analisado. Constatado o resíduo, iria diretamente ao produtor, para orientá-lo como deve ser feito.

Então, eu acho que esse mesmo trabalho poderia desenvolver-se, e eu acho que seria muito importante.

O SR. PACHECO CHAVES — Teria cópias desses trabalhos para deixar na Comissão?

O SR. MOTOHARU SONOMURA — Isso aqui é do Instituto Biológico, realmente posso deixar isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Será incorporado ao seu trabalho, para maior esclarecimento da Comissão.

O SR. MOTOHARU SONOMURA — Então, realmente, existe, a grande maioria está abaixo da tolerância que poderia ter. Existem algumas experiências de controles usados pelos associados da COTIA. Qual foi o resultado econômico dessa experiência? Bom, nós temos de fato concreto no caso da soja, o *baculovirus anticarsia*. Isso por enquanto ainda está em fase experimental. Este ano já começamos a produzir, vamos dizer, em laboratório para poder distribuir para o associado. O resultado desse controle biológico realmente é econômico e é prático, só que tem que ser feito de maneira preventiva. Tem-se, vamos dizer, a aplicação de baculovirus. Mesmo este ano, como a incidência de praga foi muito grande, o número de aplicação dos produtos químicos, de inseticida foi menor. A necessidade de aplicação não seria, vamos dizer, uma ou mais vezes. Ao passo que, onde não foi aplicado, vamos dizer, o *baculovirus*, teria que fazer aplicações maiores. Então acredito que esse tipo de alternativa é muito importante para a agricultura, e já está fazendo parte desse processo. Acredito que antes da proibição nós queríamos ter uma alternativa econômica capaz de poder substituir por um emprego produtivo, para a gente poder ter um produto de baixo custo. Nesse caso, além de ser eficaz, ele baixa o custo do produto. Acho que nesse ponto é positivo.

E outra coisa que nós temos de controle biológico seriam alguns defensivos biológicos. O nós já temos usado há bastante tempo. Temos testado alguns acaricidas biológicos, mas em questão de acaricida, nos testes que nós temos feito ainda não temos resultado. Agora, no caso de bacilo, a solução do ponto de vista de meio-ambiente é bom, mas do ponto de vista econômico ele não atende, ele é caro, mas nós estamos usando também.

“Qual a sua sugestão para a elaboração de uma lei federal para a produção de defensivos agrícolas? Qual seria o papel de legislação estadual?”

A cooperativa tem atuado em diversos Estados. Cada Estado tem uma legislação diferente, e realmente haveria muita dificuldade. Inclusive há um ato específico para cada Estado, e mesmo que tenha estoque de qualquer forma não poderá ser utilizado em outro Estado. As leis, como estão elaboradas nos Estados, para nós não é nada benéfico. Gostaria de ter uma lei federal que realmente atenda a necessidade atual, e, por outro lado, caberia ao Estado a sua fiscalização. E eventualmente, em áreas urbanas, onde tenha muito problema, nesse caso a lei estadual poderia entrar. Mas sobre esse tipo de coisa, poder-se-ia muito bem entrar em acordo o Ministério e as Secretarias, porque tendo o nome da lei local, por exemplo, para nós isso realmente seria muito difícil, posso usar defensivos em uma área e numa outra área não. E o único lugar que nós sabemos que está um pouco diferente nisso

é os Estados Unidos. Na Califórnia, por exemplo cada Estado tem a sua legislação. Os outros locais só têm lei federal.

“No seu entender, o mecanismo de controle de fiscalização de agrotóxico é suficiente no caso, ou seja, quais são os seus pontos fracos?”

Eu acredito que no caso do agrotóxico a fiscalização tem sido feita muito em cima do papel. Há questão de uns 2 ou 3 anos, por exemplo, a Secretaria do Estado de São Paulo está fazendo um controle de qualidade do produto. Tirava a amostra, fazia a análise laboratorial, para ver se esse produto estava dentro ou fora dos limites de tolerância. Nesse ponto protege o produtor, hoje existem muitos roubos e muitas fraudes no caso de defensivos, e esse tipo de fiscalização estará protegendo o lavrador, porque exige qualidade dentro da tolerância.

Essas análises têm o seu custo, e recentemente não têm sido feitas. O que tem sido feito, hoje, por exemplo, é muito mais ver se o rótulo está adequado, se está dentro da lei ou não está dentro da lei.

Agora, mais uma coisa seria se o receituário agrônomo está sendo feito ou não. Como eu não sou a favor do receituário agrônomo, deveria haver um controle. Eu acho que nesse ponto deveria ser feito um controle de qualidade do produto ao produtor. A Secretaria, o Estado, o próprio Governo deveriam ter um suporte maior na área de assistência para poder cuidar melhor do agricultor. Isso acho que é essencial.

A fiscalização, hoje, existente está em cima do rótulo e do receituário agrônomo que está sendo feito. Como eu não acredito que o receituário resolva o problema de aplicação, eu acho que o mesmo não seria suficiente para poder garantir o uso adequado de defensivos.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Pacheco Chaves, que foi seu colega de escola.

O SR. PACHECO CHAVES — Sou colega longínquo. Foi formado em 1936, o Senhor naquele tempo estava nascendo, de certo.

O SR. MOTOHARU SONOMURA — Quase nascendo!

O SR. PACHECO CHAVES — Sr. Presidente, eu queria me congratular com o Sr. Motoharu Sonomura pelo depoimento muito interessante feito nesta Comissão.

E a realidade! Ele deu um retrato do que ocorre com os agricultores e as dificuldades a que somos levados muitas vezes por verdadeiras utopias, no sentido de se combater indiscriminada e pouco razoavelmente o uso de determinados defensivos agrícolas.

Todos nós que lidamos na agricultura sabemos que não é possível chegar-se a um resultado econômico sem a utilização dos defensivos agrícolas, mas que eles devem ser feitos de uma maneira inteligente, de uma maneira cuidadosa, para que não se traduzam em males, compensando o bem econômico que produzem.

Esse ponto ficou muito bem ressaltado, embora com a discrição característica da Cooperativa Agrícola de Cotia. Por outro lado, a convivência da defesa biológica com a defesa química foi muito bem ressaltada pelo conferencista, o que mostra que uma atitude e outra não são incompatíveis, e que para sermos realistas devemos compatibilizar as duas posições e procurar a realidade no acordo entre as duas atitudes.

Entretanto, eu gostaria de ficar um pouco na realidade brasileira atual, embora compartilhe com o conferencista da sua opinião sobre o receituário agrônomo, que a mim me parece ter muito mais um aspecto cartorial do que um aspecto de defesa da agricultura. O agrônomo não tem possibilidade de receitar defensivos como um médico hoje em dia não elabora receitas para produtos que ele conheça, porque não tem elementos de conhecimento de química e de física necessários para suprir aqueles que lhes são dados através dos laboratórios, dos produtos lá executados. Ele tem que se louvar nas experiências das universidades e das fábricas desses produtos químicos, tanto na agricultura, quanto na medicina.

Isso seria sairmos da realidade de querer voltar quase a uma agricultura ou uma medicina da pedra lascada, e querer proibir o uso de produtos químicos numa agricultura de grande escala.

Gostaria, no entanto, que o conferencista me esclarecesse sobre o último decreto baixado pelo Governo. Tem o aspecto bom de tomar uma providência de âmbito geral, isto é, uniformiza e conseqüentemente facilita a utilização de um produto de um Estado para outro. Não tem propósito um produto ser proibido no Estado do Paraná e ser permitido no Estado de São Paulo, a mesma coisa em Minas Gerais, quando as fronteiras são constantemente ultrapassadas e constantemente utilizado o produto comprado num Estado para ser utilizado no outro. Não tem mesmo nenhum propósito, a lei deve ser mesmo federal. Ele tem este benefício, mas tenho conhecimento de algumas reclamações de agricultores sobre produtos que, proibidos por esta portaria, iriam fazer muita falta à agricultura. Então, eu gostaria que o conferencista nos esclarecesse se a portaria é excessivamente abrangente, ou se ela está estritamente dentro dos cânones dos conhecimentos atuais em Agronomia.

O SR. MOTOHARU SONOMURA — Seria a portaria de setembro, que proíbe a comercialização, o uso ou distribuição de produto agrotóxico destinado à agropecuária.

A preocupação que nós temos é a seguinte: se de um lado vamos dizer devemos prender o produto que deixe resíduo, a gente não pode ser contra. Agora, nesta portaria até hoje todos os clorados, por falta de outras alternativas, estavam sendo poupados. E tanto que no município onde havia produtos como o clorobenzilato e outros, usados para a citricultura e algodão, não estavam sendo poupados, inclusive este ano no Paraná, quando ocorreu o surto de ácaros no algodão, o produto a ser aplicado estava proibido, mas seu uso foi permitido. Foi-se obrigado a permitir, porque não teria alternativa, porque ele já tinha acabado todo o acaricida no Brasil. Então, neste ponto o que nós achamos é o seguinte: de um lado eliminávamos o clorato, — que a gente não pode ser contra — por outro lado qualquer outro produto seria um produto mais caro. Normalmente para a citricultura e para o algodão os produtos vão custar mais caros. Agora, tecnicamente, não podemos ser contra. Por outro lado há alguns produtos que combatem a largata e o percevejo, porque são produtos que controlam as duas coisas. Então, este produto está-nos fazendo falta. Agora há produtos alternativos. Temos que partir para uma coisa paliativa. Mas no caso seria para a soja. Este produto é indicado para o café. O BHC foi proibido há 5 anos. Agora, proibindo isto, normalmente não temos nas nossas mãos outro produto que tenha eficácia suficiente para poder substituí-lo, há produto bem mais caro, mas sobre a eficiência dele nós não temos uma comprovação, porque nós não o usamos em grande escala, porque era uma solução econômica e foi um êxito o que nós estávamos fazendo. Efetivamente, qualquer agrotóxico pode ser proibido no produto final, tanto na soja que tem a casca, e o grão fica coberto, e café, que fica coberto por duas ou três camadas. Agora, no resíduo final realmente trás alguns problemas. No caso do usuário, qual realmente o problema que ele teria? Acredito que de uma certa maneira nós estamos sofisticando. Por outro lado, o que nós queremos, no caso do produtor, é uma solução econômica.

No caso do baculovirus acho que foi muito bom, porque aquilo é barato, e nós podemos normalmente produzir, multiplicar, e depois o uso do baculovirus diminui mesmo a infestação maciça de largata o uso de produtos químicos. Agora, neste caso aqui nós recebemos uma portaria, só tem que muitos agravantes, porque é uma portaria que vai vigorar a partir de hoje, já está até em vigor. Só que eu não tenho alguns produtos para o café, e há o problema de estoque. Eu tenho estoque, o agricultor deve ter estoque, e o fabricante também tem outras alternativas. Mas nós não temos muita alternativa. Hoje está assim: talvez amanhã sai algum produto. Agora, no caso do paraquático, seria um herbicida total, e nós estamos usando muito em faixa para tratamento total para plantio direto, para evitar a erosão ou seria para a fruticultura, para limpamos embaixo do pé. Seria o glisozato. Mas o glisozato custa muito caro.

O SR. PACHECO CHAVES — É quase ouro.

O SR. MOTOHARU SONOMURA — Nós gostaríamos que o pessoal pensasse um pouco, seria o custo do produto, seria custo de produção, e conseqüentemente o custo do alimento que vamos produzir. Se nós temos 20 milhões de famintos, temos que ter uma agricultura que possa fazer frente a isto, quer dizer, produzir um pouco mais barato. Agora, o agricultor nós últimos anos como o custo financeiro que era subsidiado a dois, três anos atrás, hoje, nós estamos pagando praticamente os juros do mercado, mais 3% mais a reciprocidade ou alguma coisa que tem que deixar para o banco, é praticamente o custo do mercado. Isto tem onerado muito. Então, com estes preços, que o pessoal deve achar que está caro, e que o custo de vida em matéria de alimentos, e alimentos são um dos pontos que vão estar aumentando, o agricultor não está ganhando.

O SR. PACHECO CHAVES — E o Aldrin?

O SR. MOTOHARU SONOMURA — O caso do Aldrin nós estamos usando para formicida, aqui na terra, no buraco. Não sei realmente por que foi eliminado, porque a não ser no caso do tratamento de semente, e porque para a alimentação em si, acredito não deva chegar, porque da semente até a produção final, na melhor das hipóteses, dura 90 ou 100 dias. Então, para a produção final, acredito que não teria problema.

Eu acredito que deve ter entrado no bolo. O clorado não pode! Está proibido e acabou! Eu não conheço quais as razões, mas acredito que deva ter proibido.

Que pelo jeito, a indústria diz, o Ministério da Saúde pode dizer que isso é melhor, e ele, se considerado sulfurado, não é clorado normal, é cloro sulfurado, que de uma certa maneira é biodegradável, esses são os casos que deveriam ser esclarecidos com o Ministério da Saúde, que diz que não está mais no grupo dos clorados. Para nós é um produto que vai nos fazer falta. Outro seria um produto que teria substitutivo, mas a um custo bem alto. Só que em contrapartida não recebeu nada, elevou o nosso custo.

O SR. PACHECO CHAVES — Mas eu pergunto um produto, antes de ter autorização de venda, não passa por uma análise do Ministério da Agricultura, e não tem o registro que lhe permite a venda?

O SR. MOTOHARU SONOMURA — A primeira coisa é que temos que ter junto ao Ministério da Saúde uma classificação do produto, classificação de todas as toxicologias crônicas ou agudas do produto e seus metabólitos.

Então o Ministério da Saúde estuda a toxicidade do produto e dá o "OK". E, paralelamente, o Ministério da Agricultura analisa junto com o Instituto Biológico de Campinas e com outras universidades a eficácia disso.

Pelo que eu entendo, isso me parece que vai ficar na prerrogativa da EMBRAPA, não sei como está sendo feito. Eu acredito que vai demorar para o seu uso.

Agora, após o "OK" dos Ministérios da Saúde e da Agricultura é que se dá o registro do produto.

Nós verificamos no Instituto Biológico quais os estudos sobre a eficácia do produto. Posteriormente trazemos esse produto e o testamos nas estações experimentais que nós temos em diversos locais. Nós temos em Ponta Grossa, nós temos em Prudente, em Bragança Paulista, e em Sorocaba. Em várias áreas diversas culturas são testadas junto com os produtos existentes que nós estamos autorizando. Então nós verificamos primeiro a eficácia do produto em relação ao que existe no mercado. E posteriormente seria a análise do custo econômico, que dão um melhor resultado, se esse custo e o benefício que ele traz é positivo ou negativo. Sendo positivo, vamos entrar em campo de demonstração, que seria feito em diversas fazendas, em pequena escala, para os agricultores e feitos em campos. Então esses são tipos de palestras, de orientação e experiências no campo de demonstração. Estas são as fases. Depois é que seriam comercializados em escala geral. Seria esse o processo que existe nos casos dos defensivos agrícolas. Fora isso, nós temos os engenheiros agrônomos em cada regional, conforme o número de agricultores. Em departamento de defensivos agrícolas há os agrônomos especialistas que só estudam defensivos agrícolas. Então sobre esse defensivo faz-se seguramente uma ou duas vezes por ano uma

reunião ou um seminário com a participação dos agrônomos para ver os resultados dos ensaios que tem havido dentro da Cooperativa. Eram agrônomos que estavam no campo, são especialistas de cultura de soja e de café. Eles fazem todos os ensaios. Dos trabalhos efetuados, tiramos a conclusão do que vamos fazer: há uma lista de produtos, vamos plantar a cultura e usar tais defensivos em tais casos. Então é uma recomendação da Cooperativa. O agricultor recebe orientação e além disso terá a orientação no campo, quando é uma nova técnica onde está sendo aplicado. No caso de herbicida, a assistência é quase 40% do sucesso do produto. A escolha do produto representa parte, mais 40% é modo de aplicar, certo! Então tem que aplicar de maneira certa na hora certa, em dosagem certa. Então tem todo esse tipo de orientação que foi feita no campo.

Agora, esse receituário agrônômico está nos complicando muito. Esses agrônomos estavam até hoje no campo, e pelo menos uma pessoa tem que estar atrás do balcão. Em alguns casos, os cooperados vieram buscar um agrônomo para que tinham um problema. Aí nesse ponto seria uma assistência curativa, parece que é uma assistência preventiva. Mas quando tem um problema, o agrônomo tem que ir lá colher material, para poder identificar novas doenças que anualmente surgem nessa ocasião. Já tivemos problema de autuação, mesmo com agrônomos nas regionais.

O SR. PACHECO CHAVES — Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Antes de agradecer ao Dr. Motoharu Sonomura a sua exposição e a precisão com que houve nas respostas dadas às perguntas que foram apresentadas, quero recordar o meu primeiro contato com a Cooperativa Agrícola de COTIA. Foi durante a guerra, quando tive a responsabilidade de chefiar o Serviço de Abastecimento da Coordenação e Mobilização Econômica, tendo auxiliares como Israel Pinheiro, Jesuino de Albuquerque, Rubens Fáula. E eles que me aproximaram da Cooperativa que acabou sendo quase que um órgão auxiliar da Coordenação e Mobilização Econômica, prestando os maiores serviços não só no abastecimento de São Paulo, do Rio de Janeiro, como prestando informações valiosas para o nosso trabalho.

Mais tarde fui cooperado de COTIA, como produtor hortigranjeiro no Estado do Rio, e conheço os serviços que ela presta ao Brasil, à classe rural brasileira.

Desejo agradecer mais uma vez a V. Sª a sua presença, a precisão das suas informações, que serão distribuídas por todos os membros da Comissão e devidamente consideradas quando elaborarmos o nosso relatório final, apresentando ao Congresso Nacional trabalho do qual fomos incumbidos. Muito obrigado.

O SR. MOTOHARU SONOMURA — Nós é que agradecemos pela oportunidade de poder pronunciar estas palavras, porque até hoje todas as portarias e normas que são feitas presumindo o que é bom para o produtor, em muitos casos têm trazido alguns problemas. E muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Está encerrada a reunião.

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 296, DE 1984, DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS ACERCA DA FABRICAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO PAÍS

8ª Reunião, realizada em 26 de setembro de 1985

Às dez horas, do dia vinte e seis de setembro de mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores, presentes os Senhores Senadores Amaral Peixoto, Jorge Kalume, Roberto Wypych e Deputados Saramago Pinheiro, Oswaldo Lima Filho, Pacheco Chaves e José Frejat, reúne-se a Comissão Especial Mista, criada pelo Requerimento nº 296, de 1984, destinada a realizar estudos acerca da fabricação, comercialização e utilização de agrotóxicos no País.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Benedito Ferreira, Galvão Modesto, Martins Filho, Mauro Borges, Álvaro Dias, Alcides

Paio, Marcondes Gadelha, Carlos Lyra e Deputados Augusto Treim, Octávio Cesário, Dirceu Carneiro, Raul Belém, Borges da Silveira, Oscar Alves e Lúcio Alcântara.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Amaral Peixoto, declara abertos os trabalhos da Comissão.

E dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que em seguida é dada como aprovada.

Dando continuidade aos trabalhos da Comissão, o Senhor Presidente, após discurso de abertura, concede a palavra aos depoentes Engenheiro Agrônomo Dr. Mário Carincotti, Diretor do Departamento Agrícola da HOESCHT, que expôs a necessidade da utilização de defensivos agrícolas para satisfazer as necessidades alimentares de uma população crescente, enfatizando a impossibilidade de substituição dos produtos químicos pelo controle biológico, em seguida a palavra é cedida ao Engenheiro Agrônomo Dr. Agostinho Mário Boggio, da COOPERCITRUS, de São Paulo, que ressaltou a utilidade dos produtos químicos no controle de pragas, de acordo com as normas técnicas e respeitando o interesse do produtor. Lembrou, ainda, que dentre os produtos proibidos pela Portaria nº 329, de 2 de setembro, do Ministério da Agricultura, o DICOFOL e o ENDOSSULFAN são de grande utilidade e que sua substituição imediata pelo usuário é bastante difícil.

Por fim, usa da palavra, o Médico Veterinário Dr. Kazuo Hojo, Gerente de Assuntos Ambientais da Dow Química, que discorreu sobre o problema que representa para o desenvolvimento agrícola do País a campanha indiscriminada contra a adoção de defensivos agrícolas, os quais representam uma ameaça somente se utilizados de forma incorreta, não obedecendo as recomendações técnicas.

Reclamou também da necessidade do debate sobre a utilidade de produtos químicos, ser desenvolvido de forma técnica-científica, sem emocionalismo ou conotações ideológicas.

Finalizando, o Senhor Presidente agradece a presença dos depoentes e demais membros da Comissão e determina, que as notas taquigráficas tão logo sejam traduzidas e revisadas sejam publicadas em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, e para constar, eu, Clayton Zanlorenzi, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 8ª REUNIÃO, DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 296, DE 1984, DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS ACERCA DA FABRICAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO PAÍS, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR AMARAL PEIXOTO.

Presidente: Senador Amaral Peixoto
Relator: Deputado Oswaldo Lima Filho
(Íntegra do Apanhamento Taquigráfico)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Declaro abertos os trabalhos desta reunião que visa a fabricação e comercialização de agrotóxicos no País. Já que esta comissão está sendo gravada e taquigrafada, vou dar início à reunião.

Há mais de um mês estamos ouvindo aqui o depoimento de todos aqueles que possam estar interessados no assunto, fabricantes, usuários, técnicos do governo e estudiosos do problema.

Vamos ouvir, em primeiro lugar, o engenheiro Mário Carincotti, Diretor do Departamento Agrícola da HOESCHT, e Vice-Presidente da ANDEF.

Concedo a palavra ao Sr. Mário Carincotti.

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas Sras. e meus Srs.

Atualmente, calcula-se a população mundial em aproximadamente 4 bilhões e 500 milhões de habitantes, devendo no ano 2000 ser mais de 6 bilhões. Para a agricultura mundial, isto significa que até no início do próximo

século a demanda de alimentos e outros produtos agrícolas crescerá no mínimo em 50%. Existirão condições para atender esta demanda quando hoje ela não é atendida quantitativa e qualitativamente?

Estima-se que, dos 4 bilhões e 300 milhões de habitantes existentes em 1982, 1 bilhão e meio não tinha alimentação suficiente, incluindo-se aqui 500 milhões de subnutridos.

(Transparência nº 1)

Em 1975, a demanda de proteínas somente podia ser atendida em aproximadamente 95%. Caso essa situação não tenha se alterado, o déficit de proteínas no ano 2000 será de 40 milhões de toneladas. Nas últimas décadas, o mundo presenciou um incremento sensível na produção agrícola, como decorrência de uma revolução tecnológica na agricultura. Infelizmente, porém, este incremento na produção não tem podido acompanhar o aumento desproporcional da demanda em consequência da explosão demográfica.

A defasagem da alimentação é evidente, como ponto de cruzamento das curvas pode-se tomar aproximadamente o ano de 1981.

(Transparência nº 2)

Segundo o estudo da FAO "Agricultura até o ano 2000", cerca de 26% do incremento da produção agrícola necessária são atribuídos ao desenvolvimento de novas áreas de cultivo, cabendo, também, uma participação considerável ao controle eficaz da erosão dos solos; 14%

cabem às medidas para o incremento da intensidade de cultivo, destacando-se, em especial, a expansão da área irrigada e o aumento do número de colheitas por ano. A FAO estima em 60% o aumento de colheitas devido a uma maior utilização dos fatores de produção: sementes, fertilizantes e defensivos agrícolas. Segundo a FAO, as quebras mundiais de produção são hoje estimadas em aproximadamente 35%.

(Transparência nº 3) e estima em 4,5% ao ano a taxa de aumento de utilização de defensivos agrícolas até ao ano 2000. No Brasil, os prejuízos atribuídos ao ataque de pragas, doenças e ervas daninhas são como segue:

(Transparência nº 4)

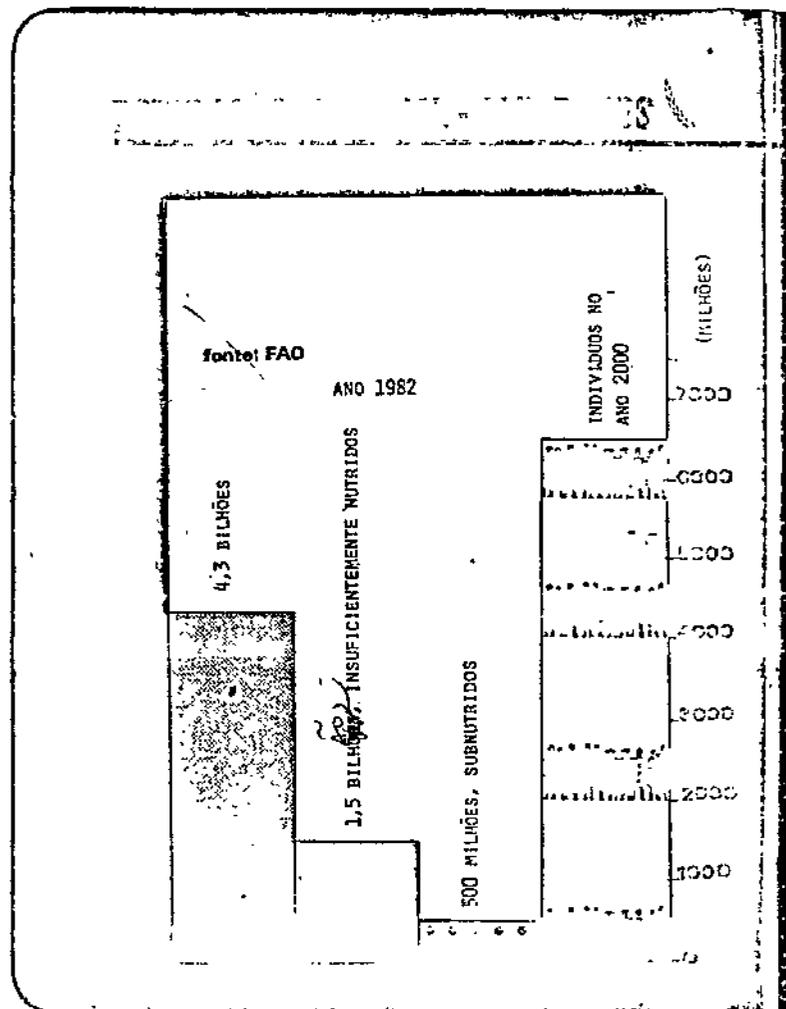
Se tomarmos em consideração a repartição mundial do consumo de defensivos agrícolas em 1984 e a projeção de consumo para 1990 por grupos de países, isto é, países industrializados, socialistas, em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

(Transparência nº 5) por um lado a produtividade obtida nesses países na cultura do milho.

(Transparência nº 6) ou em cereais como um todo.

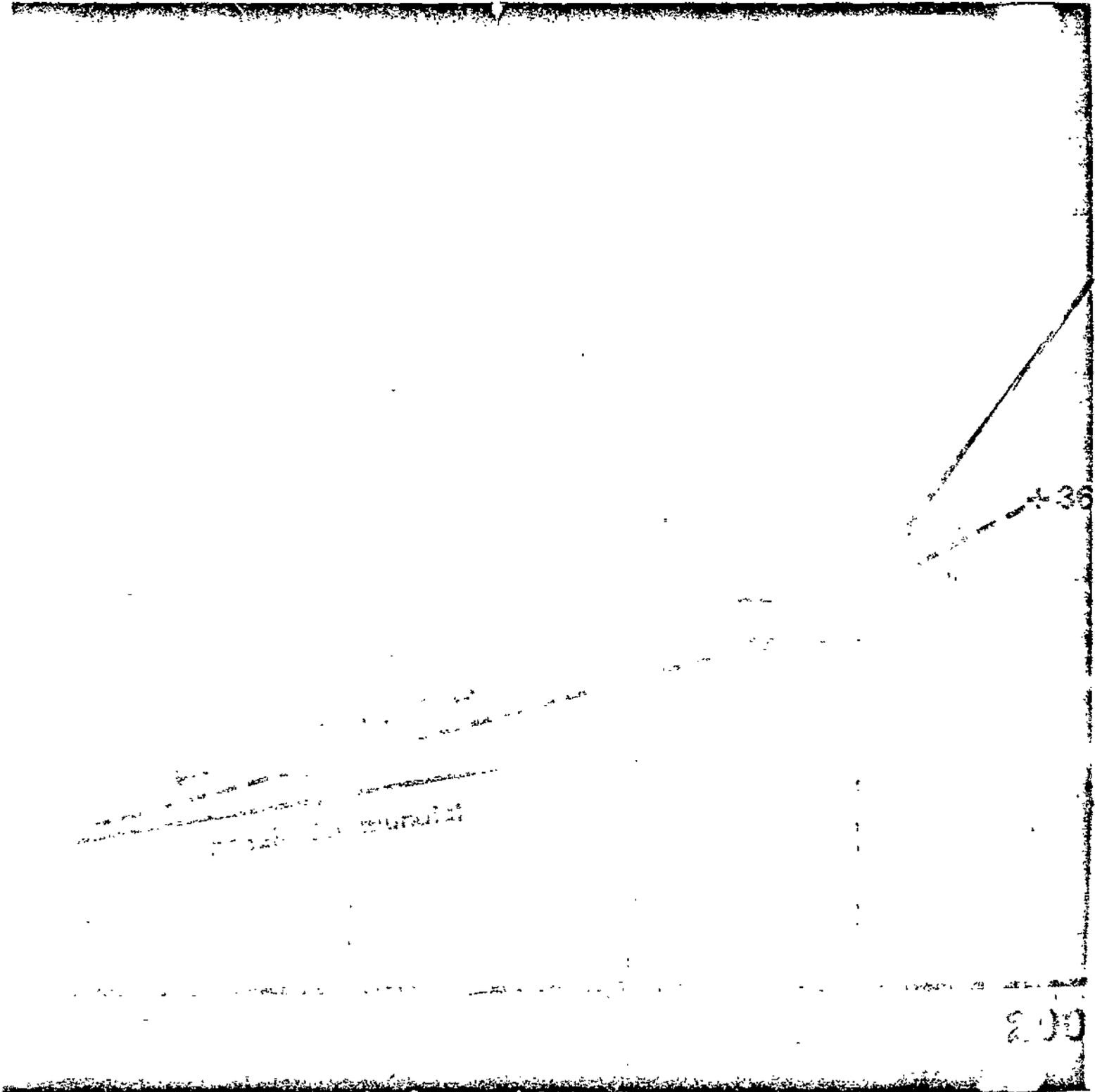
(Transparência nº 7), verificamos que os maiores índices de produtividade alcançados nos países industrializados correm em paralelo com a maior utilização de defensivos agrícolas. Igualmente podemos verificar que o aumento da produção mundial de cereais é acompanhado quase da mesma forma, pelo aumento das vendas mundiais de defensivos agrícolas.

Notas:

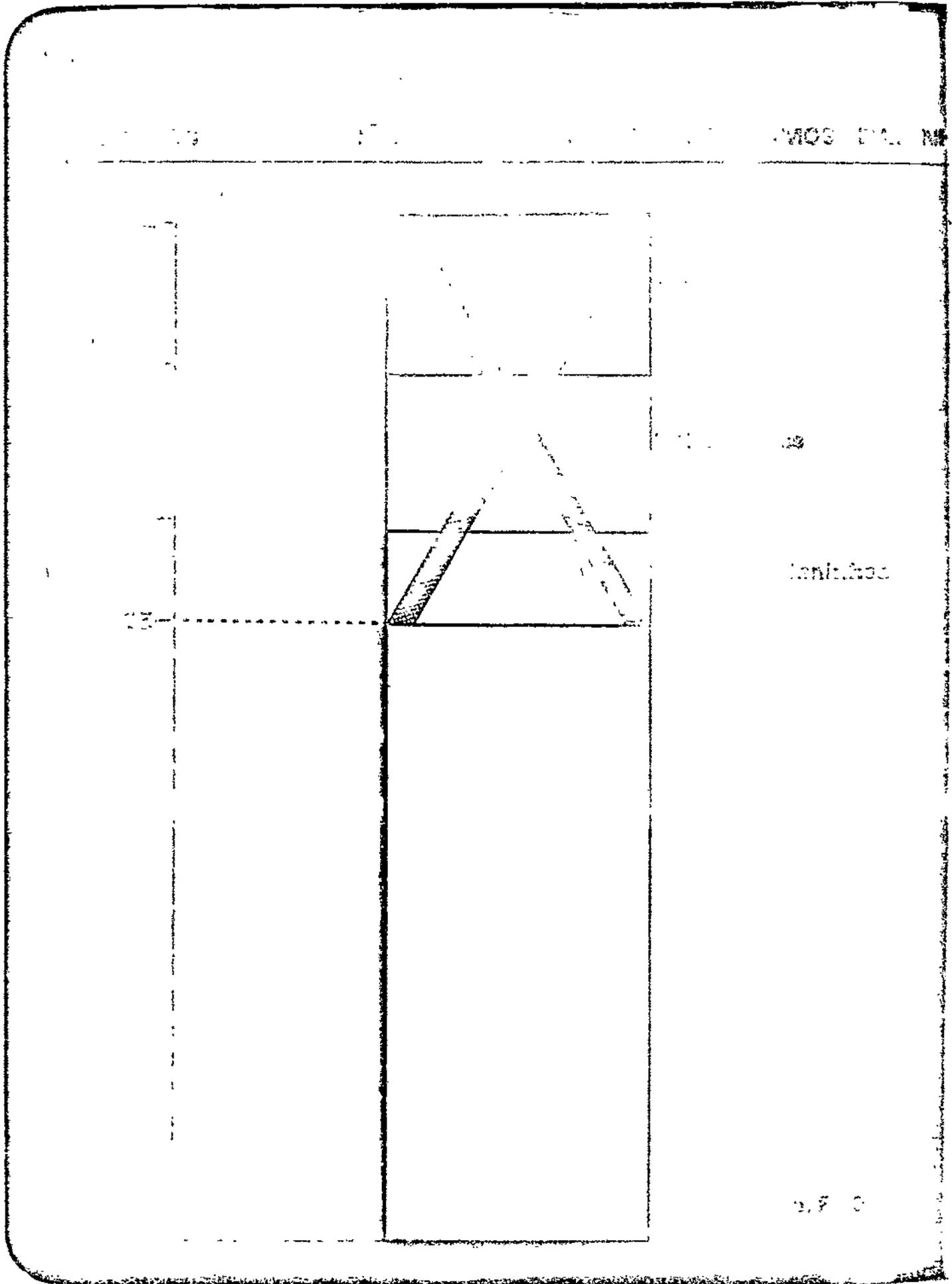


ANEXO

Produtos VI 11



Notas:



Notas:

PERDAS MÉDIAS NA PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS BRASILEIRAS

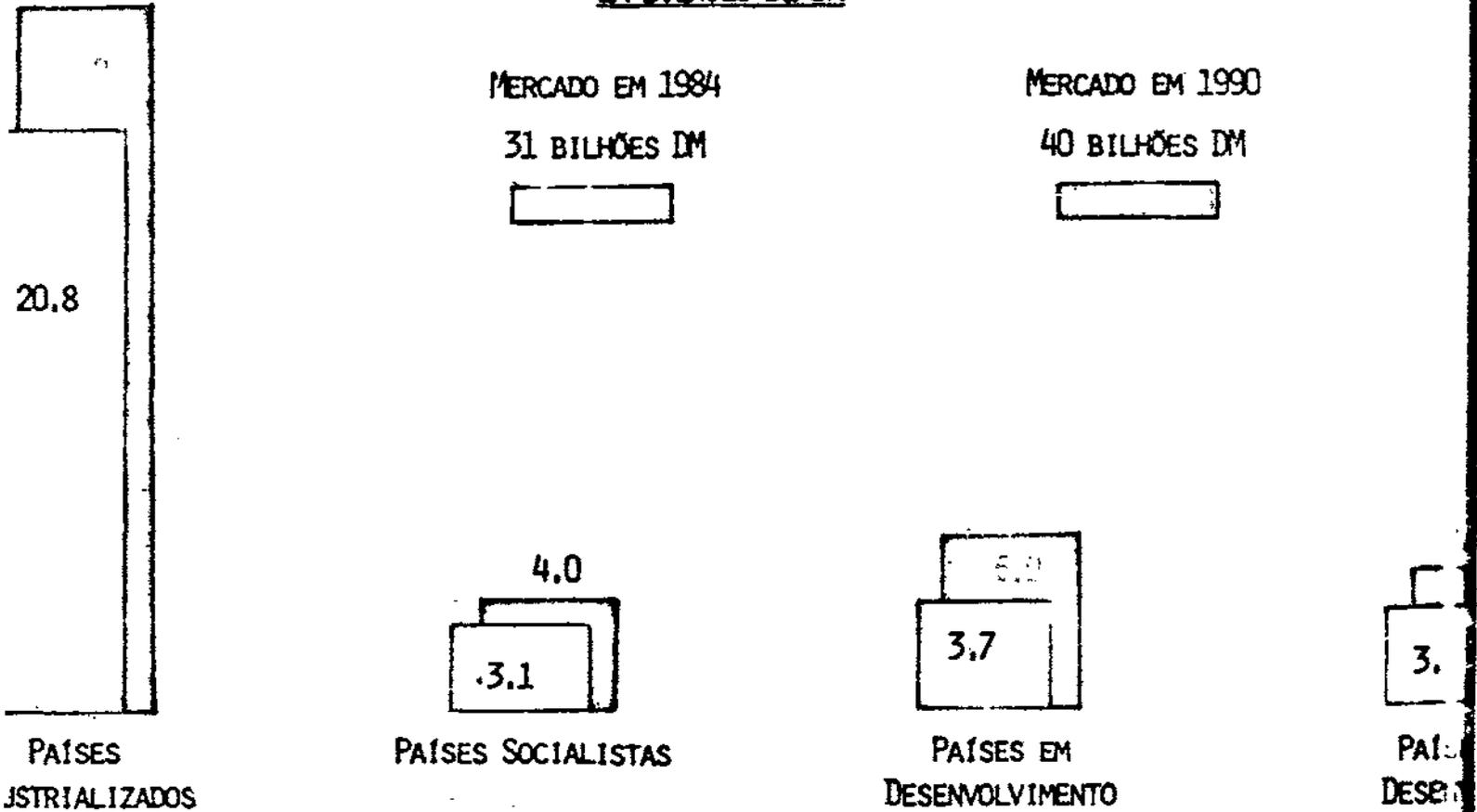
<u>CULTURA</u>	<u>PRAGAS¹(%)</u>	<u>DOENCAS³ (%)</u>	<u>PLANTAS INVASORAS²(%)</u>
ALGODÃO	37	12	71
ARROZ	55	35	70
CAFE	34	20	68
CANA	15	19	83
CITRUS	20	10	40
FEIJAO	33	40 ⁽⁵⁾	58
MILHO	23	10	48
SOJA	26	20	54
TRIGO	24	50	29
GRAOS ARMAZENA DOS ⁽⁴⁾ (PRAGAS GERAIS)	30		

- FONTES.
1. ENTOMOLOGIA ECONÔMICA - DEPARTAMENTO DE ENTOMOLOGIA ESALQ - USP, PIRACICABA 1981
 2. CONTROLE INTEGRADO DE PLANTAS DANINHAS - CREA - SÃO PAULO - 2ª EDICÃO, 1985
 3. MANUAL DE FITOPATOLOGIA - ESALQ - USP, PIRACICABA
 4. ROSSETO, C.J.(1966) --
 5. ISSA, E. ET AL. BIOLÓGICO, 48(12): 299-303, 1982.

CONSUMO MUNDIAL DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

1984 E 1990

EM BILHÕES DE DM



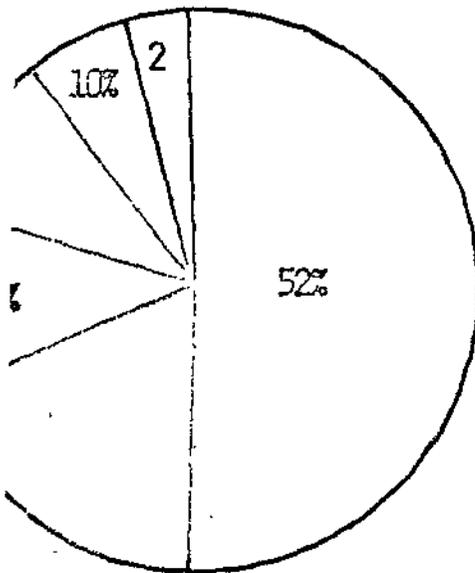
SA

MERCADO MUNDIAL DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

1983

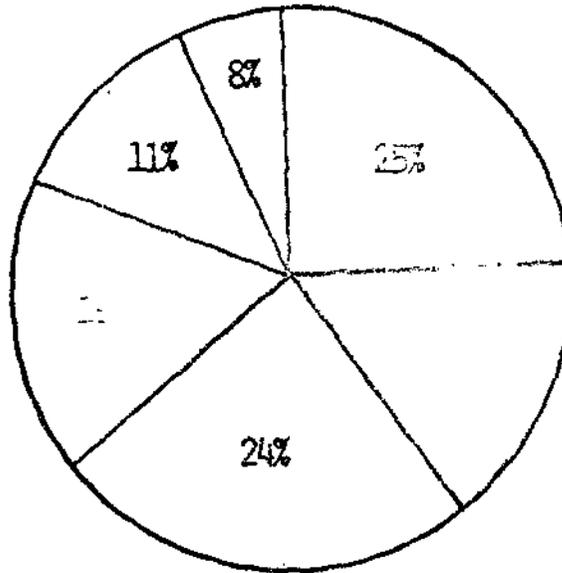
HERBICIDAS

-US\$ 4,95 BILHÕES



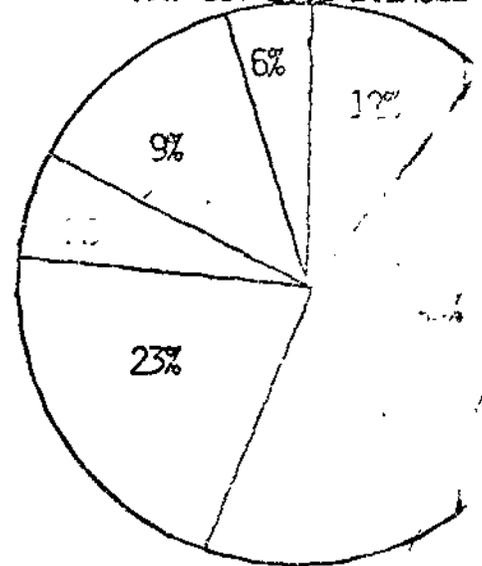
INSETICIDAS

MKT-US\$ 4,28 BILHÕES

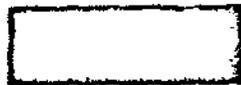


FUNGICIDAS

MKT-US\$ 2,82 BILHÕES



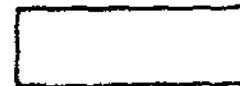
AMÉRICA DO NORTE



EUROPA OCIDENTAL



ÁSIA EXTREMO ORIENTE



AMÉRICA LATINA

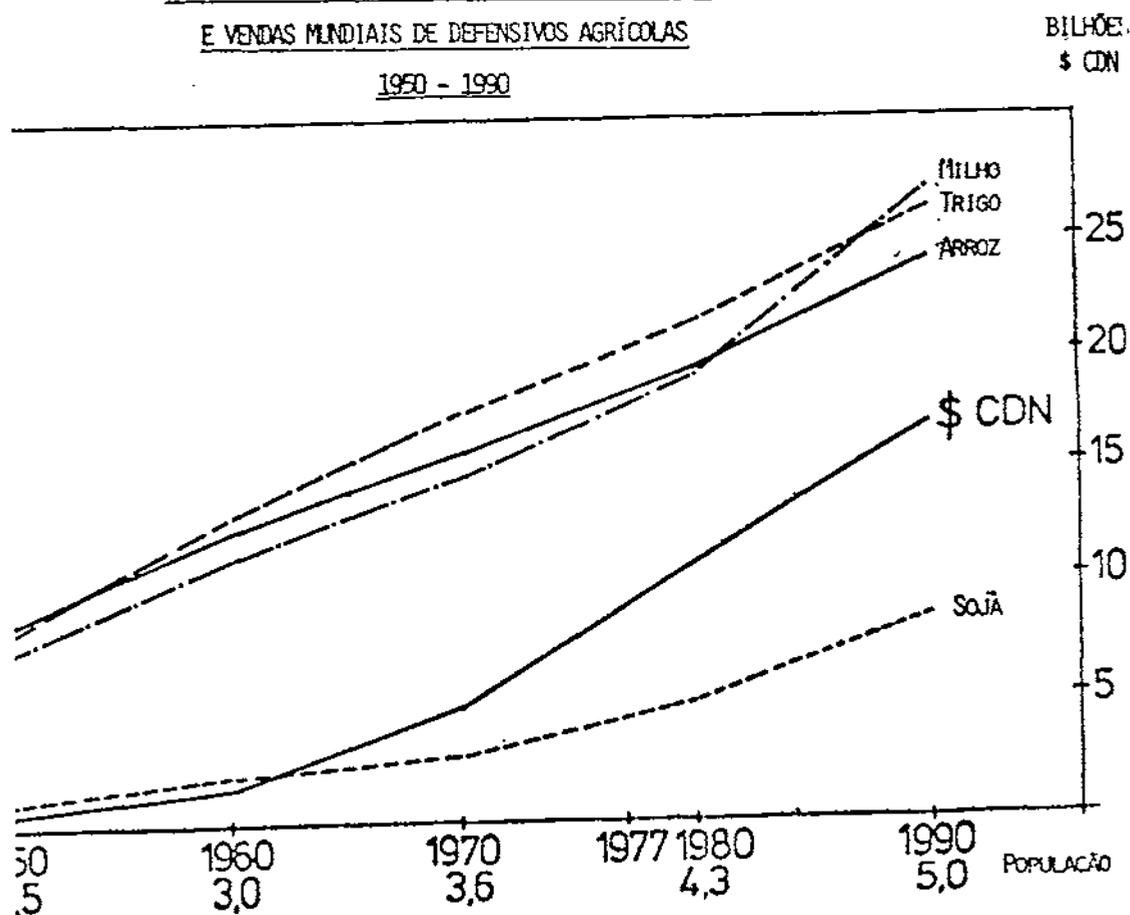
Há, portanto, uma correlação bem evidente entre produção mundial e expansão do uso de defensivos, aqui expressos em dólares canadenses. Se verifica que a curva é

mais acentuada a partir de 1970, dada a influência dos custos e da elevação do preço do petróleo.

PRODUÇÃO MUNDIAL DE MILHO, ARROZ, TRIGO E SOJA

E VENDAS MUNDIAIS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

1950 - 1990



Penso que a importância dos defensivos agrícolas para a agricultura ficou amplamente demonstrada. A preocupação da indústria é colocar no mercado defensivos agrícolas cada vez mais seguros para o homem e para o meio ambiente, inclusive produtos cada vez mais seletivos.

A seriedade e as preocupações tomadas pela indústria podem ser sumariamente apresentadas através do fluxograma do desenvolvimento de um defensivo agrícola, que em regra leva 10 anos a ser desenvolvido, a um custo oscilando entre 20 e 30 US\$ milhões, dependendo do tipo de produto.

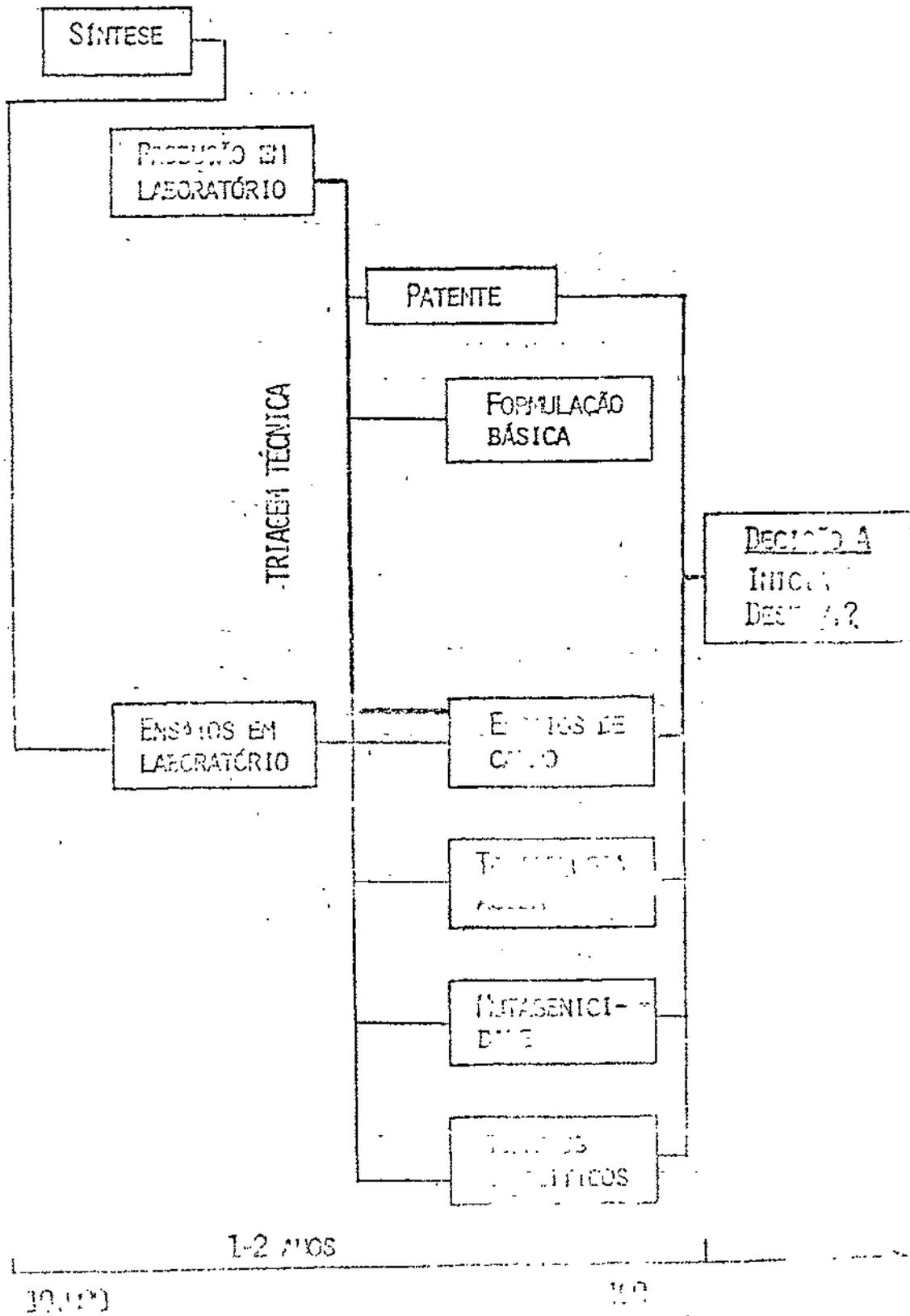
Aqui pretendo demonstrar que o processo de desenvolvimento de um defensivo leva cerca de 10 anos, atra-

vesa várias fases, desde as sínteses, aí com um número aproximadamente de 10 mil compostos, ensaios em laboratórios, obtenção de patentes, a formulação básica, ensaios de campo, toxicologia aguda, mutagenicidade e meio ambiente. Aí chegamos a uma fase em há que ter uma decisão se continuar com esse desenvolvimento ou se parar. No caso de continuar se verifica outra vez, e isto, a primeira fase, leva aproximadamente a três anos: se pensa em formar planta piloto, formulação, se fazem ensaios de campo, se utiliza uma toxicologia preliminar, se faz a teratogenicidade e a toxicidade para peixes, e análise de resíduos, metabolismo e comportamento do solo. Se o defensivo continuar a ultrapassar a essa fase, entramos então numa terceira fase, em que as formulações, são fei-

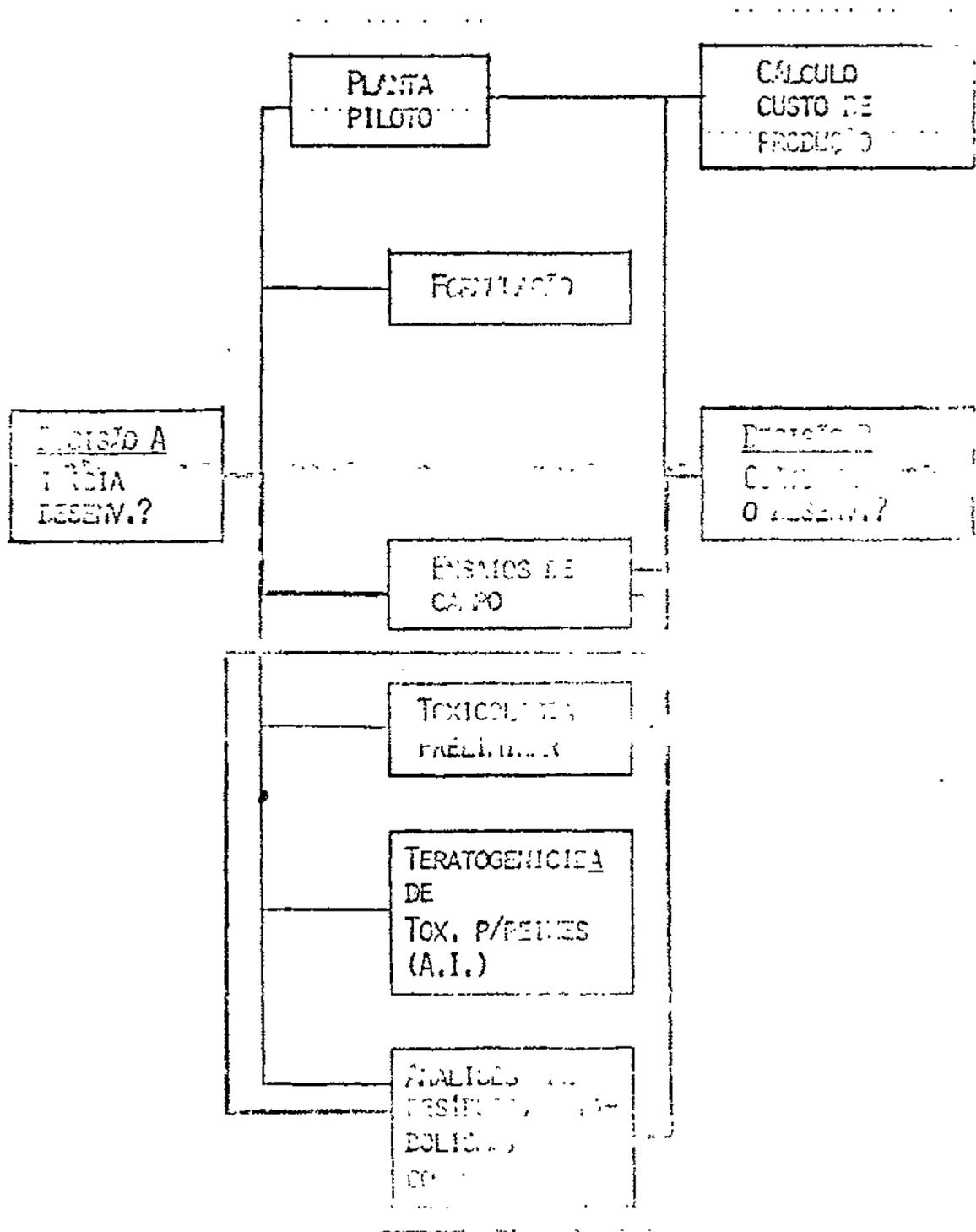
tas as formulações, se continuam os ensaios de campo, se faz o estudo da alimentação em noventa dias, a toxicidade aguda para peixes, produto formulado e produtos técnico, análise de resíduos, incluindo metabolitos e as situações de impacto sobre o meio ambiente, análise de custos e, então, é preciso que se faça também, a pesquisa de mercado e vem então a decisão de produção e a introdução no mercado.

Aqui, a última fase, chegando a um tempo de 10 anos. Há uma solicitação de registro, ensaios em grande escala, estudos de alimentação a longo prazo, estudos de resíduos e ambientais, análise de investimentos efetuados e, então, depois, a produção. Portanto, há todo um processo cuidadoso neste desenvolvimento.

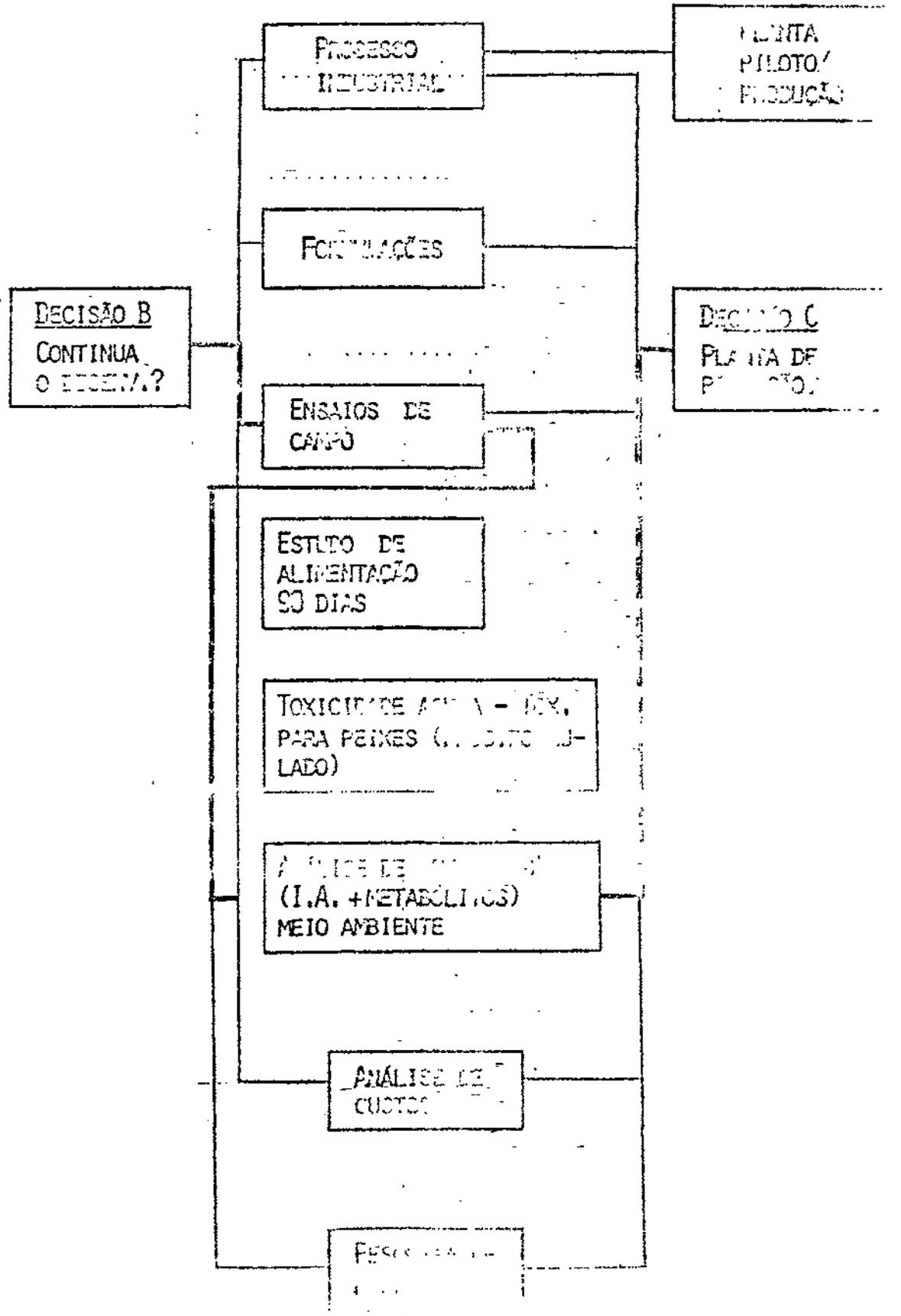
FLUXOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS MEDICAMENTOS (ECHSI)



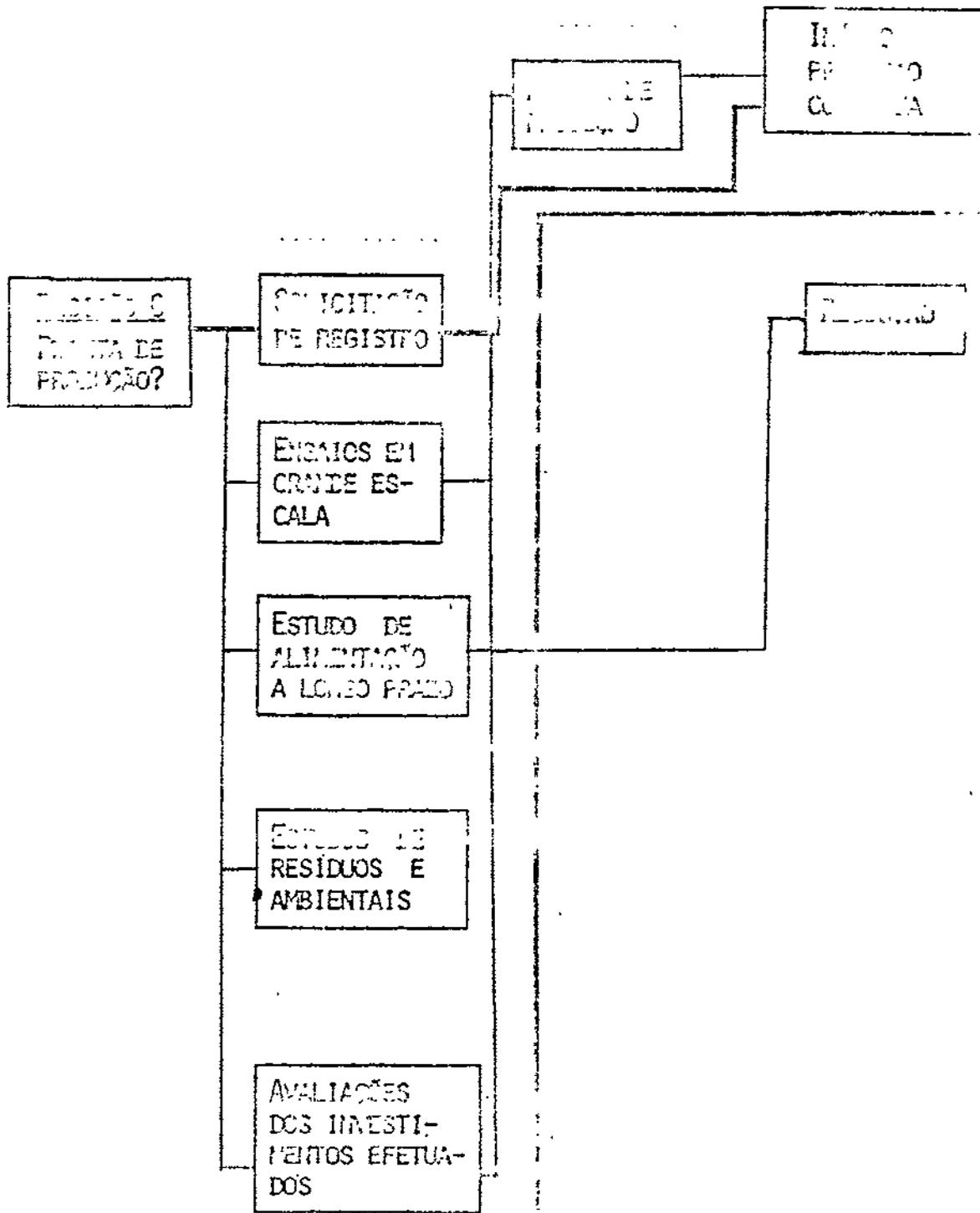
ELIMINAÇÃO DE FERTILIZANTES AGRÍCOLAS INEFICAZES



FLUXOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS AGROQUÍMICOS HOECHST



FLUXOGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DOS AGRICULTORES (PECUÁRIOS)



ALTERNATIVAS PARA SUBSTITUIR DEFENSIVOS

MÉTODOS de CULTIVO

MÉTODOS BIOLÓGICOS

MÉTODOS FÍSICOS

MÉTODOS GENÉTICOS - pragas

MÉTODOS GENÉTICOS - culturas

MANEJO INTEGRADO DE PRAGAS

A maioria das pessoas dedicadas à agricultura não tem, hoje, qualquer dúvida acerca da necessidade de produtos agroquímicos-sintéticos para fins fitossanitários. No entanto, certos grupos de lobby antindústria pretendem, habilmente, convencer a comunidade de que os agroquímicos são desnecessários, pois existem outras alternativas no combate às pragas, doenças e ervas daninhas.

Vejamos, concretamente, a situação. As alternativas para substituir agroquímicos podem ser classificadas como sendo, métodos de cultivo, que abrange diretamente adequação do solo, a rotação de culturas, a irrigação, etc. Todos esses cuidados podem apoiar as medidas fitossanitárias. Mas de modo algum são capazes de substituir os defensivos agrícolas.

Métodos biológicos, que se utilizam de vírus, bactérias, fungos e insetos para o controle das pragas. Até o momento, estes métodos têm apresentado êxitos somente em casos isolados. Apesar disso, temos consciência de que os métodos biológicos não poderão substituir os defensivos agrícolas sintéticos, senão em setores parciais da defesa vegetal. E isto, provavelmente, em futuro não muito próximo.

Os métodos físicos, tais como a coleta manual de pragas, são fatos do passado. Métodos mais modernos, como a utilização de forças eletromagnéticas para o controle de pragas e ervas daninhas, têm no momento apenas valor acadêmico por serem excessivamente sofisticados e exigirem um elevado gasto energético.

Os métodos genéticos visam a manipular o sistema de reprodução da população de pragas. Em casos isolados, foram alcançados êxitos, mas somente em áreas isoladas e de infestações limitadas, por exemplo, em ilhas.

Dentre os métodos até aqui referidos, unicamente aqueles de seleção de plantas proporcionam êxitos autênticos. Estes métodos objetivam tornar as plantas cultivadas tolerantes ou resistentes a um ataque de pragas. Mas, também aqui, existem limites, pois, por exemplo, as plantas resistentes a uma praga podem agir de modo particularmente sensível à infestação de uma outra praga ou doença. Frequentemente, os efeitos obtidos com as alternativas apresentadas são exagerados, algumas proporcionam êxitos parciais e devem ser consideradas utilizando-se, naquilo que modernamente se denomina de "manejo integrado de pragas", isto é, o uso de produtos agroquímicos seletivos, quando as pragas atingem níveis econômicos de dano, acoplados a outras medidas fitossanitárias, atrás expostas, reduzindo a pressão das pragas e o conseqüente menor uso de agroquímicos, através de um mais reduzido número de aplicações. Apesar de se tratar de prática moderna que vem sendo implantada no Brasil com ótimos resultados, especialmente nas culturas de soja e algodão, o lobby antiagroquímicos, atuando indiscriminadamente leva a situações como a que assistimos na recente proibição do inseticida Endosulfan, produto altamente recomendado para o manejo integrado de pragas. Se não, vejamos: o inseticida Endosulfan, que não tem qualquer proibição em qualquer país do mundo.

ENDOSULFAN

— Inseticida classificado tanto no M.A., como no M.S. como "éster cíclico do ácido sulfuroso de um diol cíclico". A mesma classificação possui no país de origem (Alemanha Ocidental), portanto, não pertence ao grupo dos chamados organo-clorados.

— Considerado pela Comissão de Defensivos Agrícolas, órgão vinculado ao M.A. como "não persistente" e "não poluente".

— Usado em pulverizações aéreas sobre mata natural para o combate à mosca do sono (ise-tse).

— Usado em todos os países do mundo.

Não tem qualquer proibição em qualquer país do mundo.

ENDOSULFAN

— Não acumula nos animais de sangue quente.

— Não acumula na cadeia alimentar (biomagnificação).

— Não é persistente no solo.

— Não é persistente na água.

— Não afeta microorganismos específicos (algas, bactérias, fungos).

— Não deixa resíduos indesejáveis nas plantas ou alimentos, na boa prática agrícola.

Portanto, seu comportamento ecotoxicológico é completamente diferente dos produtos organo-clorados.

O Endosulfan é o único inseticida altamente eficiente e econômico para o controle da broca do café. É altamente recomendado para o controle do bicudo do algodão, pois não afeta os insetos benéficos que atacam o bicudo. É recomendado, preferencialmente, ao combate às pragas da soja, recomendado pela EMBRAPA, Centro Nacional de Pesquisa do Soja, é recomendado pela Ceplac para o cacau, pois, inclusive, não mata o agente polinizador a vespa *forcipomae*.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — É um derivado do enxofre?

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Ele contém enxofre.

É um inseticida recomendado, também, para aplicação durante a floração da maçã porque, inclusive, não mata as abelhas. Portanto, é um inseticida altamente recomendado para o manejo integrado de pragas. Este produto foi incluído numa relação de produtos organo-clorados persistentes, proibido através de uma recente portaria do Sr. Ministro da Agricultura, Portaria nº 329,

sem que tanto quanto era do nosso conhecimento, tenha havido qualquer debate da comunidade científica e sem que a indústria tenha sido convidada a opinar, sem que a documentação existente tenha sido corretamente analisada.

E verificamos que o produto, por aquilo que foi referido, é de alta importância para a agricultura brasileira.

Apresentamos um exemplo de que a problemática dos defensivos agrícolas deve ser tratada com isenção e cuidado, para que não se causem prejuízos aos diversos setores que compõem a sociedade. Outro exemplo se constitui na forma, por vezes distorcida e truncada como são apresentados os dados e a situação de contaminação de alimentos, causando pânico à população e prejuízos aos agricultores e à própria indústria. Vejamos a situação real de contaminação de alimentos, através do monitoramento de resíduos de defensivos agrícolas, realizados por instituições oficiais.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Que instituições oficiais?

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — No caso, o Instituto Biológico de São Paulo, que faz análises através de amostras de matérias na CEAGESP.

RESÍDUOS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS EM MONITORAMENTO DE FRUTAS E HORTALIÇAS COMERCIALIZADOS NA CEAGESP - INSTITUTO BIOLÓGICO - SP.

PERÍODO OUTUBRO 78 A JUNHO DE 85

	HORTALIÇAS	FRUTAS
Nº DE AMOSTRAS	833	791
RESÍDUOS ACIMA DO LIMITE MÁXIMO PERMITIDO	8 (0,96%)	9 (1,1%)
RESÍDUOS ABAIXO DO LIMITE MÁXIMO PERMITIDO	45 (5,4%)	135 (17,1%)
RESÍDUOS DE INSETICIDAS NÃO PERMITIDOS	45 (5,4%)	52 (6,6%)
TOTAL DE AMOSTRAS COM RESÍDUOS	98 (11,8%)	216 (27,3%)
TOTAL DE AMOSTRAS SEM RESÍDUO	735 (88,2%)	575 (72,7%)

- PROJETO DE MONITORAMENTO DE RESÍDUOS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS NO RIO GRANDE DO SUL -

CULTURAS	SAFRA	Nº DE ANÁLISES REALIZADAS	COM RESÍDUO ACIMA DA TOLERÂNCIA (%)	COM RESÍDUO ABAIXO DA TOLERÂNCIA (%)	TOTAL COM RESÍDUO
FRUTAS E HORTALIÇAS	82/85	15.438	0,03% (6)	0,13% (20)	26
TRIGO	84	433	0,46% (2)	0,0 %	2
* GRÃOS IMPORTADOS	84	8.805	0,37% (33)	0,15 % (14)	47
PÊSSEGO INDÚSTRIA DEZ, 84/JAN, 85	85	3.934	0,0%	0,42 % (17)	17

FONTE, CIENTEC - FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - R.S.

GRÃOS IMPORTADOS - ATRAVÉS DO R.S. (AGOSTO 82/JUNHO 85) - ALPISTE, ARROZ, AVEIA, AZEVÉM, CEVADA, ERVILHA, FEIJÃO BRANCO, LENTILHA, SOJA, TRIGO.

Verifica-se, portanto, que a contaminação de alimentos se encontra em níveis bastante razoáveis e inclusive vem melhorando ao longo do tempo, sendo que a conscientização do agricultor, através do uso adequado dos defensivos, esforço fundamental que deve ser implementado pelo Governo e por todas as entidades envolvidas no problema, ainda irá melhorar a situação, que repito, está longe de ser preocupante. Vale ressaltar que a própria natureza sempre contém quantidades por vezes apreciáveis de substâncias venenosas e até de potencial cancerígeno, como é por exemplo o caso do alcalóide solanina, presente naturalmente em batatas e tomates, cujo conteúdo inclusive aumenta quando se verificam ataques de fungos como *Phytophthora Infestans*, se a cultura não é tratada ou como o hidrogênio cianídrico, o veneno da Câmara de Gás, que ocorre normalmente em ervilhas, amêndoas, broto de bambu, sorgo jovem e outras culturas, ou ainda triglucosídeo que ocorre normalmente em repolho, mostarda, rabanete e couve-flor. Como dizia Paracelsus, o famoso médico de 400 anos atrás "Tudo é veneno, nada é sem veneno. Somente a quantidade faz com que as coisas não sejam veneno".

Tem surgido muitas críticas à legislação brasileira sobre defensivos agrícolas, fazendo crer que o nível de exigências e cuidados é muito baixo e que portanto a população não está devidamente protegida por uma legislação adequada. Embora não discorde que a legislação deve ser melhorada e que existem pontos que devem ser atualizados, a situação real é algo diferente do propagado. Vejamos qual é o processo de registro de um defensivo agrícola no Brasil, no Ministério da Agricultura.

É necessário um relatório técnico, com dados oficiais de eficácia biológica, classificação toxicológica feita pelo Ministério da Saúde, tolerâncias também estabelecidas pelo Ministério da Saúde, análises físico-químicas oficiais e registro do produto.

Podemos comentar que falta normatização para os ensaios biológicos, e a não aceitação dos dados da pesquisa privada poderia também, eventualmente, ser levada em consideração. E, evidentemente, há uma necessidade de maior contingente de pessoal habilitado e qualificado para avaliação desses processos de registro.

Existe a fiscalização de defensivos agrícolas, que é de competência do Ministério da Agricultura, mas que pode delegar, por convênio, aos Estados, de fiscalizar o comércio, rótulos e análise de qualidade físico-química.

Nosso comentário é que deveria haver a necessidade de ampliação da rede fiscal nos Estados. Falta de fiscalização do uso de defensivos agrícolas, associado a uma maior necessidade de assistência técnica. Precisa haver um aprimoramento do uso de receituários agrônomicos, o qual deve estar vinculado a assistência técnica direta ao pequeno e médio agricultor, e as multas, evidentemente, hoje, são irrisórias.

No Ministério da Saúde existe, contudo, uma série de documentação de ordem toxicológica que tem que ser entregue, que são: DL 50 algodoral, paratérmico e dérmica para o princípio ativo de formulação; irritação de olhos e pele; sensibilização dérmica; estudos de alimentação a curto prazo, 90 dias, em ratos, cães e camundongos; estudos de alimentação a longo prazo, 2 anos, ou seja, meia-vida do animal-teste; mutagenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e processo reprodutivo; toxicidade para peixes, aves, organismos aquáticos e insetos úteis; estudo sobre o metabolismo; estudos toxicológicos sobre os metabolitos e impurezas; persistência e degradação no ambiente; acumulação na cadeia alimentar e estudos de resíduos feitos no Brasil.

Tudo isso é necessário apresentar para obtenção de um registro, através da obtenção de uma classificação técnica toxicológica, que determina o risco imediato para aplicação, medidas de proteção ao meio ambiente, medidas de precaução e tratamentos médicos.

E se faz também a avaliação toxicológica, que determina a ingestão diária aceitável e a tolerância ou seja, o limite máximo de resíduo permitido no alimento.

Se verifica que o nível de eficiência é muito semelhante aos que se verificam em países muito rígidos no trato desta matéria, como os Estados Unidos, Japão e Alemanha.

Gostaria antes de terminar, de fazer ainda alguns comentários.

Os dados exigidos pelo Ministério da Saúde são idênticos aqueles solicitados em outros países como disse. Há

necessidade de um maior contingente de pessoal habilitado para fazer o estudo e avaliação dos processos. O tempo para obtenção do registro de um produto demora em média 2 anos, a partir da entrada do processo. Todos os riscos à saúde e ao meio ambiente são avaliados e são sugeridas normas de precaução.

Considerações Finais

1. Embora o custo e o tempo envolvidos no desenvolvimento de um defensivo agrícola sejam muito elevados, a Indústria tem por objetivo colocar produto cada vez mais seguro para o homem e o meio ambiente.

2. É dever de todo cidadão ao tratar dos defensivos agrícolas, atuar com a responsabilidade e idoneidade que o assunto merece, sem procurar alarmar com falsas conotações ou polêmicas.

3. Há necessidade de tratar o assunto defensivos agrícolas como uma disciplina básica no currículo das escolas de agronomia, a fim de formar profissionais conscientes e qualificados.

4. Participação mais ativa dos Estados na fiscalização da comercialização e principalmente do uso dos defensivos agrícolas.

5. Receita agrônômica vinculada à assistência técnica ao pequeno e médio agricultor, a fim de propiciar uma melhor adequação no uso dos insumos agrícolas.

6. Intensificar o estabelecimento de laboratórios qualificados em equipamentos e elementos humanos nos Estados, para efetuar monitoramentos de resíduos nos alimentos, água e solo.

7. Campanha nacional de educação e conscientização de uso adequado de defensivos agrícolas envolvendo todos os segmentos da sociedade agrícola.

Srs. Senadores e Srs. Deputados, permitam-se expressar o meu apreço e admiração, pela atitude, extremamente construtiva adotada por esta Comissão; efetivamente, só com um debate amplo, franco, com base técnica e abrangendo todos os segmentos que estão envolvidos na problemática dos defensivos agrícolas é que se poderão colher subsídios para um correto enfoque do defensivo agrícola e de sua extrema importância para a agricultura, evitando-se, deste modo, enormes prejuízos que podem advir de apenas se darem ouvidos a atitudes demagógicas, não equilibradas, algumas vezes ao serviço de objetivos mais amplos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Eu pediria ao expositor, antes de passar a palavra ao Relator, que pudesse responder algumas perguntas organizadas pela Assessoria Técnica que estão em meu poder. Vou passar às suas mãos.

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — A pergunta é:

Qual a sua sugestão para a elaboração de uma lei federal disciplinando a produção e a utilização de defensivos agrícolas? Qual seria o papel da legislação estadual?

A sugestão está, no fundo, contida exatamente nas minhas últimas palavras. Que se faça um amplo debate dos segmentos envolvidos, que a indústria seja corretamente escutada e que os debates se procedam numa base segura, técnica, não imbuídos pura e simplesmente de atitudes demagógicas. Em relação às legislações estaduais, nós entendemos que há cada vez mais necessidade, e isso foi dito, também, na minha apresentação, de que deve haver, cada vez mais, um controle do uso dos defensivos agrícolas pelo agricultor.

A segunda pergunta:

As informações concernentes à previsão e avaliação dos riscos, antes do registro de cada produto, são provenientes de pesquisas efetuadas pelas indústrias no País, ou no exterior? Quanto é despendido em pesquisa pela HOECHST no Brasil?

Normalmente, os estudos toxicológicos são feitos no exterior, porque, como acabei de demonstrar, são estudos extremamente caros, e são feitos em animais e depois então extrapolados para o homem. E, evidentemente, nesse caso, não existe qualquer diferença de comportamento toxicológico, se trata do americano do alemão ou do brasileiro. No Brasil a HOECHST mantém uma estação experimental em Cosmópolis perto de Paulínea. Os nossos gastos com pesquisa no Brasil andam aproximadamente, em 5%. Na Alemanha, o país sede da empresa, o gasto em pesquisa significa 14% sobre a venda de defensivos agrícolas.

O SR. — E em termos absolutos, quanto representa isso no Brasil?

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — São dois milhões e meio de dólares.

O SR. — De pesquisa no Brasil?

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Em pesquisa no Brasil. Cerca de dois milhões, dois milhões e meio de dólares.

O SR. — Por ano?

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Por ano.

O SR. — Obrigado.

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Qual é a dependência da indústria brasileira de defensivos agrícolas; no que se refere à importação de matéria-prima e de tecnologia?

IIº PND, contemplou um programa de desenvolvimento de defensivos agrícolas no País, que foi bastante implementado, e hoje em dia nós temos uma quantidade muito grande de produtos já sintetizados e produzidos no País. A tecnologia, evidentemente, ela vem, também, com o aspecto da produção local, e nós temos que encara tecnologia, na minha opinião, de uma forma ampla, não é só a tecnologia de produção, mas, também, a tecnologia de aplicação, e todos os cuidados que são envolvidos no uso de um defensivo agrícola.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Antes de dar a palavra ao Relator, o Deputado José Frejat tem comparecer a outra Comissão. Assim concedo a palavra a S. Exª

O SR. JOSÉ FREJAT — Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Engenheiro Mário Carincotti, antes de colocar uma questão para ver se há uma resposta. É que o consumo de fertilizantes inorgânicos aumentou no Brasil de 1964 a 1969, de 1.243,2%. O consumo de inseticidas aumentou nesse mesmo período 233,3%, de fungicidas 584,5%; e de herbicidas 5.414,2%; e a utilização de tratores agrícolas aumentou 389,1%. Apesar disso, a produtividade das quinze principais culturas brasileiras não passou de 4,9%.

Por outro lado, a CACEX informa que em 1980 o Brasil importou agrotóxicos fertilizantes, gastando um bilhão e quatrocentos milhões de dólares, e produziu aqui apenas 50% restantes, produziu a metade, os restantes, a partir da matéria-prima também importada. Gastou um bilhão e seiscentos milhões com importação de insumo de combustíveis para a agricultura. Este valor foi correspondente a 50% da dívida externa no primeiro trimestre de 1983. Mesmo assim, em 1981, importou um bilhão e quinhentos milhões de dólares de alimentos básicos — trigo, milho, arroz, feijão e outros. Quer dizer, gastamos três bilhões e cem milhões numa agricultura incapaz de atender às necessidades alimentares básicas, apesar de todos os inseticidas e fertilizantes inorgânicos usados pela nossa agricultura. O que comprova que parece que não está funcionando correspondentemente o uso desses fertilizantes, pesticidas e inseticidas, não está levando a agricultura a aumentar a sua produção.

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Sr. Deputado, eu preferia me centralizar no campo de defensivos agrícolas, que é o tema dessa reunião. O consumo de defensivos agrícolas no Brasil é apenas cerca de cinco por cento no consumo mundial. E durante a minha apresentação, eu tive a possibilidade de apresentar que existe realmente uma correlação entre produção e produtividade e utilização de defensivos numa escala mundial. Nós temos uma agricultura, aqui no Brasil, que não utiliza ainda muitos insumos, especialmente de defensivos agrícolas. No caso de herbicidas o aumento que o Sr. Deputado se referiu é muito maior, mas aí temos que tomar em consideração a evolução da própria sociedade brasileira como um todo, com um exodo muito grande para as grandes concentrações urbanas e, portanto, com problemas, inclusive, em algumas regiões, de mão-de-obra, e não só de mão-de-obra, um problema, inclusive, de economia, porque a atividade agrícola tem que ser encarada sob um ponto de vista de uma atividade econômica. De modo que, efetivamente, o progresso leva à utilização, cada vez mais, de herbicidas. O caso de inseticidas e fungicidas, evidentemente será decorrente da pressão das pragas que

flutua de ano para ano, com as condições climáticas, principalmente

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao ilustre Relator Deputado Oswaldo Lima Filho

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Professor Mário Carincotti, para que de início fique estabelecida a minha posição em torno do assunto, quero salientar, inicialmente, o Projeto nº 4.305, de minha autoria, em que pretendo a proibição da fabricação, armazenamento, comercialização e aplicação de agrotóxicos contendo substâncias organo-cloradas e mercuriais, na sua justificação, depois de salientar todos os riscos de poluição do meio ambiente, de intoxicações verificadas no País, inclusive mortes, eu saliento:

“Por outro lado, não podemos ignorar os interesses dos produtores agrícolas e a necessidade da produção de alimentos, quando é sabido que 25% das colheitas na América Latina são destruídas por insetos e fungos, enquanto morrem milhões de fome no mundo”.

Todavia, na exposição de V. Sª há pontos que eu pretendia ver esclarecidos. V. Sª fala, também, em nome da ANDEF?

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Sou o Vice-Presidente da ANDEF.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Eu indagaria se a ANDEF tem anotado o número de intoxicações, sobretudo no meio rural, verificado nos últimos anos, e que vem crescendo no País.

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Existem dados, e eu creio que, até, talvez, durante a apresentação de hoje esses dados serão enfocados pela indústria.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Sr. Presidente, eu creio que o professor Mário Carincotti poderia responder às indagações sentado; talvez, fosse mais cômodo para S. Sa.

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Muito obrigado. V. Exª é muito gentil, mas eu passo a minha vida inteira quase sentado, é uma boa oportunidade estar de pé.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — V. Sa. respondeu o que...

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Durante a apresentação dos meus colegas, que vão se pronunciar, existirão dados sobre intoxicações.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Se este, em especial, produz no Brasil algum produto que seja proibido no seu país de origem, digamos, na Alemanha.

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — A HOECHST não tem no mercado brasileiro, ou em qualquer país do mundo, qualquer produto que tenha sofrido uma proibição? O que nós temos é uma situação exatamente ao contrário. Nós temos proibido, desde o dia 2 de setembro, um produto aqui no Brasil que não é proibido em nenhuma parte do mundo, inclusive, evidentemente, no país de origem.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Se já, aí no caso, a ANDEF tem notícia de outros produtores de defensivo no Brasil que produzem produtos defensivos proibidos nos seus países de origem.

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Não, existem algumas exceções decorrentes da necessidade da utilidade da utilização desses produtos. Isso, até há pouco tempo, devidamente autorizado pelo Ministério da Agricultura.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — O Sr. poderia referir quais são estes produtos?

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Alguns usam por exemplo de aldrin que, para o combate a pragas do solo, em especial de saúvas, especialmente da cultura de cana-de-açúcar, para qual até agora não se tem alternativas eficientes.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Quanto à participação do Brasil, V. Sa. já informou que a participação de defensivos é de 5% do consumo mundial, não é?

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Exatamente.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — A ANDEF tem, e, sobretudo a HOECHST, estudos sobre todos esses produtos que fabrica e distribui sob o aspecto teratogênico desse projeto?

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Não é possível o registro de obtenção da respectiva licença de comercialização no Brasil, sem apresentar esses dados de teratogenicidade. Isto é resultado de uma portaria, do Ministério da Saúde, de 1980, que foi referida em minha apresentação.

O SR. RELATOR (OSWALDO LIMA FILHO) — V. Sa. se referiu também a um lobby antiindústria química. O lobby importaria o contrato de pessoal qualificado? V. Sa. pode identificar que empresas, ou firmas, ou entidades, que teriam interesse nessa luta contra a indústria química?

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Talvez a palavra lobby estivesse sido usada de uma forma mais abrangente. Não me referia especialmente às firmas especializadas nesse tipo de pressão atuando sob contrato, mas, sim, me referia a movimentos, às vezes tido como ecológicos, que especialmente se utilizam dos meios de comunicação de uma forma bastante agressiva, e, como eu disse na minha exposição, muitas vezes não dizendo toda a verdade, só a verdade e nada mais que a verdade.

O SR. RELATOR (OSWALDO LIMA FILHO) — V. Sa. traçou, inclusive, com uma exposição admirável de dados um progresso muito animador pelo uso de defensivos na agricultura. Como V. Sa. explica que grande parte das nações africanas estejam sendo submetidas a uma fome catastrófica, como é o caso da Etiópia, e de todos os países, circunvizinhos?

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Os defensivos não criam produção agrícola, eles evitam perda de produção. Para nós termos uma produção agrícola adequada à alimentação correta das populações, temos uma série tremenda de fatores envolvidos, desde fatores econômicos, fatores sociais e, evidentemente, utilização do trabalho e de insumos. A citação da África, e eu posso até falar um pouquinho sobre isso porque também já vivi algum tempo na África, de uma plena falta de estrutura em todos esses setores que atrás referimos, sociais, educacionais, econômicos e, portanto, com raras exceções, como é o caso de alguns países do nível tecnológico um pouco mais alto, a deficiência de alimentos é tremenda. Basta dizer que, por exemplo, em países em que eu vivi é muito comum que seja a mulher a produzir, a fazer a agricultura em áreas menores de que meio hectare, sem a disponibilidade de utilização de insumos.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Eu acrescentaria, só de passagem, a resposta de V. Exª, que parece válida, no aspecto da exploração colonial que depreendeu a África durante séculos e deixou-a sem tecnologia, sem educação, e que hoje amontoa montanhas de alimentos na Europa. V. Sa. apresenta uns dados, até animadores, do Instituto Biológico de São Paulo, quanto à contaminação de alimentos. No entanto, esta Comissão tem dados, trazidos aqui pelo professor Adilson Paiva, pelos quais outros institutos do País não apresentam um quadro tão tranquilizador. Por exemplo, o professor Adilson Pascual Dias, de São Paulo, da Escola Luiz de Queiros. E por esses dados, por exemplo, fica verificado que no exame de hortigrangeiros, como alface, batata, cenoura, pepino, tomate, vagem, provenientes de Curitiba, Ponta Grossa, Cascavel, Toledo, Maringá, Londrina, foram encontrados resíduos de BHC em todas as amostras, resíduos de Aldrin, em 58% das amostras, e por aí. Resíduos de Endosulfan, que V. Sa. acabou de citar, em 23% das amostras. Da água coletada no 9º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária de rios do Paraná, a água tratada proveniente de seis municípios do Estado foram detectados cloratos, inclusive fosforato, como Malatton e Parathion.

(*Leitura de documento não entregue à Taquigrafia.*)

Há, portanto, uma contradição muito grande entre os dados trazidos do Instituto Biológico de São Paulo e estes que nos foram trazidos pelo professor Adilson Paiva.

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Eu apresentei dados não só do Instituto Biológico de São Paulo, mas

também da Fundação SINTEC, do Rio Grande do Sul. Quando se fala em contaminação de alimentos e porcentagens de contaminação, é extremamente importante se fazer um desdobramento, tal como foi apresentado, de se essa contaminação está acima das tolerâncias estabelecidas ou se está abaixo das tolerâncias estabelecidas. Essas tolerâncias foram estabelecidas pelo Ministério da Saúde, com graus de segurança extremamente elevados. Com relação ao Endosulfan, produto da minha companhia, com relação ao caso do Paraná, todas as amostras obtidas resíduos mencionados e tinham resíduos abaixo das tolerâncias. O aparecimento de resíduos de BHC e de Aldrin, evidentemente, só podem ser atribuídos ao mau uso do defensivo. E eu também não oculte durante a minha apresentação que há necessidade de todos os setores envolvidos fazerem um trabalho de conscientização com o agricultor, para que o defensivo seja cada vez melhor utilizado. Mas, falar apenas de contaminação não é correto, no meu ponto de vista. Tem que se referir se estão acima ou abaixo das tolerâncias, e para isso é que as tolerâncias foram estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Para lhe dar um exemplo ainda mais em relação ao Endosulfan, por exemplo, os Estados Unidos permitem resíduos de Endosulfan em carne, leite e ovos. Evidentemente, estabelece tolerâncias para esses produtos.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Não é verdade que qualquer que sejam os índices apresentados nesses resíduos, no caso, por exemplo, dos organoclorados, eles não são degradados e permanecem no organismo?

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Existem alguns organoclorados que persistem no organismo. No caso, por exemplo, do DDT, eles vão se acumulando até um determinado nível, mas se verifica que, depois, não existe a continuidade da acumulação. Ele pára em um determinado nível.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Em que período de tempo?

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Não lhe posso dizer no momento com precisão, mas creio que por volta de 2 anos.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Mas se o paciente continua a se intoxicar, essa situação permanece. Indagaria de V. Sª se a HOECHST produz herbicidas.

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Sim, ela produz herbicidas.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Entre esses herbicidas há produtos organoclorados?

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Não.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — A ANDEF se opôs à legislação estadual, que era mais severa, sobre agrotóxicos. V. Sª poderia explicar o motivo dessa oposição, que, inclusive, levou a ANDEF aos tribunais?

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Existem vários motivos: a exigência de dados toxicológicos pelos Estados em repetição aos dados já exigidos pelo Governo Federal não levaria nenhuma vantagem porque, como eu referi, o cidadão gaúcho tem os mesmos problemas, do ponto de vista toxicológico, do que paulista ou o cearense.

A situação serem as indústrias obrigadas a terem rótulos diferentes, de Estado para Estado, iria afetar extremamente o fluxo e a comercialização das mercadorias. O cumprir com as exigências das leis estaduais, automaticamente, obrigava a descumprir a lei federal, e a indústria não teria como cumprir as duas ao mesmo tempo.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — V. Sª já adiantou uma informação muito útil, de que a HOECHST aplicaria 2 milhões e 500 mil dólares por ano em pesquisas no Brasil.

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Se considerado, todos os tipos de atividades, de desenvolvimento, de aplicações.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Indagaria, todavia, se entre estas pesquisas há alguma no sentido do controle biológico das pragas, ou controle genético, inclusive.

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — A HOECHST mantém, no caso específico, mais na Alemanha, muitos esforços em controle biológico usando vírus, por exemplo. No entanto, até agora, com pouco sucesso. O que a HOECHST tem colaborado ativamente com todas as suas possibilidades é, como eu me referi o manejo integrado de pragas, isto é aplicação do defensivo quando são atingidos níveis econômicos de dano, coordenadas com outras práticas, inclusive, biológicas. Isto é, aplicação de defensivos seletivos que não afetem os inimigos naturais das pragas. Isto, até certo ponto, é uma integração, por isso disse a expressão "manejo integrado de pragas", entre defensivos agrícolas e outros métodos biológicos.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Pelo que entendi, no Brasil não há, da parte da HOECHST, pesquisa de controle biológico.

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Apenas controle integrado de pragas, isto é, uma simbiose entre produtos químicos e biológicos.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Estou satisfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao Senador Roberto Wypych.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Sr. Depoente, tenho em mãos um documento que afirma que o produto Endosulfan foi vendido apenas a usuários comerciais no Canadá e na Nova Zelândia. Que tem uso permitido apenas por aplicador certificado na Hungria. Sujeito a outras restrições na Argentina, Dinamarca, Finlândia, Filipinas e Suécia, efeitos toxicológicos indevidos, perigo à vida aquática; banido da agricultura na Bulgária. Isso vem demonstrar que não é verdade que apenas no Brasil o uso do Endosulfan tem sido proibido.

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Nós temos documentação que pode apoiar tudo aquilo que eu vou dizer.

Eu falei que não existia de qualquer país do mundo onde existisse uma proibição do Endosulfan. O Sr. Senador está-se referindo a algumas restrições, não proibições. Por exemplo, o Sr. se refere à Argentina. Na Argentina o produto não pode ser utilizado para carrapato, mas, evidentemente, a indicação do produto não é para controle de carrapatos. No caso das Filipinas, a restrição é de que não deve ser usado ao longo de cursos de água, porque o produto é tóxico para peixes. A mesma restrição existe no Brasil, onde consta no rótulo que não deve ser aplicado ao longo de cursos de água. No caso da Bulgária, não é verdade que esteja proibido. No caso da Hungria, não é verdade que só seja sob venda aplicado. Nós temos indicações do Ministério da Hungria, podemos apresentar toda essa documentação. No caso da Suécia, existe, sim, venda aplicada. Mas eu não me permitiria também comentar que a Suécia é um país onde não existem problemas de pragas. Onde, para se ter uma idéia, o consumo de todos os inseticidas, inclusive domissanitários, não é mais do que 8% sobre o mercado total de defensivos. As próprias condições climáticas fazem com que não existam problemas de pragas e daí também não haver tanta necessidade de utilização de certos defensivos. Proibição, repito, não existe nenhuma. Existem restrições que são bem conhecidas, inclusive, também, aqui no Brasil, de não poder aplicar em cursos d'água, porque nós sabemos que o produto é tóxico para peixes.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Muito bem. Eu pediria a V. Sª que, como Vice-Presidente da ANDEF, nos dissesse: qual o montante de recursos que as empresas produtoras de defensivos agrícolas investem nas campanhas de educação e uso adequado de defensivos agrícolas no Brasil?

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Isso é projeto que está sendo desenvolvido recentemente e existem trabalhos em desenvolvimento que está no volume, aproximadamente, de 500 a 600 mil dólares.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Estou satisfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — O Deputado Saramago Pinheiro está com a palavra.

O SR. SARAMAGO PINHEIRO — Sr. Presidente, já diziam os latinos que *in medio stat virtus*, no meio está a virtude. Realmente, eu estou muito preocupado, porque um assunto de natureza científica, sério, às vezes é tratado, como eu vi lá no meu Estado do Rio de Janeiro, não vou citar o nome, mas era um engenheiro agrônomo que adorava aparecer nos jornais, na televisão em campanhas sensacionalistas que faziam diminuir o consumo de verduras oriundas de Teresópolis, que V. Exª conhece muito bem, onde as águas são puras e os alimentos são saudáveis. Mas houve diminuição acentuada do consumo de verduras, de hortigranjeiros oriundos de Teresópolis, pela campanha que estabeleceu nos jornais. De um lado, eu condeno essas campanhas. Evidentemente, aplaudo todo estudo sério que vise a proteger a saúde do povo brasileiro. Agora, o que é lamentável é que um Ministro de Estado, não aguardando a solução de um projeto em curso desta Casa, tenha abaixado uma portaria proibindo a utilização de inseticidas, de produtos úteis à agricultura brasileira. Eu fui um plantador de arroz, e a extensão que eu plantava tinha que recorrer à ajuda de inseticidas. Então eu perguntaria ao Depoente, que representa também a ANDEF: essa portaria, Sr. Presidente, é tão nociva em certos casos, que eu gostaria de saber, se a ANDEF não está pensando numa medida judicial para proteger a agricultura brasileira contra os excessos do Governo, quando nós também combatemos os excessos por acaso ocorridos na aplicação, na venda desses agrotóxicos? Era a pergunta que eu queria fazer.

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — A ANDEF não pode encerrar medidas de caráter especial no caso, uma vez que só as companhias que foram lesadas, digamos assim, afetadas por essa portaria é que deveriam, eventualmente, ter a condição de tomar esse tipo de medida. Mas o que a ANDEF está tentando fazer, e as companhias, também, é sensibilizar os órgãos do Governo envolvidos, particularmente o Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura para a gravidade do problema e, portanto, ela se mantém em diálogo com as lideranças e com os organismos federais. Ontem mesmo a ANDEF esteve em audiência com o Excelentíssimo Sr. Ministro da Agricultura exatamente para tratar desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Agradeço os esclarecimentos e as informações que nos trouxe, porque será devidamente pesadas ao elaborarmos os nossos trabalhos. Obrigado.

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Muito obrigado, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Com a palavra o Engº Agrônomo Agostinho Mário Boggio, Diretor do Departamento Técnico da Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo.

O SR. AGOSTINHO MÁRIO BOGGIO — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O nosso objetivo, nesta apresentação, é expor o ponto de vista do produtor em relação à lei dos agroquímicos, ou seja, o que espera o produtor de uma lei que regulamente o uso de agroquímicos.

O homem na sua necessidade de produzir alimentos, cada vez mais foi abrindo espaços nas vegetações naturalmente existentes. De forma que em algumas regiões pouco delas existem.

As plantas cultivadas se tornaram cobertura vegetal dominante, ocupando extensas áreas. Isto representa um fator de desequilíbrio para a natureza. Como consequência, temos um aumento de incidência de pragas, aumento de erosão uma perda da fertilidade natural do solo.

O produtor, para compensar esses problemas, tem que lançar mão de artificios. Então, no caso das pragas e doenças, o artifício utilizado normalmente é recorrer ao uso dos defensivos agrícolas. Apesar de existirem opiniões contrárias esses defensivos são então a arma que o produtor tem em mãos para conseguir manter bons níveis de produtividade. Mas precisamos lembrar, também, que esses agrotóxicos, em determinados momentos, dependendo do produto, podem representar um risco também para o homem e para a natureza. Então existe a necessidade de que algum órgão, ou alguém, faça uma seleção desses produtos. Então, como primeira contribuição para essa lei seria de que talvez os órgãos oficiais, os órgãos de pesquisa do Governo seriam os indicados

para fazer essa seleção. Essa seleção teria sempre que considerar as características técnicas e econômicas porque de nada vale se ter um produto tecnicamente muito interessante, se ele economicamente tornar inviável a cultura a que se destina. O inverso também é verdadeiro. Não adianta termos um produto de baixo custo, mas que, em compensação, não tem um bom controle de pragas ou detenha algum risco acentuado para o homem e o meio ambiente.

Um exemplo dessa situação de produtos tecnicamente interessantes e econômicos, estamos vivendo agora com a publicação de Portaria nº 329 do Ministério da Agricultura de 2 de setembro de 1985. Esta portaria proíbe o uso e a comercialização de uma série de produtos na maioria clorados. Acontece que alguns desses produtos estão sendo utilizados em quantidades bastante grandes dentro da nossa agricultura, para determinadas culturas, de forma que a retirada deles, no momento, pode representar sérios prejuízos para a produção. Haveria uma queda da produtividade com a retirada desses produtos imediatamente.

A título de exemplos, vamos citar dois produtos: o Dicolol e o Endosulfan, nas culturas de citros e café respectivamente.

Acontece o seguinte este Dicolol é um dos produtos que está sendo utilizado atualmente para o controle do ácaro da leprose na cultura dos citros. Trata-se de praga bastante importante dentro da citricultura. Para se ter uma idéia do que representa o Dicolol hoje para a citricultura, pediria licença para projetar algumas transparências.

Neste quadro nº 1 estão representados os quatro princípios ativos que estão sendo recomendados e utilizados para o controle do ácaro da leprose na cultura dos citros.

Esses números correspondem as vendas desses defensivos efetuadas pela cooperativa para os associados, nos três últimos anos.

Notamos que o Dicolol sempre teve uma participação bastante intensa nessas vendas. Há vista, neste caso de 85, que se refere até o mês de agosto, e essas quantidades correspondem a litros do produto comercial e não do princípio ativo.

No quadro nº II apresentamos as áreas que foram tratadas com os volumes de produtos que foram fornecidos aos associados no quadro nº I.

Vemos que neste ano de 1985 o Dicolol foi utilizado para o controle do ácaro da leprose em 208 179 hectares, enquanto que os outros três princípios ativos foram em áreas bastantes menores.

Um outro aspecto que também achamos que mereceria citação seria o problema de custo desses tratamentos.

O quadro nº III mostra os preços por litro dos produtos, o preço de uma cooperativa está fornecendo aos associados, agora neste mês de agosto, a dose recomendada por hectare e o custo dos produtos por hectare.

Então, daí se nota que o Dicolol aparece com praticamente metade do custo para o produtor, em termos de comparação com os outros princípios ativos.

No quadro anterior, quadro nº II, também verificamos que o Dicolol está sendo usado em 66% da área tratada com acaricida.

Com a publicação dessa portaria e com o impedimento do uso do Dicolol, o produtor vai enfrentar a seguinte situação:

Vai-se abrir um espaço neste tratamento fitossanitário que deverá ser ocupado pelos outros três princípios ativos. Segundo nos consta, esses outros três princípios ativos não existem em quantidades suficientes para cobrir esse espaço deixado pelo Dicolol.

Como conseqüência disso teremos uma dificuldade do citricultor em termos de fazer o controle da praga, e como já disse anteriormente trata-se de uma praga com um potencial de dano muito grande dentro da citricultura. Então teremos de imediato uma queda de produtividade dos nossos pomares em função das lesões que vão ocorrer nas frutas, provocando a queda do fruto. O citricultor terá queda de produtividade, um prejuízo por falta de matéria-prima para a produção de suco concentrado.

Um outro exemplo que queremos citar também em termos de um produto que teve o seu uso e a comercialização proibida é o caso do Endosulfan. O Endosulfan e o Lindane são os dois produtos que estão sendo reco-

mendados pelo Instituto Brasileiro do Café para controle da broca do café.

Acontece que esses infestações, e ataque da broca do café normalmente se inicia no período de novembro a dezembro quando ocorre o período de trânsito da broca, então ela sai dos seus abrigos naturais e se dirige à safra pendente, aos grãos de café que estão sobre a árvore. Nesta ocasião o cafeicultor é obrigado a fazer o controle da praga. Acontece que, com a proibição desses dois princípios ativos — o Lindane praticamente quase não se tem usado mais em termos de café — mas com a proibição especificamente do Endosulfan, o cafeicultor se verá diante de uma situação de impasse. Ele terá a presença da praga e não terá produto para controlar a praga.

Sabe-se que a broca também é uma praga com grande potencial de dano. Ela produz uma queda de peso no café, e isso representará uma queda de produtividade, e também produz uma piora no tipo de café.

A nossa intenção, quando citamos esses dois exemplos, não seria especificamente defender esses dois produtos, no final. Seria simplesmente lançar um alerta para essa nova lei de uso de agroquímicos. Como já disse é importante que se faça uma seleção muito criteriosa dos produtos e serem utilizados. Mas também é muito importante que no momento que se vai fazer, por qualquer motivo, a proibição de uso de algum desses produtos, se leve em conta a situação do produtor, exatamente para evitar o problema de o produtor, em determinado momento, se ver privado do uso de um determinado defensivo quando esse defensivo está sendo importante para a produção, no momento. A não ser que essa proibição, logicamente, seja calçada em alguma informação que não permita que se delongue mais na retirada do produto.

Uma vez feita essa relação dos defensivos que poderiam ser utilizados na agricultura, é bastante importante que se considere a necessidade de conscientização dos elementos que, de alguma forma, utilizem e estejam ligados ao uso de defensivos, uma conscientização em termos dos riscos que podem advir do mau uso de um defensivo. Alguém teria que ter a preocupação de esclarecer os técnicos que recomendam os produtos, os produtores que adquirem e os elementos de campo que aplicam esses defensivos. Seria interessante, então, nesse momento em que essa lei que regulamenta o uso dos defensivos agrícolas venham envolver os órgãos oficiais de assistência técnica, a nível estadual e a nível federal, as firmas produtoras dos defensivos e as cooperativas. Os órgãos oficiais e as cooperativas, na forma de oferecer cursos treinamentos aos agricultores, e as firmas também poderiam atuar nessa área de fazer cursos e treinamentos diretamente aos produtores, ou então fornecendo recursos para os órgãos do Governo e as cooperativas.

Um outro aspecto que gostaríamos de salientar, que seria importante, também, que essa lei de agrotóxicos considerasse, é que o produtor, na hora de fazer uso de um produto, essa aquisição ou uso seja, sempre, obrigatoriamente, precedida por emissão de uma receita, por um técnico habilitado, no caso, um engenheiro agrônomo. Dessa forma, o agricultor, na hora de fazer essa aquisição, ele teria maior segurança na compra, compraria sempre o produto mais indicado e teria também informação de como melhor aplicar o produto. Dessa receita emitida pelo engenheiro agrônomo, deve constar obrigatoriamente o nome do produtor, a localização da propriedade, a cultura a que o produto se destina, a área dessa respectiva cultura, o nome comercial do produto a ser utilizado, a respectiva dose, a quantidade de produto a ser adquirido, número do CREA e a assinatura do engenheiro a emitir a receita. Essa receita também teria finalidade de determinar responsabilidades na hora que existisse algum problema no uso dos defensivos. Por exemplo, nós poderíamos determinar se esse problema ocorreu por uma recomendação incorreta, por parte do técnico que recomendou, ou se foi problema de uma aplicação indevida ou se foi algum problema devido ao próprio produto. Para que existisse uma maior facilidade do agricultor em termos de receber essa receita, antes da aquisição, e também de determinar mais responsabilidades às firmas que comercializam, que revendem o produto, seria de todo interessante que essas também fossem obrigadas a ter um engenheiro agrônomo como responsável técnico, se possível ainda em tempo integral.

Outro ponto que tem preocupado sobremaneira, pelo menos a nível dos nossos cooperados, os agricultores da nossa região, diz respeito à qualidade dos defensivos agrícolas. Existe um trabalho publicado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, que foi elaborado através do Instituto Biológico, que aponta uns dados meio assustadores em termos dessa qualidade. Esse trabalho implica que 24,3% de amostra de defensivos coletados em todo o Brasil, no período de 1981 a 1983, apresentavam problema de ordem química. E, 46,8% dessas mesmas amostras apresentavam problemas de ordem física. O mesmo tipo de trabalho efetuado a nível de São Paulo, em 1984, indicou que 17% dos produtos estavam fora das especificações originárias. Isso tem preocupado seriamente, como já disse, os produtores da região. Em termos de eles ficarem apreensivos quanto a possibilidade de terem em determinados momentos, uma queda de produtividade em função de um mau funcionamento de um produto devido a sua baixa qualidade estar fora da especificação. Então seria de todo interessante que essa nova lei a ser elaborada levasse muito em consideração a fiscalização sobre os produtos.

Esses são alguns aspectos dos muitos que existem, que nós queríamos abordar, do ponto de vista do produtor em relação a essa nova lei de uso de defensivos.

Aqui cabe mais um lembretezinho. Nessa lei seria de todo interessante que existisse possibilidade de se fazerem adaptações regionais, considerando a grande extensão territorial de nosso País e considerando as muitas variações das condições que existem nisso tudo.

Esses eram então os aspectos que nós queríamos abordar nesta apresentação. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Antes de passar a palavra ao Relator, temos algumas perguntas elaboradas por outro departamento técnico, embora já alguns desses assuntos já tenham sido abordados na sua exposição.

O SR. AGOSTINHO MÁRIO BOGGIO — A primeira pergunta é a seguinte:

Qual é a sua opinião sobre a obrigatoriedade da adoção do receituário agrônomico? Como poderia ser aperfeiçoado o projeto de lei que criou a obrigatoriedade de utilização do receituário agrônomico?

Nós somos da opinião que esse receituário realmente deva existir. Ele é a melhor forma de se fazer com que o produtor adquira sempre um produto mais interessante para sua situação. O receituário evitaria, no final, a compra de produtos errados. E por ocasião de emissão da receita pelo técnico habilitado, esse produtor teria condições de receber uma série grande de informações a respeito também de como aplicar esses produtos. O que poderia ser aperfeiçoado no projeto de lei que criou a obrigatoriedade? O projeto de lei que existe atualmente impõe uma série de condições para se emitir essa receita. Da forma que ele está redigido a emissão dessa receita está realmente muito difícil. O técnico para emitir a receita tem, segundo a lei existente, de obrigatoriamente estar na propriedade. E isso vai fazer com que teríamos a necessidade de um infinidade de técnicos para poder atingir uma quantidade pequena de produtores. Essa receita poderia ser feita, talvez, de um modo mais simples de forma que em algumas situações em que o técnico tenha um bom conhecimento já da característica da lavoura do produtor. Por exemplo, nós podemos citar o nosso caso lá na cooperativa. Conhecemos a maior parte dos cooperados e sabemos das condições da maioria deles. Então, às vezes, da própria cooperativa nós podemos fazer a receita sem ter a necessidade de se deslocar até a lavoura.

A segunda pergunta é a seguinte:

A nível de cooperativa, quais foram os reflexos da portaria nº 329 de 2 de setembro do corrente ano que limitou o uso dos organoclorados?

Foi aquilo que citamos, que, de repente, os citricultores estão se vendo sem opção do produto praticamente, quer dizer, existem opções, mas os produtos não parecem em volume suficientes para tratar toda área que está atacada com arco da leprosa. A terceira pergunta é a seguinte:

No seu entender, a fiscalização existente é suficiente ou não? Como poderia ser melhorado o sistema de con-

trole e fiscalização da produção e utilização dos agrotóxicos no Brasil?

A fiscalização existente não é suficiente. Existe muito pouca, pelo menos a nosso nível de cooperativa, existe muito pouca fiscalização. Nós recebemos muito poucas visitas de elementos chegemos lá para examinar qualquer produto. Como poderia ser melhorado? Ai, eu, realmente, talvez uma fórmula de melhorar essa fiscalização fosse a de colocar a de mais elementos em campo retirando essa amostra de produtos. São estas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao nobre Relator Deputado Oswaldo Lima Filho.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — O Dr. Agostinho Boggio faz uma exposição útil à Comissão. Agora, agradecerá a V. Sª algumas explicações. Uma delas poderia ter sido dada pelo professor Mário Carincotti. O Dr. Boggio tem informações se no Endosulfan tem na sua composição algum elemento clorado?

O SR. AGOSTINHO MÁRIO BOGGIO — Eu preferiria que o colega Carincotti respondesse.

O SR. MÁRIO CARINCOTTI — Produtos clorados existem muitos. A água que nós bebemos também contém cloro. O produto Endosulfan tem moléculas de cloro, de oxigênio e de enxofre. Os produtos clorados eles não podem ser vistos todos como uma só família. Cada produto tem suas características próprias, específicas, e deve ser analisado um por um, se eu tiver um assassino na minha família, um primo meu, não quer dizer que toda minha família seja constituída de assassinos.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Obrigado. Segundo: se a cooperativa ou algum órgão de assistência técnica à cooperativa já imaginou ou já procurou obter alguma informação sobre a possibilidade de uso de algum inseticida menos tóxico do que aqueles proibidos pelo Ministério? No caso, o controle das pragas dos citros e da broca.

O SR. AGOSTINHO MÁRIO BOGGIO — Realmente, a cooperativa mantém contatos constantes com esses órgãos de pesquisas. E esses produtos que estão sendo recomendados hoje para o controle de ácaro da leprosa, o que seria a principal praga da citricultura, no momento, eles estão incluídos dentro do projeto de manejo integrado de pragas e era comandado pela Faculdade de Agronomia de Jaboticabal. São produtos que, pelo menos, pelas informações que o nosso Departamento de Técnico tem, não são produtos de uso muito problemático.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Qual seriam? Esses ou outros?

O SR. AGOSTINHO MÁRIO BOGGIO — Seriam esses quatro que foram citados: dicofol, bromopropilato, chixatin e binapacril. São os produtos normalmente utilizados.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Os demais, os outros dois que V. Sª cita não estão proibidos. Quais seriam?

O SR. AGOSTINHO MÁRIO BOGGIO — Desses quatro, só o dicofol foi objeto de proibição por essa portaria.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Eles são úteis tanto nas pragas da broca quanto nas pragas de citros?

O SR. AGOSTINHO MÁRIO BOGGIO — Não, esses são produtos para a citricultura. São caricidas.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Muito obrigado. V. Sª defende com natural entusiasmo o receituário agrônomo.

Agora, indago de V. Exª: Se no Brasil se não conseguia, até agora, fazer aplicar a legislação que obriga o receituário médico para as pessoas, será que nós vamos conseguir fazê-lo aplicar para os agrotóxicos? Há, todavia, uma sugestão de V. Sª que me parece útil, que eu creio que a Comissão deverá, futuramente, estudar. Era a obrigatoriedade de que a empresa vendedora tivesse um agrônomo responsável. Isso, realmente, permitiria que todo adquirente tivesse a assistência técnica neces-

sária. V. Sª sabe dizer se as empresas vendedoras ou produtoras de agrotóxicos, na propaganda que fazem desses produtos, dos herbicidas e defensivos, fazem alguma referência ao risco que representa o mau uso, ou o abuso desses produtos?

O SR. AGOSTINHO MÁRIO BOGGIO — Normalmente, na própria embalagem dos produtos...

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Digo, na propaganda geral as revistas agrônomicas, de agricultura, na imprensa em geral.

O SR. AGOSTINHO MÁRIO BOGGIO — Normalmente, essas observações aparecem na embalagem. Existem algumas propagandas que têm essa preocupação, mas existem outras que não têm essa preocupação de chamar a atenção quanto aos possíveis riscos que poderiam existir no produto.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Dr. Agostinho Mário Boggio ao longo do depoimento que V. Sª acaba de fazer nesta Comissão, eu tive o cuidado de anotar um dos pontos que me parecem muito importantes e que devem ser esclarecidos. Em determinado momento, da sua exposição, disse que normalmente não existem muitos cuidados no uso desses defensivos por parte dos agricultores associados à Cooperativa de Cafeicultores e Citricultores de São Paulo, principalmente por desconhecimento dos riscos que envolvem o seu uso. E diz ainda que uma das formas de se promover essa conscientização seria através de cursos de treinamentos que atingissem os produtores e a mão-de-obra envolvida, abordando temas como características, efeitos, formas de aplicação dos defensivos e princípio de segurança. Ainda, que somente desta maneira é que a Cooperativa e seus agricultores poderiam diminuir os acidentes que ocorrem devido ao mau uso dos defensivos. Diz que cursos e treinamento devem envolver os órgãos oficiais de assistência técnica, etc. as empresas, produtoras de agrotóxicos, que as firmas produtoras poderiam participar, de forma direta, ou seja, elas mesmas realizando ou então fornecendo recursos financeiros aos órgãos oficiais e cooperativas. E, finalmente, V. Sª, ao fazer menção da receita sugerida, a ser emitida por técnicos, diz que a existência da receita poderia determinar a responsabilidade por ocasião da ocorrência, pelo uso indevido de agrotóxicos, sabendo-se se o problema deveu-se a uma recomendação incorreta ou uma má aplicação, ou ainda, devido a problemas relacionados ao produto em si. Sintetizando, Dr. Agostinho Mário Boggio, eu lhe pergunto: V. Sª poderia nos dizer qual o número de intoxicações, mesmo fatais, ocorridas nos 5 anos anteriores em associados da Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo, e quais os produtos que causaram essas intoxicações?

Segunda pergunta: qual tem sido na sua cooperativa a participação das empresas dos fabricantes de agrotóxicos em campanhas de segurança e educação e uso adequado de defensivos agrícolas envolvendo agricultores de sua região? E, finalmente: como tem sido determinada a responsabilidade do uso incorreto ou indevido de agrotóxicos? Isto é, do produtor do agrotóxico, do vendedor respectivo, ou, ainda, do nosso agricultor.

O SR. AGOSTINHO MÁRIO BOGGIO — Nós, infelizmente, não temos essa estatística de quanto cooperados tiveram problemas de intoxicações.

Aqui também cabe uma ressalva. Como as principais culturas nas quais as cooperativas atuam que seriam as culturas de café e a cultura de citros, normalmente não se usam produtos com alta toxicidade. Então são produtos que dificilmente causam intoxicação no produtor. Eu posso afirmar que esse número, apesar de não termos esse dado, esse número vai ser baixo, esse número é pequeno.

Quanto a sua segunda pergunta; infelizmente, tenho que dizer que a participação das firmas tem sido muito pequeno.

Nesta exposição, nós estamos considerando não só a situação da cooperativa, estamos pensando em termos de uma situação geral de agricultura. Então, como já disse anteriormente, se no caso das culturas principais, seria os citros e o café, não se usam tanto produtos que tenham alta toxicidade. Então essa observação seriam em termos da agricultura em geral, como o da cultura de

grãos, se usam produtos com maior toxicidade. Essa observação seria válida para essa situação.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Eu gostaria de, ao encerrar as minhas perguntas; dizer ao nobre depoente, Dr. Agostinho Mário Boggio, que eu também sou agricultor, e fui presidente de cooperativa, lá em Cascavél, fui fundador da Cooperativa de Cascavél, fui seu presidente durante 3 gestões consecutivas, fui presidente fundador e idealizador da Cooperativa Central do Oeste do Paraná, que é a COTRIGUAÇU, e tenho muita vivência nessa área agrícola. E quero dizer, neste instante, ao depoente e a todos os que me ouvem que na nossa região de Cascavél tem sido muito grande o índice de intoxicações por agricultores, muitos dos quais fatais. E isso nos preocupa demais, pois são vidas preciosas que têm sido ceifadas, pela ignorância do nosso agricultor, que nem sempre leva em conta as recomendações das embalagens, há falta de uma melhor orientação ao agricultor, e até falta de campanha esclarecedoras. Talvez o Dr. Kazuo Hojo, que em seguida vai nos dizer alguma coisa nesse sentido possa nos dar alguns dados mais precisos da ocorrência desses casos de intoxicações, muitos dos quais fatais. E nós, daquela região, não temos a quem apelar. Os casos ocorrem e se encerram por aí, sem que tenhamos condições de responsabilizar quem quer que seja, nem o agricultor, que já morreu, nem tampouco o comerciante que vendeu, o produto, muitas vezes, e, na maioria das vezes, a Cooperativa e tampouco a empresa fabricante do agrotóxico que se omite completamente nessas horas. Mas, de qualquer maneira, parabéns ao ilustre depoente pelas sugestões que aqui trouxe e estou satisfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao eminente Deputado Saramago Pinheiro.

O SR. SARAMAGO PINHEIRO — Apenas quando esteve aqui o representante da Cooperativa Cotia, ele declarou que não acreditava na vantagem de haver um agrônomo atrás do balcão. Eu até me recordei muito bem das suas expressões: perdemos um técnico no campo e fica um agrônomo apenas a dar receitas. Então ele não acredita na eficiência dessas receitas anteriores. Então eu perguntaria: a sua cooperativa tem condições de dar orientação no campo aos seus cooperados, já que a experiência desse representante da Cotia deixou-me convencido de que não basta a receita agrônômica? É preciso mais coisas mais adiante junto a aplicação do agrotóxico no campo?

O SR. AGOSTINHO MÁRIO BOGGIO — A ênfase que existe no nosso Departamento de Assistência Técnica é exatamente a assistência técnica direta ao campo. Tanto assim que os nossos agrônomos pouco ficam atrás do balcão, vamos dizer assim. Mas, no caso da emissão da receita acontece muito que nós já conhecemos a propriedade. Nós estivemos na propriedade, por exemplo, em dias anteriores. Então não teria necessidade de que para emissão daquela receita especificamente nós tivéssemos que nos deslocar até a propriedade, sendo que nós já temos a informação que seria necessária. Então eu concordo com o colega da Cotia que o agrônomo ficar atrás do balcão fazendo receita realmente não é a solução. O agrônomo, nesse caso específico de cooperativas, vamos dizer, existem departamentos para assistência técnica e eles devem ir ao campo. Só que pela lei anterior, essa por lei vigente, essa receita só pode ser emitida com a visita ao campo. E mais uma vez eu afirmo que existe possibilidade de que o agrônomo na própria cooperativa fazer a receita em determinadas condições, sem chegar ao campo.

O SR. SARAMAGO PINHEIRO — Estou satisfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao eminente Deputado Pacheco Chaves.

O SR. PACHECO CHAVES — Sr. Presidente, Sr. Depoente:

Eu achei o depoimento muito útil e prático. Era muito importante que se abordasse problema, sob o ponto de vista real de duas, ou três, ou mais, grandes produções do nosso País. O café interessa ao Paraná, a São Paulo ao Espírito Santo ao Rio de Janeiro e, hoje, ao Nordeste

do nosso País. A Bahia já é produtora de café em quantidade bastante grande, e Espírito Santo, também. Conseqüentemente, o problema da broca do café é um problema nacional, um problema importante, um problema que não pode ser tratado levemente. E a proibição absoluta de um produto que corrija os males causados pela broca do café são da maior gravidade para a economia nacional, tanto sob o ponto de vista do produtor, quanto à quantidade, como muito bem lembrou o depoente, quanto sob o ponto de vista da qualidade, porque altera o tipo do produto e altera também a qualidade da bebida do produto. Em conseqüência, eu acho muito interessante que os dados aqui trazidos fossem esclarecidos nessa Comissão da maneira como o foram, para que nós fiquemos com os pés à terra ao tratar de uma legislação específica para o uso de defensivos agrícolas. Não há dúvida nenhuma de que o uso abusivo dos defensivos agrícolas e a propaganda exagerada e indiscriminada da utilização desses produtos podem ser nocivos mas acho que nós devemos caminhar, e estamos de uma certa forma fazendo, como lembra o depoente, por intermédio do receituário agrônomo, que obriga, de uma certa forma, o agricultor recorrer ao agrônomo. E ao recorrer ao agrônomo, ele exige, de uma certa forma, o acompanhamento posterior do agrônomo, a aplicação do produto utilizado. E é esse ponto que aliás foi muito bem salientado pelo Deputado Saramago Pinheiro, é que eu acho de suma importância no caso do receituário agrônomo. E são pontos que foram abordados por vários depoentes, aqui, inclusive pelo depoente que representa a Cooperativa de Cota. Embora eu tenha achado que aquela crítica que fora feita do agrônomo sentado atrás de uma mesa, numa boa cadeira, se dirija mais aos órgãos oficiais, que infelizmente, foram retirados do campo. São até de uma certa forma, proibidos de darem assistência técnica aos lavradores, porque não podem atender a particulares, devem atender apenas a questões de ordem geral, sob o risco de serem acusados de estarem dando preferência e, conseqüentemente, recebendo remuneração de determinadas empresas. Eu acho que esse é o critério que deva também ser abolido. Eu acho que o agrônomo oficial deve ir ao campo, da mesma forma como vai o agrônomo das cooperativas. Então essa é a crítica preferivelmente válida. E eu acho que precisaria evidentemente uma mobilização de opinião pública. Porque o lavrador, como bem lembro o Senador representante do Estado do Paraná, é muito certo: o lavrador não somente não sabe ler a bula, como não tem óculos para ler as letrinhas em que é escrita a bula, e, depois, se conseguir vencer os dois primeiros obstáculos, ele não vai compreender nada do que está escrito lá. Ele só vai compreender que está perigoso porque tem um risco vermelho, ou um "X", ou uma coisa qualquer em vermelho. E não vai saber como evitar, além da resistência quase que animal que ele oferece para o uso da preservação da própria saúde, porque o lavrador nosso precisa ser forçado a usar precauções. Trabalhar com uma máscara, por exemplo, para proteção mínima, é a mínima proteção quando usam um defensivo, é uma verdadeira dificuldade de se conseguir impingir ao nosso trabalhador que o faça. Então, isso tudo são questões que dizem muito respeito a educação e é um aspecto cultural, da evolução do povo brasileiro e que provavelmente não será resolvido em pouco tempo. Temos exemplos que, por exemplo, essas intoxicações acontecem muito menos nas colônias japonesas, cujo grau de cultura e civilização é muito superior ao nosso.

Agora, eu queria ficar dentro do ponto de vista prático e por isso eu gostaria de fazer uma pergunta. Há dois produtos que são praticamente insubstituíveis nas lavouras de citros e de café: é o Dicofol, no caso da citricultura, e o Endosulfan, no caso do café, no caso da broca. Como está sendo solucionado esse problema? Porque na citricultura é imediato, após a colheita tem que começar as pulverizações, me parece, não é?

O SR. AGOSTINHO MÁRIO BOGGIO — É. Atualmente as pulverizações têm sido seguidas em citriculturas. A gente tem tido problemas de presença de ácido da leprose durante o ano todo.

O SR. PACHECO CHAVES — Quer dizer que, esgotados os estoques desses produtos, vamos ter que recorrer aos dois produtos substitutivos, no caso do Dicofol, ou três produtos substitutivos.

O SR. AGOSTINHO MÁRIO BOGGIO — Três produtos.

O SR. PACHECO CHAVES — E esses três são muito mais caros?

O SR. AGOSTINHO MÁRIO BOGGIO — São muito mais caros.

O SR. PACHECO CHAVES — Tanto é que a utilização dele é muito menor. Então esse aspecto pode trazer um encarecimento sensível no preço da laranja? É a pergunta que eu formulo em primeiro lugar.

O SR. AGOSTINHO MÁRIO BOGGIO — O custo do produto para tratamento aumenta significativamente.

O SR. PACHECO CHAVES — Quanto os vários tratamentos químicos representam nos custos da caixa de laranja. Quanto por cento?

O SR. AGOSTINHO MÁRIO BOGGIO — Esse custo deve estar representado hoje em termos de uns 20%.

O SR. PACHECO CHAVES — De 20%. Quer dizer, é um número muito importante. É para isso que eu queria chamar a atenção da Comissão.

No caso do café, é o Endosulfan.

O SR. AGOSTINHO MÁRIO BOGGIO — Endosulfan.

O SR. PACHECO CHAVES — Primeiro se tratava a broca do café, que foi uma praga que assolou o nosso País e acabou com a nossa produção cafeeira, e foi terrível, nós tivemos o uso do BHC clorado, que foi proibido, e que era extremamente barato, pois se utilizava em concentração muito baixa de 1%. Agora foi substituído pelo Endosulfan, que é muito mais caro que o BHC. Se substituirmos o Endosulfan por outros produtos, que também são mais caros do que o Endosulfan, quanto isso vai causar de encarecimento na produção de café, mormente quando sabemos que a produção de café já está em custo muito elevado para a remuneração que oferece?

O SR. AGOSTINHO MÁRIO BOGGIO — No caso específico do café, a situação é ainda mais grave. Porque, por recomendação oficial, por recomendação do IBC, não existe produto que substitua o Endosulfan.

O SR. PACHECO CHAVES — Então vemos que nos encontramos num impasse por causa de não terem abertas sido aquelas exceções que, naturalmente, devem ser abertas em todo ato de governo.

Sr. Presidente, enfatizo a importância desse assunto. Tenho pilhas de telegramas no meu escritório e pretendo levá-las ao Sr. Ministro da Agricultura, de associações de citricultores e de citricultores individualmente, cafeicultores e de cooperativas de cafeicultores, pedindo que sejam alterados os dispositivos desta lei, pelo menos abrindo uma exceção, dando, talvez, tempo maior, abrindo um tempo, e a proibição pode ser suspensa temporariamente, pela impossibilidade da utilização dos demais produtos.

Esse ponto gostaria que fosse muito considerado não só por essa Comissão, como trazido à explicação dessa Comissão pelos Depoentes, e, por isso, agradeço a presença do Sr. Agostinho Mário Boggio.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Agradeço ao Dr. Agostinho Mário Boggio o seu depoimento, que será por nós inteiramente considerado. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao último convidado, que é o Médico Veterinário Kazuo Hojo, Gerente de Assuntos Ambientais e Regulamentação da Dow Química S.A.; Presidente da Comissão Federal de Ecologia e Toxicologia, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, e Membro da Comissão Técnica da Qualidade de Águas Interiores e Costeiras, do Conselho Nacional do Meio Ambiente.

O SR. KAZUO HOJO — Gostaria de agradecer aos Srs. Senadores e Deputados pelo convite expresso por esta Comissão, especificamente pelo Sr. Presidente, o Sr. Senador Amaral Peixoto, e vou procurar abordar o assunto do nível estritamente técnico, numa área de que tenho participado durante muito tempo, principalmente no que diz respeito ao ponto mais crucial do uso de defensivo, que é a questão da segurança na utilização.

Defensivos Agrícolas

Defensivos agrícolas, incorretamente apelidados de agrotóxicos, "este vilão", do nosso diálogo de hoje, começa a aparecer no cenário onde existem alegações de intoxicações, morte de pessoas, contaminação ambiental, pó da China, etc., e termina com alegações de que produtos proibidos em outros países são usados no Brasil.

Recentemente, a discussão sobre a matéria atingiu o seu ponto máximo com a proibição, pelo Ministério da Agricultura, dos assim denominados "agrotóxicos clorados", desfoçando assim a esperança de qualquer regulamentação racional com base científica.

É megável a importância dos defensivos agrícolas para a produção e produtividade agrícola, e também inquestionável a importância de alguns defensivos usados no controle de vetores biológicos, altamente críticos à nossa saúde pública.

Neste quadro, aparece, como cenário de fundo, a realidade de que de em 38 escolas de agronomia, em apenas 7 delas constam no currículo rudimentos sobre o uso de defensivos agrícolas.

Os profissionais graduados por estas escolas estão hoje frente a um embate sobre o receituário agrônomo, tentando inserir isto na regulamentação dos defensivos, até mesmo por uma questão de prestígio profissional.

Neste segmento, a verdade é que o acesso do agricultor ao produto, tão importante para a proteção da produção agrícola, começa a ser elitizado e dificultado por desejos de alguns sob a alegação de produzir intoxicações, da existência do uso abusivo, e de que a agricultura biológica é melhor e sem risco. Existem também proposições para a mudança do modelo agrícola para uma "agricultura sem veneno".

Esta discussão sem racionalismo, objetividade e sem o necessário envolvimento aprofundado do conhecimento fitossanitário, apregoador por alguns visionários que por ideologia buscam uma sociedade isenta de qualquer risco de natureza química, poderá levar o País a perder tempo e competitividade na produção de alimentos em quantidade e qualidade.

Crêem alguns ativistas ambientais que o Brasil virou o "lixão do mundo" de produtos proibidos em outros países. Assim, acusações desfoçadas da realidade, sem a necessária acuidade técnica, viraram rapidamente estatísticas de morte, poluição e, conseqüentemente, símbolo do uso abusivo de defensivos; futo este altamente condenável por qualquer cidadão sensato.

Diante deste quadro, não é equívoco crermos que estamos sendo vítimas de um choque entre a barreira perigosa que separa a "cultura humanista e a cultura científica". Isto deixa o mais culto cidadão incapacitado de diferenciar entre uma ciência séria sobre a avaliação toxicológica dos defensivos e a ideologia contra o uso dos defensivos.

Philip Handler, Presidente do National Academy of Science (EUA), em 1980, já alertava num discurso sobre a infiltração da anti-ciência e do anti-racional, tanto na cultura humanística como na científica, e convocava os cientistas a confrontar estas tendências e identificar os "charlatões" entre estes.

Para o observador atento, os problemas ambientais no Brasil têm sido abordados pela imprensa em geral, em pelo menos 3 níveis.

— Riscos ambientais ou risco à saúde "suspetos" são divulgados e proclamados os seus perigos eminentes.

— Controvérsia entre o órgão do Governo e a indústria incriminada é relatada.

— Solução regulamentadora é publicada.

Detalhes científicos são esquecidos, e a fórmula empregada tem sido sempre a mesma nos últimos anos.

Pergo! Indústria — o vilão! Publica-se uma lei.

Toda esta incompreensão na avaliação do risco toxicológico dos defensivos agrícolas está na extrapolação de dados de animais de laboratório para o homem. Isto tem sido de crucial importância, e não é inteligível para aqueles que apregoam tolerância de exposição zero a produtos químicos.

Atualmente esta discussão está centrada a um nível, onde é difícil para um leigo saber onde os argumentos científicos terminam e as ideologias começam.

É importante observar que o movimento ambientalista propulsor da discussão sobre defensivos é uma parte, ou pelo menos está estreitamente relacionado com outros dois movimentos contemporâneos.

- movimento dos consumidores ou dos cidadãos,
- movimento anti-ciência/antitecnologia.

Acreditam os membros deste último movimento que a complexidade da tecnologia está fugindo do nosso controle

A maioria dos debates que caracterizam os movimentos ambientalistas revelam, na essência, debates sobre valores ou preferências relacionados a uma sociedade ideal ou pelo menos melhorada.

Os ativistas ambientais, neste debate, expressam apenas as suas convicções ideológicas, e os cientistas tentam expressar as posições usando fatos, evidência científica e tecnologia.

Tendo em vista este panorama, para uma abordagem adequada sobre a questão dos defensivos agrícolas, torna-se necessário diferenciar opiniões morais, políticas e científicas, pois estamos constantemente sendo bombardeados pelos veículos de comunicação com informações questionáveis, inexistindo pontos de apoio para um leitor normal saber onde terminou a ciência e onde começou a política ideológica.

Neste segmento, há a necessidade de reabilitar o parecer dos técnicos nas análises sobre a produção, comercialização e uso dos defensivos agrícolas. O técnico tem sido ofuscado pelas opiniões emocionais e ideológicas dos ativistas ambientais.

Diante disto, é importante convocar a opinião séria dos especialistas, cientistas, produtores e dos agricultores, os mais interessados sobre o assunto.

Virtualmente, o Brasil nunca fez testes toxicológicos para avaliar, toxicologicamente, os defensivos agrícolas como um todo, e mesmo assim nos empenhamos em normas, regulamentos, leis. Generalizou-se o termo "tóxico" de maneira a empobrecer o debate. A compreensão deste termo exige a quantificação da substância, qualquer que seja a sua origem, independentemente de ser ou não defensivo. E assim teremos o risco toxicológico inerente a qualquer substância avaliada.

Cientificamente, hoje, o dogma da segurança absoluta é obsoleto, a questão-chave é saber o nível aceitável de risco toxicológico implicado no uso de um defensivo agrícola. Diante disto, o correto seria o País buscar a normatização do uso final, e não da comercialização apenas, pois criam entraves burocráticos desnecessários e ineficazes para o controle de risco. Os riscos potenciais só são passíveis de ocorrerem quando o defensivo é utilizado de maneira inadequada, e, para que isto não ocorra, existem dados científicos suficientes para que o uso se proceda sem riscos desnecessários para o homem e o meio ambiente.

Como ponto de partida, baseando-se na análise fria dos dados oficiais disponíveis sobre intoxicações humanas, observamos que os defensivos agrícolas não são as primeiras causas de intoxicações no Brasil. Apenas 8% das intoxicações entre 14.791, relatadas em 1983, referem-se aos defensivos (anexo a Tabela do Sistema Nacional de Informação Toxicofarmacológica), suplantado em muito por outras quatro causas, dentre elas os medicamentos e animais peçonhentos.

Se observamos os dados oficiais hoje disponíveis do Instituto Biológico e do CIENTEC, no Rio Grande do Sul, sobre resíduos de defensivos em alimentos, poderemos concluir que não está havendo contaminação de alimentos por defensivos a um nível que seja ameaça e iminente para a saúde pública.

Todas estas informações analisadas de perto são cifras que desmontam todo impacto emocional que a imprensa costuma abordar, os ditos casos de intoxicações e alimentos contaminados.

Dados epidemiológicos confiáveis da população americana nos últimos 40 anos, onde se utilizam largamente os defensivos, revelam que a incidência do câncer é relativamente uniforme neste período, a não ser do câncer pulmonar. O aumento do câncer pulmonar é atribuído, principalmente, ao hábito do fumo somado a outros poluentes ambientais. (Estatística anexa.) Usamos o exemplo do câncer porque é uma das maiores preocupações sociais de hoje, e que afeta principalmente pessoas de idade.

Existem hoje fartas evidências, na literatura, de que o clima afeta enormemente os níveis de resíduos de defensivos quando usado em vegetais. Um nível de resíduo,

que poderá deixar margem à crítica num clima frio ou temperado, poderá não ter nenhum significado nas condições do trópico. Portanto, o banimento de um produto num país qualquer não deverá implicar obrigatoriamente na mesma atitude no nosso País, sem levar em conta os níveis de resíduos nos usos implicados.

Apesar de existirem evidências técnicas de que resíduos de defensivos no alimento são de pequena ou nenhuma importância, mesmo em países frios, existem ainda constantes pressões de puristas para reduzir os níveis a zero. As evidências de que são praticamente impossíveis de serem diferenciados alimentos produzidos por agricultura orgânica ou por padrões atuais não são suficientes para demover a posição contrária aos usos de defensivos.

De acordo com as melhores informações disponíveis, sabemos que os defensivos agrícolas estão entre os produtos mais estudados na atualidade. A farta informação técnica disponível e os estudos exigidos nas legislações existentes para a produção, comercialização e uso, oferecem a adequada segurança.

A pura colocação de que a nossa legislação de 1934, com todas as normatizações adicionais é obsoleta, pode até merecer uma crítica jurídica, mas não merece a mesma crítica técnica. Vale salientar que, no decorrer dos tempos, foram feitas adequadas normatizações sobre o uso, desmerecendo atenção maior. O que existe atualmente são divisões de responsabilidades demais burocráticas e contraproduzidas entre as entidades governamentais, que analisam e fiscalizam os defensivos.

Não podemos regulamentar os defensivos pelo simples medo de catástrofes, intoxicações, contaminações de ambiente e mortes provenientes de usos inadequados ou por puras convicções ideológicas. É preciso considerar a necessidade de cada uso agrônomo frente a uma análise técnica e científica, evitando assim um potencial impacto nocivo, cientificamente previsível e quantificável. Desta maneira, produtos hoje de custo baixo deixarão de ser proibidos por pura motivação política e, ainda, evitar pesquisas onerosas, encarecendo o custo final do produto agrícola.

A questão sobre o controle de defensivos não deverá ficar nas mãos de novatos em toxicologia, química, biologia, agronomia ou puristas em ciência. Estes, apesar de estarem altamente motivados, poderão ser altamente nocivos na tomada de decisão para um mundo mais seguro; produção de novos métodos e práticas de controle, como para a produção de mais alimentos. As decisões tomadas por inexperientes geralmente levarão à discussões fúteis, enorme gasto de tempo em pesquisas e recursos num campo, altamente técnico, difícil e político.

Sob o ponto de vista de proteção à saúde pública, não há justificativa para termos critérios diferenciados no território brasileiro, tendo em vista que, como cidadãos, merecemos do Governo a mesma atenção e padrão de saúde, mesmo em pontos diferenciados do território nacional. As legislações estaduais, propostas como estão, criam apenas burocracias improdutivas e o simples comércio interestadual de alimentos, carregando níveis de resíduos aceitáveis, invalidaria qualquer proibição ou restrição de um defensivo num determinado Estado.

Concordamos que existem algumas áreas de responsabilidades requerendo um julgamento sólido e maduro a ser discutido num ambiente de mútuo respeito entre indústria, usuário e governo.

A indústria, governo, pesquisadores, usuários e o Legislativo precisam se movimentar rápido e agir juntos. Não acredito que haja objetivos incompatíveis e não há ninguém advogando a favor de produtos ou processos reconhecidamente inseguros.

De todos estes comentários até aqui já enunciados, torna-se necessário que o país estabeleça uma estrutura e uma legislação funcional, para avaliar o benefício agrônomo do uso versus o risco potencial, ou, ainda, a conveniência risco-benefício tanto em termos tóxicos como econômicos.

Esta avaliação deve ser fundamentada em dados científicos racionais e não deve ser feita às pressas, para que o país não desperdice tecnologia e recursos sem maiores exames.

Anexo consta, respondendo, talvez, uma das indagações do Sr. Senador, dado sobre intoxicações mais re-

centes disponíveis no Brasil, feito pelo Centro Nacional de Informações Toxicofarmacológicas do Rio Grande do Sul, da Fundação Instituto Oswaldo Cruz, mostra que, de 15.000 intoxicações, 1.247 foram de defensivos agrícolas, correspondendo por classe de defensivos agrícolas 8%, em 1983, suplantados por medicamentos, que correspondem a 33%.

A seguir, os demais dados:

1982

Medicamentos 27%
Animais Peçonhentos 21%
Domissanitários 12%
Produtos Industriais 10%
Pesticidas Agrícolas 8%
Por Classe

1983

Medicamentos 33%
Animais Peçonhentos 11%
Domissanitários 11%
Produtos Industriais 10%
Outros Produtos 9%

Também é importante resaltar que os dados mais confiáveis existentes hoje na sociedade, são fornecidos, pela coordenação, a nível nacional, cobrindo desde Porto Alegre, Salvador, Curitiba, Rio de Janeiro, Jabaquara, São Paulo, Ribeirão Preto, Campinas, Botucatu, Natal, Campo Grande, Florianópolis, e tem mais um, em Brasília. São vários centros trabalhando neste Sistema Nacional de Informação toxicofarmacológica para tentar coordenar as informações.

Anexo, também, está os dados da sociedade americana, onde mostram também que os defensivos agrícolas, mesmo numa sociedade como a norte-americana não é a primeira, também não é a última, está por volta do 4º lugar, não muito diferente da sociedade brasileira.

Anexo dados epidemiológicos sobre a ocorrência de câncer em diferentes órgãos do indivíduo, nos últimos 40 anos, onde mostra a não variabilidade, em termos absolutos, do câncer, ocorrendo uma variação do câncer pulmonar. É um dado importante porque nessa sociedade de 30, pelo menos 60, ainda se utilizava o DDT, o BHC e outros produtos na sociedade americana. Esses indivíduos ingeriam essa quantidade.

Alguns dados para que a Comissão tenha possibilidade, coloquei o número de princípios ativos, lançados de 31 a 75, em defensivos agrícolas, a relação gasta em pesquisa e comercialização de defensivos agrícolas; custo do desenvolvimento de um produto químico para a lavoura, onde de cada 30 mil moléculas uma terá chance comercial de existir; e a evolução do conceito de avaliação do conceito de risco toxicológico, que seja em diferentes produtos químicos, mas especificamente no defensivo de 50 até pelo menos 80. Isto nos mostra que nós estamos evoluindo na área científica, avaliando, antecipadamente, os produtos químicos e os dados científicos hoje disponíveis são as melhores informações que a sociedade deve manipular para que não aconteça um incidente desnecessário. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Obrigado pela sua exposição. Vou passar a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Inicialmente, devo dizer que afirmação do Dr. Kazuo Hojo, de que a preocupação nacional com os agrotóxicos seriam os resultados de um purismo não me parece procedente.

A Comissão tem em mãos, dados como os seguintes. O professor Milton Guerra, no 2º Encontro Latino-Americano de Toxicologia, realizado em Pelotas, em 11 de outubro de 1983, informava, com dados da Organização Mundial de Saúde, que nos países do Terceiro Mundo, como o Brasil, uma pessoa morre e 18 ficam intoxicadas com defensivos agrícolas a cada hora e meia. É um professor universitário.

Temos informação, por exemplo, também, de que na linha da ELETRONORTE, de Belém a Tucuruí, numerosas mortes ocorreram após aplicação de tordon, contendo toxina, chamado "agente laranja", na área da linha de transmissão. No dia seguinte àquela aplicação crianças morreram, mulheres abortaram e outra que es-

tava grávida morreu dias após a pulverização. São casos frequentes hoje no Brasil e que a imprensa nos dá notícia. Eu tenho ainda algumas indagações a fazer ao depoente.

Primeiro, se Dow Chemical, organização a que pertence o depoente, produz algum defensivo ou herbicida cuja produção seja proibida em outros países.

O SR. KAZUO HOJO — Eu, me permita, para ter uma visão e colocar em questão numa perspectiva correta, eu gostaria de poder esclarecer algumas das colocações para nós entrarmos mais a fundo na matéria que é o motivo de sua pergunta.

A informação de que a Organização Mundial de Saúde dispõe de dados de que no Terceiro Mundo, de que uma pessoa morre e 18 são intoxicadas cada hora e meia não parece factível. Pelo simples fato dos apresentados pelo Centro de Informação Tóxica Farmacológica, e se isso ocorresse nós projetássemos no tempo, teríamos maior do que as nossas cidades rurais, teríamos cemitérios. Me parece que é apenas averiguar os números factuais. Esta colocação do professor Milton Guerra necessita de ser validado num fórum científico, de que um país do Terceiro Mundo, e me parece que país do Terceiro Mundo envolve desde a Sri Lanka até o Brasil, e nós precisamos enforçar fatos brasileiros.

Outra colocação do professor Milton Guerra, nesta colocação que eu disse inicialmente, de que alegações de imprensa acabavam virando estatísticas e jurisprudência. Eu gostaria de salientar, por uma ironia do destino eu estive envolvido nesse assunto linha ELETRONORTE, aplicações de tordon, e que não existe nenhum dado científico apresentados pelos acusadores que levam a crer que houve aborto e morte, por pulverização de "agente laranja", não há nenhuma comprovação factual. Isso é corroborado, também por um documento da Secretaria Especial do Meio Ambiente, a respeito da utilização de produtos agroquímicos para o controle de vegetação e não desmatamento na área da ELETRONORTE. E esta colocação da ocorrência de morte dos indivíduos e aborto tem que ser vista no ponto de vista de epidemiológico, de uma população exposta a "no" outras enfermidades tropicais, e sem isto, é uma análise bastante desfocada da realidade. Também carece ser validadas estas informações num fórum científico; carece de delineamento estatístico para dizer se aquela morte foi significativa ou houve uma correlação entre a exposição ao produto e a morte. Por quê? Porque os dados disponíveis sobre o herbicida por nós aplicado lá, que é completamente diferente da aplicação de dioxina, mostram que o produto é um produto de baixíssima toxicidade. Indo muito além, ele é menos tóxico de que um sal de cozinha. Não estou sugerindo a ninguém a comer tordon, mas é menos tóxico do que o sal de cozinha.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — V. S.^a afirma isso conscientemente?

O SR. KAZUO HOJO — Afirmando conscientemente, baseados em dados científicos demonstráveis.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Porque eu já vi aplicação de tordon que provocou a destruição de diversas culturas.

O SR. KAZUO HOJO — Não discordo do Sr. O Tordon, aplicado inadequadamente, destrói culturas, sensíveis, como todo herbicida seletivo. Eu dizia, durante as minhas colocações, nobre Deputado, que o uso inadequado...

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Eu acho que o sal de cozinha não destrói.

O SR. KAZUO HOJO — O sal de cozinha foi um dos primeiros herbicidas utilizados, dentro do nosso conhecimento agrônomo. Não estamos comparando o risco toxicológico, e não é o risco do uso agrônomo, sal de cozinha versus tordon. Então, a de tordon com dioxina não tem nenhum, absolutamente nenhum fato significativo aqui dentro. Não contém dioxina.

Sobre a aplicação do "agente laranja", também, Sr. Deputado, a colocação tem sido freqüente na imprensa, e a comunidade, como eu disse no início, está procurando

do um ponto de apoio de dados factuais que mostram realmente o uso do "agente laranja" nesta área. E até hoje não apareceu nenhum dado factual. O que está havendo é uma confusão entre o uso "agente laranja" e herbicidas que contêm o 245T, que é muito diferente do "agente laranja", em termos de riscos e em termos de aplicações agrônomicas. Primeiro, porque o "agente laranja" nunca foi um produto tóxico.

Indo à primeira pergunta que foi colocada, gostaria de responder que os produtos da Dow Química proibidos nos países de origem se são utilizados no Brasil.

Desconheço essa afirmação.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — (Fora do Microfone.)

O SR. KAZUO HOJO — É permitido e é utilizado nos Estados Unidos. E também colocando um ponto bastante importante no julgamento de um país, não creio que no Japão seja registrado. Fato de não estar registrado não quer dizer que tenha sido proibido. Na Alemanha não tenho dados disponíveis no momento, não creio que haja aplicações para o tordon na Alemanha.

O SR. OSWALDO LIMA FILHO — E na Suécia, na Suíça, e na França?

O SR. KAZUO HOJO — Só na França é que é registrado. Se o Sr. Relator preferir eu posso lhe enviar a lista dos países onde esses produtos são registrados e não há nenhuma restrição de proibição total do produto em qualquer lugar do mundo. Então essa pergunta...

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — (Fora do microfone.)

O SR. KAZUO HOJO — Bastante interessante a sua pergunta.

De fato, produtos um tanto quanto inadequadamente chamado de organoclorado, e segundo o Dr. Carincotti, organoclorado seria toda a substância orgânica que tenha hidrogênio e oxigênio e tem cloro.

Defensivos organoclorados; como é interpretado no dia de hoje, pela imprensa escrita e falada, e certos documentos governamentais, a nossa empresa nunca produziu e continua não produzindo. O tordon é um produto orgânico, como qualquer outra substância, tem outros halogêneos, entre eles o cloro. E nós utilizamos no Brasil pelo menos nos últimos 15 a 20 anos. Mas a caracterização, fluorado como diz o Dr. Carincotti, na apresentação anterior, só por ter molécula de cloro, flúor ou hidrogênio, não se caracteriza como clorado, fluorado, ou hidrogenado. Está caracterizado, está muito viciado na sua utilização ligada a persistência no ambiente, e que os puristas acreditam que seja nocivo e que nós técnicos dizemos que existe um nível aceitável de contaminante ambiental.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — (Inaudível)

O SR. KAZUO HOJO — A maioria, não, mas alguns deles, um belo exemplo foi o do Endusulfan, que tem uma persistência maior no sistema biológico. Mas que isso cresça em proporção exponencial aceitável, dose esta que o indivíduo pode ingerir por toda uma vida, sem produzir danos significativos à saúde. A existência de resíduos não significa motivo de alardes, mas sim a quantidade disto dentro da dieta alimentar do cidadão. Então a pura colocação disto necessita ser avaliado do ponto de vista populacional para ver se oferece algum impacto iminente à saúde pública.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — V. S.^a certamente concordará que tem sido detectada a existência de resíduos de organoclorados até em leite materno. E, comumente, em leite comum e em leite pasteurizado.

O SR. KAZUO HOJO — É verdade. Os dados da Dra. Valquíria Lara, de São Paulo, do Instituto Adolph Lutz, mostram existência de alguns produtos orgânicos no leite materno. Nem por isso a situação não é crítica. Existiu um acúmulo de produtos que já foram restritos há pelo menos dez anos. O impacto biológico dessa quantidade quantificada pela Dra. Valquíria tem que ser avaliada à luz dos conhecimentos científicos.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Mas enquanto eles são avaliados muita gente vai morrendo por aí.

O SR. KAZUO HOJO — Não acredito, porque não existem esses dados Deputado.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Eu indagaria a V. S.^a, também, se a Dow Química produz defensivos mercuriais?

O SR. KAZUO HOJO — Não produzimos, nunca produzimos e não está, pelo menos no plano de pesquisa nos próximos dez anos.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Eu indagaria ainda, e a pergunta que já fiz ao Dr. Mário Carincotti, se a Dow Química tem uma linha de pesquisa destinada a estimular o controle biológico das pragas?

O SR. KAZUO HOJO — Não conheço uma única indústria química que esteja trabalhando no setor de pesquisa, do controle integrado de pragas, onde há uma junção do controle químico versus uso de produtos biológicos.

Agora, cabe aqui uma ressalva, do ponto de vista estritamente técnico-científico, de que a larga utilização de certos produtos biológicos sem a devida avaliação do risco toxicológico disso, merece uma atenção em nosso País — sabemos do trópico ou qualquer outras condições, as radiações ionizantes, os raios ultravioleta de sol, podem até produzir, numa mera fantasia científica, podem até produzir mutações. E não há nenhuma informação de que isto não ocorra ou de que isto ocorra. Assim como o defensivo agrícola tem a sua avaliação e o tempo de pesquisa, que leva pelo menos oito a dez anos para que nós asseguremos a eficácia e a segurança, também sugiro que esses produtos tenham a sua adequada valiação realizada.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Ainda teria umas duas ou três perguntas, Sr. Presidente. Uma delas é se a Dow Química ou se outras companhias têm participado de campanhas de educação para a segurança na aplicação de defensivos?

O SR. KAZUO HOJO — Excelente pergunta. Nós temos participado e faz parte da política apesar de que não vim hoje especificamente para falar sobre nossa companhia, mas, perguntando, gostaria de informar que a nossa empresa tem participado de campanhas e faz parte da filosofia técnica e política nossa de um programa que nós chamamos de "acompanhamento de uso de defensivos", esclarecer isso via, pelo menos, 90 agrônomos que nós temos, a nível de campo, prestando uma assistência técnica integral para finalidades dos nossos produtos. Cada agrônomo dispõe de um conjunto de informações, slides, roteiros para que minimizem o nível de exposição do indivíduo no momento da aplicação.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Dos títulos que nos vieram às mãos, com a apresentação dos diversos depoentes, consta que V. S.^a é Presidente da Comissão Federal de Ecologia do Conselho Federal de Medicina e Veterinária, e Membro da Comissão Técnica de Qualidade das Águas Interiores e Costeiras do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Essa última organização, V. S.^a faz parte dela desde quando?

O SR. KAZUO HOJO — Eu gostaria de esclarecer um equívoco. Eu sou ex do primeiro e ex do segundo. O prazo desta Comissão terminou na última gestão federal, com a reestruturação do Ministério do Interior passando para o Ministério do Meio Ambiente.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Não é verdade, professor Kazuo Hojo, que os defensivos atacam também não só as pragas mas predadores, também das pragas, e como tal favorecem ao desequilíbrio ecológico?

O SR. KAZUO HOJO — Esse é um fato notório, conhecido. De fato, o uso não adequado poderá acontecer exatamente isso. Mas deverá haver uma seleção para que isso aconteça. Um belo exemplo, o Dr. Carincotti acabou de dizer que era um dos produtos específicos para o

controle integrado, tendo em vista essa precaução de não ser o produto total.

O SR. RELATOR (Oswaldo Lima Filho) — Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Concedo a palavra ao eminente Senador Roberto Wypych

O SR. ROBERTO WYPYCH — Dr. Kazuo Hojo, vejo no documento distribuído aos presentes e que acaba de ser lido por V. S^a alguns termos que gostaria de vê-los esclarecidos.

Pergunto: o que V. S^a quer dizer no tópico inserido na expressão: "Esta discussão sem racionalismo, objetividade e sem o necessário envolvimento aprofundado do conhecimento fitossanitário apregoado por alguns visionários". Quem são esses alguns visionários?

O SR. KAZUO HOJO — Bem, nesta expressão específica de visionários dizemos de pessoas que apenas buscam um mundo totalmente puro, isento disso. Pessoas que apregoam, tem a convicção de estarem expostos a produtos químicos

O SR. ROBERTO WYPYCH — Logo em seguida quando V. S^a declara. "Crêem algumas ativas ambientais que o Brasil virou o "lixão do mundo". Quem são esses ativistas ambientais?

O SR. KAZUO HOJO — A imprensa é farta nessas acusações de que hoje se utiliza grande quantidade enorme de produtos, inclusive estabelecendo quantidade de defensivo por habitante. São pessoas que agem nessa área ambiental e apenas acusam. A imprensa é farta de pessoas dessa natureza e não caberia determinar quem são eles. E diria mais, ainda que não colocando a palavra **lobby** no sentido pejorativo, mas que faz parte de um programa de International Organization (inaudível) um programa contra defensivos que eu poderia enviar à Mesa, esse programa, muito curioso, porque é por princípio, não é por discussões técnico-científicas.

O SR. ROBERTO WYPYCH — O que V. S^a entende quando Philip Handler, Presidente do **National Academy of Science** dos Estados Unidos, em 1980, alertava num discurso da infiltração da entidade da anticiência e do anti-racional na cultura humanística, como na científica, e convocavam cientistas a confrontar essas tendências e identificar os charlatões entre eles?

O SR. KAZUO HOJO — Eu acho que o que coloca esse nobre cientista é a manipulação da Ciência e não a interpretação do fato científico, dentro da ótica de Ciência. É manipulação para finalidade ideológica.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Muito bem. Vejo, também, que eu não prestei muita atenção quando V. S^a respondeu a pergunta do nosso eminente Deputado Federal, há poucos instantes, sobre o **currículum** que conste aqui da relação dos depoentes, em que V. S^a se apresenta agora como Gerente de Assuntos Ambientais e Regulamentação da Dow Química S.A., ou Presidente da Comissão Federal de Ecologia e Toxicologia do Conselho Federal de Medicina e Veterinária, ou ainda, como Membro da Comissão Técnica da Qualidade de Águas Interiores e Costeiras do Conselho Nacional do Meio Ambiente. V. S^a teria dito que teria sido "ex" do primeiro e do segundo.

O SR. KAZUO HOJO — Isso terminado praticamente no ano passado

O SR. ROBERTO WYPYCH — Então V. S^a se apresenta nesta Comissão como Membro da Comissão Técnica de Qualidade de Águas Interiores e Costeiras do Conselho Nacional do Meio Ambiente?

O SR. KAZUO HOJO — Não. Vim representar a posição de um técnico, muito menos de nenhuma dessas entidades. Apenas foi solicitado o **currículum** e apenas dei a história retrospectiva. Gostaria de deixar bem claro que não sou nenhuma dessas entidades, não estou autorizado, nem muito menos é minha pretensão, a apresentar.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Gostaria então que V. S^a me esclarecesse bem em que posição se encontra,

neste instante, ao afirmar aqui tendo visto este panorama da página nº 3, que diz:

"Tendo em vista este panorama para uma abordagem adequada sobre a questão dos defensivos agrícolas, torna-se necessário diferenciar opiniões morais, políticas e científicas, pois **estamos** constantemente sendo bombardeados pelos veículos de comunicação com informações questionáveis."

Como é que V. S^a se coloca neste instante, ao afirmar que **estamos**. **Estamos**, em nome de quem?

O SR. KAZUO HOJO — **Estamos**, alguns membros que analisam o fato como ele é, e esses fatos como são, foram colocados aqui nos nossos anexos. Não estou falando em nome de grupo, de absolutamente ninguém, mas o fato de pessoas que avaliam essas informações.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Perguntaria, finalmente, para não me alongar V. S^a nos trouxe em anexo alguns quadros, entre eles um dos dados estatísticos, no anexo I, "Sistema Nacional de Informações Toxicofarmacológicas", tabulação de dados, em que o setor de pesticidas agrícolas se apresenta com 413 casos, em 1982, e 1.247 casos, em 1973. Houve um acréscimo de quase 2.000% de casos em um ano para outro? A que V. S^a credita esta diferenciação tão grande, de um ano para outro?

O SR. KAZUO HOJO — Os dados frios revelam exatamente isto. Agora, é importante, de acordo com a informação do coordenador, que esta rede nacional de informação toxofarmacológica, que tinha, aproximadamente, seis centros a nível nacional, multiplicou-se e as informações coletadas são da melhor qualidade possível.

Não há uma causa específica, e sim o levantamento das informações é que aumentaram. É mais ou menos falarmos que os casos de câncer no Brasil, estejam aumentando. Aumentamos é a capacidade do diagnóstico precoce do câncer, e poderá até estar aumentando, mas ninguém tem dados factuais para dizer que isto o seja.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Isso quer dizer que os dados que V. S^a trouxe a esta Comissão não retratam com fidelidade a realidade do campo quanto às intoxicações?

O SR. KAZUO HOJO — Bem colocado. São as melhores informações disponíveis coletadas por um critério científico deste centro. Não poderia interpretar se essas informações relatam com fidelidade a realidade do campo, mas são as únicas informações oficiais feitas por especialistas nisso.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Mas V. S^a entende que admitindo que esses dados fossem oficiais e que o setor de pesticidas agrícolas se apresente, em 1983, com 8% em relação ao total de casos toxicofarmacológicos, V. S^a acha que 8% é pouco, bom, ou é muito?

O SR. KAZUO HOJO — Sr. Senador, eu colocaria que qualquer intoxicação é muito.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Era isso que eu queria saber. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Por uma inadvertência minha, não passei aos nossos convidados as perguntas que iam sendo formuladas pela nossa assistência técnica, embora alguns assuntos já tivessem sido abordados na sua exposição.

A primeira pergunta é a seguinte:

No depoimento anteriormente apresentado nesta Comissão, foi afirmado que o número de pragas no Brasil aumentou nos últimos 20 anos e que há uma correlação entre o número de pragas e o volume de agrotóxicos utilizados.

Poderia comentar essa observação?

O SR. KAZUO HOJO — Eu colocaria aqui, dentro do espírito de expressar o ponto de vista técnico de que não sou especialista em entomologia, nem na área fitossanitária, especificamente, Das informações que tenho ouvido, esta informação de que aumentou o número de praga em relação ao consumo de defensivos, é uma informação que merece ser avaliada num fórum técnico-

científico e devem ser validadas essas informações para que sejam utilizadas como interpretação da realidade.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — A segunda pergunta, me parece que V. S^a já respondeu.

Existem produtos químicos utilizados no Brasil proibidos nos seus países de origem?

O SR. KAZUO HOJO — O Dr. Mário Carincotti acabou de mencionar algumas delas, e o que existe hoje é exatamente o inverso, o banimento de um grupo de produtos aqui e muitos deles sendo utilizados em outros países. Mas existem produtos restritos, e na minha apresentação disse que o fato de um produto ser banido num país qualquer não deverá, necessariamente, significar o mesmo banimento, porque muitas vezes o uso aqui é completamente diferente. Cito como um belo exemplo o produto de utilização em cultura do cacau, como em cultura de seringueira, como culturas muito típicas da nossa região. Isso apenas como exemplo. Mas que o critério científico para avaliar o risco desta utilização nas nossas condições precisa existir.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — A última pergunta

Qual o processo pelo qual passa um produto químico até ser liberado para uso no Brasil, especialmente no que se refere à toxicidade e efeito no meio ambiente?

O SR. KAZUO HOJO — Existem exaustivos dados técnico-científicos sendo apresentados aos órgãos brasileiros, desde o Ministério da Saúde, a Agricultura, e hoje o do Meio Ambiente, que relatam com bastante clareza todo o risco de uma exposição aguda, com curto espaço de tempo, uma exposição um pouquinho mais prolongada, de 60 a 90 dias, uma exposição crônica ao produto, inclusive em impactos de ordem ambiental com análise de resíduos.

As informações disponíveis são analisadas e utilizadas. Gostaria de salientar que a geração dessa informação não acontece, mesmo com altíssimo investimento, do dia para noite, muito menos por ano. Essas informações são geradas no decorrer de pelo menos 8 a 10 anos, até que o produto tenha toda a sua utilização adequada a nível de campo, e é um tempo que não podemos diminuir. Digo mais: por que não podemos diminuir? Porque utilizamos dois anos na alimentação contínua, a animais de laboratório e não podemos acelerar esse teste, que chamamos de teste de toxicidade crônica, para avaliar a segurança ao homem, dando duas vezes alimentação maior para um rato, e esses melhores conhecimentos são os melhores conhecimentos científicos até hoje disponíveis para se extrapolar as condições de ambiente ou de saúde.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Muito obrigado a V. S^a pelas respostas que acaba de dar e pela exposição que fez.

O SR. KAZUO HOJO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Antes de encerrar a reunião desejo agradecer aos três convidados de hoje, os engenheiros agrônomos Mário Carincotti e Agostinho Mário Boggio, e ao médico veterinário Kazuo Hojo, pela soma elevada de conhecimentos que nos deram e que permitirão ao nosso Sr. Relator e aos membros da Comissão examinar melhor o assunto.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião

COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 296, DE 1984, DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS ACERCA DA FABRICAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO PAÍS.

9ª Reunião, realizada em 3 de outubro de 1985

Às dez horas do dia três de outubro de mil novecentos e oitenta e cinco, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores, presentes os Senhores Senadores Amaral Peixoto, Roberto Wypych e Deputados Saramago Pinheiro, Oswaldo Lima Filho, Pacheco Chaves e José Frejat, reúne-se a Comissão Especial Mista, criada pelo Requerimento nº 296, de 1984, destinada a realizar

estudos acerca da fabricação, comercialização e utilização de agrotóxicos no País.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Benedito Ferreira, Galvão Modesto, Jorge Kalume, Martins Filho, Mauro Borges, Álvaro Dias, Alcides Paio, Marcondes Gadelha, Carlos Lyra e Deputados Augusto Trein, Octávio Cesário, Dirceu Carneiro, Raul Belém, Borges da Silveira, Oscar Alves e Lúcio Alcântara.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Amaral Peixoto, declara abertos os trabalhos da Comissão.

É dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que, em seguida, é dada como aprovada.

Dando continuidade aos trabalhos da Comissão, o Senhor Presidente, após discurso de abertura, concede a palavra aos depoentes, Dr. Mário Niewegcoswki Filho, Executor da Política Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, que discorre a sua explanação nos seguintes dados, aspectos gerais referente à fiscalização no Estado do Paraná, entraves legislativos que dificultam a fiscalização, a contaminação alimentar e ambiental por agrotóxicos, as consequências da utilização irracional de agrotóxicos para o homem e finalizando, utilizou "slides" mostrando irregularidades em rótulos de produtos, propaganda, o uso indevido de agrotóxicos e outros.

Por fim, usa da palavra Dr. Nei Lúcio Domiciano, Engenheiro Agrônomo da Fundação do Instituto Agrônomo do Paraná, com sede em Londrina, que fez abordagem do histórico do controle de pragas e as consequências do uso de agroquímicos, discorreu também sobre o controle integrado de pragas e o "status" dos agroquímicos no controle integrado de praga.

Abordou sobre o desenvolvimento e funções dos principais métodos de controle de pragas e suas limitações de uso de adoção.

Finalizando, o Senhor Presidente agradece a presença dos depoentes e demais membros da Comissão e determina que as notas taquigráficas, tão logo sejam traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Clayton Zanlorenci, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA PELO REQUERIMENTO Nº 296, DE 1984, DESTINADA A REALIZAR ESTUDOS ACERCA DA FABRICAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS NO PAÍS, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO, SENADOR AMARAL PEIXOTO

Presidente: Senador Amaral Peixoto
Relator: Deputado Oswaldo Lima Filho
(Íntegra do apanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Havendo número regimental declaro aberta a reunião. Designo o Deputado Saramago Pinheiro para as funções de Relator, na ausência do Deputado Oswaldo Lima Filho.

Os depoentes são o Engenheiro-agrônomo Nei Lúcio Domiciano, que é pesquisador da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná, sediado em Londrina, e Mário Niewegcoswki Filho, também do Estado do Paraná.

Tem a palavra o Sr. Mário Niewegcoswki Filho.

O SR. MÁRIO NIEWEGCOSUKI FILHO — Inicialmente, queremos expressar que nos sentimos profundamente honrados de participar do ciclo de depoimentos sobre agrotóxicos, esperando subsidiar V. Exs e os demais, Senhores e Senhoras aqui presentes.

Dividiremos a nossa explanação em seis aspectos:

1º) aspectos gerais referentes à fiscalização no Estado do Paraná;

2º) entraves legislativos que dificultam a fiscalização;

3º) a contaminação alimentar e ambiental por agrotóxicos.

4º) as consequências da utilização irracional de agrotóxicos para o homem;

5º) slides mostrando irregularidades em rótulos de produtos, propaganda, uso de agrotóxicos e outros.

O órgão que realiza a fiscalização de agrotóxicos no Estado do Paraná é o Departamento de Fiscalização, Coordenadoria de Defesa Sanitária Vegetal. Esse Departamento possui 35 agrônomos, no campo, mais de 10 técnicos agrícolas, e desenvolve atividades na seguinte área: fiscalização do comércio de sementes, visando garantir a qualidade da semente vendida ao agricultor; fiscalização do comércio de mudas, visando garantir a qualidade da muda vendida ao agricultor; programa do câncer cítrico, que visa erradicar o câncer cítrico no Estado, e fomentar a citricultura no Estado; vigilância fitossanitária, acompanhamento das pragas e doenças que atacam as lavouras; a fiscalização do comércio de agrotóxicos que tem por objetivo garantir a qualidade química e física dos produtos, garantir a venda de produtos não proibidos; o recetário agrônomo, que tem por objetivo fiscalizar a venda de produtos somente com a prescrição da receita; e ecotoxicologia, que estuda os efeitos da utilização de agrotóxicos para o meio ambiente e para o homem.

Essa fiscalização do comércio de agrotóxicos é desenvolvida pela Secretaria da Agricultura há dez anos através do convênio firmado com o Ministério da Agricultura

Dentro do segundo aspecto que nós vamos explicar, citam-se os entraves na fiscalização. Observamos que a legislação federal, em vigor atualmente no País, é extremamente defasada e desatualizada. Entre algumas distorções do Decreto nº 24.114, de 1934, verificamos muitas desatualizadas, de dez centavos a cinco cruzeiros. Isto desgasta a fiscalização, torna inócua muitas vezes as medidas tomadas, pois não existem formas coibitivas efetivas para se punir as irregularidades

(Projeção de transparência.)

Como exemplo, mostraremos uma transparência, na qual constam 325 autos de infração, lavrados em 1983, contra dez empresas que produzem agrotóxicos no País. Nessa transparência, nós vamos verificar que o número de autuações em cima dessas empresas é bastante elevado, e que a única restrição, a única punição mais rigorosa, mais efetiva contra essas indústrias seria apreender os seus produtos. Essas empresas foram autuadas por colocar produtos com a qualidade química e física abaixo das especificações do mercado, por colocar rótulos — como nos vamos mostrar a seguir nos slides — rótulos induzindo o agricultor a utilizar incorretamente os produtos. E também por colocar produtos proibidos.

(Projeção de transparência.)

Então aqui estão os exemplos, como nós citamos. Verificamos que de 325 processos, de quando foi feito o levantamento, em 1983, como nós falamos, a empresa Bayer do Brasil foi autuada 72 vezes. O produto Bayleton foi autuado 15 vezes, no entanto, pela lei federal, não se tomou medida coibitiva mais efetiva, como nós citamos, pela legislação estadual, somente o produto Bayleton, com as multas previstas na lei estadual, foi penalizado no equivalente a cem milhões de cruzeiros.

Esse tipo de fato, desde que começamos a realizar a fiscalização no Estado do Paraná, há cerca de dez anos, vem-se repetindo. Então, no ano de 1983, nós verificamos que foram feitos mil e cinqüenta processos contra as indústrias. Esse número se mantém relativamente constante. No nosso modo de entender, é uma discrepância, porque, por exemplo, se nós cometermos uma irregularidade, mínima que seja, estacionarmos o carro num local não permitido, seremos penalizados. No entanto, as indústrias detentoras de uma alta tecnologia, de uma alta capacidade de adaptação às circunstâncias e às legislações, negligenciam aspectos técnicos e cometem essas irregularidades.

Outro aspecto negativo do Decreto nº 24.114 é que não prevê a fiscalização de herbicidas, não prevê a fiscalização do uso dos produtos, entre outros problemas.

Outro aspecto importante a ressaltar é que existe um excessivo número de portarias federais que regulamentam a matéria. Hoje, no Brasil, existem cerca de noventa portarias federais. Esse excessivo número de portarias dificulta o repasse de informações e a atualização, no se-

tor, de técnicos e do próprio agricultor, preenchendo lacunas específicas, e não resolvendo o problema, como um todo, em definitivo.

Alguns exemplos de distorções em portarias: em 1971, foi publicada a Portaria nº 357, de 14 de outubro, que proibiu o uso de organoclorados em pastagens. Ressalte-se o conteúdo da portaria, considerando as medidas restritas aos resíduos de inseticidas clorados, impostas pelos países importadores de produtos agropecuários: "considerando que a constatação de resíduos de inseticidas clorados, em carnes e produtos derivados, tem provocado prejuízo à nossa exportação"... A medida foi tomada não devido à constatação da nocividade dos organoclorados ao homem e ao meio ambiente no Brasil, mas sim em face da pressão dos países importadores.

Outra Portaria, de 29 de abril de 1980, de nº 6, cita: "considerando os efeitos nocivos, os efeitos tóxicos, os efeitos poluentes, fica proibido o registro de novos produtos que contêm na sua formulação mercúrio", mas os produtos registrados estão autorizados para serem comercializados até o vencimento de seu registro. No nosso modo de entender, a partir do momento em que se constatou que o produto tem efeitos nocivos, tóxicos e poluentes deveria ser sumariamente proibida a sua comercialização e retirado do mercado, e não permitindo o registro, ou a manutenção de registro desses produtos.

Isso não se fez. Essa portaria permitiu que esses produtos, mesmo com efeitos nocivos, continuassem sendo comercializados.

A Portaria 2, de 27-1-81, proibiu o registro de marcas comerciais com o ingrediente ativo BHC, no entanto, autorizou a comercialização desses produtos por mais três anos. É o mesmo caso anterior. Verificando a nocividade do produto, acreditamos que deveria ser retirado do mercado imediatamente e as indústrias não mais fabricarem o produto sem autorização do Governo. No entanto, o que ocorreu foi diferente, as indústrias continuaram colocando os seus produtos por três anos no mercado. Disseminaram-nos numa rede muito grande de comerciantes. Com isso, a fiscalização teve que procurar coibir a comercialização e a utilização numa rede muito grande de comerciantes. Por exemplo, no Estado do Paraná, nós possuímos registrados 1.210 comerciantes. Esses produtos pulverizaram-se nesses 1.210 comerciantes, além de serem vendidos evidentemente para agricultores, quando seria muito mais fácil se proibir a comercialização em algumas poucas indústrias que sintetizam, que manipulam ou que fabricam esses produtos. Isso trouxe um problema bastante grande para o Estado. Nós retiramos do mercado, a partir da proibição da portaria, cerca de 250 toneladas de BHC, que hoje estão depositadas em armazéns do Governo e em armazéns de particulares, estes como fiéis depositários do Governo. No entanto, nós não possuímos, hoje, no Estado, e não existe no Brasil, em órgãos governamentais, instrumentos capazes de destruir produtos proibidos, retirados do mercado. Além disso, o Estado fica com o ônus da manutenção desses produtos nos armazéns do Governo e de particulares, e da futura destruição desses produtos, e a indústria sai ileso.

Na lista atual de agrotóxicos do Paraná, o art. 5º da Lei, a partir da data da sanção, prevê que a indústria deverá arcar com os custos de destruição dos produtos apreendidos e forma mais eficaz de destruir esses produtos.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Lei estadual?

O SR. MÁRIO NIEWEGCOSWSKI FILHO — Lei estadual

(Projeção de transparência.)

Nós vamos mostrar um exemplo, que considero bastante importante, de irregularidades na aprovação de produtos pelos órgãos federais competentes, especificamente Ministério da Agricultura e Ministério da Saúde.

A Associação dos Agrônomos do Estado do Paraná, em março de 1984, fez a seguinte denúncia para a Secretaria da Agricultura do Estado: que havia 59 ingredientes ativos, para mais de 300 culturas, que estavam registrados irregularmente no País. A irregularidade era a seguinte: os produtos haviam sido registrados pelo Ministério da Agricultura sem terem os dados toxicológicos

necessários para que pudessem ser registrados. Na denúncia da Associação, veio um documento, do próprio Ministério da Saúde, no qual consta que o produto Maneb, para arroz, amendoim, soja, café e cacau, não tinha a tolerância estabelecida. Tolerância é a quantidade máxima de resíduos que podem estar contidos num alimento. Conseqüentemente, não tendo a tolerância estabelecida, nós não sabemos quanto desse produto pode ser danoso à saúde, se 1 ppm do produto ou se 1.000 ppm. E verificamos, no sumário de recomendações de defensivos agrícolas do Ministério da Agricultura, que para o produto Manzate D, ingrediente ativo Maneb, como nós citamos, foram registradas as culturas arroz, amendoim, alface e cenoura que não possuíam essas tolerâncias estabelecidas.

A Secretaria da Agricultura, checando, então, a veracidade da denúncia, viu que havia, como citamos, umas 252 marcas comerciais irregulares. No entanto, no Paraná, na época, eram comercializadas cerca de 430 marcas comerciais. Dessas 252 irregulares no País, 180 estavam irregulares no Estado, representavam 41,8% dos produtos comercializados no Estado.

Junto com a denúncia da Associação, foram mandados boletins, sumários de análises de resíduos realizadas pela própria Secretaria, onde verificamos o aparecimento de resíduos, por exemplo, de ingrediente ativo Maneb.

A implicação é bastante grave pelo seguinte: a fiscalização, constatando esse resíduo, não tendo na legislação parâmetros que digam que 3 ppm, como consta ali, eram nocivos ou não para a saúde pública, simplesmente não tinha instrumento legal para retirar ou não a produção do mercado, permitir que fosse comercializada ou não.

(Projeção de transparência.)

Essa transparência é um exemplo do levantamento das marcas comerciais irregulares. A Secretaria de Agricultura formalizou, para o Ministério da Agricultura, para o Ministério da Saúde, para vários centros de pesquisa e universidades, o fato, pedindo providências junto ao Ministério da Saúde e Ministério da Agricultura.

Nós vamos ler o parecer do Professor Miguel Loyola da Rocha, da Universidade Federal do Paraná, a respeito do assunto, que, eu acredito, caracteriza bem a gravidade do problema e resume bem a situação:

"1 — Examinando exaustivamente os documentos anexados, há que se concluir pela autenticidade e veracidade da denúncia apresentada pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná. 2 — Lamentavelmente, as "Monografias" do Registro no Ministério da Agricultura são completamente irregulares, algumas não citando a cultura nas modalidades de emprego e com citação da tolerância e de carência para a cultura, outras o inverso, citando a cultura e não citando a tolerância e a carência respectivas, motivo principal da denúncia apresentada..."

"Parecer: salvo a existência de "Extensão de uso" para os produtos, com as culturas e respectivas tolerâncias e carências, somos de parecer pelo cancelamento imediato da comercialização dos mesmos, proibindo-se o uso, no Estado do Paraná, dos produtos, para as culturas em que não existam tolerância e carência determinadas na forma da lei."

Se verificarmos os documentos dos Ministérios da Saúde e da Agricultura, os responsáveis pelos órgãos admitem ter ocorrido irregularidades. Em função dessa denúncia, foram proibidas, no País, 110 culturas para esses ingredientes ativos e proibidas 74 marcas comerciais.

É interessante, também ressaltar que a ANDEF, absolutamente, considerou real a denúncia formalizada, mesmo depois da oficialização por parte desses organismos. E se formos verificar a correspondência da ANDEF, isso fica bastante caracterizado.

Outro aspecto que vamos abordar, como havíamos citado, é o problema da presença de resíduos no meio ambiente. Vamos citar apenas um trecho de um trabalho realizado pela SUREHMA — Superintendência dos Recursos Hídricos do Paraná, que nós consideramos bastante importante. A SUREHMA, em 16 municípios, coletou 267 amostras de água in natura. Dessas, 259 amostras demonstraram a presença de BHC em todos os Municípios. As porcentagens variaram de 83% em Matinhos até 100% em Cambará, Bandeirantes, Rolândia, Bela Vista do Paraíso, Campo Mourão, Umuarama, Iporã, Araucária e Lapa.

Com relação à contaminação em alimentos, o trabalho realizado pela Secretaria da Agricultura, nos anos de 1984 até julho de 1985, demonstrou o seguinte: "pelos resultados, pode-se observar o aparecimento, como principais resíduos, do BHC e do DDT que, juntos com o Aldrin, Geldrin e Endrin, Lindane, Clordane e Metil Parathion compõem um grupo de produtos altamente tóxicos e residuais. Com exceção do BHC e do DDT, já proibidos no Brasil há dois anos, o restante é comercializado livremente, exceto nos Estados que possuem uma legislação própria. Esses produtos são, em sua maioria, proibidos ou de uso altamente restrito e fiscalizados em seu país de origem. Num trecho da conclusão diz o seguinte,

"Concluimos, portanto, que há necessidade urgente de reverter a situação de contaminação ambiental, pois o uso de agrotóxicos organoclorados, mesmo dentro de doses recomendadas, agravam a atual situação. Sabemos também que a recomposição do ecossistema, após a suspensão total do uso, demandará um tempo imensurável, o que caracteriza a urgência desta medida. Para a viabilização da suspensão total do uso de organoclorados no Brasil propomos as seguintes medidas: adequação da legislação, uso imediato dos substitutivos organoclorados, especialmente em programas governamentais, entre outros."

Esse trabalho foi feito anteriormente à proibição do Ministro Pedro Simon aos organoclorados. No nosso modo de entender, a medida tomada pelo Ministro foi totalmente correta. Nós podemos dizer isso por experiência própria no Estado que, já em 1984, um ano antes da proibição pelo Ministério da Agricultura, havia proibido os organoclorados. Nós verificamos, através de trabalho realizado pela Secretaria de agricultura e complementado pelo IAPAR, que existem produtos substitutivos para a maioria dos produtos.

Visando mostrar ao agricultor e aos técnicos essa realidade, fizemos um levantamento das marcas comerciais que poderiam substituir os produtos organoclorados no Estado, que encaminhamos às universidades e aos centros de pesquisas. Por exemplo, para o produto Dicofol, para a cultura de algodão, para o controle do ácaro rajado, branco e vermelho, verificamos que existem setenta e três marcas comerciais registradas oficialmente pelo Ministério da Agricultura. Dessas setenta e três marcas, aproximadamente vinte e cinco são para ácaro rajado, vinte e cinco para o ácaro branco e vinte e cinco para o ácaro vermelho. Esses setenta e três foram avaliados pelo IAPAR, que foi o único instituto que até agora respondeu à nossa solicitação, e três deles foram colocados como preferenciais para o controle do ácaro rajado, branco e vermelho. Portanto, fica caracterizado que produtos substitutivos registrados existem, produtos mais eficientes também existem.

Nós temos aqui o documento e nós vamos deixar para a Comissão todos esses dados que nós estamos citando. (Falha de gravação.)

Algodão, o ácaro rajado, branco e vermelho. O IAPAR mandou tabela

O SR RELATOR (Saramago Pinheiro) — V. S^a citou setenta e três marcas e aqui na exposição passada o expositor mostrou que se não for utilizado o Dicofol, a produção seguinte ficaria dez vezes mais cara, e eu estou muito interessado em saber isso já.

O SR MÁRIO NIEWGCOSWSKI FILHO — Aqui cita o seguinte: algodão é a base de Propargite, Hostathion é a base de Thiazophos, e Curaomite cron, a base de Profenofós. Para os outros, que também são bastante polêmicos, são citados três outros produtos preferenciais, fora aqueles outros produtos que existem registrados: Acricid, à base de Binapacryl, Omite, a base de Propargite, e Neorow, à base de Bromopropylate.

O SR RELATOR (Saramago Pinheiro) — E para a leprose da laranja, que aqui foi muito debatida?

O SR MÁRIO NIEWGCOSWSKI FILHO — Exatamente. No caso dos citros, os três produtos recomendados para o ácaro ferrugem e ácaro leprose. A nossa opinião, com relação ao problema do Dicofol é o seguinte: quando nós proibimos os organoclorados nos Estados, o Dicofol, conseqüentemente, entrou no bojo dos produtos proibidos e não havia comerciantes estoques suficientes desses produtos preferenciais, ou outros produtos substitutivos que atendessem à necessidade de demanda.

No entanto, do ponto de vista agrônomo e do ponto de vista ambiental, fica caracterizado que existem produtos substitutivos, pelas próprias posições, pelos próprios levantamentos que nós fizemos e pelas próprias posições adotadas pela pesquisa.

No caso do Paraná, em função dessa não existência de produtos no mercado, em função, na safra passada do algodão de haver a incidência excessiva de ácaro em algumas regiões produtoras de algodão, houve a liberação do Dicofol. Agora, isso é um aspecto importante a ressaltar, também, porque é uma medida prevista na legislação federal, e prevista também na legislação estadual. A legislação federal, assinada pelo Ministro Pedro Simon, cita, no item b que, em casos emergenciais, poderão ser liberados produtos organoclorados. Portanto, em termos práticos é perfeitamente exequível, no nosso modo de entender.

O SR RELATOR (Saramago Pinheiro) — Quer dizer que podem ser fabricado para uma emergência?

O SR. MÁRIO NIEWGCOSWSKI FILHO — Esses produtos ficam armazenados em .

O SR. RELATOR (Saramago Pinheiro) — Ficam armazenados. É quando não estão armazenados, como vão ser fabricados?

O SR. MÁRIO NIEWGCOSWSKI FILHO — Eles ficam armazenados nas cooperativas. Agora esse é um ponto que eu considero bastante importante. Durante essa fase de transição de substituição do produto, o Poder Executivo terá que estudar mecanismos que propiciem a entrada desses outros produtos mais eficientes e menos perigosos no mercado, associados à presença no comércio desses produtos. Eu acredito que é perfeitamente exequível e possível de ser feito.

O SR RELATOR (Saramago Pinheiro) — Na palestra anterior, se falava também no preço. De que isso aumenta muito o preço, que é brutalmente aumentado o preço? Então, que setenta por cento das culturas de citros eram tratadas com Dicofol, enquanto realmente 30% eram tratadas com produtos diferentes de Dicofol o que mostrava a gravidade do problema da proibição, para o caso específico dos citros e, no caso dos citros, da leprose

O SR MÁRIO NIEWGCOSWSKI FILHO — Anteriormente, nós comentamos e eu acredito que deve ser estudado, como nós fizemos no Estado junto com a pesquisa, quais as culturas que necessariamente deverão utilizar-se desses produtos a curto, a médio e a longo prazo para, paralelamente, ir substituindo esses produtos por outros que comprovadamente são menos danosos para a saúde e para o ambiente e são mais eficientes do ponto de vista agrônomo. Isso é que é importante também fixar, porque muitas vezes o que aconteceu no Estado, com relação à própria liberação do Dicofol o seguinte: o produtor usou o Dicofol em muitos casos, o produto não funcionou, isso obrigou-o a usar mais produto, obrigou-o a comprar mais produto. Conseqüentemente, onerou mais o seu custo de produção. Conseqüentemente, se expôs mais ao produto e, portanto, contaminou mais o meio ambiente. Fica um círculo vicioso. Agora, como nós citamos, a portaria ministerial e as leis estaduais, como nós dissemos, previam a liberação dos produtos. É uma questão de se encarar, no meu modo de entender, como seriedade, consultando a pesquisa, se embasando bem junto à pesquisa, e através de contato com a própria indústria, viabilizar, quando possível, a presença desses produtos no comércio...

O SR RELATOR (Saramago Pinheiro) — (falha na gravação) V. S^a vai falar também sobre o Endosulfan?

O SR. MÁRIO NIEWGCOSWSKI FILHO — Não, nós não vamos comentar sobre o Endosulfan...

O SR RELATOR (Saramago Pinheiro) — Eu chamo a sua atenção sobre o caso do Endosulfan porque ele é de suma importância no Estado do Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais ..

O SR. MÁRIO NIEWGCOSWSKI FILHO — Nós adotamos a seguinte medida no Estado: estamos fazendo consulta à pesquisa. Mandamos correspondência consultando o IAPAR, a EMBRAPA, o Instituto Biológico e mais um centro, de que não me recordo, sobre as princi-

país utilizações do Endosulfan, que, no Estado do Paraná, é bastante utilizado para o controle de broca do café e, segundo as consultas que nós fizemos, é bastante eficiente para essa broca do café e, também, não traz efeitos nocivos aos inimigos naturais.

A partir do momento, então, em que a pesquisa se define pela utilização desse produto ou não, pela existência, ou não, de produtos substitutivos...

O SR. PACHECO CHAVES — É bom resolver logo porque a broca não espera...

O SR. MÁRIO NIEWGOSWSKI FILHO — ... pela existência ou não de produtos substitutivos, vão-se tomar as medidas que nós citamos anteriormente.

Agora, eu acredito que V. Ex^a tem total razão. O Poder Executivo, no meu entender, tem que ser eficiente e ágil para que não cause transtornos, a curto prazo, para o agricultor e não comprometa, eventualmente, as produções.

O SR. PACHECO CHAVES — Muito bem.

O SR. MÁRIO NIEWGOSWSKI FILHO — Nós vamos deixar os trabalhos com todos esses dados que nós estamos citando.

O SR. PACHECO CHAVES — Aliás, são do maior interesse. Isso é muito bom.

O SR. MÁRIO NIEWGOSWSKI FILHO — Um outro aspecto que nós vamos abordar é o levantamento que nós realizamos no Estado de intoxicações em agricultores.

O levantamento é desenvolvido da seguinte maneira: na rede hospitalar do Estado, aproximadamente, em 512 hospitais. Os médicos, quando chega uma pessoa intoxicada, preenchem uma ficha na qual consta o nome da pessoa intoxicada, a cultura na qual ela sofreu a intoxicação, o nome do produto que causou a intoxicação e outros dados que porventura devam ser citados. Portanto, esse levantamento é bastante fidedigno porque esses laudos são feitos por profissionais habilitados na área.

Nós acreditamos, é de consenso no Estado, que o número que nós vamos apresentar é bastante aquém da realidade, pelo menos umas três vezes menos do que deve estar ocorrendo em termos práticos. Por exemplo, em 1984, intoxicaram-se, no Estado, 2.356 agricultores e morreram 144 agricultores. Nós acreditamos que esse número deve ser maior, por dois fatores: pela dificuldade de assistência médica, para atendimento dos agricultores, e por desconhecimento das causas dos problemas que afetaram a saúde do agricultor.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Esses dados, desculpe-me a intervenção, correspondem a que ano? Esses 2.356 casos ocorreram em que ano?

O SR. MÁRIO NIEWGOSWSKI FILHO — 1984. Agora, o trabalho que nós vamos deixar, ele começou a ser realizado em agosto de 1982. Vai de agosto de 1982 a setembro do ano de 1983. No ano de 1984, nós não temos ainda publicado. Vamos também citar alguns dados referentes ao ano de 1985, agora.

(Projeção de transparência.)

No ano de 1982, de agosto até dezembro, intoxicaram-se 923 agricultores; no ano de 1983, 1.875; e no ano de 1984, 2.356 agricultores.

O número de óbitos, em 1982, foi de 25; em 1983, foram 24 óbitos; e, como citamos, em 1984, 144 óbitos.

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde, intoxicam-se 500 mil pessoas por ano. Cerca de 5 mil pessoas morrem, portanto, representam 1% dessas 500 mil pessoas; representa duas vezes a tragédia de Bhopal, na Índia e, no nosso modo de entender, é bastante significativo. Por isso o Governo tem, obrigatoriamente, de tomar posições concretas e enérgicas no setor, como no caso da poluição dos organoclorados, para que comecem a minimizar esse tipo de problema.

O SR. PACHECO CHAVES — Mas essa intoxicação é causada só por produtos defensivos agrícolas ou também por produtos farmacêuticos, vamos dizer, ingestão exagerada?

O SR. MÁRIO NIEWGOSWSKI FILHO — Não, é só por agrotóxicos.

Outro dado bastante importante, que nós não citamos, quando da proibição dos organoclorados no Paraná, foi incluído, no bojo dos produtos, o produto Endrin. Muitos diziam que o Endrin era um produto primordial para a cultura do algodão, que não se produziria algodão no Paraná ou em São Paulo sem o Endrin. O produto foi proibido, existe uma gama muito grande de outros produtos substitutivos e a produção no Estado do Paraná não decaiu, pelo contrário, na safra passada até aumentou um pouco. E nós temos um saldo social bastante importante, bastante positivo. Em 1983, intoxicaram-se com Endrin, 255 pessoas, em 1984, o número decaiu para 99 pessoas, dois terços do total, um ano depois. E, até a presente data, 9 pessoas se intoxicaram. Essas intoxicações se devem a dois fatos: primeiro, os agricultores possuem em suas propriedades grandes estoques de Endrin e, segundo, outros Estados da Federação não haviam proibido o Endrin.

Além de que fica absolutamente impossível, para a fiscalização, por exemplo, no Estado do Paraná, fiscalizar as 400 mil propriedades agrícolas que existem. Esse problema, certamente, vai perdurar por um longo tempo, como no caso do BHC, no caso do DDT e, talvez, do próprio Endrin.

Verificamos que a cultura que mais causa intoxicação no Estado é a do algodão. Na safra de 1984, 882 intoxicações e, daí, seguem as demais culturas. Nós estamos procurando desenvolver programas no sentido de orientar o agricultor.

O SR. PACHECO CHAVES — Esse dado virá para nós também?

O SR. MÁRIO NIEWGOSWSKI FILHO — O trabalho está aqui também.

O SR. RELATOR (Saramago Pinheiro) — Depois do algodão, qual é a cultura de maior margem de intoxicação?

O SR. PACHECO CHAVES — Cana-de-açúcar.

O SR. MÁRIO NIEWGOSWSKI FILHO — Café, 141, cana-de-açúcar, 2, feijão.

O SR. PACHECO CHAVES — Não, feijão não é, porque a cultura é pequena.

O SR. MÁRIO NIEWGOSWSKI FILHO — O algodão aí subdividiu-se em semente tratada, tratamento de sementes e depois vem o amendoim.

O SR. SARAMAGO PINHEIRO — O café está em segundo lugar?

O SR. MÁRIO NIEWGOSWSKI FILHO — O café está em segundo lugar. Também o feijão soja, com 229 intoxicações.

Nós verificamos também que os produtos que mais têm causado intoxicações, desde que começamos a fazer o levantamento, são, basicamente, os mesmos. Eles mudam a ordem, se mantêm mais ou menos os mesmos produtos. Então, no caso de 1984, o Folidol respondeu por 209, o Azodrin por 205, o Metasystox por 144 etc. Esse quadro também está nesse trabalho.

Nós vamos apresentar, agora alguns slides.

O SR. — (Fora do microfone)
(Projeção de slides.)

O SR. NEI LÚCIO DOMICIANO — Nós vemos, em 1984, 1.300 casos, 144 mortes. Isso dá 6,2% de casos fatais. Contrastando isso com os Estados Unidos, temos que de 46 mil casos, temos 3 mil internações, o que dá 6,5% de casos de internações, porém com 0,5% de casos fatais. Isso daí nos mostra o seguinte: que, ainda com dados da ONU, de 500 mil pessoas, 5 mil são fatais, o que dá, também, 1% dos casos.

Então, nós podemos levantar algumas hipóteses, ou seja, os nossos agricultores, principalmente no caso do algodão, sofrem maior gravidade de intoxicação aguda? Existe deficiência no tratamento desses casos? Seriam as questões.

De certa forma, gostaríamos de lembrar que nos Estados Unidos eles, também, aplicam bastante pesticidas e,

não raro também, são bastante tóxicos. Gostaríamos, ainda, para tentar ver o porquê dessas diferenças, lembrar que, no caso do algodão, aplicam-se inseticidas altamente tóxicos, são pequenas propriedades e usam-se pulverizações costeias. Esses agricultores, realmente, ficam muito mais propensos a esse tipo de intoxicação.

Então, o que eu gostaria de lembrar é que, no nosso caso, poderia ser pulverização costal, pequenas propriedades, e que um inseticida altamente tóxico não é necessariamente, ou somente o fator que causa esse número elevado de intoxicação, porque nos Estados Unidos eles conseguem evitar, talvez por aplicações mecanizadas, onde existe uma diferenciação vertical da deposição do inseticida e da posição do aplicador, mas, enfim, aqui nos parece que existe alguma coisa de bastante efetivo em que podemos trabalhar e conseguir resultados promissores.

O SR. ROBERTO WYPYCH — É interessante essa observação, e devemos lembrar que, nos Estados Unidos, também, a população residente no campo é muito pequena, enquanto que aqui no Brasil é grande, inclusive crianças, que são mais sujeitas à intoxicação. Outro problema citado pelo engenheiro agrônomo Mário Niewgoswski no caso do algodão é o Metasystox, que é um inseticida de grande permanência na planta, ele é sistêmico, entra na circulação da seiva. Eu tenho a impressão de que esses inseticidas tornam mais graves as intoxicações. Por exemplo, se é uma plantação de frutas, usando o metasystox, aquela fruta não pode ser consumida, a não ser num determinado tempo depois da aplicação. Se erra nesse tempo, é perigoso, assim como nos legumes em que é muito comum isso.

O SR. MÁRIO NIEWGOSWSKI FILHO — Nei Domiciano é pesquisador da IAPAR na área de Entomologia. (Fora do microfone.)

O SR. NEI LÚCIO DOMICIANO — Normalmente, os produtos de ação sistêmica têm, talvez, uma relativa periculosidade, em termos de intoxicação dérmica no campo, assim como são os parathions e os monocrotophos. Em termos de intoxicação aguda, a nível de campo, realmente, é necessário cuidado particular, especial.

O SR. MÁRIO NIEWGOSWSKI FILHO — Um outro aspecto bastante importante a ressaltar — nós não havíamos citado — é que também se mantém constante a faixa etária que mais sofre o problema de intoxicações, nesses anos de levantamento, que vai dos quinze aos vinte cinco anos. Nós observamos que é a maior coluna. Isso representa 51% das intoxicações.

Procurando minimizar esses problemas, acredito, numa forma ainda bastante tênue em função da gravidade, nós temos desenvolvido no Estado trabalhos junto à rede escolar, como o que fica demonstrado aqui, visando justamente atingir essa faixa de público que está entrando nesse mercado de trabalho, sem muitas vezes conhecimento nenhum a respeito da periculosidade dos produtos. Nós vamos deixar um exemplo de um projeto piloto, que fizemos no Município de Maringá, e nós acreditamos que deveria ser extrapolado para os outros municípios do Estado, e também, para o resto da Federação, já que surtiu um resultado bastante positivo.

Nós vamos fazer algumas considerações a respeito, passando agora aos slides, a respeito do problema das propagandas dos agrotóxicos, de irregularidades encontradas em rótulos de produtos e outras coisas atinentes à matéria. Nós verificamos que uma revista...

O SR. ROBERTO WYPYCH — Nós pedimos a V. S.^a que passe para o lado de cá da máquina, assim vemos melhor.

O SR. MÁRIO NIEWGOSWSKI FILHO — Pois não. O que eu havia passado, houve possibilidade de visualizar?

O SR. ROBERTO WYPYCH — De vez em quando a mão atrapalhava um pouco, mas nós já estamos acostumados.

(Projeção de slides)

O SR. MÁRIO NIEWGOSWSKI FILHO — Nós verificamos — infelizmente está muito ruim — mas verifi-

camos no título de uma publicação de uma revista sobre agropecuária, o seguinte. "Uma revista em defesa dos defensivos". Isto aqui foi uma matéria paga pela AN-DEF. No meu modo de entender, o que nós devemos defender é o agricultor, a agricultura, a população de um modo geral, e não um produto específico.

(Projeção de slides.)

Um problema bastante comum no Estado é o acondicionamento incorreto das embalagens de agrotóxicos, que são jogados em beiras de rios, na própria lavoura, sem se dar o tratamento adequado, que seria fazer um enterrinho dessas embalagens em local seguro, longe de residências, longe de mananciais de água, e que contivessem calcário, carvão ativado — e como há dificuldade de se encontrar no campo — carvão, areia, para evitar que eventuais resíduos fossem para o lençol freático.

(Projeção de slide.)

Esta é uma outra vista do mesmo problema.

A lei estadual de agrotóxicos do Estado tem um dispositivo que estabelece que qualquer das Pastas envolvidas na lei, Secretaria da Agricultura, Secretaria da Saúde ou Secretaria do Interior, podem, quando detectarem esse tipo de irregularidade, fazer autuação contra a pessoa que está procedendo dessa maneira e a Pasta competente definir o problema. Então, como exemplo, a Secretaria da Agricultura não tem incumbência para fiscalizar o meio ambiente, no entanto, se ela detectar esse tipo de problema pode instaurar processo e encaminhar para a SUREHMA, que é a responsável juridicamente pela solução do problema.

(Projeção de slide.)

Este slide mostra BHC mal acondicionado pelo agricultor. Ele estava a cerca de 10 metros de um rio, coberto por uma lona. Houve uma enxurrada, o BHC foi para dentro do rio, e aí causou os transtornos que todos nós podemos prever: contaminação da água, morte de peixes, etc.

Usando esses dispositivos legais que nós citamos, previstos na legislação estadual, nós tornamos mais ágil o Poder Executivo porque aumentamos o número de funcionários trabalhando numa determinada área.

Este tipo de problema é relativamente comum de se encontrar, este e o anterior que nós mostramos.

Projeção de slide.)

Uma outra vista do mesmo problema.

Aqui um fato bastante comum, abastecimento de pulverizadores dentro de riachos diretamente. Podemos coibir esse tipo de abusos, quando detectarmos *in loco*, coisa bastante difícil, através da metodologia que citamos anteriormente.

Não existe legislação federal que preveja esse tipo de ação que nós citamos, que está prevista na legislação estadual.

Projeção de slide.)

A mesma situação: morte de peixes por uso inadvertido e irracional dos produtos.

(Projeção de slide.)

Aqui nós verificamos um aspecto bastante interessante, o agricultor usando equipamentos de proteção. No entanto, esse capítulo "Equipamento de Proteção", no nosso modo de entender, a ele deve-se dar um tratamento bastante apurado e prioritário, pelo seguinte: não existe, hoje, no Brasil, equipamento de proteção para uso agrícola, aprovado pelo Ministério do Trabalho para as marcas comerciais que são vendidas no País. A consequência disso: esses equipamentos que estão no comércio não podem ser utilizados pelo agricultor porque eles não estão adaptados às nossas condições de clima. Essa citação é feita, inclusive, pelo ex-chefe do CNPDA, Dr. Aldo Alves. E as indústrias agrotóxicas fazem as suas campanhas dizendo que o problema dos agrotóxicos está básica e unicamente, no mal uso dos produtos por parte do agricultor. Agora, nós perguntamos: como fazer uso adequado dos produtos se nem sequer equipamento de proteção adequada existe? Segundo o próprio Dr. Aldo Alves, em seminário realizado no Rio de Janeiro, 30% dos produtos aplicados na lavoura são perdidos por deficiência dos equipamentos de pulverização.

(Projeção de slide.)

Está-se procurando fomentar, no Estado, a instalação de locais apropriados para a lavagem do trator após a

pulverização dos agrotóxicos. Evidente que não da forma tão sofisticada como está aí, mas pelo menos que venha a minimizar os efeitos dos resíduos dos produtos para a água e para o meio ambiente.

(Projeção de slide.)

Aqui uma vista de um abastecedor comunitário, outra coisa que está sendo fomentada no Estado, para evitar o abastecimento direto em lagos e rios e a contaminação desses mananciais.

(Projeção de slide.)

Aqui uma vista de um outro abastecedor.)

(Projeção de slide.)

Aqui o que nós vemos corriqueiramente: o agricultor utilizando o produto sem equipamento nenhum de proteção

Na lei estadual de agrotóxicos do Estado procurou-se incluir dois artigos que visavam minimizar os problemas do uso dos produtos para o agricultor. Um artigo determina que o proprietário agrícola forneça equipamentos de proteção para o agricultor e outro que os comerciantes vendam equipamentos de proteção. Nós verificamos que as casas comerciais que vendem os produtos não possuem equipamentos de proteção à venda. Então, o agricultor não tem acesso ao equipamento. Fica a ressalva de que quando fizemos a pesquisa buscando esses equipamentos necessários para os diversos produtos que estão no mercado, infelizmente não encontramos posição oficial a respeito. E aí fica bastante difícil se recomendar alguma coisa sem ter esse embasamento oficial.

O SR. PACHECO CHAVES — Mas a inadequação desses aparelhos ou instrumentos de proteção são por causa de quê? São por causa de adaptação ao calor do nosso clima?

O SR. MÁRIO NIEWEGCOSWSKI FILHO — Exatamente. Os macacões são muito quentes para o nosso clima. Para temperaturas de 40º centígrados no verão, em média, é bastante difícil utilizá-los. Outro problema são as máscaras que não se adaptam bem. Outro problema ainda a máscara muitas vezes não casa com óculos, principalmente nos equipamentos nacionais. Os equipamentos importados são mais sofisticados, mas bem mais caros, e inacessíveis para o agricultor. Existem colocações de que muitas vezes a utilização de determinados equipamentos inadequados podem ocasionar problemas maiores do que a não utilização desses equipamentos

(Projeção de slide.)

Outra vista do mesmo problema.

Este slide é de Pato Branco, e vem caracterizar aquilo que tínhamos comentado, a faixa etária que está hoje trabalhando, manuseando esses produtos, é de 15 aos 25 anos, e se expõe da forma como demonstra o slide, a um produto bastante tóxico.

(Projeção de slide.)

Aí da mesma maneira, manuseando sem o mínimo cuidado, sem luva, sem manga comprida.

(Projeção de slide.)

Aí, no meu modo de entender, o cúmulo da falta de conhecimento a respeito do problema ocasionado pelos produtos: a mãe, com a criança no colo, jogando bingo com semente de milho tratada com agrotóxico.

(Projeção de slide.)

Uma outra vista do mesmo problema.

Aqui começam os problemas relativos à rotulagem de produtos, propagandas e informações em jornal, vinculadas pelas indústrias. As indústrias colocam nas propagandas, se como havia citado anteriormente, que a responsabilidade maior pelos problemas ocasionados pelo agrotóxico é devido à má utilização por parte do agricultor. Eu acredito que o que vamos mostrar evidência que não é só o agricultor o culpado. É ele também, mas não somente ele. As indústrias são culpadas, os técnicos que trabalham no setor também, o Governo também, porque não tomou as medidas necessárias durante muito tempo.

(Projeção de slide.)

Aqui o rótulo de um produto que, no meu modo de entender, uma criança vendo isso, fatalmente pode ingeri-lo porque induz a isso.

(Projeção de slide.)

Aqui, bastante interessante: no rótulo de cima consta pelo menos umas 15 culturas, o produto Folimac 1.000.

No rótulo de baixo, constando três culturas apenas. As culturas de cima, não estavam registradas oficialmente pelo Ministério da Agricultura e a empresa colocou no rótulo essas culturas.

A citação de empresas que vamos fazer é a título de exemplo, não é no intuito de denegrir a imagem de uma ou de outra, todas elas cometem, de uma forma ou de outra, esse tipo de irregularidade. Aí é que nós colocamos que a indústria também está induzindo o agricultor a utilizar erroneamente o produto, porque se colocou no rótulo culturas não recomendadas, o agricultor, utilizando isso, fatalmente estará causando transtornos para o produto final.

Como citamos, pela legislação federal, não existe forma nenhuma de se coibir esse tipo de abuso. As muitas são, como nós citamos, extremamente desatualizadas. O máximo que poderia acontecer era retirar o produto do mercado, caso a empresa não trocasse a rotulagem.

(Projeção de slide.)

Esse é um agrotóxico, um produto de uso caseiro, de uso sanitário, mas eu acredito que cabe a observação aqui também. No rodapé dessa propaganda desse produto lê-se: "Antes de usar, leia com atenção as instruções do rótulo. Cuidado, perigoso, se ingerido, inalado ou absorvido pela pele". No entanto, difundido na televisão, na própria propaganda do produto se diz que se utilize sem maiores advertências esse produto.

(Projeção de slide.)

Essa é a propaganda de um produto de uso agrícola que estava, como nós observamos acima, no envelope do produto que estava sendo distribuído às donas-de-casa, pelo Correio, em embalagem de quarenta grammas. Falta no rótulo a advertência que se utilize corretamente o produto. Também não se tomou medida proibitiva nenhuma mais efetiva porque não se tem na legislação federal, até então vigente, instrumentos, meios para se proibir esse tipo de abuso

(Projeção de slide.)

Infelizmente, está borrada a foto. Na tampa, cita-se: "agora com cheiro mais suave."

Aqui insinuando o agricultor a comprar produtos que dão direito ao sorteio de videocassete, de carros, de televisores, indo, totalmente, de encontro às recomendações técnicas, ao receituário agrônomo, aos aspectos legais. Nós observamos nessa propaganda, no centro dela, o agricultor pulverizando com equipamento costal, sem luva ou sem máscara, sem os equipamentos de proteção que a indústria diz que protege o agricultor. Se formos verificar todas as propagandas das indústrias, elas não mostram o agricultor usando o equipamento de proteção. Mais uma vez, fica caracterizado a indução ao uso incorreto.

(Projeção de slide.)

Aqui um detalhe da mesma propaganda. A mesma situação, usando produtos sem o menor cuidado, sem luva, sem máscara.

(Projeção de slide.)

Propagandas distribuídas aos agricultores, em cooperativas, a comerciantes em japonês. É absolutamente impossível para a fiscalização saber o que está escrito e saber, se realmente aquilo que está colocado na propaganda é verdadeiro ou não.

A Portaria 220, do Ministério da Agricultura, no artigo 18, diz que toda a propaganda deve estar de acordo com o relatório técnico, aprovado para o produto, pelo Ministério da Agricultura. No entanto, ela não traz nenhum outro instrumento, que vise canalizar coibir esse tipo de situação. (Projeção de slide.)

Uma outra vez, a mesma propaganda. (projeção de slide.)

Isso aqui é um folheto distribuído inicialmente à técnicos, a agrônomos. Esse produto possui registro, para cerca de sete culturas. Nós verificamos, naquela faixa amarela cerca de quarenta culturas. Mais uma vez indução errônea do produto. E se constatado o resíduo não registrado desse produto em alimentos, fatalmente o agricultor vai arcar com os custos, por ter aplicado um produto que para ele legalmente não estava estabelecida a tolerância e as demais avaliações toxicológicas.

No Estado do Paraná, também, em função da lei estadual, através de instrumento da lei, e que não existe a nível federal, nós estamos procurando apreender, des-

truir materiais tratados com produtos proibidos. Foram destruídos cerca de nove milhões e quatrocentos mil quilos de milho tratado com DDT, e, recentemente, em Castro, uma quantidade razoável de batata tratada com mercúrio, produto proibido no País. Esse tipo de instrumento legal também existe a nível federal, em legislação federal. (projeção de slide.) Uma outra vista de outro produto. A mesma situação tem registro para sete culturas, soja, eucalipto, fumo e algumas outras, e no entanto está sendo recomendado para mais de quarenta culturas também. Em cima da propaganda cita o seguinte: "toxicidade: o produto não é absorvido em quantidades tóxicas pela pele, moderadamente tóxico por via oral. "Ora, esse produto é classe DNA-6, ele tem 2,4-D, classe toxicológica I. Essa citação de que ele não é absorvido em quantidades tóxicas pela pele é totalmente inverídica, porque se o agricultor se expor a ele o tempo necessário para que o produto seja absorvido, fatalmente terá problemas. E há mais um detalhe: se é de classe I, de acordo com a Portaria 004, do Ministério da Saúde, os produtos de classe toxicológicas são aqueles cujas substâncias, em testes de laboratório, têm revelado propriedades carcinogênicas, a teratogênicas e mutagênicas ou que prejudicam o processo reprodutivo dos animais sexoados". Também de acordo com a portaria, enquadram-se na classe I. As substâncias ou formulações que possam ser mais perigosas para o homem do que as provas de laboratórios tenham podido demonstrar. No nosso modo de ver, esses termos legais, tão bem estabelecidos na Portaria 004 do Ministério da Saúde, deveriam ser revistos, porque se comprovado a danosidade do produto, se comprovado que ele é mutagênico, carcino-teratogênico, não deveria ser registrado. (projeção de slide.) Neste se vê que é tóxico para seres humanos e animais. É a mistura com 2,4-D com 2,4,5 — T, ora 2,4,5-T é comprovadamente carcinogênica, mutagênico e teratogênico. (Projeção de slide.)

Mais uma vez, se vê o agricultor usando o produto sem luva, sem equipamento adequado. Nós temos verificado, também, que em função das campanhas que têm sido desenvolvidas, nas faixas etárias menores, dos dez, quinze até dezoito anos, que as empresas, as companhias têm procurado, também levar as informações delas, através de brindes, para essa faixa. Então, nós vemos o produto granutox, com um cofrinho, ali há festa, e outros tipos de brindes, chaveiros, bonés etc. Tem saído, sistematicamente, em revista de grande circulação como *Veja*, e outras, informações de propagandas da ANDEF do tipo das que estão nesses slides. Nós vamos mostrar alguns aspectos citados nessa propaganda, que saíram na revista *Veja*. (projeção de slide.) Do mesmo tipo de propaganda daquela que está no outro slide é essa propaganda aqui, paga pela ANDEF. Ela cita, "aos agricultores o uso adequado desse produto". Em nosso modo de entender, é bastante difícil realizar o uso adequado se nem sequer o equipamento adequado de proteção existe para o agricultor utilizar.

A imprensa, informação idônea e responsável, aos técnicos assistência técnica, o treinamento intensivo aos agricultores. Responsabilizar o técnico para que oriente o agricultor, o que só poderá ser feito a partir do momento em que o técnico tenha em mãos as informações necessárias a respeito dos produtos. Hoje, é absolutamente impossível se conseguir dados mais aprofundados, por parte das indústrias, com relação aos produtos que são por elas comercializados, do ponto de vista toxicológico ou ambiental. Nós temos trabalhos, inclusive da SUREHMA, Superintendência dos Recursos Hídricos do Estado, que demonstram isso.

As autoridades, a fiscalização e a punição aos infratores. Fica bastante difícil punir os infratores se não tivermos legislação adequada. Aos legisladores, a normatização séria e rigorosa do setor. Quando o Ministro da Agricultura adotou uma posição correta, visando minimizar problemas do uso do produtos organoclorados, as indústrias reagiram de uma forma bastante enérgica, e no meu modo de ver, até certo ponto demagoga, como essa publicação, também matéria paga, difundida em vários jornais de grande circulação: "Comunicação aos citricultores e cotonicultores".

"Lamentamos informar que não poderemos atender suas solicitações para o fornecimento do produto Dicofol etc."

No nosso modo de entender, é plenamente viável, como citamos anteriormente, através de uma agilização do Poder Executivo, racionalizar a utilização desses produtos proibidos, com base na pesquisa, com base numa fiscalização eficiente, com base numa reestruturação das estruturas que realizam esse tipo de atividade.

Para concluir, acreditamos que devem ser adotadas as seguintes medidas:

"Cabe ao Governo Federal e ao Poder Legislativo elaborar legislação federal atualizada, ampla, discutida com todos os segmentos da sociedade e que atendam aos interesses da Nação.

Cabe ao Governo Federal reestruturar os Ministérios da Agricultura e da Saúde, especificamente a DIPROF e a DINAL, do ponto de vista técnico e físico, para que essas divisões, responsáveis pela avaliação a registro de produtos no País, possam atender, a contento, os reclamos do setor, e que, distorções como as verificadas até então deixem de ocorrer.

Colaborar com os Estados no sentido de descentralizar as ações do Ministério da Agricultura, celebrando convênios, apoiando legislações estaduais, subsidiando-os tecnicamente.

Apoiar a pesquisa, alocando recursos e pessoal, criando estruturas físicas nas intuições, no sentido de aprimorar ou desenvolver métodos opcionais ao uso de produtos químicos, no sentido de oferecer ao agricultor alternativas para o controle de pragas, doenças e ervas daninhas.

Cabe às indústrias de agrotóxicos mudar a sua filosofia de trabalho, visando não somente colocar seus produtos no mercado, mas sim desenvolver suas atividades, no sentido de obter equipamento de proteção adequado para cada tipo de agrotóxico utilizado no País, como também, fornecer a técnicos e agricultores, além de dados agrônômicos dos produtos, também informações aprofundadas toxicológicas e ambientais, mostrando, claramente, o real potencial de risco dos produtos, e não mascarando os seus efeitos através de propagandas induzidas e mal intencionadas.

Aceitar as determinações legais contidas nas legislações estaduais, técnica e juridicamente justificáveis, as quais visam defender os interesses da agricultura, do agricultor, da preservação dos recursos naturais e da comunidade de modo geral.

Cabe aos Governos estaduais, elaborar legislações estaduais respeitando as normas constitucionais e legislações federais em vigor, objetivando atender aos interesses regionais.

Estruturar os organismos de fiscalização, assistência técnica e pesquisa, no sentido de proporcionar a minimização dos problemas ocasionados com o uso de agrotóxicos, controlando o comércio e o uso de tais produtos, educando e conscientizando o agricultor e desenvolvendo a pesquisa para aprimorar ou desenvolver opções ao uso de agrotóxicos."

A maioria dos aspectos que nós citamos, na nossa explanação, estão contidos nesses materiais que vamos deixar com V. Ex^{as}. Consta, aqui, a defesa de lei estadual de agrotóxico e os vários trabalhos que nós citamos.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Muito obrigado, Sr. Mário Nicwegoswki, pela sua exposição tão variada, tão minuciosa, abordando aspectos novos que não haviam ainda sido tratados nesta Comissão. Desejo que V. S^a tenha êxito em seu trabalho no meu Estado, continuando a defender os interesses da população.

Nós vamos, reunindo os elementos todos recebidos, de todos os setores, elaborar um relatório a ser apresentado.

Concedo a palavra, agora, ao Engenheiro agrônomo Nei Lúcio Domiciano, pesquisador da Fundação do Instituto Agrônomo do Paraná, sediado em Londrina.

O SR. NEI LÚCIO DOMICIANO — Senhores, o assunto que se segue tenta apresentar uma reflexão sintética com uma abordagem de um pouco do histórico do controle de pragas e as consequências do uso de agroquímicos. Tentaremos conceituar o que é controle integrado de pragas e o status dos agroquímicos no controle integrado de pragas por extensão ao conceito. Também, abordaremos o desenvolvimento e funções dos principais métodos de controle de pragas e suas limitações de uso e adoção, como subsídios aos trabalhos dessa Mesa.

Faremos algumas projeções para termos uma base mais física, onde nos possamos fixar um pouco mais. (Pausa.)

(Projeção de slide.)

Esperamos que, com um pouquinho de esforço dos Srs., que possam bem examinar os slides.

Tentaremos esclarecer bem, em caso de que alguma dúvida, pelas observações que faremos.

Começando através do histórico do controle de pragas e consequências do uso de agroquímicos, nós podemos observar o seguinte, que o homem, na agricultura moderna, tem criado um sistema com condições para disseminação e explosões populacionais de pragas. Tais condições têm-se verificado em plantas melhoradas para alta produtividade, em grandes concentrações de áreas, em monoculturas, em sucessivas safras, e em condições de práticas culturais pobres e uso inadequado de pesticidas.

Em breve retrospecto ao histórico, nós podemos observar o seguinte: que já em 1982, começou-se a usar a calda bordalesa, para o controle de doenças. Em 1870, o verde paris para o controle de pragas, em 1900, estabeleceu-se a Lei de Mendel que possibilitou os trabalhos mais substanciais, em termos de resistência de plantas, as pragas, doenças etc. De 1920 a 1950, nós tivemos a maior quantidade de êxitos no controle biológico. Coincidentemente, em 1945, nós tivemos a introdução de organossintéticos, entre eles o organodorados, que vieram ocupar uma posição de destaque, numa época em que havia a maior quantidade de êxitos de controle biológico. Por quê? Porque esses agentes, esses produtos evitavam altas perdas, tinham rapidez de ação, grande eficácia e apresentavam-se como uma solução simples e fácil. Porém, existiu, tal qual alguns produtos anteriormente usados do grupo dos inorgânicos, o inconveniente de ter alta persistência.

Nessa fase, em 1945, iniciou-se o que nós chamamos a fase de otimismo, exploração, onde se observava o uso generalizado de aplicações rotineiras indiscriminadas, de forma barata como garantia às pragas, e até a idéia de que se poderia erradicar pragas causando uma maior simplificação no meio, e também riscos de guardar lixos e ter-se problemas com pragas ainda talvez mais severas do que já eram reportados.

Com essas aplicações rotineiras, criou-se a síndrome pesticida, ou seja, o problema do uso do pesticida químico, por causa dos seus efeitos indesejáveis ao homem e ao meio. Problemas de resíduos, problema de toxicidade aguda, crônica, explosões populacionais de praga, devido ao aumento de resistência, desequilíbrio biológico, causando o aumento da ressurgência de pragas e adequação de pragas primárias, ao plano de pragas secundárias, ao plano de pragas primárias, além dos efeitos carcinogênicos, teratogênicos e mutagênicos e propriedades neurotoxicológicas.

Em 1962, começou-se a ponderar, ou mesmo a pensar-se que os riscos eram muito maiores do que os benefícios trazidos pelo uso desses produtos. Então, a partir dessa época, começou-se a pensar em termos de adequação benefício-risco, sendo essa relação negativa; isso nos países que primeiro adotaram esse tipo de controle de pragas. Estados Unidos e outros, por causa desses problemas que hoje nós temos aqui entre nós e já vêm sendo experienciados em outros locais, há mais tempo.

Em 1976, em Congressos, e coincidentemente aqui no Brasil, também, tomou mais corpo a filosofia de controle integral, de um manejo integrado de pragas. Coincide também com a fase de utilização dos métodos de controle de pragas.

O controle integral de pragas, então, tentativamente, passa a conceituar-se como um balanceamento, integração de métodos e princípios para regular e manter pragas abaixo do nível de dano econômico. Também, aumentando a relação benefício-risco social. Então, esses seriam os objetivos, o conceito que se fazia do controle integrado de pragas.

Por extensão a esse conceito, temos alguns comentários a respeito do status dos agroquímicos. Aqui buscam-se alternativas ou estratégias que combinadas, e complementarmente, diminuam significativamente ou evitem o uso de praguicidas ou mesmo microbiológicos em todos os casos e circunstâncias possíveis; isso antes de se pensar em eliminar, por completo, o uso de praguicidas, a maioria, no momento, químicos. Nós pensamos,

por outro lado, que é muito importante se aumentar a vida útil desses agentes de controle.

Preocupa-se se aqui, dentro do controle integrado, com o manuseio seguro, eficiente e econômico. Preocupa-se com resíduos nos alimentos, no ambiente, o impacto desses sobre o homem. Preocupa-se com a resistência de pragas a esses produtos, e o desequilíbrio biológico causado por eles.

O controle integrado de pragas, em princípio, rejeita biocidas persistentes e de largo espectro, como os já citados anteriormente pelo colega, e pensa em termos de produtos seguros e seletivos. Incorpora o manejo de pesticidas em função de princípios ecológicos e sociais, para fazer uma aplicação judiciosa e seletiva, e para diminuir os problemas causados por eles.

Seria interessante, também, comparar o controle biológico com o controle químico, em termos de função. O controle biológico tem uma função mais preventiva, ou seja, diminuir o potencial de infestação e manter o equilíbrio da praga abaixo do nível de dano, através do monitoramento desses agentes de cultura, a fim de reduzir, substancialmente, o uso de praguicidas. O praguicida tem uma função, via de regra, curativa de efeito imediato, mesmo em grandes áreas, para ser usado quando se atinge o nível de controle, para evitar-se dano econômico às culturas. Principalmente, diante dessas funções complementares de métodos de controle, achamos que não é realista a expectativa de que outras táticas rapidamente substituam e exerçam a função dos praguicidas, a maioria químicos, em várias culturas, principalmente no modelo atual de produção e consumo, ou seja, de grandes concentrações de culturas, de monoculturas em sucessivas safras, pobres em práticas culturais e do alto investimento para alta produtividade.

Nós ainda gostaríamos de dizer que se um pesticida é usado em consonância com os princípios de controle integrado, ou seja, ecológicos, econômicos e sociais, então o seu uso é correto e necessário, e conforme os melhores conhecimentos e tecnologias disponíveis no momento.

Achamos que deve haver um compromisso entre a produtividade, produção econômica e a conservação, preservação do ambiente e proteção da saúde do homem. O controle integrado de pragas, como filosofia e tecnologia, racionaliza, otimiza a utilização de praguicidas, enquanto maximiza os benefícios de produção e minimiza os riscos, e ainda contempla os paradoxos alimentares e éticos do momento.

O controle integral de pragas integra uma série de métodos. Sobre isso, gostaríamos de dizer mais alguma coisa sobre o controle biológico que às vezes é confundido como se fosse o controle integrado de pragas. O controle biológico é apenas um dos métodos que é utilizado dentro do controle integrado de pragas. Gostaríamos de dizer que é altamente desejável porém limitações de ordem técnica, desenvolvimento, estágio de desenvolvimento e complexidade de aplicação, limitações de ordem econômica não indicam a utilização generalizada do controle biológico como método único para o controle de pragas a curto prazo. Porém, no controle integrado de pragas, diminui significativamente a necessidade de utilização de produtos químicos ou de pesticidas e praguicidas, a maioria químicos.

Como V. Ex.^{as} podem observar, existem vários métodos de controle: culturais, mecânicos, físicos, biológicos, químicos, genéticos, regulatórios. Nós abordaremos a seguir, em termos de desenvolvimento e funções e limitações de uso e adoção, os métodos culturais, biológicos e químicos.

(Projeção de slide.)

Como nós podemos observar, através do resumo já apresentado antes, por nós mesmos, nós verificamos que o controle biológico, assim como o controle cultural, é delineado a diminuir o potencial de infestação e baixar o nível de equilíbrio, numa forma preventiva e, assim, diminuir bastante a possibilidade do uso de inseticidas; em contraste com o controle químico, deve ser usado quando se atinge o nível de controle para evitar dano econômico e é feito numa base curativa, via de regra. Exceções para grãos armazenados, algumas doenças em que têm que ser feitas de forma preventiva, de controle preventivo e alguns outros casos de exceção. Mas, via de regra, o controle químico deve ser curativo.

Nós gostaríamos de observar, ainda, em termos de controle biológico, que, muitas vezes, embora haja um

número significativo de inimigos naturais, frequentemente existe necessidade de se aplicar praguicidas quando se atingem níveis de dano econômico. Isso não quer dizer que os inimigos naturais não sejam altamente significativos, eles o são. Sem eles, nós teríamos que aplicar mais inseticida. Nós podemos verificar isso principalmente quando se fazem aplicações maciças de doses altas e frequentes de inseticidas, onde temos problemas agravados por uso indevido desses produtos.

Então, os inimigos naturais são muito importantes, nós devemos preservá-los através do uso de inseticidas de forma judiciosa e seletiva. É importante que nós, sempre que pudermos, aumentemos o número e a performance desses agentes, por exemplo, através de criação massal, que nós o encorajemos através do manejo do habitat.

Porém, nós gostaríamos de tecer algumas observações em termos de limitações de uso e adoção dessas abordagens. Por exemplo, em termos de criação massal, nós gostaríamos de dizer que exige um cuidadoso manejo e, às vezes, não raro, é de construção e operação cara. A distribuição suplementar de inimigos naturais teria aceitação pequena para aplicação prática, com exceção de tricograma, de crisopa e alguns fitaseídeos. É uma ressalva Trichogramma que é um dos poucos inimigos naturais de aplicação prática que têm sido usados intensivamente, principalmente na URSS e na China. Lá é usado em larga escala. Mas nos Estados Unidos já não encontram as mesmas condições de aceitação a nível comercial.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — E no Brasil?

O SR. NEI LÚCIO DOMICILIANO — Eu acredito que, provavelmente, seja mais difícil ainda, porque nós teríamos, de certa forma, condições mais próximas às dos Estados Unidos, e estamos menos preparados que os Estados Unidos para enfrentar esse tipo de projeto.

Ainda gostaríamos de lembrar que a proporção de inimigos naturais e pragas para evitar danos econômicos ainda estão bastante desconhecidas. Em termos de manejo de habitat, nós poderemos pensar em termos de diversificação. Nós gostaríamos de chamar a atenção que são poucas as plantas exclusivas para inimigos naturais que estão identificadas, ou seja, grande parte de plantas que são benéficas, principalmente ao estágio adulto dos parasitóides, por exemplo, também são benéficas para os estágios adultos de pragas, de tal forma que nós teremos um longo caminho a trabalhar nesta direção.

Em termos de resistência, nós gostaríamos de lembrar ainda que os maiores êxitos de controle biológico ocorrem com pragas indiretas, ou seja, que não atacam o produto fim de consumo, por exemplo, atacam folhas, em ocasiões em que o nosso objetivo é a produção de grãos. Então, os maiores êxitos com o controle biológico têm sido com pragas indiretas, externas, ou seja, expostas, e de hábitos sedentários ou que não se locomovem muito, e plantas perenes, mais em nível moderado de resistência. Em termos de resistência, no sentido de limitações, nós gostaríamos de lembrar que resistência para pragas, sem relações específicas com a planta, não é muito comum, que as resistências têm sido positivas no caso de plantas perenes e semiperenes, por exemplo, os casos de enxertia. E também tem sido positivo e bastante aplicável no caso de doenças em que a relação patógeno/hospedeiro é mais específica, existe uma evolução maior. No caso de pragas, é, como tem acontecido, menos freqüente o êxito, os casos de sucesso com resistências de pragas. É também, muitas vezes, a resistência não é aplicável porque essa resistência não existe no banco genético da planta ou às vezes é ligada a caracteres indesejáveis da planta. Então, nós criamos resistências para o inseto, mas não fazer esse tipo de incorporação de resistência. Às vezes, é reincorporado involuntariamente algum outro agente indesejável, ou seja, alguma outra doença é incorporada, também, e às vezes não é aplicável por ser conflitante, ou seja, de forma semelhante, quando nós criamos resistência para alguma coisa, com ela também vem suscetibilidade para uma outra doença.

Peço desculpas por estar indo um pouco acelerado, mas, como o nosso tempo está curto, eu ficaria à disposição, posteriormente, para maiores detalhes, na medida do necessário e do possível.

Em termos de controle cultural, que, também, assim como o controle biológico, tem uma função, é usado

mais para diminuir o potencial de infestação ou baixar o nível de equilíbrio, numa forma preventiva para diminuir, possibilitar a redução do uso de pesticidas, gostaríamos de dizer que, por exemplo, rotação e posil, tem sido positivo, é uma prática bastante antiga e positiva, principalmente para pragas com ciclo maior do que um ano, têm uma pequena gama de hospedeiros, e que morrem sob condições de uma, duas estações sem hospedeiro. Então, tem sido positivo nesses casos. Porém, é de uso limitado, às vezes por não se ter uma outra cultura que seja economicamente viável, e que não seja hospedeiro da praga da qual nós queremos evitar o problema, como, também, em algumas áreas, principalmente no Sul do Brasil, próximos às metrópoles, por não se dispor de uma outra área para fazer a rotação. Então existem casos em que existem esses limitantes.

Outras observações, em termos de controle cultural, seria o caso de diversificação que, como nós dissemos, precisam incluir combinações apropriadas, e prontas para que o efeito não seja negativo, ou seja, nós beneficiaríamos a praga também.

Em termos de limitações, em torno de diversificação, nós queremos dizer, então, que teria essa limitação de combinações apropriadas, que às vezes também não seria economicamente viável, e que, às vezes, poderiam estar em conflito com equipamentos em uso. A medida que nós diversificamos o sistema, nós o tornamos mais complexo e exigente na diversidade também de implementos e equipamentos. Em termos de sonegação, através de caiação de restos de culturas, limpeza de pomares, de aração e gradagem, também é eficiente, mas em termos de limitação, a prática é dispendiosa. E também nós gostaríamos de observar que hoje nós estamos partindo para um tipo de técnica de cultivo mínimo, ou seja, adoção de herbicidas e preparos menos intensivos de solo, preparos estes que antes tinham efeito indireto sobre as pragas. Então, quando se preparava o solo, para fazer a sementeira ou mesmo outras técnicas, como rotação de cultura, para aumentar a fertilidade do solo, havia esse benefício indireto de controle de pragas quando se fazia esses tipos de atividades com outros propósitos. Hoje, como o controle de pragas também é objetivo, então nós precisamos achar o ótimo, em termos de cultivo mínimo, sob o ponto de vista de conservação do solo, de produtividade, de economia e de regulação de populações de pragas.

(Projeção de slide.)

Em termos de escape, em função de datas de plantio, de estratificação do ataque da praga na lavoura, através de diferenças temporais de importação da praga; temporais e espaciais, e também de sincronismo fenológico da praga por determinados estágios de desenvolvimento da planta, porque existe a preferência da praga tanto por cultura, como também por determinados estágios de desenvolvimento da planta. Com relação ao escape nós gostaríamos de dizer o seguinte: que o plantio antecipado tem uso limitado, às vezes por problemas de umidade, falta de umidade, problemas operacionais, máquinas, e também por produtividade, porque nós sabemos que existe uma diferença significativa de produção de acordo com as diferentes épocas de plantio. O plantio antecipado é uma técnica que pode levar ao escape da infestação da cultura, mas nem sempre é desejável por esses motivos.

Com relação às infestações, as diferenças de infestações em termos temporais e espaciais, e de sincronismo fenológico e também as diferenças de infestações devido a diferentes épocas de plantio dentro da época recomendável do plantio, é viável em qualquer circunstância, para dirigir ações de controle, e possibilitar a redução significativa de pesticidas.

Poder-se-ia chamar a atenção para o uso de plantas e armadilhas em uma pequena porção, numa pequena parte da lavoura, de variedades bastantes suscetíveis, e naquela área, então, se fazer o controle químico ou a destruição por qualquer outro método, mas se fazer isso de forma localizada, tentando interferir o menos possível no restante da lavoura.

Ainda em termos de desenvolvimento e função, e limitações de uso e adoção dos principais métodos de controle de praga, nós queríamos chamar a atenção para o caso de praguicidas, a maioria, no momento, químicos; sobre a sua necessidade, na produção vegetal e animal. São necessários para a produção vegetal e animal e tam-

bem no caso de controles de vetores de doenças. É o nosso mais efetivo método para uso imediato e mesmo sobre grandes áreas, para a rápida redução da praga, quando se atinge níveis de danos econômicos. É de fácil aplicação e econômica. Portanto, não é realista que outros métodos substituam rapidamente e exerçam a função dos praguicidas, tanto os químicos, como os microbiológicos.

Em termos de limitações desses produtos, haveria os efeitos indesejáveis, de resíduos no solo, na água e nos alimentos. Efeitos carcinogênicos, teratogênicos e mutagênicos, e neurotoxicológicos. Efeitos de resistência e de pragas, um problema sério, possivelmente um sério desafio ao futuro, da Entomologia ou mesmo de muitas áreas aplicadas da ciência. E também há problemas de desequilíbrio biológico. Mas, nesse sentido, se tem feito algum progresso. Nós gostaríamos de lembrar o seguinte: tem-se procurado o uso de produtos mais biodegradáveis, em substituição aos produtos persistentes, de alta persistência, como, por exemplo, os organoclorados. E também tem-se procurado produtos mais seletivos e menos tóxicos, em substituição aos produtos de largo espectro. No caso de inseticidas biodegradáveis, nos teríamos então os organofosforados, os carbamatos, os piretróides, sendo que todos eles ainda não resolvem; eles amenizam o problema da persistência do produto, por serem relativamente mais biodegradáveis, mas ainda persistem problemas com desequilíbrio biológico com esses produtos e no caso de organofosforados e carbamatos por serem mais tóxicos, via de regra, toxicidade aguda, e no caso dos piretróides se têm observado problemas de um a relativa facilidade em se adquirir resistência. No caso do *Bacillus Thuringiensis* (inaudível) de uso quase que restrito ao controle de lagartas lepidópteras, e as variedades israelenses para o controle de mosquitos. Temos, ainda, o baculovirus anticarsia no Brasil e uma série de víruses nucleares, no mundo, que apresentam uma promessa bastante positiva, nesse sentido. Teríamos, ainda, os xeromônios e os repelentes, dentro desses requisitos de maior seletividade e menor toxicidade. Porém, esses produtos, como o bacilo thuringiensis, baculovirus, xeromônios, repelentes, a maioria está em fase de laboratório, com a aplicação efetiva a campo bastante desconhecida.

Em termos, ainda, de limitações de uso e adoção de praguicidas, nós gostaríamos de lembrar que, o agricultor está diretamente interessado em obter o maior retorno a curto prazo e ele faz a pergunta: qual será o método que me vai possibilitar esse tipo de vantagem? Em termos técnicos, a questão talvez possa ser o caso de resistência aos produtos ou o problema da biomagnificação ou do aumento de resíduos. Então, a menos que os métodos atuais de controle falhem ou se tornem caros demais, os agricultores terão relutância em mudar de métodos estabelecidos efetivos do momento.

Ainda gostaríamos de lembrar que, no caso de uso de inseticidas seletivos, pelo fato de às vezes termos que combinar mais de um produto para resolver o problema, esse tipo de produto, no geral, se torna mais caro.

(Projeção de slide.)

Gostaríamos de lembrar, agora, alguma coisa em termos de limitações de uso e adoção do controle integrado de pragas e a sua relação com o agricultor e os demais segmentos da sociedade. Nós achamos que somente quando o agricultor reconhecer o valor e a necessidade do controle integrado de pragas é que os serviços de agrônomos tidos sanitários serão contratados.

Nesse sentido, achamos que o agricultor e toda a sociedade devem compreender, primeiro, que pragas só são quando os números atingem certos níveis e, segundo, que pragas variam no tempo e no espaço, de regiões no campo e dentro do campo, e que têm que se fazer um monitoramento desses locais numa base individual. Então, haver pessoas fazendo o monitoramento direto no campo. Que decisões não devem ser feitas na base do calendário, com aplicações de altas doses e muito frequentes, como garantia extra do investimento, mas, as decisões devem ser em função de apreciações da composição quantitativa de pragas e inimigos naturais de todo o agro-ecossistema, em função do potencial da praga para causar danos.

Lembraríamos que é necessário ter habilidades para determinar o nível de controle ou quando controlar uma praga. Ter habilidade para fazer o monitoramento e a

amostragem; para aplicar métodos seletivos e apropriadamente; para planejar estratégias para regular pragas a diferentes densidades. Somente a capacidade de decisões e a habilidade de realizar essas tarefas podem reduzir em 50% a aplicação de praguicidas, mesmo em culturas como o algodão, até antes do advento, nesse caso, do Bicudo. Com o aparecimento do Bicudo, provavelmente, nós vamos ter que reverter esse processo. O controle integrado vai ter, diante de si, uma séria dificuldade em termos de implementação, porque é uma praga em que nós temos que fazer quase que um controle preventivo. E, para o controle integrado de pragas, o controle preventivo deve ser evitado sempre que possível.

A opção CIP — controle integrado de pragas, ou manejo integrado de pragas — traz benefícios a curto prazo, diminuição de custos, manutenção da produtividade e, possivelmente, maior lucro. Também traz benefícios a longo prazo, como diminuição de custos, manutenção da produtividade e, possivelmente, maior lucro. Também traz benefícios a longo prazo, como diminuição da poluição e da toxicidade crônica, a nível de população e aguda a nível do aplicador no campo. (Projeção de slide.)

Nós gostaríamos, já terminando, de dizer que trabalhos têm sido feitos, em termos de controle biológico, com os agentes mais promissores, mais potenciais para uso prático a nível de campo. Por exemplo, aqui no Brasil, em termos de parasitóides, nós temos, a diatrécia, trabalhos da PLANASUL, COPERÇUCAR e uma série de outras instituições, com criação massal, liberação periódica a campo de vários parasitóides. Têm sido feitos, também, em termos de pulgões do trigo, onde se têm encorajado os inimigos naturais nativos e também se têm importado inimigos naturais. Também, o caso do eucaulíptido, de diatrécias, de lepidópteros, em geral, algodoeiro e outros, com trichogrammatídeo que é um dos parasitóides mais promissores, mais estudados e potenciais para o controle biológico. Têm-se sido feito alguns trabalhos também com percevejos, por exemplo, o trissocabasalis que parasita ovos dessas pragas. Também, no caso de mosca doméstica, tem-se importado, por exemplo, o mimago natural, a spolange êndios da Flórida para esse fim.

Então, esses aqui são alguns exemplos de parasitóides promissores em que têm sido desenvolvidos trabalhos aqui no Brasil a fim de implementar o controle biológico.

Também, em termos de entomopatógenos ou agentes causadores de doenças em insetos, nós temos o caso da praga anticarsia gemmatilis, que é controlada pelo baculovirus anticarsia, do qual o Centro Nacional de Pesquisas, CNPDA, teve uma grande participação no desenvolvimento, que é bastante promissor, tem sido usado gradativamente em maior escala, no Paraná, de 1983 a 1984. Segundo informações do colega Flávio Moscardi, estava sendo usado em 20 mil hectares. No período de 84 a 85, foi usado em 200 mil hectares, e está em fase de implementação também.

Haveria, também, o caso das cigarrinhas, das folhas de cana, através da utilização do metarrhizium que também tem sido usado, já com alguma significância, nos Estados de Alagoas e de Sergipe: em Alagoas, em áreas próximas a 120 mil hectares e, em Pernambuco, na faixa de 30 mil hectares. Está em fase de implementação, deve ser feito com o maior critério e cuidado, para que não comprometamos esse tipo de trabalho que é altamente desejável, mas que pode ter algum inconveniente se implementado abruptamente, em alta escala; deve ser implementado gradativamente. Parece-me que é o que tem sido feito, na medida do possível, dentro do que a prudência nos indica.

Nos casos da cigarrinha das pastagens, também o uso do metarrhizium tem-se tentado o desenvolvimento desses organismos para o controle das cigarrinhas, com variáveis graus de êxito. É preciso talvez ainda um substancial investimento na pesquisa, para possibilidades de maior aplicação prática.

Em termos de entomopatógenos, no caso do *Bacilo thuringiensis*, que já é utilizado a nível comercial; é um dos mais promissores, em termos de controle biológico, principalmente, para o controle de lagartas e mosquitos. Tem sido utilizado, também, desde que levado em conta uma série de requisitos do agricultor.

No caso da broca do café, que é infestado por dovêlia, está em fase de implementação também no IAPAR ain-

da com muitos outros trabalhos, a nível de laboratório e a campo também, mas com maiores observações a nível de laboratório. Também da Diatraea que é a lagarta da cana com o vírus da granulose.

Esses são alguns dos exemplos de trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no Brasil, a que precisamos dar um apoio, e investir nesses trabalhos, porque eles são altamente desejáveis, embora tenhamos que reconhecer que serão trabalhos mais de médio e longo prazo, em alguns casos já a curto prazo.

Gostaríamos antes de finalizar, de dizer que achamos que não é interessante subestimar o produto químico nem superestimar o controle biológico, assim como foi feito — como lembramos no início da exposição — nos anos de 1945, quando o produto químico foi superestimado e o controle biológico foi subestimado, o que causou uma série de inconveniências, em termos de desenvolvimento desses métodos de controle, que são altamente desejáveis e que gostaríamos de tê-los para o futuro. Gostaríamos de lembrar que, pela experiência que tivemos no passado, com repercussões negativas para o controle biológico, também talvez devamos ter um certo cuidado em termos do que possamos fazer no sentido de subestimação do controle químico.

Coloco-me a disposição de V. Ex^{ts} Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Saramago Pinheiro) — Apenas eu queria saber, ao felicitá-lo pelo excelente trabalho, se estão havendo os recursos necessários para levar adiante experimentações tão importantes?

O SR. NEI LÚCIO DOMICIANO — Atualmente, está-se voltando a dar uma maior ênfase no controle biológico. Na IAPAR, inclusive tivemos recentemente a construção de uma unidade de criação de insetos para controle biológico. Alguma coisa tem sido feita nesse sentido, ultimamente, mais efetiva.

Contamos no IAPAR com um laboratório, razoavelmente, bom. Em termos de recursos humanos, temos um número de técnicos na área de Entomologia que, no momento, parece adequado, até que os trabalhos evoluam em quantidade. E tentamos, ainda em termos de recursos humanos, a integração da Universidade de Londrina com a Universidade de Curitiba, para implementarmos esses trabalhos. Esse tipo de integração tem sido a nível tanto de estágio como também de orientação de tese.

O SR. RELATOR (Saramago Pinheiro) — E com a EMBRAPA, cujo representante em Londrina, se não me falha a memória, é Flávio Moscardini, tem havido uma interação desses trabalhos, cooperação mútua?

O SR. NEI LÚCIO DOMICIANO — Claro que não há limites.

O SR. RELATOR (Saramago Pinheiro) — É porque ele falou aqui que lá em Londrina se fez um bom trabalho. Acho que é Flávio Moscardini, não sei.

O SR. NEI LÚCIO DOMICIANO — É Flávio Moscardini, sim. Particularmente, — talvez seja uma eventualidade — mas já trabalhei com soja, com trigo, com várias culturas, também trabalho com algodão, hortaliças. Então, talvez por causa também do conhecimento da área de Entomologia propriamente dita, procuramos esse tipo de integração pela área, independente do produto. O produto é, simplesmente, uma forma de organização, e, às vezes efêmeras, às vezes cíclica, até, ou o que seja. Então, particularmente, eu tenho interesse, tenho acompanhado os trabalhos, particularmente tenho um bom entrosamento com o pessoal do Centro. Tanto motivado pelo interesse entomológico, como também pelo interesse da cultura dos cítricos, o que se tem feito em termos de desenvolvimento dos trabalhos de Entomologia nessa cultura, no caso específico do baculovirus, lá em Londrina, acho que tem despertado o maior interesse porque é um dos exemplos mais significativos que nós temos. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Eu gostaria de tecer algumas considerações rápidas, primeiro quanto à exposição do Dr. Nei Lúcio Domiciano, que é pesquisador em Entomologia do IAPAR, e quero parabenizá-lo pela exposição que fez, sem, entretanto, deixar de dizer que foi uma exposição complexa, quanto a sua terminologia que luge, na verdade, a compreensão dos mais leigos. Nós pinçamos, ao longo da sua exposição, alguns mo-

mentos em que o assunto passou a ser do nosso conhecimento. Mas V. S.^a sintetizou em cinco, seis, sete ou oito quadros uma verdadeira enciclopédia em Entomologia e até em Fitopatologia e princípios científicos, quanto ao uso de agrotóxicos e controle integrado de pragas.

Vê-se por aí que nós, legisladores, vamos ter que legislar em um campo extremamente complexo e científico. Mas não quero deixar de me congratular com V. S.^a porque sei que, embora complexo o assunto, V. S.^a trouxe para esta Casa uma contribuição extremamente valiosa para que possamos, ao longo do tempo, analisá-la com mais cuidado e retirar dessa exposição aquilo que efetivamente contribua para o aperfeiçoamento da legislação vigente.

Quero também me valer da oportunidade para tecer algumas considerações rápidas em torno da exposição que aqui foi feita pelo Dr. Mário Niewegowski Filho, que abordou o tema da legislação propriamente dita existente no País. Nós nos demos conta de que ela é muito falha e precisa realmente ser aperfeiçoada. Tanto isso é verdade que estamos aqui ouvindo os técnicos, os dois lidos, homens do Governo ligados à pesquisa e estamos também ouvindo os fabricantes de agrotóxicos, e estamos profundamente impressionados com a exposição que o Dr. Mário nos fez hoje. Pela falta de uma melhor legislação, pelo total abandono com que o nosso agricultor se encontra, em termos de esclarecimento, de orientação, a ponto de estarmos sendo surpreendidos com a ocorrência de quase 2.500 casos de intoxicações, entre os quais 144 casos fatais no Estado do Paraná. Pergunto ao Dr. Mário — ou é em todo o País?

O SR. MÁRIO NIEWEGOWSKI FILHO — Só no Paraná.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Isso torna o assunto mais grave ainda.

Mas, de qualquer maneira, não quero alongar-me porque já nos estamos adiando na hora. Quero congratular-me com ambos pela contribuição que trouxeram a esta Casa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Tem a palavra o Deputado Pacheco Chaves. Os dois depoentes estão disponíveis. Eu não falei do Dr. Mário, mas uma pergunta a ele poderá ser feita também.

O SR. PACHECO CHAVES — Tenho a impressão que as exposições dos dois se completaram. A primeira exposição foi muito interessante porque abordou um aspecto dos menos conhecido pela Comissão e sob o ponto de vista de quem a conhece profundamente, não só teórica mas praticamente, pela aplicação de uma legislação específica no Estado do Paraná.

Eu faço minhas as palavras do eminente Senador que fez uso da palavra agora há pouco, para dizer que um problema que se apresenta com casos de duzentos e tantas mortes e 2.000 casos de intoxicação, só no Estado do Paraná, é um problema que tem que ser tratado com a máxima atenção por todos nós e, por isso mesmo, o papel desta Comissão é de extrema importância.

Mas nós verificamos, ao mesmo tempo, a complexidade do assunto, o entrosamento de legislação com os conhecimentos técnicos e com as necessidades de uma agricultura, como a brasileira, que se expande, dia a dia, e que conta com uma mão-de-obra ainda pouco preparada para as práticas mais adiantadas da agricultura.

Se não, vejamos: o Brasil é um País que exporta de produtos agrícolas 12 bilhões de dólares e importa 2 bilhões de dólares de produtos agrícolas, com um saldo de 10 bilhões de dólares. E assim mesmo, os recursos que são destinados para a agricultura, nos Estados e no orçamento da União, são extremamente limitados para que se possa desenvolver uma ação que vise a proteger essa atividade que não só nos números que apontei, do balanço comercial do País, demonstra sobretudo a importância para aqueles que a praticam.

Nós todos sabemos que a agricultura tem sido muito maltratada. No que diz respeito à legislação dos agrotóxicos, nós verificamos a complexidade do assunto, com referência especialmente aos registros do produto que é tratado, registro este que é feito pelos Ministérios da Saúde e da Agricultura, se não me engano. Com relação à saúde pública, é feito pelo Ministério da Saúde, onde obtém o primeiro registro e depois é feito o registro no

Ministério da Agricultura para efeito de aplicação e comercialização do produto.

Ora, ao mesmo tempo, esses produtos, que são importados, são produzidos, analisados e trabalhados em outros países que não o Brasil. Então eles vêm com características e especificações, que nem sempre combinam com as nossas necessidades e com os efeitos que causam em nosso País. Isso traz já uma dificuldade grande para o próprio Ministério porque ele usa, geralmente, a especificação, e analisa as especificações de cada firma, quando registra, mas ele analisa mais sob um ponto de vista um pouco estático, não é dinâmico. Então, restringe-se um pouco mais a fiscalização para o uso do produto. Ora, o uso do produto tem limitações na boa maneira de ser usado, na má maneira de ser usado, no acoplamento do produto com os instrumentos necessários à proteção do trabalhador, no momento da aplicação e da quase impossibilidade de se conseguir um resultado satisfatório, como foi dito aqui, em nosso País e mesmo no exterior.

A legislação é extremamente complexa e, por isso mesmo, deve ser muito bem refletida — e eu me congratulo com o Presidente desta Comissão pelo prazo mais longo que nos foi dado para trabalhar e tratar desse assunto. Mas acho que este é o momento de se pensar e raciocinar nos termos de uma legislação que defenda o homem brasileiro, mas que não afete, substancialmente, o trabalho econômico da nossa agricultura.

Por isso mesmo, eu ouvi com atenção, na medida em que me foi possível entender, e faço também minhas as palavras do relator, a exposição do segundo expoente, Dr. Nei. Gostei muito da maneira bem sincera com que abordou o assunto. Não existe ainda uma forma científica capaz de dar o que é melhor para ser feito para conjugar o interesse econômico, o interesse de defesa do produto propriamente dito e o interesse da saúde pública. Temos que ir tentando e procurando aos poucos coabitar com o problema e encontrarmos uma solução para que esse problema possa ser resolvido.

Acho que as duas exposições que foram feitas hoje aqui são da maior importância para esta Comissão e espero que as notas taquigráficas registrem a exposição feita com fidelidade porque não sei se o Dr. Nei vai deixar a exposição por escrito. Parece que ele tomou notas.

O SR. NEI LÚCIO DOMICIANO (Fora do Microfone) — ... Quando do seminário, no registro, está escrito basicamente o que nós aqui expomos ...

O SR. PACHECO CHAVES — Seria interessante que um estudo que ele fez anteriormente, e que praticamente foi reproduzido na exposição de hoje, fosse reproduzido para que nós dele tomássemos conhecimento.

Naturalmente, os documentos que o depoente Dr. Mário trouxe também nos sejam transmitidos para que nós possamos estudá-los com mais atenção.

No mais, Sr. Presidente, não tenho muita coisa a perguntar. Parece-me que as perguntas que fizemos, no decorrer da primeira exposição, pedindo alguns esclarecimentos acessórios, mostraram o interesse que prestamos à exposição do Dr. Mário, e a atenção com que ouvimos a segunda exposição, mostraram, ao mesmo tempo, a nossa fatal ignorância por não conhecermos tudo aquilo que estava sendo exposto, mas como foi feito de uma maneira bastante clara e traduzido em termos compreensíveis, recebemos verdadeira aula de Entomologia e de agricultura aplicada.

Sr. Presidente, eu me congratulo com os dois depoentes, e tenho certeza que poderemos fazer um bom trabalho, e que o trabalho que eles aqui apresentaram será de grande utilidade para nós.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Eu acredito que o Senador Nelson Carneiro, ao propor a criação, pelo Congresso Nacional, desta Comissão Mista, estivesse mais preocupado com o consumidor, com o homem que usa os produtos hortigranjeiros, tão ameaçados na sua segurança pessoal pelo uso e talvez abuso de produtos agrotóxicos nas suas plantações.

Graças aos dois depoentes, tivemos a felicidade de ter uma contribuição bem valiosa. Mas aqui surgiu um aspecto novo. Nós verificamos que o homem que planta, o trabalhador rural está seriamente ameaçado, está morrendo. Foram citados, só no ano de 1984, 144 mortes no Paraná. Já o outro expositor fez uma avaliação mais concreta, dando informações sobre o Rio Grande do

Sul, sobre São Paulo, Minas Gerais. De modo que a nossa responsabilidade aumenta. É preciso situar-se alguma coisa sem exageros, sem demagogia, não para impressionar a massa, mas para defender realmente o interesse do povo brasileiro.

Eu acredito que nós, os membros da Comissão, que temos tido maior contato com os trabalhos, possamos reunir-nos na próxima semana para fazermos um balanço, uma avaliação do que já foi dito aqui, a fim de verificarmos, se há necessidade de ampliar o nosso estudo, de aumentar o leque de entrevistados, ou se já temos material suficiente para elaborar alguma coisa de concreto a ser submetido ao Congresso Nacional, e assim enviar também ao Poder Executivo.

Quero também dizer que nessa reunião, que faremos na próxima semana, cuja data combinarei com os Srs. Membros da Comissão, faremos também uma avaliação da necessidade de uma interferência nossa junto ao Ministério da Agricultura, que está tratando desse assunto, porque deve ser um trabalho articulado, não deve haver uma dispersão.

Eu agradeço mais uma vez aos dois expositores...

O SR. MÁRIO NIEWEGOWSKI — Sr. Presidente, permite-me um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Pois não.

O Sr. MÁRIO NIEWEGOWSKI — Foram feitas 4 perguntas a nós, e com relação ao que S. Ex.^a o Deputado Federal, Pacheco Chaves colocou há pouco, a respeito de registro de produtos, eu gostaria de apenas mostrar um exemplo de alguns problemas relativos, a registro que S. Ex.^a abordou, que nós consideramos importante e que não abordamos anteriormente.

Se nós verificarmos a coluna dos produtos, vemos que existem 4 produtos com o mesmo ingrediente ativo, a mesma concentração, 75%, de empresas diferentes, de indústrias diferentes, a mesma formulação, a mesma cultura, o mesmo tipo de tratamento, desinfecção de solo, registradas com dosagens variando de 10 quilos por hectare, 90 quilos por hectare 10 a 12 quilos por hectare, 40 quilos por hectare. No nosso modo de entender, isso é totalmente absurdo, e de forma nenhuma pode ocorrer. Mesmo que se façam testes no Nordeste e no Rio Grande do Sul, não pode haver uma discrepância tão grande em termos de dosagens.

O SR. PACHECO CHAVES — Mas não é a porcentagem do princípio ativo que está mudando aí?

O SR. MÁRIO NIEWEGOWSKI — Não, ali é a quantidade real do produto a ser recomendado no campo e a concentração é a mesma, 75% para todos eles. Exemplos desse tipo nós temos numa abundância bastante grande naqueles documentos. E aí há necessidade, como V. Ex.^a bem ressaltou, da integração entre a pesquisa e o Poder Executivo para se banir totalmente esse tipo de situação.

O SR. PACHECO CHAVES — Esse é um exemplo chocante. E ainda existem produtos cuja patente entra em propriedade pública, a patente caduca. Então, qualquer um pode fazer o produto igual, é só copiar.

O SR. MÁRIO NIEWEGOWSKI — Quanto às colocações que me foram feitas, nós vamos procurar ser bastante breves. A primeira foi a seguinte: "como encarar a proibição de utilização do Dicolol, e do Endosulfan?"

Nós abordamos durante as exposições, V. Ex.^a fez uma série de questionamentos que deu essa oportunidade, mas, resumidamente, dissemos que com uma maior integração entre o Poder Executivo e os vários centros de pesquisas, também estruturando e aparelhando o sistema de fiscalização para que realmente consigam colocar em prática as determinações legais estabelecidas. Quanto ao receituário agrônomo: "qual é a posição referente ao receituário agrônomo?" Nós consideramos da máxima importância o receituário porque é a maneira de levar, tecnicamente, o produto para o agricultor. Evidente que existem *N* distorções com relação ao receituário, como a venda, por parte dos comerciantes, dos produtos sem a devida receita. No Estado do Paraná, nós autuamos, até agosto de 1984, cerca de 688 comerciantes por venderem sem receita. Passando também pela falta de conhecimento, e pela falta de idoneidade muitas vezes dos profissionais, por exemplo, deixam formulários de receita em

branco, assinadas, e coisas desse tipo. É evidente que só se vai ter uma solução a partir do momento em que se conscientize mais o profissional, que se conheçam mais os produtos e que também o sistema de fiscalização aja com mais eficácia, para coibir esse tipo de problema.

Outro questionamento: "Entre 1981 e 1983, 24,3% dos defensivos analisados, oriundos de todo o Brasil, foram reprovados quanto ao teor dos princípios ativos. E 46,8% quanto às características físicas. No ano de 1984, o mesmo levantamento efetuado pelo Instituto Biológico de São Paulo, constou que 17% dos agrotóxicos, existentes no mercado paulista, apresentaram algum problema físico ou químico. Em sua opinião qual a situação do Estado, em termos de infra-estrutura e fiscalização, no que concerne a produção e utilização de agrotóxicos?"

No Estado, como já dissemos, anteriormente, fiscalizamos os 1.210 comerciantes legalizados e, eventualmente, os que estejam exercendo a atividade sem estar registrados sofrem a nossa ação e a sanção por não estarem registrados.

Quanto ao problema específico dos produtos abaixo do padrão, nós, nos diversos comerciantes do Estado, através de programação elaborada anualmente, fazemos amostragem rotineira dos agrotóxicos. Este ano cerca de 460 amostras vão ser coletadas. Numa avaliação dos anos anteriores, que eu não tenho aqui, mas podemos encaminhá-la, nos vemos um número bastante menor em relação aos citados, não chegando a 17%, de forma nenhuma.

A quarta proposição: "Produtos tais como a trifluralina e difluobezuron, de uso restrito nos Estados Unidos, são comercializados no Brasil. Qual a sua opinião sobre esse fato, quais seriam as justificativas para esse procedimento?"

No meu modo de entender, a permissão de comercialização desses produtos só poderá ser feita, só deverá ser feita a partir do momento em que se analise, com profundidade, os aspectos agronômicos, toxicológicos e am-

bientais. E, aí, então, se opinar por uma proibição ou restrição do uso desses produtos.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Muito obrigado. O Estado do Paraná está de parabéns por ter técnicos com esse valor e com essa dedicação ao serviço público de V. S.^s Muito obrigado.

O SR. MARIO NIEWGOSWKI FILHO — V. Ex.^a desculpe, Senador, mas trouxemos um filme e achamos que seria bastante interessante a apreciação do mesmo, pelo seu conteúdo.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — A sessão da Câmara dos Deputados começa às 13 horas. Não é possível, lamentamos.

O SR. MARIO NIEWGOSWKI FILHO — Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Amaral Peixoto) — Está encerrada a reunião.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3 000
Ano	Cr\$	6 000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície

Semestre	Cr\$	3 000
Ano	Cr\$	6.000
Exemplar avulso	Cr\$	50

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70:160

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

(formato bolso)
(9ª edição — março de 1984)
(reimpressão)

Texto consolidado da Constituição do Brasil, de 24-1-67, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17-10-69, e as alterações feitas pelas Emendas Constitucionais nºs 2/73 a 24/83.

128 notas explicativas, com as redações originais dos dispositivos alterados.

Minucioso índice temático.

Preço:
Cr\$ 4.000

400 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

SEGURANÇA NACIONAL

Lei nº 7.170, de 14-12-83

- Texto da Lei com minucioso índice temático
- Quadro comparativo (Lei nº 7.170/83 — Lei nº 6.620/78)
- Notas
- Histórico (tramitação legislativa) da Lei nº 7.170/83
- Subsídios para a elaboração da Lei nº 7.170/83

Edição — 1984

Preço = Cr\$ 10.000,

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Senado Federal — 22º andar).

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Atende-se também pelo reembolso postal.

CEP: 70160

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 72 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00